



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**PARTICULARIDADES IDEOLÓGICO-DISCURSIVAS DO GÊNERO DO
DISCURSO NOTÍCIA: A COMPREENSÃO DO DISCURSO ALHEIO SOB O
PARADIGMA DA OBJETIVIDADE**

Carlos Alberto Turati

SÃO CARLOS
2012



Universidade Federal de São Carlos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**PARTICULARIDADES IDEOLÓGICO-DISCURSIVAS DO GÊNERO DO
DISCURSO NOTÍCIA: A COMPREENSÃO DO DISCURSO ALHEIO SOB O
PARADIGMA DA OBJETIVIDADE**

Carlos Alberto Turati
Bolsista FAPESP
Processo 2010/03237-3

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello

São Carlos – São Paulo – Brasil

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T929pi

Turati, Carlos Alberto.

Particularidades ideológico-discursivas do gênero do discurso notícia : a compreensão do discurso alheio sob o paradigma da objetividade / Carlos Alberto Turati. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

194 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Análise do discurso. 2. Gênero do discurso. 3. Ideologia. 4. Discurso citado. 5. Fotografia. I. Título.

CDD: 401.41 (20^a)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
CARLOS ALBERTO TURATI**

Prof. Dr. Valdemir Miotello
Orientador e Presidente
UFSCar/São Carlos

Prof. Dr. Moacir Lopes de Camargos
Membro titular
UNIPAMPA/BAGÉ-RS

Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto
Membro titular
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 24/02/2012.
Homologada na 48ª reunião da CPGL, realizada em 29/03/2012.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

Dedico este trabalho aos meus pais, Maurício e Tereza, porque sempre acreditaram que eu
podia ser mais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Miotello, pelo privilégio da convivência, pelas orientações preciosas, pelos ensinamentos que a gente carrega pela vida, pelo apoio que me deu quando vim para São Carlos, pela amizade que criamos e pela parceria neste projeto e nas memórias de futuro. Sou muitíssimo grato.

Em especial a minha esposa Maria Cristina, que vivenciou comigo os momentos mais difíceis da escrita, que me ajudou em muitos aspectos e que com seu amor me faz ser um homem melhor.

Aos professores da Pós com quem cursei as disciplinas, Baronas, Cristine, Miotello, Mônica, Soeli e Vanice, pelas aulas excelentes e pelas experiências ricas e instigantes.

Aos professores Arthur e Moacir que com suas leituras e indicações contribuíram enormemente para a melhora deste trabalho.

Aos meus amigos do GEGE, Alan, Aline, Ana, Angelo, Camila, Colucci, Felipe, Francis, Kuiava, Laura, Marina, Matheus, Michele, Nagai, Nanci, Paco, Pajeú, Paulo, Pedro, Rafa, Romulo, Simone, Thiago e Ziggy, aqueles com quem mais convivi estes dois anos, pelas ricas interlocuções, pelas inúmeras vivências, pelas risadas prazerosas, pela alegria de fazer da vida acadêmica a diferença.

Aos amigos da Pós, Nilson, Israel e Dédo, pelos inúmeros bons momentos, festas e boas conversas.

À Aline, que deu uma grande força para que eu pudesse permanecer em São Carlos.

Ao Pajeú e Rafa pela amizade e pelo tempo que fizemos da república um lar.

Ao André, que muito me incentivou quando o mestrado ainda era sonho.

À Regina, querida amiga e professora de Linguística na graduação, um exemplo de paixão pelo estudo.

As minhas irmãs Josiane, Elaine, Viviane e ao meu irmão Vinícius, pela fraternidade e recíproca admiração. Aos sobrinhos, Isabela, Matheus, João Pedro e Kiko pelas alegrias. Aos cunhados Fábio, Matheus e Elder pela amizade. Aos meus pais pela esperança e amor que une todo mundo.

À FAPESP, que financiou o desenvolvimento deste trabalho e otimizou sua realização.

A Deus, por estar sempre do meu lado.

RESUMO

Nesta dissertação procuramos investigar as formas de orientação para o discurso alheio no gênero do discurso notícia da grande imprensa brasileira. Na história desse campo de atividade, muito relevante foi a introdução do paradigma da objetividade que se instalou a partir dos anos de 1950. Esse paradigma representou importantes mudanças estruturais na composição do texto noticioso e, sobretudo, em relação ao discurso alheio que, desde então, tornou-se material privilegiado a ser articulado com a pretensão de isentar o discurso jornalístico de qualquer avaliação sobre o fato noticiado. Na imprensa brasileira, a introdução do paradigma da objetividade se deu sob determinadas particularidades históricas, políticas e econômicas que demandavam um processo de autoafirmação da grande imprensa. Além disso, a introdução desse paradigma também se deu num período em que as condições tecnológicas permitiam a reprodução da fotografia em grande escala. Assim, a imagem fotográfica, já amparada em concepções científicas de objetividade mecânica, entrou como elemento de peso para sustentar os valores defendidos sob a determinação do paradigma da objetividade e, inclusive, condicionando práticas de produção e consumo da notícia. Partindo dessas considerações, procuramos investigar a relação estabelecida com o discurso alheio constituída na interação semiótica do signo verbal e do fotográfico no gênero do discurso notícia. Para realizar nosso trabalho buscamos apoio principalmente na Filosofia da Linguagem bakhtiniana e em trabalhos específicos de teoria e história da imprensa e do fotojornalismo; além disso, para auxiliar nossas compreensões, buscamos apoio em alguns trabalhos que tratam especificamente da imagem fotográfica. Para operar nossa investigação selecionamos um conjunto de textos noticiosos do caderno *Cotidiano* do jornal *Folha de S. Paulo*. Em nossas análises pudemos perceber tendências de uso das formas sintáticas do discurso indireto e do discurso direto que correspondem à refração ideológica do paradigma da objetividade. Também pudemos compreender formas distintas de orientação da imagem fotográfica para o discurso alheio que podem enfatizar ou atenuar as avaliações desse discurso, modificar o seu valor de verdade, fortalecê-lo ou enfraquecê-lo na hierarquia social dos valores, justificá-lo ou condená-lo moralmente, cientificamente, pragmaticamente, etc.

Palavras-chave: Gênero do discurso notícia. Ideologia. Discurso citado. Fotografia.

ABSTRACT

In this work, we intend to investigate the guidance forms to *other's discourse* considering the *news genre of discourse* in the field of Brazilian mainstream press. The introduction of the paradigm of objectivity, inserted in the 1950 years, was very important in the history of this sphere of activity. This paradigm has represented major structural changes in the composition of the news text and especially about the *reported speech* which, since then, it has become a privileged material to be articulated with the pretense of exempting journalistic discourse of any assessment about the fact reported. In the Brazilian press, the introduction of the paradigm of objectivity took place under some historical, economic and political context which required of the mainstream press self-assertion. In addition, the introduction of this paradigm also has occurred in a time when the technological conditions allow the reproduction of the photograph on a large scale. Thus the photographic image, supported by scientificist conceptions of mechanical objectivity, was added as a significant element to support values espoused under the paradigm of objectivity, also conditioning the practices of production and consumption of news. Based on these considerations, we intended to investigate the relationship established with the reported discourse, formed by the semiotic interaction of verbal and photography signs in the *news genre of discourse*. To accomplish this work, we sought support mainly in the Bakhtinian Philosophy of Language, and specific theoretical and historic works about press and photojournalism. In addition, as support for our understandings, it was also considered some studies that deal specifically with photographic image. In order to operate our study, we selected a set of texts of editorship *Cotidiano* of the *Folha de S. Paulo* newspaper. In the analysis it was observed a peculiar trend for the use of syntactic forms of indirect speech and direct speech which correspond to the ideological refraction from the paradigm of objectivity. We also understand distinct forms of positioning of the photographic image in relationship with the *some else discourse*, which may emphasize or reduce the assessments of this kind of discourse, change its truth value, strengthen it or weaken it in the social hierarchy of values, justify or condemn it morally, scientifically and pragmatically, etc.

Keywords: News genre of discourse. Ideology. Reported speech. Photography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	102
Figura 2.....	104
Figura 3.....	125
Figura 4.....	137
Figura 5.....	140
Figura 6.....	141
Figura 7.....	143
Figura 8.....	148
Figura 9.....	150
Figura 10.....	153
Figura 11.....	154
Figura 12.....	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
O problema e sua justificativa	10
Construção do Corpus.....	18
Roteiro de investigação e organização dos capítulos	20
CAPÍTULO PRIMEIRO: O GÊNERO NOTÍCIA E O PARADIGMA DA OBJETIVIDADE NA GRANDE IMPRENSA DO BRASIL	23
1.1. A formação da grande imprensa: aspectos políticos e econômicos no período de consolidação da imprensa brasileira.....	25
1.1.1. As duas primeiras décadas do século XX.....	27
1.1.2. As décadas de 30 e 40	32
1.1.3. Os anos 50.....	33
1.1.4. Mudanças textuais.....	36
1.2. A fase da modernização – introdução do paradigma da objetividade e novas identidades.....	39
1.3. A cultura de imprensa	43
1.3.1. O poder da imprensa	45
1.3.2. Concepções de língua e linguagem em torno da prática jornalística	48
1.4. O contexto da Folha de S. Paulo.....	51
CAPÍTULO SEGUNDO: PARA UMA COMPREENSÃO DO GÊNERO DO DISCURSO NOTÍCIA NA UNIDADE DOS ESTUDOS BAKHTINIANOS: CONCEITOS E OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	56
2.1. Questões metodológicas da compreensão responsiva	58
2.1.1. O dialogismo como pressuposto fundamental.....	58
2.1.2. As etapas da compreensão responsiva.....	62
2.2. O signo ideológico	65
2.3. O discurso citado	69
2.4. Os gêneros do discurso	71
2.5. Uma noção de texto como enunciado pleno.....	75

CAPÍTULO TERCEIRO: A MENSAGEM FOTOGRÁFICA E A INTERAÇÃO VERBAL-FOTOGRÁFICA NA UNIDADE DO GÊNERO NOTÍCIA.....	78
3.1. Algumas notas sobre a mensagem fotográfica	80
3.2. Uma cultura de produção e consumo do fotojornalismo ocidental	89
3.3. A imagem fotográfica como signo ideológico e a interação verbal-fotográfica na unidade do gênero notícia	95
3.4. O tempo e a responsabilidade na mensagem fotográfica de imprensa	98
CAPÍTULO QUARTO: APREENSÃO E TRANSMISSÃO DO DISCURSO ALHEIO NO GÊNERO NOTÍCIA – CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	101
4.1. O gênero do discurso notícia no contexto da Folha de S. Paulo.....	101
4.2. Tendências gerais de apreensão e transmissão do discurso alheio nas formas verbais.....	108
4.3. Tendências gerais de orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	172

INTRODUÇÃO

*Já não se ousa dizer nada com convicção;
e para dissimular as incertezas, as pessoas refugiam-se
nos diversos graus da citação: já não falamos senão entre aspas.*

Tzvetan Todorov

O problema e sua justificativa

Esta dissertação resulta do trabalho de pesquisa no qual propusemos investigar a relação com o discurso alheio configurada no gênero do discurso *notícia de imprensa*. Gostaríamos de começar dizendo algo como: “Até hoje é possível perceber que...” primeiras palavras que de início indicam uma abordagem histórica consistente, ou pelo menos a sua pretensão. Todavia, nossa abordagem se limita a um pequeno tempo e a um pequeno espaço. Em tempos de uma otimidade de produção o comentário se torna o gênero por excelência. Restringimos nossa observação ao contemporâneo e traçamos nossa busca por um recorte da *grande imprensa* brasileira.

Grande imprensa é o termo utilizado para se referir às grandes empresas jornalísticas que se consolidaram durante o século XX, e que desde sua segunda metade têm mantido monopólio da produção da informação noticiosa, estendendo sua cobertura, divulgação e influência em âmbito nacional. Geralmente, essas grandes empresas pertencem a determinadas famílias ou grupos muito coesos que concentram a propriedade sobre diversos veículos informativos e meios de produção como a imprensa, o rádio, a televisão, a produção cinematográfica e os meios digitais, constituindo o que Sousa (1999) chama de *oligopólios* da comunicação¹. Segundo Abreu (2002, p. 38), no Brasil, essas empresas também “constituem conglomerados que incluem diversos setores, como editoras e distribuidoras dos mais diversos tipos de publicações, cadeias de hotéis, empreendimentos turísticos etc.”. Embora, hoje, a circulação e a estrutura da informação estejam adquirindo aspectos diferenciados por conta dos meios digitais em rede pública (LAJE, 2006), podemos dizer que o domínio de

¹ No Brasil são exemplares os casos das empresas *Globo Comunicação e Participações S.A.*, *S.A. O Estado de S. Paulo*, *Empresa Folha da Manhã S.A.*

produção e de influência da grande imprensa ainda está longe de ser abalado. O fato é que as grandes empresas jornalísticas sempre se colocam em linha de frente na adaptação aos avanços tecnológicos. Só para citar um exemplo, o grupo *Folha de S. Paulo* desenvolveu e mantém desde 1996 um dos maiores portais da internet na América Latina, o *UOL*. Na sua página² de apresentação expõe:

Pioneiro na internet brasileira, o UOL conta com mais de 2 milhões de assinantes pagantes para os serviços de acesso, conteúdo e produtos. Oferece o mais extenso conteúdo disponível em língua portuguesa, com mais de 1.000 canais de jornalismo, informação, entretenimento e serviços. Credibilidade e inovação são valores da empresa. Possui a mais completa plataforma de produtos e serviços da internet, nas áreas de publicidade online, comunicação, comércio eletrônico, hospedagem e segurança. No jornalismo, o UOL reúne conteúdo próprio e de fontes prestigiosas, como *Folha de S. Paulo*, *The New York Times*, *Der Spiegel*, *Financial Times*, *USA Today*, *BBC* e *Reuters*. O time de colunistas e blogueiros do UOL reúne nomes consagrados, como Juca Kfoury, Maurício Stycer, Inácio Araújo, José Simão, Fernando Rodrigues, Jairo Bauer, Ana Maria Bahiana e Ricardo Perrone, entre muitos outros.

O que se pode concluir desse excerto é que o conteúdo jornalístico concentrado no portal é o mesmo dos grandes jornais de imprensa. Os nomes dos periódicos e das agências que ali figuram estão entre os mais tradicionais da imprensa mundial. As personalidades apresentadas como colunistas consagrados também são de uma escola de redação de imprensa. Embora empresas e jornalistas há tempo venham desenvolvendo linguagem própria para o suporte digital (ABREU, 2002) e as mídias digitais provocado uma reestilização gráfica generalizada, em certa escala, a fonte primária de produção da notícia ainda continua sendo a redação nos moldes da imprensa. Além disso, se em países ditos desenvolvidos os grandes jornais atingiram um ponto de saturação das tiragens, em países ditos emergentes, como o Brasil, a melhoria nos padrões de consumo e educação pode ainda integrar novo público leitor (FOLHA DE S. PAULO, 2010). Segundo dados divulgados pela *Associação Nacional de Jornais* (<http://www.anj.org.br>³), desde 2007, os cinco periódicos mais vendidos no país têm ultrapassado a marca dos 200.000 exemplares por dia. Em 2010 a média de circulação da *Folha de S. Paulo* (mais tradicional) foi de 294.498 exemplares por dia, e do tablóide *Super Notícia* (mais popular) foi de 295.701, atingindo pela primeira vez a marca do mais vendido. A ascensão do tablóide *Super Notícia* corrobora a ideia de que a melhoria das condições de educação e consumo pode ainda integrar novos leitores à imprensa. Mais do que

² Página atualizada em 04/2011. <http://sobreuol.noticias.uol.com.br/>

³ Página consultada em 04/2011.

isso, revela o papel social que a imprensa desempenha na unidade da comunicação social e o poder que ainda exerce na *cultura letrada* brasileira, a qual, de tradição secular, intimamente vinculada aos processos de colonização da América Latina, mantém distinções e hierarquias que penetram quase todas as relações sociais, constituindo o modo como as pessoas vivem e significam suas vidas.

Por razões como essas, poderíamos ter começado dizendo: até hoje é possível considerar a notícia de imprensa uma forma essencial da comunicação discursiva, que como tal exerce importante influência na unidade cultural e reflete suas especificidades sobre o conjunto ideológico da comunicação social. Por isso o nosso interesse pela notícia de imprensa.

Em sociedades democráticas como a nossa, a notícia e os modos de sua veiculação exercem um papel significativo na construção do imaginário social. Por ser uma atividade de linguagem ímpar, ela permeia distintas formas de interação, desde as oficiais até as mais cotidianas ou triviais e responde aos mais diversos interesses nas mais variadas formas de realização. Enquanto atividade de linguagem e de interação, a notícia, caracterizada principalmente como artefato linguístico, pode ser reveladora de tendências sócio-ideológicas capazes de apontar transformações e estabilizações tanto das formas de comunicação social quanto das formas de uso da língua e de outros códigos da linguagem. Na corrente evolutiva da comunicação social, determinados valores em curso, enquanto reflexos de necessidades econômicas e sócio-culturais, acabam por determinar as formas de interação, provocando mudanças nas formas relativamente estáveis de uso da linguagem. Especificamente em relação à língua, dizem Bakhtin/Volochínov (2004, p. 124)

as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua.

Dentre as possíveis mudanças nas formas da língua e de outros sistemas de linguagem, muito significativas são aquelas que refletem a relação de interlocução, isto é, a maneira como o discurso é organizado em função da atividade comunicativa que coloca em ação três participantes: o locutor, o interlocutor e o próprio tema ou objeto do discurso. Essa inter-relação é intimamente determinada pelo conjunto ideológico da vida cultural. Um

aspecto muito importante dessa relação é o fato de que a enunciação é organizada na sua estrutura a partir do exterior. Toda enunciação falada ou escrita é modelada ideologicamente em função do ouvinte ou leitor, seja ele concreto ou potencial, isto é, toda enunciação é construída em vista de um *auditório social* que por seu turno pode se aproximar para mais ou para menos do auditório médio da criação ideológica conforme o grau de aculturação do locutor. O interlocutor imediato determina a forma e o estilo ocasional da enunciação, e os “estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (*id. ibid.*, p. 114). Outro aspecto importante da relação de interlocução é o fato de que um discurso só tem sua efetividade com base nas práticas significantes de outros discursos, de modo que todo enunciado de certa maneira é sempre uma retomada de outros enunciados, pois os leva em conta, responde a eles (PONZIO, 2008). As formas distintas que essa orientação, em relação ao discurso alheio, adquire na corrente evolutiva da comunicação social acaba por se refletir e se cristalizar nos sistemas de linguagem e em especial na língua como as formas de discurso citado. A importância de tomar esses aspectos como tema de estudo pelo viés da Filosofia da Linguagem bakhtiniana encontra fundamento na sua própria concepção social-dialógica da linguagem. A compreensão dos sistemas de linguagem não se desvincula, portanto, de sua compreensão na unidade da vida cultural, unidade que integra as formas ou tipos de relações inter-individuais. Como acentuam Bakhtin/Volochínov em relação ao sistema da língua “nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem e da personalidade do locutor, os tipos de comunicação sócio-ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial” (*id. ibid.*, p. 154).

Assim, em nossas primeiras reflexões sobre o gênero do discurso notícia, buscando compreender ali a relação com o discurso alheio, pareceu-nos válido considerar principalmente a determinação por um paradigma de objetividade que se instalou na grande imprensa brasileira durante sua consolidação. Esse paradigma representou importantes mudanças estruturais na composição do texto noticioso, mas, sobretudo, para o que nos interessa, representou uma mudança profunda na relação com o discurso alheio. Até então existia um fato a ser reportado, trabalhado. A atenção recaía sobre a interpretação do fato por determinado indivíduo ou personalidade (o jornalista), alguém capaz das habilidades de linguagem necessárias e exclusivas para reconstruir verbalmente e com estilo determinado acontecimento. A instauração do paradigma da objetividade provocou, pode-se dizer, um deslocamento do centro de atenção e do material de trabalho do jornalista. A partir do

paradigma da objetividade os discursos sobre o fato passaram a ser o material privilegiado de trabalho e a atenção se voltou para a capacidade de exposição e articulação desses discursos. Conforme Sousa (1999), a ideologia da objetividade, imbuída de cientificismo, consolidou-se na imprensa norte-americana no início do século XX como ideologia fundante do jornalismo ocidental moderno, causando mudanças no texto como a contrastação de fontes, “o uso e abuso de citações” e a ausência de adjetivação.

No Brasil, essa ideologia vigoraria justamente no momento de expansão tecnológica e de mudanças profundas no panorama político e econômico pela metade do mesmo século. Coincidentemente, esse era um momento em que a tecnologia de reprodução já permitia a veiculação da imagem fotográfica em escala qualitativa e quantitativa. Assim, por concepções próprias em torno da ontologia fotográfica, o fotojornalismo foi integrado pela imprensa brasileira como elemento de peso na ideologia cientificista da objetividade, desenvolvendo processos retroalimentativos de veracidade no discurso noticioso. Por muito tempo a imagem fotojornalística foi tratada como estrutura imanente capaz de apresentar a realidade tal qual, como se fosse uma janela que se abrisse para o acontecimento.

Tanto a ideia da articulação objetiva e exata da citação de fonte quanto a ideia da imagem fotográfica como espelho do real corresponderam a concepções de língua e linguagem filosoficamente bem amparadas em uma tradição que encontra suas raízes no racionalismo. Por conta dessas concepções, demorou-se a admitir, nos moldes do paradigma da objetividade, o caráter retórico da notícia e, sobretudo, da imagem nessas mesmas condições. Todavia, não se pode dizer que haja ingenuidade nas práticas profissionais. Em verdade, como se pode ver em Ribeiro (2002), muitos jornalistas da década de 1950, período em que se instaurou o paradigma da objetividade no Brasil, já condenavam a objetividade como ideal impossível. O fato é que esse ideal se instaurou na atividade jornalística correspondendo a uma complexa rede de motivos desencadeados na conjuntura em que vivia a imprensa do período (descreveremos essa conjuntura no primeiro capítulo). Ocorreu, então, que a estrutura composicional em vista da objetividade e um novo estilo de gênero, conseqüentemente, firmaram-se nos periódicos com determinada preeminência. Ademais, embora muitos trabalhos teóricos e práticos da filosofia, da ciência da linguagem, da comunicação e da teoria do jornalismo já tenham demonstrado a impossibilidade de uma objetividade plena, ainda hoje é possível perceber os ecos de tal paradigma no gênero notícia, incluindo-se aí as concepções em torno da imagem fotográfica.

Pode-se dizer que na construção da notícia são mobilizadas estratégias discursivas que não se limitam a um simples consenso determinado por condições culturais. Isto é, somente a crença na objetividade não elaboraria formas sofisticadas de apreensão e articulação do discurso alheio, nem do uso da fotografia. Isso se deve mais ao embate ideológico travado no jogo da comunicação social. O paradigma da objetividade só existe enquanto afirmação de uma objetividade e tal afirmação não se restringe a uma auto-afirmação identitária, ela se dá nas formas estilísticas e composicionais e nos temas do gênero do discurso notícia, que refletem e refratam as valorações ideológicas na orientação para com o discurso alheio sob o peso dessa afirmação.

O problema da objetividade no jornalismo, incluindo a imagem fotográfica como expressão material, já tem sido abordado pela semiologia (Barthes), pela Análise do Discurso (Pêcheux), pelas teorias do jornalismo (Traquina), pela filosofia crítica (Escola de Frankfurt) e por teorias situacionistas (Debord) há várias décadas. No contexto brasileiro, inúmeras produções já desmitificaram a objetividade jornalística há muito tempo, e no caso da imagem fotográfica é exemplar o estudo de Arlindo Machado na década de 1980 (*A ilusão especular: introdução à fotografia*), que demonstra com precisão e profundidade filosófica o caráter enunciativo da imagem, a natureza ideológica do signo iconográfico, bem como as ideologias que atravessaram séculos condicionando as formas e estilos de produção.

Assim, não é novidade nenhuma falar da objetividade na imprensa, da pretensa imparcialidade, do pseudo apartidarismo e, sobretudo, do caráter discursivo do signo fotográfico. Todavia, ainda parece não ter se esgotado o campo de estudos que abordam diretamente a relação com o discurso alheio materializada nas formas, tipos e estilos enunciativos da comunicação discursiva noticiosa e quando se trata da imagem fotojornalística tal abordagem ainda parece germinar⁴. A relação com o discurso alheio foi ou ainda tem sido tratada, muito frequentemente, colocando-se em perspectiva as formas de produção da informação e pela exposição das etapas de coleta e processamento de dados e dos tipos de relacionamento com as fontes (incluindo as pessoas entrevistadas) de informação. Podemos citar trabalhos específicos de abordagens históricas como em Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia e no campo da teoria do jornalismo por estudiosos como Nilson Lage,

⁴ Devemos ressaltar, contudo, que o problema da imagem e da cultura visual já tem sido desenvolvido com amplitude e profundidade no campo de estudo da Arte e encontra aí considerável tradição. Cf. *VIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB*.

Jorge Pedro Sousa, Nelson Traquina, só para elencar alguns nomes mais emblemáticos⁵. Nos campos da comunicação e das ciências sociais muito frequentemente se encontram trabalhos que tratam das manipulações de conteúdo e das consequências ideológicas. Na abordagem linguística ou discursiva, pelo menos num contexto mais próximo da nossa pesquisa, isto é, no panorama brasileiro, o tema do discurso citado na imprensa (ou no discurso midiático) tem sido tomado como objeto há alguns anos em estudos embasados principalmente nos trabalhos de Authier-Revuz, Bakhtin, Foucault, Geraldi, Gregolin, Faraco, Fiorin, Maingueneau, Orlandi, Pêcheux, só para citar também outros nomes emblemáticos, embora muitos outros estudiosos devessem integrar essa lista⁶. Mas quanto à relação do signo fotográfico com o discurso alheio, acreditamos que há ainda o que dizer, principalmente no campo dos estudos bakhtinianos⁷. Poucos têm sido os trabalhos, como de Brait⁸ (2006) e (2008), que tratam da relação verbo-visual e (2011), que trata especificamente da citação visual; de Miotello & Orlandini (2008), que trata da reprodução de avaliações sociais nas imagens de imprensa; de Magalhães (2009), que trata da questão verbo-visual e da autoria com implicação ética na construção do sentido na imprensa; e de Barbosa (2010), que propõe uma leitura dialógica da linguagem verbo-visual⁹.

Assim, acreditamos na validade de nossa proposta e esperamos contribuir para ampliar a compreensão da linguagem na sua prática social, conforme determinada em tipos e formas que refletem as relações sociais contemporâneas ao passo que refratam a dimensão cultural nas interações semióticas diversas. Esperamos contribuir especificamente para a compreensão da relação com palavra alheia na notícia de grande imprensa, incluindo as

⁵ Não citamos aqui nenhuma obra específica, pois consideramos que, para interessados, vale mais conferir o conjunto todo dos trabalhos desses autores. Para um conhecimento epistemológico é bastante valiosa a referência SOUSA, Jorge P. *Os Estudos Jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico*. Universidade Fernando Pessoa, s/d, 168 p. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

⁶ Conferir, por exemplo, ROMÃO, L. M. S. (Org.); GASPAR, N. R. (Org.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008; DINIZ, M. L. V. P. (Org.); PORTELA, J. C. (Org.) *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP-FAAC, 2008.

⁷ Em outros campos de estudos do discurso temos referências a representações simbólicas, ao imaginário social, ao interdiscurso e a conceituações de memória que de maneira produtiva tratam do enunciado visual enquanto outro ou do efeito de mobilizar sentidos advindos de outros enunciados. Podemos citar aqui os trabalhos organizados por Gregolin (2003). Muito produtivo também é o trabalho da pesquisadora Regina Sousa Gomes (2004), que por um viés semiótico aborda o sincretismo de linguagens no jornalismo. Também podemos apontar em relação específica ao fotojornalismo o trabalho recentemente lançado *Fotografia e Jornalismo: A Informação pela Imagem* de Dulcília Helena Schroeder Buitoni.

⁸ Vale ressaltar a iniciativa do Projeto *Verbo-visual e produção de sentidos: perspectiva dialógica* desenvolvido pela pesquisadora Beth Brait desde 2008, o qual inclui 4 trabalhos em mestrado e 6 em doutorado. Cf. <http://www.pucsp.br/pesquisa-seleta-2011/projetos/387.php>

⁹ Também devemos incluir aqui os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores como Diana Luz Pessoa de Barros, Irene Machado, Miriam Bauab Puzzo, Sheila Vieira de Camargo Grillo.

formas de interação semiótica relacionadas ao enunciado fotográfico. Numa sociedade que há séculos vive sob o signo da palavra, por conta da tecnologização cultural, a imagem tem cada vez mais desempenhado funções ideológicas em gêneros do discurso distintos, em diversos campos de criatividade. Por outro lado, como signo em transformação, tem sido cada vez mais exposta aos temas da banalidade e até mesmo disputado com a palavra um lugar na comunicação da vida cotidiana. Se há aí um movimento dialético, compete compreender sua substancialidade na corrente infinita da comunicação discursiva, a sua importância na unidade da vida cultural.

A notícia, como materialidade da comunicação social, está inteiramente sujeita às implicações do signo ideológico, da linguagem (de maneira geral) e a particularidades da língua, mas ao mesmo tempo, mutuamente, reverbera suas especificidades na unidade da comunicação social. A autoria-jornalística (colocando em jogo comunicativo materialidades sógnicas diversas: verbal, pictórica, imagética, infográfica) não apresenta, apenas, um acontecimento. Este é, antes, representado, e sob determinadas condições pode até mesmo ser produzido. Invariavelmente, representado ou produzido, o acontecimento é articulado no texto noticioso principalmente pela apreensão e transmissão de discursos alheios ao mesmo tempo em que se orienta para outros discursos. A relação da notícia com um acontecimento determinado se dá, portanto, como uma relação discursiva.

Isso posto, o problema central que colocamos para nossa pesquisa é de que a relação com o discurso alheio no gênero do discurso notícia ganhou um acento especial sob o paradigma da objetividade, o qual foi capaz de reconfigurar a composição do gênero e relativamente estabilizar estilos e concepções. No panorama brasileiro, a introdução desse paradigma coincidiu com a possibilidade de reprodução em grande escala da imagem fotográfica, sendo o fotojornalismo integrado como elemento de peso na ideologia cientificista da objetividade, gerando particularidades na orientação da notícia para com o discurso alheio.

Como forma de elaborar uma síntese da problematização acima apresentada, e de reorientá-la para a pesquisa, levantamos algumas questões:

- 1- Sob a determinação do paradigma da objetividade, quais os esquemas sintáticos, estilísticos e composicionais de apreensão e transmissão do discurso alheio constitutivos do gênero do discurso notícia de imprensa?
- 2- Qual é o papel da imagem fotográfica na composição da unidade do texto?

- 3- Que elementos formais e convencionais garantem essa unidade enquanto integradora da imagem e quais efeitos discursivos a imagem pode provocar?
- 4- Quais as relações possíveis da imagem com o discurso alheio enquanto discurso citado e quais são as formas específicas de orientação para esse discurso?

Nosso objetivo geral é construir uma compreensão da dinâmica da inter-relação do paradigma da objetividade com a configuração do gênero do discurso notícia no âmbito da grande imprensa brasileira, tomando por objeto específico a relação estabelecida com o discurso alheio, constituída na interação semiótica do signo verbal e do fotográfico. Para realizar tal tarefa, temos por objetivos específicos abordar: a) as relações, formas e variantes de registro do discurso citado, de modo a compreender as tendências sócio-ideológicas nas formas patentes de apreensão e de transmissão do discurso alheio; b) o papel da fotografia na unidade do texto e na constituição do gênero notícia, de modo a demonstrar uma mútua constitutividade de sentidos na relação dialógica entre os componentes verbal e fotográfico no interior do gênero; c) a relação da imagem com o discurso alheio, de modo a demonstrar o caráter especial da imagem como forma de apreensão e transmissão desse discurso.

Construção do Corpus

Como dissemos no início, limitamos nossa observação a um pequeno tempo-espaço, mas cabe ainda justificar essa opção. O campo da grande imprensa brasileira, já em mais ou menos um século de produção e há mais de 50 anos determinado pelo paradigma da objetividade, oferece uma quantidade quase infinita de textos onde buscarmos material para procedermos nossas análises. Por isso optamos por delimitar o foco de observação e de coleta de dados elegendo o jornal *Folha de S. Paulo* como modelo representativo. Fizemos essa escolha pautados em dois motivos: desde os anos oitenta mais ou menos a *Folha de S. Paulo* tem estado entre os jornais de maior circulação diária no país, mas sobretudo é considerado um jornal de enorme influência em âmbito nacional, tanto como fonte formadora de opinião quanto como um modelo no campo de atividade da imprensa, exercendo enorme influência sobre a esfera de produção; e em relação à construção da notícia, integra o seu projeto

editorial, ainda que com o reconhecimento da impossibilidade de uma objetividade total, a obrigação do jornalista ser o mais objetivo possível (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 46-7).

Para viabilizar a pesquisa, foram necessários mais alguns critérios para uma delimitação satisfatória. Como primeiro critério, conforme sugestão de nosso orientador, realizamos um recorte temporal. Dessa forma, restringimos o tempo de produção jornalística que abordáramos em três meses, entre abril a junho de 2010, compreendendo o período em que a *Folha de S. Paulo* realizou mudanças no seu projeto gráfico¹⁰. A opção por esse período também foi sugestão de nosso orientador, indicando, inclusive, que averiguássemos se as mudanças estruturais e estilísticas no todo do jornal apresentariam alguma consequência no objeto específico de nosso estudo. Quanto a isso podemos adiantar que não encontramos mudanças sensíveis no que diz respeito à orientação para o discurso alheio, mas pudemos perceber mudanças quantitativas na presentificação da imagem nos textos noticiosos, o que, na história evolutiva do gênero, possivelmente resultará em mudanças no plano macro composicional.

Utilizamos, também, como critérios para delimitação, nosso próprio objetivo de pesquisa e o objeto específico que tomamos para compreensão. Assim, dado ser um ponto importante do nosso objetivo a compreensão dialógica da imagem fotográfica da notícia e de sua relação com o discurso alheio, decidimos trabalhar apenas com textos que contivessem imagens fotográficas na composição. Além disso, delimitamos nossa observação ao caderno *Cotidiano*: primeiro, porque, sendo nosso objeto a relação com o discurso alheio, sabemos que, dentre as diversas editorias, o caderno *Cotidiano* mantém relação com uma multiplicidade muito maior ou quase total de atores sociais na condição de fonte. Segundo, porque o gênero fotojornalístico mais comum desse caderno é a fotografia de notícia geral ou *general news* (SOUSA, 2002, p. 109-127), a qual permite maior planejamento ao fotojornalista, o que abre espaço para um rol maior de significações projetadas, intencionadas pelo autor na composição da imagem e por consequência na construção simbólica (refração ideológica) da realidade¹¹. Daí julgarmos as *notícias gerais* material mais rico para desenvolvermos nosso estudo.

¹⁰ A primeira edição com o novo projeto gráfico saiu no dia 23/05/2010.

¹¹ No primeiro capítulo (tópico 1.3) apontamos que a notícia, na cultura de imprensa (na relação que envolve a produção e o consumo), pelo fato de organizar racionalmente representações das experiências de mundo, acaba por construir uma imagem coerente do modo de viver, acionando, assim, múltiplos processos de identificação e que dessa maneira a imprensa contribui também para a construção da realidade.

Nos 3 meses que delimitamos para observação, em 91 edições foram publicadas, no caderno *Cotidiano*, mais ou menos 1580 notícias. Visto que optamos por selecionar apenas os textos com fotografia na composição, recortamos para o corpus aproximadamente 700 textos noticiosos. Aqui não definimos um número exato, pois há casos em que uma única fotografia se vincula a mais de uma notícia e outros em que a fotografia funciona como manchete.

Roteiro de investigação e organização dos capítulos

Até aqui, cremos já ter deixado claro o nosso objeto de estudo: a dinâmica da inter-relação com o discurso alheio na configuração do gênero do discurso notícia sob a determinação do paradigma da objetividade no âmbito da grande imprensa brasileira; também deixamos claro a base teórica que adotamos, a Filosofia da Linguagem bakhtiniana. A pergunta que podemos fazer agora é: que caminho trilhar para empreender nosso estudo? Segundo Souza (2002, p.79), no artigo, *Estrutura do Enunciado*, Volochínov elabora um esquema a servir de fio condutor para o estudo do enunciado, de modo a compreender as mudanças nas formas da linguagem, o modo como se processam, os fatores que as determinam e a ordem em que ocorrem.

Organização econômica da sociedade
 ↓
 A comunicação social
 ↓
 A interação verbal (comunicação verbal)
 ↓
 Os enunciados
 ↓
 As formas gramaticais de linguagem

Esse esquema corresponde diretamente ao modo como Bakhtin/Volochínov (2004) compreendem a evolução da língua, conforme já apontamos no início desta introdução, e a ordem metodológica para seu estudo, isto é, abordar:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala

na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (*id. ibid.*, p. 124).

Seguindo esses passos, organizamos nosso estudo, então, num sentido que vai do mais geral ao particular, a partir de aspectos históricos das condições concretas da esfera de comunicação social que abordamos, os seus vínculos com as formas distintas de enunciados que analisamos, e as formas de linguagem que refletem essa relação. Assim, construímos nosso estudo da seguinte forma:

No primeiro capítulo investigamos, em bibliografia específica, como se deu a introdução do paradigma da objetividade na imprensa brasileira. Para tanto recorreremos à história da formação da grande imprensa, tentando compreender a partir de uma dimensão cultural como se deu esse processo. Buscamos compreender que a introdução do paradigma da objetividade na imprensa brasileira se deu sob determinadas particularidades do contexto histórico, socioeconômico, tecnológico e político. Nesse capítulo fazemos ainda algumas observações sobre o período de transição em que se deu a introdução definitiva do paradigma da objetividade na imprensa e alguns apontamentos sobre a cultura de imprensa brasileira vinculada a condições históricas da América Latina.

No segundo capítulo apresentamos nossas opções metodológicas, refletindo sobre conceitos específicos formulados no arcabouço da Filosofia da Linguagem bakhtiniana, linha teórica que adotamos como base fundamental para desenvolvermos nosso trabalho. Apontamos uma compreensão do *dialogismo* como pressuposto metodológico e a categoria de *compreensão responsiva ativa* como quadro de procedimentos metodológicos para atuar a análise do texto noticioso como *enunciado pleno*. Embora haja uma unidade dialógica a qual envolve os diversos conceitos e temas desenvolvidos em torno do pensamento bakhtiniano, restringimos nossa reflexão apenas sobre aqueles diretamente vinculados à demanda de nosso problema de pesquisa. Por isso, trabalhamos principalmente com os conceitos dos gêneros do discurso, do signo ideológico, do discurso alheio e do texto como enunciado pleno.

No terceiro capítulo procuramos apontar algumas características específicas do *enunciado fotográfico*, alguns aspectos do fotojornalismo e da relação verbal-fotográfica. Para abordarmos a fotografia buscamos em literatura específica alguns elementos históricos, estéticos e técnicos que contribuem para uma compreensão discursiva da imagem e especificamente no que se refere ao uso jornalístico. Assim, também apresentamos alguns

autores que têm se destacado como referência nos estudos da imagem fotográfica. Ao fazermos certos apontamentos sobre o fotojornalismo, procuramos focar alguns elementos que consideramos mais essenciais para se compreender a prática fotojornalística na dimensão da linguagem e aqueles elementos que determinam as práticas profissionais e práticas leitoras como uma cultura de produção e consumo. Ainda incluímos nesse capítulo uma compreensão da imagem como signo ideológico e da relação verbal-fotográfica na dimensão de gênero do discurso.

No quarto capítulo realizamos uma descrição geral dos aspectos do gênero do discurso notícia no contexto da *Folha de S. Paulo*, procuramos abordar a relação entre gêneros primários e complexos e a constitutividade dialógica na relação com o discurso alheio. Procuramos, também, compreender a finalidade do gênero no campo de atividade a que corresponde bem como características do endereçamento enunciativo, abordando, para isso, os elementos caracterizadores do gênero do discurso: conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional. Realizando uma análise geral do corpus da pesquisa, procuramos identificar algumas tendências mais comuns de orientação para o discurso alheio nas formas verbais e na interação verbal-fotográfica. Identificamos, assim, distintas variantes de representação do discurso alheio, as quais, refratadas pelo paradigma da objetividade, correspondem tanto a concepções de linguagem quanto a uma hierarquia social de valores que determina a posição social do falante. Além disso, pudemos identificar formas distintas da relação verbal-fotográfica na sua orientação para o discurso alheio, formas que criam contextos de ordens diversas e caracterizam esse discurso.

CAPÍTULO PRIMEIRO: O GÊNERO NOTÍCIA E O PARADIGMA DA OBJETIVIDADE NA GRANDE IMPRENSA DO BRASIL

Neste capítulo pretendemos abordar alguns elementos que compõem o contexto do problema a que nos dedicamos. Para melhor desenvolvimento dessa abordagem, dividimos o capítulo em quatro tópicos, e em cada um buscamos agarrar uma ponta do fio que trama o contexto que queremos visualizar.

No primeiro tópico apontaremos, em linhas gerais, alguns aspectos político-econômicos, discursivos e culturais que contribuíram para instaurar, no Brasil, o paradigma da objetividade na imprensa como modelo de se fazer notícia. Dizemos aqui, ‘em linhas gerais’, pois nosso interesse é, sobretudo, linguístico-discursivo e se pauta na configuração do gênero notícia na grande imprensa brasileira. Portanto, não nos compete deslindar os problemas históricos que envolvem o tema abordado, mas por outro lado, também não podemos prescindir de sua presença constitutiva. Por isso, para apreender essa configuração do gênero notícia e averiguar, conforme os objetivos de pesquisa, a determinação desse gênero pelo paradigma da objetividade e possíveis transformações no seu interior, decorrentes das condições históricas dos últimos anos, faz-se necessário recorrer à gênese dessa configuração marcada, desde a primeira metade do século XX¹², pelos adventos tecnológicos e político-econômicos, bem como por toda uma rede de discursividades que permearão todo o século.

O raciocínio que pretendemos desenvolver nesse tópico é de que o princípio de objetividade que se instalou na imprensa brasileira, principalmente durante seu processo de modernização na década de 50, e a consolidação desse princípio como paradigma, bem como sua defesa discursivo-identitária tanto pelas empresas jornalísticas como pelos próprios

¹² A consideração desse período não ignora, necessariamente, os elementos formadores do gênero notícia na imprensa brasileira desde o surgimento no ano de 1808 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal produzido pela *Imprensa Régia* e que veiculava documentos de ofício, informações sobre os príncipes da Europa e sobre a família real no Brasil (SODRÉ, 1977, p. 22-23); também não exclui tentativas revolucionárias como a de José Luis de Mendonça em 1817 em Pernambuco com o documento *Preciso* (*id. ibid.*, p. 42-44) no qual critica a “tirania real”. Não exclui, ainda, toda uma continuidade cronológica como o processo de independência, as reivindicações de liberdade de pensamento, a censura e a perseguição, os litígios entre os jornais ministeriais, imprensa áulica e os pasquins, avanço liberal, regresso conservador, consolidação do Império, transformações filosóficas e estéticas, instituição da República, um surto de imprensa com a proliferação de inúmeros pequenos jornais por todo o Brasil, subordinação ou combatividade ao novo regime, e finalmente a constituição da imprensa como empresa e sua entrada para o capitalismo na virada do século – a transição da imprensa artesanal para a industrial (*ibid.*). Toda uma gama de acontecimentos que preencheram o século XIX, na sua relação com a imprensa, certamente, é importante para a constituição do gênero do discurso aqui estudado, no entanto, todos esses elementos herdados desse século serão tomados aqui por pressupostos, visto ser de nosso interesse, como apontado acima, as determinações do gênero notícia por adventos do século XX.

jornalistas, não se deu apenas por uma importação automática dos modelos norte-americanos mais modernos da época. A consolidação do paradigma da objetividade na grande imprensa brasileira insurgiu como resposta: aos movimentos de repressão à liberdade de imprensa¹³ ou à subordinação da mesma ao Estado em diversos momentos da história; aos reveses da imprensa partidária em diversas circunstâncias; e, principalmente, às necessidades mercadológicas que iriam orientar a sobrevivência das empresas jornalísticas, inclusive determinando a busca por padrões éticos. Pautada no paradigma da objetividade, a grande imprensa, enquanto empresa capitalista e, portanto, gerida pelas leis do mercado (BAHIA, 2009, p. 152), também se distinguiu ideologicamente da pequena imprensa das grandes cidades – esta imprensa foi representada no decorrer do século por inúmeras folhas de vida muito efêmera e notadamente partidárias, caracterizada, portanto, como *imprensa proletária* (SODRÉ, 1977, p. 370). O paradigma da objetividade serviria como principal ferramenta para defender um ideal de imparcialidade e apartidarismo, o qual fundamentou a relação entre diversas empresas jornalísticas e seu público leitor, enformando, assim, uma cultura de imprensa. Conforme observa Barbosa (2007, p.150) ao abordar a história cultural da imprensa carioca no século XX, o processo de modernização da imprensa iniciado na década de 1950 “sedimentou uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século e que encontra na conjunta história dos anos 1950 eco favorável ao discurso da neutralidade”.

No segundo tópico pretendemos abordar propriamente a fase da modernização da imprensa nos anos 50 e as modificações técnicas e profissionais que resultaram no estabelecimento do paradigma da objetividade. Embora o princípio da objetividade tenha entrado no jornalismo brasileiro pela influência do modelo norte-americano, não se pode dizer que no Brasil tenha se configurado o mesmo paradigma sobre o fazer notícia. A especificidade do contexto brasileiro também implica defesas identitárias que vão surgir e se constituir justamente nesse período, moldando a atividade jornalística como a profissão que em muitos aspectos ainda vemos hoje.

No terceiro tópico tentaremos delinear o que chamamos de cultura de imprensa. Podemos dizer que a cultura de imprensa é formada tanto pelas relações de trabalho

¹³ A discussão em torno de a ‘liberdade de imprensa’ ser uma liberdade democrática de publicizar qualquer informação de interesse da sociedade ou um argumento utilizado por empresas jornalísticas para privarem-se de responsabilidade quando se servem de um discurso que defenda um posicionamento ideológico determinado não é foco de nosso interesse. Por isso colocamos essa expressão aqui se referindo apenas à relação da imprensa com o Estado.

como também de consumo. Assim, ela engloba tanto as percepções daqueles que agenciam a produção da notícia quanto as percepções do leitor a respeito do que seja a imprensa e do seu papel no conjunto da sociedade. Ademais, em toda a sua história, a notícia desempenha um papel de regulador social. E, além disso, inserida num contexto específico latino-americano, a cultura de imprensa brasileira se constituiu também pelas determinações históricas que envolvem a concepção social da escritura e as relações de poder que configuram a própria estrutura social das comunidades latino-americanas. Também nesse tópico apontaremos brevemente as concepções de língua e linguagem atreladas a noções filosóficas que embasam práticas distintas de jornalismo.

No quarto tópico faremos uma breve contextualização da história do jornal *Folha de S. Paulo*. Como nosso problema de estudo abre margens para uma corrente quase infinita de textos, por opções metodológicas, elegemos esse jornal como modelo representativo da grande imprensa e *lugar* específico para recolhermos os textos que integram o corpus de análise. Assim, ao tratarmos de modo geral de um período da história da imprensa que julgamos importante na configuração do gênero do discurso que aqui estudamos, também consideramos importante esse recorte mais específico para não incorrerem em equivocadas generalizações.

1.1. A formação da grande imprensa: aspectos políticos e econômicos no período de consolidação da imprensa brasileira¹⁴

No período que marca a transição do Império para a República no Brasil, já abolida a escravatura, e com a crescente urbanização, formação de grandes cidades e surgimento de novas necessidades decorrentes da vida urbana, a economia refletiria a mudança para o trabalho assalariado e para o sistema industrial. Vinculado a esse contexto, o empreendimento jornalístico também iria absorver as mudanças econômicas e, com vista na melhoria de qualidade para corresponder às expectativas de um público leitor em expansão (embora ainda muito pequeno, dado o índice de analfabetismo), refletiria na imprensa uma

¹⁴ Embora muitos aspectos da formação da imprensa no Brasil tenham sido tratados em detalhes por inúmeros pesquisadores de áreas diferentes como da sociologia, da história, dos estudos do jornalismo, da comunicação e da linguagem, para compormos esse breve relato histórico nos apoiaremos principalmente nas obras de Sodré (1977) e Bahia (2009) que, como compreende Tokarski (2003), ainda hoje, constituem as duas grandes narrativas sobre a formação da imprensa brasileira.

evolução tanto dos meios de produção, incluindo aspectos gráficos e textuais, quanto de orientação temática.

Compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido por incorporar os avanços das comunicações (BAHIA, 2009, p.115).

Resultante das transformações sociais, dessa mudança de concepção, a imprensa já não servia mais a interesses políticos, como fora palco anos antes dos acirrados embates entre republicanos e monarquistas. Também já não servia para fomentar o prestígio individual, como acontecera com José do Patrocínio¹⁵, quando defendera ardorosamente a abolição da escravatura. Nesse momento, a imprensa assume certos aspectos identitários que perdurarão na cultura de imprensa até os dias atuais.

Uma consciência dominante então é de que a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo. Predominam os ideais positivistas, o publicismo assume caráter pedagógico (*id. ibid.*, p.115)

Dois anos após a proclamação da República, escreveria Joaquim Nabuco a respeito da fundação do *Jornal do Brasil*: “A missão deste jornal é a de educar os nossos amos para a grande função neutra e nacional que lhes demos a 15 de novembro” (apud BAHIA, *ibid.*, p. 121). Além da defesa do papel pedagógico da imprensa, esse discurso, enquanto atitude frente ao Estado, nos anos subsequentes seria então compartilhado pela maioria dos jornais mais representativos, uns mais oposicionistas, dentre os quais o mais acentuado foi o *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt, e outros mais ponderantes. Das poucas exceções o jornal *O Paiz*, de João Laje, seria notadamente governista. Diz Sodré (1977, p. 381): “Laje tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal”.

¹⁵ José Carlos do Patrocínio foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político. Filho de uma jovem escrava e do vigário de sua cidade natal, destacou-se como uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista no país. Fundou em 1887 o periódico *A cidade do Rio* que circulou até 1902 e marca o último empreendimento individual da era artesanal da imprensa brasileira.

1.1.1. As duas primeiras décadas do século XX

Nos primeiros anos de 1900 a imprensa brasileira ainda estava se consolidando como empresa. Como observa Sodré (*ibid.*), as pequenas tipografias deram lugar aos parques gráficos, os pequenos jornais praticamente desapareceram nas grandes cidades e o jornal como empreendimento individual foi substituído por empresas jornalísticas. Houve nesse processo uma centralização da informação, pois não apenas começaram a desaparecer inúmeros periódicos como também se tornou cada vez mais difícil o aparecimento de outros novos. As empresas já estabelecidas, para se firmar ainda mais, necessitaram ampliar sua abrangência e a qualidade produtiva e gráfica, já que ao mesmo tempo o leitor também se tornava mais exigente. Ademais, enquanto empresa, a imprensa, então, era gerida pelas leis de mercado e não mais por aventuras idealistas ou improvisos estéticos. O caso mais exemplar dessa mudança foi o jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio¹⁶. Como observa Bahia (2009, p. 150)

Patrocínio, tal como antes dele e depois dele, verifica, sem tempo de alterar a sorte do *Cidade*, que o projetado jornal moderno não teria sucesso vinculado ao destino político de seu fundador.

[...]

Nos últimos de seus 15 anos de vida, o *Cidade* só reflete as posições contraditórias de Patrocínio ou os ensaios literários dos “rapazes”¹⁷ que foram os primeiros ouvintes do sonho do jornal moderno.

A experiência do fracasso financeiro do jornal de Patrocínio fez com que outros jornais se preocupassem mais com a qualidade editorial e que buscassem a consolidação empresarial.

Enquanto Patrocínio esperava do jornal o retorno do seu prestígio pessoal, supondo que o *Cidade do Rio* poderia alcançar o progresso desejado nas asas da fama abolicionista e republicana, Rodolfo Dantas, Joaquim Nabuco, Rui e Edmundo Bittencourt praticam, no início do século XX, uma ação empresarial mais pragmática, mais ordenada e mais eficaz (*id. ibid.*, p. 152).

¹⁶ Fundado em 1887, tomando por modelo o *New York Herald*, pretendia-se um jornal moderno que legitimasse as aspirações do leitor no período de transição para uma sociedade democrática, “com predominância da notícia sobre a opinião, boa qualidade intelectual, seções de variedades” (BAHIA, *ibid.*, p.149). Com textos bem cuidados e títulos discretos, a princípio, o jornal de Patrocínio teve bom êxito, no entanto, nos seus 15 anos de vida, uma administração desordenada o levou a minguar-se, tendo inclusive, por conta das dificuldades financeiras, de mudar de oficina seguidamente, com o que ganhou o apelido de errante.

¹⁷ Entre os “rapazes” a que refere Bahia *op.cit.*, compunham a redação do *Cidade do Rio* Olavo Bilac, Guimarães Passos, Luís Murat, Coelho Neto, Aluísio Azevedo e Paula Ney.

No início do século XX, com as novas condições de mercado, a imprensa vivia um processo de concentração e muitos jornais iam se tornando regionais, com grande ampliação de suas tiragens possibilitada pelas novas impressoras rotativas. Em 1908, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, que tinha uma tiragem diária de 18.000 exemplares e composição feita à mão por 40 tipógrafos, instalou uma rotativa capaz de imprimir 23.400 exemplares de 16 páginas por hora, já dobrados e colados (*id. ibid.*, p. 157). Com isso, a informação passou também a ficar centralizada na produção e veiculação de poucas empresas jornalísticas e a consequência disso foi que nesse período a própria informação passou a ser um produto visado. Sodré (*ibid.*, p 315), ao analisar esse período, observa que “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

Diferentemente do que ocorria em países mais desenvolvidos, onde o capital industrial já estava assentado e uma determinada burguesia já se encontrava politicamente firmada, a entrada da imprensa brasileira no processo capitalista se deu em dependência do capital comercial ou do Estado. Sodré (*ibid.*, p. 318-19) aponta que, nesse período, o capital à base do qual cresceu a vida urbana brasileira e se iniciou uma ascensão burguesa era principalmente português, e isso implicava na imprensa uma indiferença aos problemas nacionais, principalmente aos das classes populares. O Estado, por seu turno, ainda servia a uma estrutura pré-capitalista latifundiária, o que tinha por consequência um conflito de interesses que colocou de um lado jornais subordinados ao poder do Estado e de outro aqueles que lhe impunham inflamada oposição.

Com efeito, a condição de ser a imprensa um suporte de gêneros publicísticos a coloca, desde sempre, em relação direta com a política, seja em aspectos de organização da vida social, seja restrita ao fato político, isto é, aos acontecimentos em torno da administração pública ou da vida das personagens que nela atuam. Na primeira década do século XX, a campanha civilista liderada por Rui Barbosa, por exemplo, – que chegou a dividir a opinião dos grandes jornais, uns a favor do civilismo e contra o governo vigente e outros a favor do militarismo e de sua continuidade – foi muito emblemática.

Quanto à dependência da imprensa ao capital comercial ou à subvenção do Estado, essa estrutura começaria a mudar, no entanto, a partir dos anos 20 quando o industrialismo permitiu à imprensa maior autonomia, sendo esta capaz de sustentar-se com a venda avulsa, a assinatura e a receita publicitária.

Ao raciocínio que viemos desenvolvendo, dois fatos do início do século XX se mostram emblemáticos. Conforme Sodré (1977, p. 316-17), o então presidente *Campos Sales* costumava comprar a opinião da imprensa, subvencionando-a. Essa prática se tornou rotina e foi aplicada durante todo o período da primeira República, findando apenas no Governo Provisório, com a implantação da censura como forma de controlar a imprensa. O outro fato emblemático foi a iniciativa de Edmundo Bittencourt ao fundar um jornal marcadamente de oposição, o *Correio da Manhã*, que no artigo de apresentação trazia impressa sua posição:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a afirmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião. (apud SODRÉ, *ibid.*, p. 328).

Notadamente, trazendo impresso um discurso de identificação, o *Correio da Manhã* conquistou grande apoio da classe urbana e industrial que se formava e, apesar de ter se originado de uma iniciativa individual, pôde-se firmar como empresa, mesmo sofrendo restrições do governo a que se opunha, como a perseguição e a prisão de seus proprietários e dirigentes. Em especial, é preciso considerar que, nesse período, as classes populares eram representadas por uma pequena burguesia urbana e que a classe trabalhadora ainda se encontrava em movimento embrionário. Consideramos importante esse relacionamento opositivo, pois vemos ali um princípio de discursividade que coloca a imprensa ao lado dos interesses do povo, e sendo tais, necessariamente, os interesses de uma identidade burguesa, expondo, assim, de início, uma das bases da cultura de grande imprensa que se configuraria até o fim do século. É preciso notar que, quase sempre de oposição aos governos da Velha República, o *Correio da Manhã* não foi um jornal partidário propriamente, visto que o poder político do Estado Nacional nesse período era dividido ou disputado entre as oligarquias dos vários Estados. Na mira dos princípios do *Correio da manhã* estava a luta pelos “interesses coletivos” de uma elite empresarial que se firmava. “Em toda a Velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes” (SODRÉ, *ibid.*, p. 329). Assim, pode-se dizer que o *Correio da Manhã* foi antes reformista que revolucionário.

Com postura similar, *O Estado de S. Paulo*, em editorial de 1915, argumentava que o industrialismo afasta a imprensa do conflito de partidos. Observa Bahia (2009, p. 155)

que esse distanciamento da política de partidos, na prática, “é comprovado pelo reaparelhamento gráfico e editorial, pela descoberta de novas áreas de cobertura, além da política – os esportes, principalmente o futebol, o carnaval, eventos populares –, e pelo crescimento da fatura publicitária”. Nesse mesmo período, para rechaçar suspeitas de subvenções do Governo do Estado, Júlio Mesquita, proprietário do *O Estado de S. Paulo*, expunha ao exame público a contabilidade do jornal em um período de 43 meses. E, ainda, valendo-se de seus editoriais, Júlio Mesquita compôs uma nova concepção de jornalismo, com elementos teóricos e práticos que “sedimenta os princípios de uma ética profissional que vai se tornar padrão no âmbito da atividade jornalística” (BAHIA, *ibid.*, p. 165). Os princípios de Mesquita são assim resumidos por Bahia (*ibid.*, p. 169):

- rejeição a toda e qualquer censura e inflexível defesa da liberdade de imprensa;
- jornal de opinião, com participação apartidária da política nacional;
- incorporar a venda do espaço publicitário ao objetivo do jornalismo;
- amparar na legislação em vigor e na ética profissional a recusa de anúncios que veiculam infrações legais, acirram as diferenças de raça e preconceitos de cor, ferem os bons costumes.

Nos anos subseqüentes, no período pós-guerra, começaram a se organizar os grupos de trabalhadores, principiando, dessa maneira, a defesa de seus interesses. Surgiam nesse percurso inúmeros periódicos anarquistas e socialistas, mas de vida muito efêmera e, a não ser por um entendimento dialético, sem grande deferência na formação da cultura de grande imprensa. Já em 1918, Lima Barreto criticava no jornal *O Debate*, o qual era comandado pelo revolucionário Astrojildo Pereira, o posicionamento da grande imprensa em dissimular os interesses dos trabalhadores e desviar o foco da raiz do problema da exploração dos operários brasileiros (SODRÉ, *ibid.*, p. 365-6). Refletia-se aí, na grande imprensa, uma certa acomodação dos interesses da burguesia em ascensão com os interesses de uma oligarquia latifundiária. Desse modo, pela década de 20 configurou-se, finalmente, uma imprensa de classe: de um lado havia as grandes empresas já assentadas e inevitavelmente defendendo interesses de grupos dominantes, tanto político como econômicos; e de outro insurgia uma imprensa revolucionária, que combatia a ordem vigente, opondo-se à política dominante e à exploração econômica, por isso mesmo de reduzida circulação e de poucos recursos materiais, podendo ser denominada como imprensa proletária.

Por esse período, a pequena burguesia urbana assumia função política iminente, mas, sobretudo, representava principal fonte de receita para os jornais que almejavam princípios empresariais. Isso sinaliza a orientação ideológica de boa parcela da grande imprensa do período.

Acontece que nessa camada social estava a maioria do público da imprensa: esse público influía nos jornais e era influenciado pelos jornais; e essa relação, na época, não era perturbada pelas forças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos; a venda avulsa pesava, por outro lado, e muito, na vida deles, mais que a publicidade: um grande jornal era, quase sempre, aquele que tinha tiragem grande (SODRÉ, *ibid.*, p. 410)

Outro fato importante da década de vinte foi a implantação da *Lei de Imprensa* (votada pelo Congresso em 1923), a qual fixava punições aplicáveis aos crimes de injúria, difamação e calúnia, instituía o direito de resposta e também proibia que os jornais publicassem conteúdos considerados anarquistas, ou de atentados à honra alheia, à moral e aos bons costumes, bem como segredos do Estado. O resultado foi uma acentuada censura aos jornais de oposição.

Do que desenvolvemos até aqui, o que se pode observar nesse período é uma constante tensão entre determinada parcela da grande imprensa e o Estado, tensão gerada por um conflito de interesses, onde de um lado estava a ascendente burguesia e do outro a velha oligarquia. No campo das discursividades essa tensão é de especial importância para abordar a cultura de grande imprensa, pois ao passo que esta se encontrava em constante censura, quando no seu conflito com o Estado, necessitava defender-se identitariamente, isto é, precisava manter e ampliar sua relação com um público leitor ao qual correspondesse ideologicamente, enraizando, assim, um ideal de independência em relação ao poder do Estado, o qual mais tarde serviria de base a um princípio de imparcialidade crítica, do qual se vangloriam inúmeros jornais hoje.

Também do ponto de vista discursivo podemos observar que a lei de imprensa de 1923 ao mesmo tempo condicionou o tema do gênero notícia, pois criou uma série de restrições de conteúdo, e instaurou um *outro* no discurso jornalístico, ao instituir o direito de resposta. Sob o paradigma da objetividade esse outro exerce uma função reguladora na veracidade do discurso e ainda determina a edição de conteúdo e a composição do texto

noticioso que deve, necessariamente, orientar-se tanto para o público leitor quanto para essa possibilidade de resposta da outra parte envolvida no tema noticiado.

1.1.2. As décadas de 30 e 40

Entre as décadas de 30 e 40 o Brasil viveu sob a ditadura Vargas e a imprensa foi submetida a uma implacável censura. Com a implantação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) chegou-se ao ponto de destacar um censor em cada jornal e nenhuma edição ser impressa sem a fiscalização do oficial do governo (SODRÉ, *ibid.*, p. 439); os jornalistas eram vigiados, muitos foram presos e torturados. Vários jornais passaram a ser mais noticiosos que opinativos, embora até mesmo as notícias fossem controladas. Como consequência, muitos jornais ficaram bastante debilitados e não foram poucos os que desapareceram.

Com o fim da ditadura, durante o processo de redemocratização, as novas condições econômico-tecnológicas tornaram bastante difícil o reaparecimento dos inúmeros jornais e revistas que sucumbiram na era Vargas. Essas mesmas condições também dificultaram o aparecimento de outros novos periódicos e a consequência foi uma grande concentração da imprensa, ainda muito maior do que a que marcou a transição da imprensa artesanal para a industrial. Com o desenvolvimento do rádio e da televisão essa concentração então adquiriria a feição de grandes corporações, reunindo emissoras de rádio e de televisão, jornais e revistas. Esse processo, contudo, não implicou apenas uma centralidade nos meios de produção da informação, mas teve por consequência, sobretudo, uma concentração de poder sobre a sociedade.

A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos. A concentração, implacavelmente, reduziu as possibilidades de multiplicação de jornais, como das emissoras de rádio e de televisão, além do que, no caso destas, há ainda limitações técnicas, pelo número restrito de canais disponíveis. A empresa jornalística, mesmo tomada isoladamente, tem já dimensões e complexidades tais que o capital para montá-la está ao alcance de poucos (SODRÉ, *ibid.*, p. 447).

1.1.3. Os anos 50

Pelo início da década de 1950, o capitalismo no Brasil já estava mais amadurecido, a indústria encontrava-se em expansão e ocorreram mudanças em todas as esferas de relações, inclusive na estrutura da formação política.

No pós-guerra, e principalmente a partir dos anos 50, ocorreram mudanças significativas na estrutura produtiva do país. A substituição de importações determinou uma diversificação maior da atividade produtiva, em especial da indústria, o que levantou o problema do suprimento de bens intermediários e de bens de capital. No momento em que a industrialização ingressava na fase de produção desses bens, houve uma ampla intervenção do Estado, que passou a assumir a função empresarial, voltando-se para a planificação do desenvolvimento. Isso passou a exigir quadros com uma formação profissional técnico-científica. Nesse contexto, alterou-se o quadro de influência dos intelectuais: da anterior formação essencialmente humanística-jurídica, começou a verificar-se a ascensão dos *experts*, dos “tecnocratas”, envolvidos na elaboração da política de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, teve início o processo de formação de uma sociedade de consumo em que cada setor da cultura se desenvolveu de uma forma diferenciada (ABREU, 1996, p. 16).

As relações capitalistas no campo publicístico já haviam encontrado uma forma definida, monopolista, ampla e dominadora. Pode-se dizer que em determinados aspectos, diferentemente do que se passava na década de 20, quando os jornais dependiam essencialmente da venda avulsa e assinatura e por isso recebiam grande influência do público consumidor, na passagem para a segunda metade do século, as gigantes corporações menos dependiam da opinião social do que a produziam.

A imprensa, que até os anos 30-40 dependia dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais, teve essa situação alterada. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios nos jornais se diversificaram, encontrando-se desde anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até anúncios de produtos artesanais os mais variados (ABREU, 1996, p. 16).

Contudo, mesmo tendo já atingido dimensões monopolistas, a imprensa brasileira ainda dependia do papel importado em grande escala e, portanto, das cotas garantidas pelo Estado; dependia de agências de publicidade estrangeiras bem como da tecnologia de produção também estrangeira. Havia grande necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de impressão em vista de corresponder a uma instantaneidade das comunicações

e de produzir grandes tiragens em um tempo cada vez mais diminuto. O número de leitores, já muito maior que nas décadas anteriores, crescia cada vez mais e se observava uma ampliada sede de saber e de se informar.

Pode-se apontar que a modernização da imprensa, embora tenha sido marcadamente acentuada na década de 1950, com certas rupturas principalmente editoriais, foi uma constante em toda sua história, assim como a tendência para a concentração empresarial. Os fatores tecnológicos – no que se pode incluir: os maquinários de impressão, a qualidade do papel, qualidade técnica do trabalho humano, a máquina de escrever, a iluminação elétrica, o motor a gás, o motor elétrico, novos dispositivos de comunicação como a fotografia, o telégrafo e o telefone, os correios, as estradas de ferro e o uso do automóvel – ao ampliarem as possibilidades de produção e distribuição da notícia ou da informação num tempo cada vez mais diminuto e com maior qualidade, além de possibilitarem a modernização da imprensa, contribuíram também para a formação de grandes empresas jornalísticas, dado o alto custo das benesses tecnológicas e a impossibilidade de se manter no mercado sem as mesmas.

Durante boa parte da primeira metade do século XX no Brasil, embora não tenha sido um processo homogêneo, vimos se formar determinada cultura de grande imprensa baseada na relação que compreendia, por um lado, público leitor ↔ imprensa e, por outro lado, imprensa x Estado (a equivalência entre a imprensa e o público leitor em relação com o antagonismo entre imprensa e Estado), onde a imprensa defenderia os interesses do povo contra os desmandos de governo, agiria no esclarecimento e na formação do leitor. Nesse processo, o benefício ao povo seria medido na liberdade de imprensa: quanto mais permitida ou conquistada a defesa de uma opinião, mais essa opinião metaforizava o interesse do povo, principalmente sendo o conceito de povo restrito a uma parcela da sociedade.

O esforço das campanhas pela “liberdade de imprensa” que, periodicamente surgem, e não apenas nos jornais e revistas – uma curiosidade: aparecem numerosas organizações e forças estranhas à imprensa nessas campanhas – visa sempre, e tão somente, a exclusão do poder governamental, a interferência do poder público. O obstáculo à liberdade de imprensa é, nessas campanhas, o Estado, particularmente através da censura. Trata-se, evidentemente, de concepção liberal, peculiar à fase ascensional da burguesia. Em tal fase, as limitações à imprensa só podiam partir dos detentores do poder; o capitalismo de concorrência estava interessado em que a imprensa fosse livre, não se visse limitada pela violência ou pela censura da autoridade pública, mas nisso se esgotava seu conceito de liberdade de imprensa (SODRÉ, *ibid.*, p. 468).

Embora o sentido de defesa, esclarecimento e formação tenha permanecido na cultura de imprensa, inclusive até os dias atuais, as mudanças nas relações econômicas da década de 50 inseriram novo elemento que transformou a relação Estado < imprensa > leitor, como tão bem sintetiza e critica Sodré:

Tudo mudou, entretanto, com o capitalismo monopolista, com o imperialismo: a luta contra a censura e todas as formas de cerceamento impostas pela autoridade passou a ser aspecto parcial da luta pela liberdade de imprensa e, algumas vezes, aspecto menor. A transformação da imprensa em negócio de grandes proporções, em empresa, e, paralelamente, o desenvolvimento, complexidade e encarecimento de suas técnicas, demandando grandes investimentos e acompanhando o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do público, mostra como a proteção contra a censura perdeu o interesse antigo, embora não tenha este desaparecido; as grandes empresas jornalísticas, no essencial, se autocensuram. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários (*ibid.*, p. 468).

A liberdade de imprensa a partir de então significaria estabilidade financeira. Embora a grande imprensa, na sua dependência das agências de publicidade estrangeiras, tivesse sua orientação ideológica condicionada por interesses de determinados grupos econômicos (também estrangeiros) que integravam a receita publicitária, o comércio da opinião não significava a restrição da liberdade para grande imprensa, pois enquanto empresa capitalista, seu próprio interesse era condicionado pelo capital. Assim, o noticiário estrangeiro ocuparia sempre as primeiras páginas dos grandes jornais e pouco ou quase nada se percebia de diferente nessas notícias entre um jornal e outro, salvo poucas mudanças na criatividade da manchete e na diagramação. O fato é que esse noticiário estrangeiro, dominado nesse período pelas agências norte-americanas *Associated Press* e a *United Press International*, já vinha formatado segundo os interesses do mesmo grupo econômico que bancava a publicidade. Nesse período, aponta Sodré (*ibid.*, p. 475), em jornais com mais de 100 páginas, 80% destas eram destinados à publicidade¹⁸. Em todo caso, é importante considerar que a presença desse formato compactado do noticiário estrangeiro agiu sobre o estilo do gênero jornal como um todo, o que certamente teria efeitos no estilo dos gêneros específicos.

Como consequência da influência estrangeira, um fato importante desse período, para o que nos interessa, foi o “Manifesto à Nação” assinado em janeiro de 1966 por representantes de vários dos principais jornais paulistas (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Diário de São Paulo*, *A Gazeta*, *A Gazeta Esportiva*, *Diário na Noite*, *Jornal da Tarde*,

¹⁸ Em 1951 foi criada a primeira escola de propaganda em São Paulo, a Casper Líbero (ABREU, 1996).

Última Hora, entre outros) no qual denunciavam a infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional, que determinavam, portanto, interesses extranacionais. O manifesto ainda acusava a indiferença das autoridades diante de tal infração dos dispositivos constitucionais. O mais notável nesse manifesto, a nosso ver, foi a opinião compartilhada pelos representantes dos grandes jornais, a qual acentuava uma afirmação identitária. O manifesto declarava que os dispositivos constitucionais que determinavam que a imprensa fosse feita a mãos brasileiras levando em conta os interesses nacionais visavam

assegurar à imprensa a legitimidade do seu papel de reflexo da opinião pública nacional, de intérprete das aspirações brasileiras e de orientadora do pensamento do povo de conformidade com os mais altos interesses da comunhão a que pertencemos (apud SODRÉ, *ibid.*, p. 510)

Esse enunciado é muito emblemático, pois ao passo que há aí uma aclamação, “os mais altos interesses”, há também não só a afirmação de uma identidade, mas a defesa de sua legitimação. O papel de reflexo da opinião pública e de intérprete das aspirações nacionais marca um posicionamento ideológico, ou em outras palavras, evidencia uma concepção do fazer notícia. Nessa esfera da discursividade, se durante boa parte da primeira metade do século cabia à imprensa empresarial o papel de esclarecimento e de defesa da opinião do povo (sendo o conceito de povo restrito a uma burguesia ascendente) – uma atividade que era balizada na liberdade de imprensa, na sua relação antagônica com o Estado – agora um novo elemento, *refletir a opinião pública nacional* (elidindo ainda mais as diferenças de classes), como espelho, passava a ser mais importante.

1.1.4. Mudanças textuais

Quanto às mudanças textuais ocorridas durante a primeira metade do século XX, podemos apontar, principalmente, aspectos de diagramação, de estilo e temas. As mudanças tecnológicas não deixaram de se refletir de alguma forma na materialidade textual, no entanto, no início do século, o texto ainda era de pouca expressividade informacional e pautado em certo beletismo influenciado pela estética parnasiana. Ainda se encontravam sonetos na primeira página, não havia manchetes nem subtítulos e as colunas eram arrançadas de modo rudimentar e monótono. Observa Sodré (*ibid.*, p. 323):

O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais – aniversários, casamentos, festas – aparecem em linguagem melosa e misturam-se com a correspondência de namorados, doestos e desafetos pessoais e a torva catilinária dos *a pedidos*. Os próprios anúncios não chegam para quebrar a monótona uniformidade das páginas [...].

Com o avanço das relações capitalistas, porém, esse quadro começou a ser alterado, a principiar pela incompatibilidade da boemia literária com as leis de mercado e divisão de trabalho que iriam determinar a imprensa a partir de então; e, aos poucos, com as mudanças de linguagem para uma objetividade da informação, as contribuições literárias foram sendo colocadas em paginações separadas, como matérias à parte. Já desde os fins da primeira década se podia observar:

a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias. (*id. ibid.*, p. 339)

Também é preciso considerar o papel da reportagem gráfica, que se compunha de ilustrações realistas – que em muito contribuíam para a qualidade e dinamicidade das notícias – e que foram substituídas pela fotografia, já no início do século, adotada como flagrante do real. O prestígio da caricatura, no entanto, permaneceria sempre, e manteria sua presença fundamental na reportagem política como elemento visual de peso informativo.

Com temas mais mundanos ou retratos cotidianos ganhando prestígio, a linguagem das matérias também se tornou mais comum, com léxico mais reduzido. Os folhetins e as longas dissertações ainda se arrastaram até os anos 30, mas o folhetim perdeu popularidade com o advento da radionovela e as exigências de uma informação cada vez mais imediata, instantânea aos acontecimentos – exigências impulsionadas pelo crescimento da vida urbana, do comércio e da indústria e modernização dos meios de comunicação – tornaram o texto jornalístico mais conciso e aos poucos a prosa e o comentário foram sendo substituídos pelo relato testemunhal (BAHIA, 2009).

Esperamos ter mostrado nas linhas acima que a imprensa, nos primeiros anos do século XX, mantinha uma relação muito íntima com o poder político, principalmente porque ainda mantinha resquícios de uma imprensa artesanal que servia à aventura individual e que tinha por fim o prestígio político. Essa estrutura mudou, no entanto, quando a imprensa entrou na fase capitalista e, como empresa, passou a ser um fim em si mesmo. Devido à estrutura pré-capitalista do Estado na Primeira República, inevitavelmente, as empresas jornalísticas que buscavam sua autonomia mantiveram com o mesmo uma relação conflituosa, posicionando-se como defensoras dos interesses do povo e com uma função de esclarecimento social, um papel formador. Também, para firmar a autonomia econômica e fortalecer a relação com o público leitor que ia se tornando mais geral, as empresas tiveram de ampliar sua rede de cobertura, buscando outros campos além da política. Os contínuos processos de modernização, tecnológicos e institucionais, que encareceram e complexificaram as formas de produção jornalística, bem como o declínio de inúmeros jornais sob a pressão do governo ditatorial forçaram a concentração empresarial dos meios informativos.

No período de redemocratização houve grande entrada de capital estrangeiro (norte-americano) no Brasil e isso, associado ao encarecimento dos meios de produção, e, portanto, sendo inviável a manutenção somente pela venda avulsa e assinatura, fez com que a publicidade passasse a ser a principal fonte de receita, deslocando o fator de influência sobre o conteúdo jornalístico e mudando a relação com o público leitor. Sendo o capital publicitário estrangeiro, a consequência foi a formação de campanhas antinacionais na imprensa. Isso veio à tona e provocou protestos, cobranças éticas e mudanças de concepção.

Esses são alguns dos principais fatores de infra-estrutura e políticos que determinaram a formação da grande imprensa e suas orientações ideológicas no período que compreende a primeira metade do século. Esses fatores também contribuíram para distanciar a grande imprensa, pelo menos na sua discursividade-identitária, da política e do papel de formar opinião, e orientá-la na busca de uma pretensa neutralidade ou apartidarismo, como reflexo da opinião pública sem diferenças de classes, busca que encontraria no modelo norte-americano de objetividade a sua possível realização. Todavia, ao invés de pensarmos apenas numa relação de causa e efeito linear, para nós, todo esse contexto precedente tem uma importância dialeticamente constitutiva para a introdução do paradigma da objetividade na imprensa brasileira. Por isso justificamos a sua compreensão em nosso trabalho, conforme os passos metodológicos apresentados por Volochínov, que apontamos na introdução.

1.2. A fase da modernização – introdução do paradigma da objetividade e novas identidades

Nem cinco décadas eram passadas que da cálida pena se arrojava aos astros a galharda impressão, quando a cinzelada pedra jazia no caminho, e a contemplar de séculos a mesma fôrma as retinas em júbilo se fatigavam, abrir-se-ia ao futuro em colossal atraso a palavra que pudesse contar o presente... uma flor nascia no asfalto.

Conforme Sousa (1999), a objetividade como ideologia fundadora do jornalismo ocidental emergiu principalmente nos Estados Unidos, entre 1920-30, diante de um sentimento geral de que os fatos eram merecedores de desconfiança. Dentre motivos políticos, sociais e econômicos para isso, um dos principais foi a constatação de manobras propagandísticas durante a I Guerra Mundial. Conseqüentemente, e por condição dos valores já instituídos nesse modelo de jornalismo, os jornalistas começaram a adotar estilos e abordagens correspondentes aos princípios do positivismo lógico¹⁹, imbuídos de cientificismo. A inflexão dessa ideologia no texto se manifestou, por exemplo, como observa Sousa, com o uso de “contrastação de fontes sem intervenção do jornalista, o uso e abuso do jornalismo de citações” (*ibid.* s/p)²⁰, fornecimento de provas para corroborar afirmações – muito frequentemente com a apresentação de dados estatísticos –, além de uma estruturação narrativa com base no *lead*.

A técnica de hierarquizar os elementos da notícia respondendo às perguntas Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê? Como?, chamada de *lead*, porém, é anterior ao ideal da objetividade. Segundo Orlandini (2008, p. 100):

A história da técnica é dada durante a Guerra da Secessão (1860-1866) nos Estados Unidos. Os correspondentes de cada jornal tinham somente um curto período de tempo para enviar por telégrafo as suas informações das batalhas. O sistema de comunicação era precário e não poderia incitar uma conversa mais detalhada. Assim, com o tempo parco, a ordem era para os repórteres enviarem para as sedes dos

¹⁹ A ideia central do positivismo lógico “é de que a linguagem da física constitui um paradigma para todas as ciências, naturais e humanas [...], estabelecendo a possibilidade de se chegar a uma ciência unificada. Essa linguagem, por sua vez, se reduz a sentenças protocolares que descrevem dados da experiência imediata, e a sentenças lógicas que são analíticas” (JAPIASSU/MARCONDES, 2006, p. 113). O positivismo lógico se caracteriza, portanto, pela recusa à metafísica e por ter a verificação empírica e o formalismo lógico como bases de sua doutrina.

²⁰ A versão da obra utilizada aqui se encontra disponível on-line em formato sem paginação no site da BOCC – Biblioteca on-line de ciências da comunicação.

http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html

diários as respostas somente para as perguntas básicas. Nascia nesse momento então a fórmula que responderia por todo o jornalismo feito no século XX, que os norte-americanos diziam ser *the way to lead*. Tanto que o primeiro parágrafo da pirâmide invertida é chamada de *lead*. Assim, cada profissional deveria seguir aquele pequeno guia para que as notícias pudessem ter um padrão em todo o jornal, bem como suprimir informações desnecessárias dos fatos.

Outra manifestação da ideologia da objetividade no texto foi o uso da fotografia na notícia sob a determinação de elementos morfológicos como correspondência da verdade. O paradigma da objetividade mantém na opinião geral a noção da fotografia como espelho do real (SOUSA, 1999). Trataremos dessa questão da objetividade da imagem fotográfica no capítulo 3.

Segundo Sousa, nos sistemas políticos democráticos, a objetividade enquanto valor ideológico influi diretamente no papel social conferido à atividade jornalística:

Na minha visão, o “poder” jornalístico (e, por consequência, os jornalistas) carece de legitimação democrática, uma vez que se trata de um poder não sujeito ao sufrágio popular. Daí nasce o interesse que os jornalistas têm na obtenção de outro tipo de legitimação, que passaria pelo seu papel de fornecedores de informações não deturpadas de interesse público. Desta necessidade de se legitimarem aos olhos do público através do fornecimento de informação de interesse público “fiel” à realidade decorreria a adoção interessada, ainda que nem sempre conscientemente formulada, dos procedimentos de objectividade (*id. ibid. s/p*).

No contexto brasileiro, Ribeiro (2002, p. 01) aponta que nos anos 50, dado o crescimento econômico e a conquista de garantias democráticas, a conjuntura era, num clima geral de renovação, propícia à modernização da imprensa brasileira. Com medidas administrativas mais racionais quanto à produção e distribuição da matéria jornalística, a grande mudança, contudo, “foi, na realidade, técnica (redacional, editorial e visual) e profissional (incluído aí o aspecto deontológico)”. Muito relevante é o fato de que nesse período se iniciou a formação especializada nas faculdades de filosofia, provocando transformações na identidade da categoria dos jornalistas, e a atividade aos poucos deixou de ser secundária (para literatos e políticos) e se tornou uma definida profissão²¹. Nesse entremeio, o modelo norte-americano de jornalismo, pautado em um distanciamento em relação ao fato noticiado, em uma objetividade propiciada por um tecnicismo e um cientificismo racional, certa garantia, portanto, de a imprensa se posicionar como fiscal do Estado, aos moldes dos interesses liberais, oferecia as possibilidades de mudança. Assim,

²¹ Em 1947 foi organizado o primeiro curso de jornalismo no Rio de Janeiro. Em 1948 foi criado o curso de jornalismo em São Paulo pelo empresário Cásper Líbero (ABREU, 2002).

“influenciada pelo modelo norte-americano, a imprensa começou a estabelecer novos padrões de produção discursiva, se autonomizando em relação às esferas literárias e políticas, que até então a dominaram” (*id. ibid.*, p. 01).

Em plena revitalização da democracia, não se pode julgar, contudo, que a imprensa brasileira, livre da censura do Estado totalitário, em expansão econômica e, portanto, com determinada autonomia em relação às forças políticas que a cerceavam, estivesse desvinculada da conjuntura política e que esta não a determinasse sobremaneira. Como bem sintetiza o período, Abreu (1996, p. 12),

no pós-guerra os jornais passaram por grandes transformações, tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações técnicas, gráficas e editoriais. Além disso, contribuíram para as rupturas que ocorreram na imprensa os acontecimentos políticos traumáticos que tiveram lugar nessa década. A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então.

Em meio a isso, partiu também dos jornalistas uma nova afirmação identitária; o fator individual compreendido na sua dimensão coletiva se associou às condições macroestruturais da empresa no contexto de mercado e político. Como observa Cavalcanti (2006, p. 42), “a comunidade na qual [o indivíduo] está inserido produz sentidos, [...] nos quais os sujeitos se reconhecem, constroem suas identidades”. Sobre a identidade que se construiu a partir da década de 50, conclui Ribeiro (2002, p. 02)

A criação da identidade dos jornalistas parece ter girado em torno de algumas questões fundamentais, todas associadas a um processo de valorização da profissão: a salarial (aumento dos rendimentos), a educacional (criação das escolas de jornalismo), a jurídica (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaço de resistência, negociação e sociabilidade), a ética (criação de uma nova deontologia, baseada no compromisso com a objetividade e na responsabilidade social) e a liberdade de imprensa.

Foi nesse momento que se instalou o ideal da objetividade, o qual impôs à escrita dos gêneros informativos uma impessoalidade, tendo o jornalista de manter um “distanciamento enunciativo em relação ao universo de referência” (*id. ibid.*, p. 02). As

principais mudanças, portanto, se refletiram na textualidade, por uma “série de procedimentos técnicos de redação (*lead*, pirâmide invertida, *copydesk*, *style book*²² etc.)” (*id. ibid.*, p. 01).

No Brasil, a estrutura do texto jornalístico era dada a ser feita sob a forma do chamado nariz-de-cera, que era a informação sem hierarquia de importância – tornando o texto confuso e redundante. Adotar outro modelo era uma questão ideológica para a época. Sair dos ideários franceses, que vislumbravam a literatura e desembarcar nas terras nova-iorquinas de pragmatismo objetivista era uma mudança muito mais do que simples (ORLANDINI, 2008, p. 69).

Ao abordar a construção da identidade do jornalista nos anos 50 a partir de diversos relatos e entrevistas com jornalistas que vivenciaram o período, Ribeiro (2002) observa que o conceito de objetividade, embora também tenha encontrado oposições e críticas quanto a sua plena realização²³, foi crucial na construção da imagem que o jornalista fazia de si, aparecendo assim nos diversos enunciados como um fator hegemônico, ou mais propriamente, de identificação. Assim, como uma resposta à conjuntura – entendida esta como uma rede de fatos e processos que se deram em toda a primeira metade do século como também os mais imediatos da mesma década e suas novas necessidades implicadas – o ideal da objetividade se desenvolveu nos anos 50 “no Brasil como uma estratégia de legitimação, num contexto em que o jornalismo se profissionalizava, lutando por uma maior autonomização frente à literatura e à política” (*id. ibid.*, p. 08). Enquanto valor fundamental, sua força determinaria tanto as práticas profissionais bem como as de consumo, pois ao passo que “exigia uma maior disciplina por parte dos repórteres e editores, um maior rigor na apuração dos fatos e na redação dos textos e fortalecia o senso de ética da profissão” (*id. ibid.*, p. 09), influía no conjunto da sociedade através de discursividades-identitárias, reconfigurando a cultura de imprensa como *locus* da procura da verdade. Assim, procurando a imprensa se desvencilhar das veleidades literárias, do partidarismo político e das vicissitudes da informação recomendada, buscava mais credibilidade junto ao leitor; e os jornalistas mais dignidade à profissão. A partir disso, a objetividade (técnica e temática) se tornou novo

²² Embora já se utilizasse de muito o *style book* na imprensa norte-americana, no Brasil, havia quando muito uma lista de recomendações na redação e somente em 1984 é que o jornal *Folha de S. Paulo* desenvolve seu primeiro manual da redação.

²³ O então subsecretário do jornal *Tribuna da Imprensa*, Luis Garcia (apud RIBEIRO *op.cit.*, p. 11), após um estágio na *Graduate School of Journalism* da Universidade de Columbia, comentou:

“Às vezes, o excesso de objetividade sem opinião, quase um dogma na imprensa americana, dá a impressão de que os jornais sofrem de uma excessiva timidez. Há, nos Estados Unidos, a regra de ouro da informação completa. Mas não se opina, pelo menos abertamente. Se bem que, é lógico, o próprio *lead* e o ângulo dado a uma reportagem não deixem de ser uma opinião.” (PN, 10/6/1958:50).

cânone a determinar os padrões de conduta e passou a ser um medidor da competência profissional, impondo-se inclusive como elemento retórico. O jornalismo de opinião, de forte influência francesa, que havia dominado a imprensa brasileira desde seus primórdios, foi, então, aos poucos, substituído por um jornalismo que se pautava na transmissão objetiva e impessoal da informação. E ainda que no contexto brasileiro a objetividade tenha sido implantada com especificidades e reservas (RIBEIRO, *ibid.*, p. 10-11), sendo contestada inclusive no plano de conteúdo como um ideal inatingível, por outro lado, em aspectos formais, ao determinar a textualidade da notícia, a objetividade acabou por formar um paradigma também na imprensa brasileira.

1.3. A cultura de imprensa

Tentaremos aqui, em breves reflexões, definir o que chamamos de cultura de imprensa, expressão que utilizamos no decorrer do trabalho e que, julgamos, não podemos tomá-la sem um mínimo de conceituação. Embora tudo o que vimos até aqui neste capítulo sobre a formação da grande imprensa e a consolidação do paradigma da objetividade, os elementos históricos político-econômicos, as defesas identitárias e as mudanças textuais devam ser considerados na constituição de uma cultura de imprensa, há ainda alguns pontos que julgamos, necessitam ser colocados.

Podemos dizer que a cultura de imprensa é formada tanto pelas relações de trabalho como também pelas de consumo. Assim, ela engloba tanto as percepções daqueles que agenciam a produção quanto as percepções do leitor e do público geral do que seja a imprensa e de seu papel no conjunto da sociedade. Quando falamos da imprensa, temos de pensar em seu principal produto: a notícia. Inegavelmente, e mesmo quando sob condições de pouca credibilidade, em toda a sua história a notícia desempenha um papel de regulador social.

Sousa (1999) procura compreender os efeitos sociais da notícia e por que uma determinada sociedade tem certas notícias e não outras. Para tanto, além de revisar a literatura do tema, o autor desenvolve uma teoria da notícia e constrói um quadro explicativo da mesma com base em seis níveis de influência

- 1) Acção pessoal – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções;
- 2) Acção social – as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas;
- 3) Acção ideológica – as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não;
- 4) Acção cultural – as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (mundividência);
- 5) Acção do meio físico e tecnológico – as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas;
- 6) Acção histórica - as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as restantes cinco forças que enformam as notícias que temos (acções pessoal, social, ideológica, cultural e tecnológica) (*ibid. s/p*).

Podemos compreender com o autor, então, que a existência da notícia assume ampla complexidade e que resulta dos diversos fatores que tecem a conjuntura de uma determinada sociedade. Por outro lado, também podemos dizer que a notícia ao mesmo tempo contribui para a construção dessa conjuntura, pois materializa narrativas que dão significação às relações e às condições de uma sociedade. Conforme Sousa (*ibid. s/p*)

os meios noticiosos conferem notoriedade pública a determinadas ocorrências, ideias e temáticas, que representam discursivamente, democratizando o acesso às (representações das) mesmas e tornando habitual (ritual?) o seu consumo. Os meios jornalísticos contribuem ainda para dotar essas ocorrências, ideias e temáticas de significação, isto é, contribuem para que a essas ocorrências, ideias e temáticas seja atribuído um determinado sentido, embora a outorgação última de sentido dependa do consumidor das mensagens mediáticas e das várias mediações sociais (escola, família, grupos sociais em que o indivíduo se integra, etc.).

Antes de entrarmos nas reflexões acerca da especificidade do signo e da relação entre linguagem e realidade, o que faremos mais adiante nos caps. 2 e 3, interessa-nos apontar aqui que na cultura de imprensa, na relação que envolve a produção e o consumo da notícia, a mesma adquire certa legitimidade na exposição do mundo *per se*, pois o faz dentro de um sistema racionalizado que organiza os acontecimentos, as ideias e os referentes sociais de modo a compor uma explicação de mundo. Além disso, a imprensa, tal quais outros meios midiáticos, pelo fato de organizar racionalmente as representações das experiências de mundo, acaba por construir uma imagem coerente do modo de viver, acionando, assim, múltiplos processos de identificação. É dessa maneira que a imprensa também contribui para construir a realidade.

1.3.1. O poder da imprensa

Ao pensarmos a cultura de imprensa no âmbito brasileiro, é preciso, também, considerá-la inserida num contexto específico latino-americano. A cultura de imprensa brasileira se constituiu também pelas determinações históricas que envolvem a concepção social da escritura e as relações de poder que configuram a própria estrutura social das comunidades latino-americanas. Para desenvolver esse raciocínio nos apoiaremos aqui principalmente em Rama (1985) que aborda como desde o período da colonização a estruturação física da cidade latino-americana corresponde a um projeto simbólico que tem por base a ordenação e “distribuição” do poder regente numa escala hierárquica da sociedade a cargo da concentração desse poder.

Em seu estudo, *A Cidade das Letras*, Angel Rama traça um panorama histórico da América Latina desde os processos de colonização e mostra como a construção das cidades seguia a um projeto racionalista que tinha por fundo a ordenação não apenas da paisagem urbana, mas dos homens, segundo uma perspectiva de futuro, moldados em “obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez” (*id. ibid.*, p. 23). Conforme demonstra Rama, os sistemas simbólicos tiveram por função a manutenção do poder político-econômico-administrativo-militar-religioso, primeiro servindo às metrópoles por parte de vice-reis, governadores etc; e, após os processos de independência, por parte de presidentes, governadores, congresso etc.

Mesmo antes da realização física da cidade haveria uma representação simbólica da mesma assegurada na ordem dos signos. A cidade era pensada já em função de um planejamento que se concretizava nos diagramas gráficos, sendo estes ditados pelos princípios mais racionais e lógicos das ciências matemáticas. Mas, sobretudo, a representação simbólica se firmava *a priori* nas palavras, com as quais se aplicavam as normas que regulavam a edificação da cidade. A posse do solo reclamava para sua garantia a escritura, somente por meio da qual se podia *dar fé* da propriedade. E a fé só cabia à palavra escrita, por um lado imbuída de toda a tradição filosófica medieval, de onde soprava sua aura sacra; e por outro lado, um pouco mais tarde, investida de concepções racionalistas que a presenteariam com uma identidade abstrata e normativa. Assim é que

a palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. [...] A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade.

Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história, mas sobretudo, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente ao nível cultural (*id. ibid.*, p. 30).

A manutenção do poder na América Latina colonizada principiou, então, pelos signos que garantiam simbolicamente a estrutura física das cidades: ou o desenho tipo tabuleiro de damas ou o desenho circular (situando o poder no centro e os diversos estratos sociais em sucessivos círculos concêntricos), garantidos em normas e assegurados em leis concretizadas na palavra escrita, que por sua vez ordenariam os cidadãos. Uma ou outra forma seguia os mesmos princípios reguladores: “unidade, planificação e ordem rigorosa, que traduziam uma hierarquia social” (*id. ibid.*, p. 28). Na palavra *ordem* é que se condensavam os atos em função da legitimação desse poder.

A *ordem* deve ficar estabelecida antes que a cidade exista, para impedir assim toda futura *desordem*, o que alude à peculiar virtude dos signos de permanecerem inalteráveis no tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de rígidos marcos. Foi assim que se fixaram as operações fundadoras que foram se repetindo através de uma extensa geografia e um extenso tempo (*id. ibid.*, p. 29, grifos do autor).

Para cumprir com essa ordem, dentro da cidade real (material, física) se estabeleceu uma outra cidade para agir na ordem dos signos; é o que Rama chamada de *cidade letrada*. A cidade desenvolve-se então em duas redes superpostas, há o labirinto de ruas e o labirinto dos signos, instância em que se interpreta e ordena a cidade física. Enquanto a cidade *real* atua com significantes a *cidade letrada* age com as significações, legitimando-as, autonomizando-as e ordenando-as.

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma *cidade letrada* que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais (*ibid.*, p. 43).

Na articulação de sua relação e manutenção do poder a *cidade letrada* conspirou ainda para a distância com o “comum” da sociedade, a distância entre “a letra rígida e a fluida palavra falada”, fazendo da “cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria” (*id. ibid.*, p. 54). O ponto alto dessa exclusividade foi a mitificação ou sacralização da escritura, fato não tão difícil de conceber numa sociedade em que a escritura registrava a lei e onde a maioria era analfabeta; em certos contextos nos séculos XVIII e XIX “em territórios americanos, a escritura constituiria uma religião secundária” (*id. ibid.*, p. 50).

Desde então o conflito entre oral X escrito, onde o homem comum, com suas intervenções, propicia suas sensíveis modificações na cidade física e no labirinto dos signos. A *cidade letrada*, por sua vez, acorre à escritura para ordenar e estabilizar esse labirinto, conforme seu planejamento inicial, essa é sua função e assim ela agirá no transcorrer da história.

Por conseguinte, durante os períodos da modernização, com mudanças sócio-culturais e econômicas e com a ascensão intelectual de novas classes a *cidade letrada* tende a se adaptar para legitimar-se, uma vez que, mesmo mudando os nomes que a integram, ela não deixa de manter seus objetivos primeiros de consolidação e de manter o poder sobre a sociedade. Como bem conclui Geraldi (1996, p. 102):

Observando sempre sob o ângulo da produção da escritura, Rama aponta, ao longo dessa história de convívio com o poder, uma cidade letrada que foi ordenada, foi escriturária, foi modernizada. Politizou-se e pode ser revolucionária. A cada momento, diferentes feitos históricos, mas sempre uma constante: a capacidade paradoxal de, ao mesmo tempo, expandir-se para as periferias supostamente acolhendo novos convivas e manter a distância das distinções: escrita x oralidade; erudito x popular; culto x não-culto; alfabetizado x analfabeto; letrado x alfabetizado. Pelo prisma do letrado, ao outro sempre se atribui uma falta.

É nesse domínio que podemos situar a grande imprensa brasileira, beneficiada desde o século XIX pelas reformas educacionais e a consequente ampliação do público leitor, mas, sobretudo, pelo crescimento da parcela urbana burguesa, a qual representou já em sua origem.

Como apontamos nos tópicos acima, em todo o período de formação da grande imprensa, uma boa parcela das empresas jornalísticas esteve em constante tensão com o Estado, gerada por conflito de interesses. De um lado se colocava a ascendente burguesia e do outro a velha oligarquia. A grande imprensa se formava junto com a ascensão da pequena burguesia urbana, pois esta constituía principal fonte de receita. Ao mesmo tempo a imprensa compartilhava interesses e influía na opinião dessa parcela da população. Em diversos momentos da primeira metade do século XX, as empresas jornalísticas que se opunham ao Estado necessitavam defender-se identitariamente para manter e ampliar sua relação com o público leitor ao qual correspondiam ideológico e economicamente. Assim é que desde sua formação, mas ressaltando que não foi um processo homogêneo, a grande imprensa brasileira construiu discursivamente para si uma posição de independência em relação ao poder do Estado, ainda que econômico e politicamente determinadas circunstâncias históricas provassem o contrário. Dessa forma, a imprensa garantiria a si mesma um poder social sobre a

informação, poder este defendido em diversas circunstâncias históricas como liberdade de expressão.

Voltando à perspectiva de Rama, podemos dizer que, no século XX, a grande imprensa tornou-se a “parte mais ostensiva da *cidade letrada*” (*ibid.*, p. 83). Dessas observações podemos pensar então que no contexto brasileiro a grande imprensa, culturalmente, mais do que representar um contrapoder, com a função de fiscal do Estado como dita os princípios liberais, é em si mesma um poder: o poder da escritura. Reiteramos, dizemos culturalmente porque as distinções entre escrita x oralidade; erudito x popular; culto x não-culto; alfabetizado x analfabeto; letrado x alfabetizado (como aponta Geraldí, *op. cit.*) penetram quase todas as relações sociais e estabelecem um sistema de hierarquias que constitui o modo como as pessoas vivem e significam suas vidas. Assim, quando falamos em cultura de imprensa estamos colocando em causa o poder da escritura e sua “distribuição” nas relações sociais; e principalmente sua valência de interpelar tanto o leitor quanto o não leitor: se para o primeiro há o pertencimento e o “pleno” exercício, para o outro, a quem sempre se atribui uma falta, resta a sua resignação e a mitificação²⁴ da palavra escrita.

1.3.2. Concepções de língua e linguagem em torno da prática jornalística

Em profícuo estudo sobre a relação entre o jornalismo informativo e o literário na constituição do jornalismo do século 21, Orlandini (2008) aponta certos caminhos para compreender as distintas práticas jornalísticas atreladas a concepções de língua e linguagem formalizadas em distintos gêneros jornalísticos. O autor demonstra que, mesmo em meio a uma rede de restrições ditadas por manuais de ofício, ainda nos gêneros mais informativos é possível encontrar elementos modalizadores que revelam marcas entonativas de autor e que as técnicas objetivas são matizadas em muito apesar da orientação editorial.

Além da ambiguidade de processo ou da impossibilidade de uma total efetivação objetiva na prática reportante, interessa-nos a coexistência de concepções que, vale ressaltar, não partem unidirecionalmente da atividade jornalística, mas estão presentes no todo da sociedade e determinam a aceitabilidade de procedimentos de produção e compreensão

²⁴ Britto (2003) aborda diversas representações mitificadoras da leitura como: *leitura de ilustração*, *leitor como fonte de sentidos*, *leitura de redenção*, *leitura hedonista* e *leitura de entretenimento*, as quais, determinando práticas pedagógicas e sociais, ora neutralizam as diferenças qualitativas da informação e mitificam o conhecimento, ora não passam de uma forma de escamotear a realidade das disparidades sociais.

linguística. Nos vários momentos históricos, aqui abordados brevemente, podemos perceber em alguns aspectos específicos duas concepções distintas, determinadas a gerenciar a percepção da realidade, que incidem diretamente sobre a publicização informativa e que se vinculam à compreensão de língua e linguagem: uma compreende a língua e os sentidos produzidos nos enunciados a mercê da vontade individual, a outra compreende a língua como objeto autônomo e completo em si mesmo, sendo a linguagem transparente e inequívoca.

Vimos que durante todo o período em que a imprensa brasileira estava se consolidando como empresa, a linguagem literária ainda era uma constante das formas de produção. Vinculada à prática literária de uso da linguagem está a questão da criatividade, do agir individual sobre a língua e sobre os sentidos produzidos pelos enunciados. Ainda que, aos poucos, diversas modificações fossem instauradas nas práticas jornalísticas, somente na década de 50 foi que ocorreu uma mudança significativa na linguagem, quando procedimentos objetivos e padronizados passaram a integrar as formas de produção. A partir daí, temos então a grande imprensa defendendo a verdade objetiva da informação, utilizando uma língua funcional, pretensamente neutra, imparcial e aparatos tecnológicos para garantir uma imagem de cientificidade.

Bakhtin/Volochínov (2004), ao abordarem as linhas mestras do pensamento filosófico e linguístico de seu tempo identificam duas orientações principais, e de bases radicalmente distintas, que trataram do problema de isolar e delimitar a linguagem como objeto de estudo específico, as quais são denominadas como *subjetivismo idealista* (com origem no Romantismo) e *objetivismo abstrato* (com suas raízes no Racionalismo).

Ao sintetizar as posições fundamentais das duas orientações do pensamento filosófico linguístico com que se deparam, Bakhtin/Volochínov resumem as posições do subjetivismo idealista nas seguintes proposições:

1. *A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção ("energia"), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.*
2. *As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.*
3. *A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.*
4. *A língua, enquanto produto acabado ("ergon"), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado (ib., p. 72-73, grifos do autor).*

E resumem o essencial das considerações do objetivismo abstrato como antítese das proposições da primeira orientação:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua; simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si* (ib., p. 82-83 grifos do autor).

Embora Bakhtin/Volochínov tenham delineado essas duas tendências no campo dos estudos da linguagem, não podemos pensar que as concepções que tais tendências produziram em seus estudos não tenham afetado de maneira geral as mais diversas práticas linguísticas na unidade cultural, imbuindo-as inclusive ideologicamente. Por outro lado, também não podemos pensar que nos campos não especializados uma ou outra base de concepções seja adotada epistemologicamente nas atividades de linguagem. Por isso argumentamos que, *na prática, nos diversos campos de criatividade, concepções opostas acerca da linguagem coexistem, determinando os sentidos que os sujeitos atuantes na comunicação atribuem à língua e à linguagem e aos produtos textuais de sua atividade.*

Em relação à imprensa brasileira, podemos compreender essa questão ao considerarmos que, por muito tempo, a atividade jornalística foi fortemente influenciada por um beletrismo, pois a maioria dos jornalistas que compunham o quadro das redações vinha de uma formação literária. Mais tarde, por diversos motivos relacionados, como apontamos acima, foi implantado um novo modelo baseado na objetividade pragmática da imprensa norte-americana. Concomitantemente, houve a criação de cursos específicos de jornalismo e o quadro formativo se modificou acentuadamente. Assim, em relação específica à atividade de linguagem, tivemos a passagem do predomínio de uma concepção subjetivista para uma concepção objetivista. Na primeira, o autor jornalista assina o artigo e é mestre criativo da palavra. Na segunda concepção, em muitos casos, a redação passa a assinar a matéria, a autoria torna-se algo abstrato e institucional; o jornalista, de mediador da notícia, torna-se um intermediário.

Na relação do Estado com a imprensa, o Estado pareceu sempre considerar a linguagem pela concepção subjetivista, atribuindo, em diversas circunstâncias, ao fator individual os sentidos produzidos e as avaliações respectivas ao tratamento das notícias, descarregando sobre o indivíduo jornalista a responsabilidade por avaliações sociais. Concepções de língua e linguagem se implicam diretamente ao que se entende por liberdade de expressão, e no caso da atividade jornalística, liberdade de imprensa.

1.4. O contexto da *Folha de S. Paulo*

Neste tópico pretendemos contextualizar brevemente a história do jornal *Folha de S. Paulo*, apontando principalmente os períodos de mudanças no projeto editorial com as respectivas posições axiológicas assumidas. Conforme opções metodológicas deste trabalho (ver p. 18), em relação à história desse jornal, interessam-nos principalmente os aspectos determinantes na sua configuração atual. Por isso focaremos mais o período posterior aos anos de 1960.

Cristóvão (2011) compreende a história desse jornal em quatro períodos, conforme a orientação editorial dada pelos diferentes proprietários. O primeiro período remete a 1921 quando os jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal *Folha da Noite*, e 1925, a versão matutina *Folha da Manhã*. Nesse primeiro período, que dura até o final da década, a *Folha* tinha uma orientação popular e de oposição ao Governo, noticiando as deficiências dos serviços públicos, apoiando o movimento tenentista, o Partido Democrático, o voto secreto e o direito a férias. Em 1930, dado ter apoiado a candidatura de Júlio Prestes, o jornal foi depredado e fechado após a ascensão de Getúlio Vargas. O segundo período do jornal começa em 1931, quando é comprado por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida. Nesse período o jornal assume a defesa dos interesses dos produtores agrícolas, principalmente dos grandes produtores de café. Em 1945 o jornal é vendido a um grupo liderado por José Nabantino Ramos. Nesse terceiro período é proposta a criação de uma sociedade anônima formada por lavradores e pecuaristas e o jornal defende os interesses dessas duas classes. A orientação editorial não se altera tanto, porém é introduzida a preocupação com a imparcialidade e um discurso da eficiência. Com a formação da sociedade anônima houve uma grande ampliação de capital, unificação das instalações de produção e a criação da *Folha da Tarde* em 1949. No fim desse terceiro período, pouco antes de a empresa

ser vendida, devido a dificuldades financeiras, as três *Folhas* foram unificadas, passando o jornal a ser nomeado de *Folha de S. Paulo*.

O quarto período (que compreende o momento atual) começa em 1962 quando o jornal é comprado por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Nos primeiros anos desse período o jornal não se dispôs a enfrentar a censura imposta pela ditadura militar, nem fazer nenhum tipo de oposição. Ao acatar as disposições da ditadura enquanto inúmeros outros jornais sofriam com a censura, a *Folha de S. Paulo* pôde, até o fim da década de 60, consolidar-se como “um conglomerado que incluía duas gráficas e seis jornais, entre eles o *Última Hora* e o *Notícias Populares*” (CRISTÓVÃO, 2011, p. 99), além de assumir o controle da *Fundação Cásper Libero*. Essa posição se seguiu até a metade da década de 70, quando o país começou a vislumbrar a redemocratização. Ainda na década de 70 o jornal substituiu a composição a chumbo pela fotocomposição e adquiriu as mais modernas impressoras da época; criou o Banco de dados de São Paulo Ltda. e a Biblioteca da Folha. Nessa década, com Cláudio Abramo como diretor da redação o jornal foi amplamente modernizado, desde a linha editorial ao projeto gráfico, tornando-se grande referência no jornalismo brasileiro e um dos jornais mais influentes do país. O trabalho iniciado por Cláudio Abramo viria a concretizar o primeiro Manual da Redação.

Nos anos que se seguiram, a história da *Folha de S. Paulo* foi marcada pelo seu pioneirismo. No que se refere ao posicionamento político, tomou partido na defesa das eleições diretas em 1983 e do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Quanto aos avanços tecnológicos, em 1983 a *Folha* foi o primeiro jornal da América do Sul a instalar computadores na redação. Em 84, foi pioneira com o lançamento do Manual da Redação. Até o final dos anos 80 o jornal atingiu alta qualidade na produção de mapas, quadros, tabelas, gráficos e ilustrações. Em 1990 introduziu paginadoras eletrônicas para a montagem das páginas. Em 92 houve uma reestruturação gráfica com vista a um melhor consumo e a primeira página passou a ser colorida. Nesse ano a *Folha* se tornou o jornal de maior circulação paga aos domingos. Ainda na década de 90 a *Folha* ampliou seu banco de dados e desenvolveu o primeiro banco de imagens digital. O parque gráfico da empresa também se tornou o maior da América Latina e sua modernização permitiu o uso de cores em mais de 70% do jornal. Pelos fins da década já liderava o segmento dos classificados e o *Grupo Folha* investiu no mundo digital, desenvolvendo o maior portal da América Latina de acesso à internet, o UOL. Ainda no ano de 2000 o jornal realizou novo projeto gráfico com vista a uma melhor hierarquização e clareza do conteúdo.

Todo esse quarto período também foi marcado pela realização de projetos editoriais, os quais tanto expressaram o posicionamento do jornal diante da conjuntura política e econômica como delinearão os passos a serem seguidos por seus jornalistas, e funcionários em geral, para uma adesão centralizada a uma identidade empresarial. Desses projetos editoriais podemos ressaltar alguns pontos que indicam a identificação do jornal com determinados aspectos do paradigma da objetividade. No seu primeiro Projeto Editorial de 1981, o jornal aponta, entre seus objetivos, oferecer ao seu público leitor *informação correta*, entendendo esta como uma descrição a mais sintética, despojada e distanciada possível de tudo que pode afetar a vida e os interesses que o jornal acredita serem os dos leitores. Também neste projeto o jornal resalta sua independência a qualquer posição hegemônica²⁵.

No projeto de 1984, novamente alguns aspectos que se inscrevem no paradigma da objetividade voltam a ser colocados em pauta. O jornal defende como ideias gerais do modelo de jornalismo que almeja os conceitos de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No que tange à notícia propriamente: a crítica pode ser a “que o repórter realiza quando compara fatos, estabelece analogias e veicula diferentes versões sobre um mesmo fato”; o pluralismo consiste em que “As reportagens precisam relatar os vários pontos de vista das pessoas envolvidas com o fato”²⁶; e o apartidarismo significa ter autonomia política. Ainda nesse documento aparece uma preocupação com o modo de se produzir a informação a qual reflete os princípios do paradigma da objetividade: “É consenso que o ponto frágil da Folha é a informação. Precisamos informar mais e melhor. Temos que publicar textos mais corretos, mais objetivos, mais concisos, mais claros, mais completos e, sobretudo, mais exatos”²⁷.

No Projeto Editorial de 1985, somam-se, aos valores já apontados, a preocupação com o consumo do produto jornalístico e o princípio do didatismo.

Tudo deve ser explicado, esclarecido e detalhado - de forma concisa e exata, numa linguagem tanto coloquial e direta quanto possível. A maior parte dos textos factuais não só comporta como pede um texto de memória, recapitulando o assunto e situando o leitor no contexto do fato.

O didatismo deve estender-se também à disposição visual do que é editado. Precisamos consolidar e homogeneizar os recursos gráficos para identificar o que é informação factual, o que é texto de análise ou interpretação, o que é texto de memória, o que é texto de ambiente, o que é texto de serviço.

A apreensão pelo leitor deve ser fácil, clara e rápida. Precisamos ter maior preocupação com os números e com a sua exatidão: custos, orçamentos, salários,

²⁵ Cf. http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_3parte.htm. Acesso em 10/2011.

²⁶ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_2parte.htm. Acesso em 10/2011.

²⁷ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_3parte.htm. Acesso em 10/2011.

reivindicações, propostas, acordos, investimentos, datas, tamanhos, medidas, preços, número de pessoas, percentuais - quantidades, enfim. Precisamos adquirir um novo nível de precisão quanto a horários e locais.

Temos que modificar a nossa mentalidade com relação a quadros, mapas, gráficos e tabelas. Até aqui eles vinham sendo utilizados como complemento eventual do texto. Agora eles passam a ser considerados como o meio de expressão sintética e veloz por excelência.²⁸

Uma diferença, no entanto, é apontada nesse projeto em relação ao uso de fonte. A preocupação com a contrastação de fontes começa a ceder lugar para o intuito de se utilizar procedimentos empíricos de verificação dos fatos.

A informação completa, exata e de preferência inédita; o texto correto, conciso e crítico. Esta continua sendo a exigência com relação ao trabalho de reportagem.

[...]

Mas é importante assinalar, desde logo, que se a batalha pela exatidão continua sendo a grande prioridade na área, devemos estimular esforços no sentido de desenvolver uma atitude cada vez mais cética por parte de reportagem em face dos fatos e das fontes. Fazemos ainda uma quantidade excessiva de reportagens baseadas apenas em declarações oficiais ou em material impressionístico, colhido aleatoriamente pelo repórter. Precisamos de menos declarações e de mais fatos comprovados; de menos listas de impressões e de mais levantamentos - apoiados em dados e estatísticas, sempre que possível - capazes de transmitir ao leitor um quadro geral e preciso do que está sendo tratado.²⁹

No projeto de 1986 novamente é ressaltada a independência editorial e o jornalismo crítico e apartidário. Contudo a ênfase nesse projeto recai sobre a qualidade e precisão do jornal no tratamento dos fatos e na informação inédita e exclusiva. No projeto de 1988 aparece a preocupação de que por conta de uma radicalização, no jornalismo, dos princípios defendidos até então pela *Folha*, os mesmos sejam banalizados por uma aplicação mecânica.

Se não formos capazes de fazer desse pluralismo, dessa exatidão, dessa modernidade, dessa isenção jornalística (qualidades que nos garantiram o sucesso até aqui) o ponto de partida para em esforço de criatividade, de sofisticação, de imaginação e de crítica levados a seu ponto extremo de inteligência e arte, a distância até agora alcançada face aos concorrentes vai perder-se na indiferenciação, na rotina e na mediocridade.³⁰

Também aparece nesse projeto a preocupação com a qualidade do produto iconográfico e da fotografia

O restante da imprensa diária está, ainda, num estágio muito primitivo de confecção do seu material iconográfico. Esta situação tende a se modificar rapidamente e mais do que nunca é necessário investir, agora, na qualidade do acabamento e na eficácia

²⁸ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_85_1parte.htm. Acesso em 10/2011.

²⁹ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_85_2parte.htm. Acesso em 10/2011.

³⁰ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_88_1parte.htm. Acesso em 10/2011.

da concepção dos nossos mapas e quadros, que são tantas vezes deficientes. Raciocínio semelhante vale para a fotografia, terreno em que a Folha experimentou considerável progresso recentemente. Incorporamos ao procedimento do fotojornalismo padrões que até então estavam reservados à fotografia artística: ângulos e enfoques diferenciados; ênfase no detalhe das fotos de esportes; fórmulas para que as fotos de jornal expressem mais do que mera imagem e se entrelacem com o significado do evento a que essa imagem está ligada; interesse maior por imagens de beleza plástica e de efeito inusitado, ainda que sua temperatura noticiosa seja baixa. Também aqui é preciso depurar os avanços realizados; evitar com igual energia tanto o retorno ao fotojornalismo convencional como o exagero que consiste em esquecer que num jornal tudo o que se publica deve ser informação.³¹

O Projeto Editorial de 1997 vigora até os dias atuais. Nele são reafirmados os conceitos de um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Há ainda nesse projeto um dado relevante sobre a forma textual em busca de uma evolução do jornal.

A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é consequência da evolução que estamos procurando identificar. Trata-se, porém, de política a ser administrada com parcimônia e cautela, seja para que não se perca a base objetiva de informação, seja para que o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão. A um texto noticioso mais flexível deve corresponder um domínio superior do idioma, bem como redobrada vigilância quanto à verificação prévia das informações, à precisão e inteireza dos relatos, à sustentação técnica das análises e à isenção necessária para assegurar o acesso do leitor aos diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos.³²

Apesar de apontar para uma liberdade estilística, este último excerto também mostra que os princípios do paradigma da objetividade ainda continuam inabalados, pois as palavras de ordem ainda continuam sendo: informar com exatidão, verificação prévia das informações, precisão e inteireza dos relatos, sustentação técnica das análises, isenção para expor diferentes pontos de vista. Além disso, o termo objetividade ainda permanece no Manual da Redação (2010) integrando a lista de procedimentos para a produção jornalística (retomamos essa questão na página 108).

³¹ http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_88_1parte.htm. Acesso em 10/2011.

³² http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial_texto_livre.htm. Acesso em 10/2011.

CAPÍTULO SEGUNDO: PARA UMA COMPREENSÃO DO GÊNERO DO DISCURSO NOTÍCIA NA UNIDADE DOS ESTUDOS BAKHTINIANOS: CONCEITOS E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração.

(Para uma filosofia do ato responsável)

Neste capítulo pretendemos desenvolver alguns pressupostos teóricos e metodológicos, bem como a compreensão de certos conceitos que fundamentam essencialmente nosso trabalho. Como dissemos na introdução, adotamos por linha mestra a sustentar nossa pesquisa a Filosofia da Linguagem dos estudos bakhtinianos. Nosso trabalho, contudo, faz um recorte bastante específico dentre os fenômenos de linguagem e visto ser o pensamento bakhtiniano de considerável amplitude – tocando as fronteiras das diversas disciplinas das ciências humanas, e a cada vez criando terminologias e conceitos particulares conforme o fenômeno confrontado –, buscaremos nessa linha de pensamento apenas aquelas categorias de compreensão que dialogam na *unidade* de nosso objeto de pesquisa. Ademais, tomar a unidade do objeto como ponto de partida para um enfrentamento metodológico parece ser o mais coerente com a linha teórica que adotamos, pois não é exagero dizer que a questão da unidade aparece como uma constante na metodologia do pensamento bakhtiniano. Só para citar alguns exemplos, encontramos essa questão já em seus primeiros trabalhos em *Para uma filosofia do ato responsável* quando o autor aborda a unidade de sentido do mundo que envolve a eventicidade do ser. Encontramo-la na abordagem da relação entre o verbal e o extra-verbal no fluxo unitário da vida em *Discurso na vida discurso na arte*. Nos trabalhos dos anos de 1950, encontramos a questão da unidade na abordagem do enunciado como elemento distinto da oração. Em *Questões de literatura e estética*, aparece a preocupação de se entender a autonomia da arte na sua participação na unidade da vida cultural. Na questão dos gêneros do discurso aparece a preocupação com a unidade de fundamento entre estilo e gênero, entre a história da sociedade e a história da linguagem, entre a vida e a língua. Como se vê, a unidade no sentido bakhtiniano não se trata, porém, de um mínimo indivisível, pelo contrário, constitui-se interação e se mostra como totalidade do sentido.

Como dissemos, a produção de Bakhtin e do Círculo³³ alcança inúmeros temas e conceitos na abordagem da linguagem, da comunicação discursiva, da cultura, da comunicação estética, do discurso literário, da filosofia ética, da psicologia³⁴. Para o que interessa a esta pesquisa, nem todos os temas e trabalhos desenvolvidos pelo Círculo bakhtiniano devem ser aqui abordados, não só por uma economia, mas também porque o contrário enveredaria nosso projeto de dizer para outros campos, o que transfiguraria o objeto de estudo que nos propusemos de início e implicaria na positividade de condução da pesquisa. Coerentemente com nossos objetivos, portanto, consideraremos somente alguns trabalhos que se circunscrevem na órbita dos gêneros do discurso; e igualmente trataremos de conceitos buscados no conjunto da obra do Círculo conforme julgarmos necessário para desenvolvermos nossa proposta de compreender essa *categoria* na unidade dos estudos bakhtinianos e a notícia na unidade da concepção de gênero do discurso. Dentre tais conceitos que contribuem para essa compreensão elencamos questões do *signo ideológico* e do *discurso alheio*, e dadas certas propriedades específicas do gênero notícia e das concepções gerais em torno de sua compreensão, também vemos a necessidade de buscarmos em Bakhtin uma noção de texto bem definida e coerente com a noção dialógica da linguagem. Para tanto, encontramos nítidas condições na consideração do texto nos limites do *enunciado pleno*.

Antes de mais nada, ressaltamos que, devido aos nossos recortes, consideraremos uma ou outra obra do Círculo parcialmente e usaremos o mesmo procedimento ao buscarmos apoio nas obras que tratam do pensamento bakhtiniano. Quando falamos em unidade dos estudos bakhtinianos, incluimos aí os trabalhos do Círculo e trabalhos de estudiosos que tratam dos mesmos. Parecerá que, ao falarmos de unidade, colocamo-nos a obrigação de tratar de todo o conjunto de trabalhos que se envolvem ao tema aqui colocado, mas, no entanto, acreditamos que buscarmos apoio em uma e outra obra, em um e outro autor sem abordar a totalidade do conjunto de produções específicas não implica em uma falha de pesquisa se nos ativermos ao eixo da unidade que buscamos. Por isso, faremos nossa compreensão das *categorias* do pensamento bakhtiniano de forma heurística, tomando por base principal os próprios textos de Bakhtin e reportando-nos a alguns estudiosos de sua obra com vista a uma melhora qualitativa de compreensão. Buscaremos apoio principalmente em Brait (2005), (2006), (2009); em Fiorin (2008); em Geraldi (2006), (2010); em Machado (2006); em Miotello (2006), (2007); em Ponzio (2008), (2010); em

³³ Cf. Brait (2009).

³⁴ Cf. Sobral (2009).

Sobral (2006), (2009); em Souza (2002). Nem todas essas obras aqui referidas são citadas ou reportadas diretamente, mas todas foram lidas integralmente e suas vozes ressoam por todo nosso texto, amparando-nos em nossa compreensão dos estudos bakhtinianos. Assim, não adotamos o método positivo de resenhar propriamente a literatura do assunto e assumimos o risco de uma entonação ensaística. Preferimos um modo *abduativo* de defrontar nosso *problema* epistemológico, o que, admitimos, pode privar-nos quantitativamente, mas que, no entanto, ainda nos mantém em acordo com a metodologia bakhtiniana da *compreensão responsiva*, que, pela dialogia, engendra sempre novas perguntas.

2.1. Questões metodológicas da compreensão responsiva

A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta (BAKHTIN, 2003, p. 319).

O pesquisador é parte integrante de seu próprio estudo. Aliás, parte integrante da própria linguagem enquanto signo, pois que no signo se encontram a materialidade – enquanto objeto material; a materialidade sócio-histórica – enquanto objeto e função ideológica; e o ponto de vista do sujeito produtor/receptor – segundo uma determinada posição, a partir de um contexto situacional dado, segundo um determinado plano de ação, uma determinada perspectiva para a práxis (MIOTELLO, 2007, p. 283).

Este diálogo de Bakhtin e Miotello nos serve de premissa para expormos nossa opção metodológica: o *dialogismo* como pressuposto fundamental e a *compreensão responsiva ativa* como procedimento ou quadro de procedimentos metodológicos. O dialogismo tomado como pressuposto para fundamentar a prática de pesquisa instaura um posicionamento axiológico do pesquisador frente ao fenômeno observado; já a compreensão responsiva ativa pode ser tomada como um quadro de atos particulares dotados de autonomia semântica que, embora fundidos num processo único, podem, em determinado momento, serem tomados abstratamente num processo de meta-compreensão e colocados, portanto, como procedimentos analíticos.

2.1.1. O dialogismo como pressuposto fundamental

O problema do diálogo se faz constante em todo o conjunto da obra de Bakhtin e do Círculo, porém não se apresenta somente no plano do conteúdo, não significa um simples

consenso, nem se trata do diálogo enquanto forma composicional somente (SOUZA, 2002). Se o racionalismo viveu a dúvida como método para encontrar a verdade, instaurando uma forma de pensar e ver o mundo que atravessou os séculos, Bakhtin, já nos seus primeiros escritos, na obra *Para uma filosofia do ato responsável*³⁵, rejeitará essa forma de pensamento enxergando na arquitetônica da relação entre dois centros de valores – correlatos entre si mas diferentes por princípio –, o *eu* e o *outro*, a unidade de sentido do mundo elevada ao grau de unicidade da eventicidade do ser (BAKHTIN, 2010, p. 140-2). Segundo Brait (2008, p. 90), nas posições filosóficas ali assumidas a questão do dialogismo já está insinuada, por exemplo, quando o autor trata do uso da palavra na sua plenitude semântica. E Fiorin (2008, p. 17) observa que a unicidade do ser e do evento, a relação eu/outro e a dimensão axiológica são coordenadas que estão na base da concepção dialógica da linguagem. Barros (1994, p. 02) por sua vez, destaca que “O princípio dialógico permeia a concepção de Bakhtin de linguagem e, quem sabe, de mundo, de vida”. Já na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, na consideração da estrutura ideológica social da enunciação, inscrita na interação verbal colocada numa dimensão mais ampla das relações intersubjetivas, e na contraposição às correntes de pensamento que tomavam a língua por um ponto de vista abstrato ou idealista, tem-se, segundo Brait (2008, p. 94), uma continuidade às questões de método e ao delineamento do dialogismo insinuado nos seus primeiros trabalhos.

Na obra *Problemas da poética de Dostoiévski* Bakhtin diz que

As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância” (BAKHTIN, 2008, p.47).

Podemos dizer que o próprio signo e a consciência sejam de natureza dialógica. Como afirmam Bakhtin/Volochínov (2004, p. 34), “os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra”. A consciência por seu turno, “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (*id. ibid.*, p. 35). Para Bakhtin, a monologização da consciência é apenas um momento, embora muito importante, em que as palavras alheias se tornam anônimas, as relações dialógicas iniciais com as palavras alheias são esquecidas e a consciência “entra como um *todo* único e singular em um novo diálogo (já com novas vozes

³⁵ Conferir prefácio da edição brasileira, Bakhtin, 2010, p. 10-11.

externas do outro)” (BAKHTIN, 2003, p. 403). Por isso Bakhtin também afirma que a própria compreensão, mesmo que sob a forma de discurso interior, só pode manifestar-se através de um material semiótico.

Ademais, toda produção cultural se encontra estreitamente ligada às especificidades da linguagem, pois todo produto ideológico “possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo” (*id. ibid.*, p. 31). Tendo em vista o caráter essencial-constitutivo das relações dialógicas nas manifestações humanas, as quais, para o autor, só são dadas ao pesquisador sob a forma de texto ou *texto-enunciado* (*id.* 2003, p. 308-9), no ensaio *Metodologia das ciências humanas* Bakhtin, respondendo às propostas metodológicas mais em voga na época³⁶, acentua sua própria posição:

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma *coisa* e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (*id. ibid.*, p. 400).

Assim, tanto se trate de pensamentos sobre pensamentos, os temas das ciências humanas, ou dos comportamentos humanos, que para o autor só podem ser compreendidos a partir da formulação de sua expressão semiótica, enquanto tomados por objeto de estudo, estão postos às dimensões da comunicação discursiva e do processo dialógico. Por isso, o dialogismo é colocado nesta pesquisa como pressuposto metodológico fundamental, dado que nosso objeto de estudo são as relações discursivas configuradas em gêneros do discurso, colocadas sob o prisma da compreensão do signo ideológico. Mas o que seria especificamente o dialogismo? Brait (2005, p. 94-5), ao perscrutar diversas obras do filósofo russo, formula excelente síntese:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos.

³⁶ Trata-se de um ensaio escrito pelo início dos anos de 1940. Conferir Bakhtin, 2003, p. 393.

Fiorin (2008), por seu turno, compreende o dialogismo como o princípio unificador do pensamento bakhtiniano. Para Fiorin, o conceito de dialogismo pode ser entendido a partir de três aspectos. O primeiro se trata do dialogismo constitutivo do enunciado, isto é, que não se mostra no fio do discurso. Todo enunciado se constitui a partir de outros enunciados e é sempre heterogêneo, revelando ao mesmo tempo sua posição e uma outra em oposição a qual se constrói. O enunciado também, ao passo que se baseia em outros enunciados, solicita uma resposta, pressupõe novos enunciados, seja de concordância ou refutação. Além disso, nesse aspecto constitutivo se pode perceber uma dialogização interna da palavra, que se dá em razão do acesso à realidade ser sempre mediado pela linguagem.

Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros; [...] Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras (FIORIN, 2008, p. 19).

O segundo aspecto se trata do dialogismo como forma composicional, com formas externas de mostrar a voz do outro no enunciado. Fiorin exemplifica duas formas pelas quais o discurso do outro é inserido no enunciado como discurso citado:

Há duas maneiras de inserir o discurso do outro no enunciado:

- a) uma, em que o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, é o que Bakhtin chama discurso objetivado;
- b) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado.

No primeiro caso, existem, entre outros, os seguintes procedimentos: discurso direto, discurso indireto, aspas, negação. O segundo pode ser exemplificado pela paródia, pela estilização, pela polêmica clara ou velada, pelo discurso indireto livre (*id. ibid.*, p. 33).

O terceiro aspecto do dialogismo consiste de ser ao mesmo tempo princípio constitutivo do indivíduo e princípio de sua ação.

A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s). O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que constituem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou

discordância. Além disso, como está sempre em relação com o outro, o mundo exterior não está nunca acabado, fechado, mas em constante vir a ser (*id. ibid.*, p. 55).

O dialogismo como princípio constitutivo do ser e do seu agir aponta para a impossibilidade do sujeito ser submisso às estruturas sociais no sentido de que seja assujeitado, bem como de ser uma subjetividade autônoma em relação à sociedade, pois o indivíduo se constitui sujeito conforme sua participação ativa nas diversas relações sociais, isto é, enquanto age em relação aos outros.

2.1.2. As etapas da compreensão responsiva

No texto *Metodologia das ciências humanas* Bakhtin aborda o problema da compreensão na comunicação discursiva. O autor aponta a possibilidade de desmembramento da compreensão em atos particulares que, embora na sua efetividade estejam indissolúvelmente fundidos em um processo único, mantêm sua autonomia semântica ideal e podem ser separados do ato empírico. Bakhtin elenca esses atos em quatro etapas:

1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Seu *reconhecimento* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão de seu *significado* reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu *significado* em dado contexto (mais próximo e mais distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade (*id.* 2003, p. 398).

De certa maneira essas mesmas preocupações aparecem na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Ao procurar definir o objeto de estudo da filosofia da linguagem, Bakhtin/Volochínov fazem uma crítica ao empirismo fonético como método de observação da língua e questionam a respeito dos papéis do som como componente físico, dos processos fisiológicos de produção e recepção do som e da associação psicofisiológica do falante e do ouvinte. Percebe-se que Bakhtin/Volochínov retomam os mesmos problemas colocados por Saussure no tópico em que este define o "lugar da língua nos fatos de linguagem" (SAUSSURE, 2000, p. 19). Ali, Saussure define o esquema do circuito da fala, necessário para se encontrar no conjunto da linguagem a esfera correspondente à língua. No entanto, o autor aponta a seguir que o ato individual é senão o embrião da linguagem e que para se compreender a organização da língua enquanto sistema é preciso abordar o fato social. Assim,

Saussure descarta desse circuito o som como parte meramente física (e conjuntamente sua produção e recepção psicofisiológicas) e a parte psíquica como imperativo individual (a execução e a recepção, ou associação psíquica de um conceito a uma imagem acústica) para chegar à definição da língua como produto social que se constitui como sistema autônomo, o qual "o indivíduo registra passivamente" (*id. ibid.*, p. 22).

Diferentemente de Saussure, Bakhtin/Volochínov não descartam as três esferas física, fisiológica e psicológica, o que chamam de um conjunto complexo, mas também não se contentam com as mesmas para uma definição, pois para os autores esse conjunto ainda é desprovido de alma para se realizar como fato linguístico. Para Bakhtin/Volochínov o que define o processo linguístico não é a ordenação sistêmica – no sentido de um sistema fechado em si mesmo – das formas reproduzidas como produto social, mas a inserção do que chamam de conjunto complexo na esfera da relação social organizada:

Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 70).

Aqui podemos perceber que as três etapas da compreensão: a percepção do signo físico, seu reconhecimento e sua inserção num determinado contexto correspondem ao fato linguístico. Porém, como afirma Bakhtin (2003, p. 313), “do ponto de vista dos objetivos extralinguísticos do enunciado todo, o linguístico é apenas um meio”, por isso a quarta etapa, no plano do enunciado pleno, corresponde a uma compreensão ao mesmo tempo mais ampla na dimensão das relações sociais e mais específica na dimensão das relações interindividuais. A compreensão ativa implica o diálogo e, portanto um posicionamento axiológico.

A compreensão de enunciados integrais e das relações dialógicas entre eles é de índole inevitavelmente dialógica (inclusive a compreensão do pesquisador de ciências humanas); o entendedor (inclusive o pesquisador) se torna participante do diálogo ainda que seja em um nível especial (em função da tendência da interpretação e da pesquisa) (*id. ibid.*, p.332).

Para Bakhtin “não se pode separar compreensão e avaliação: elas são simultâneas e constituem um ato único integral” (*id. ibid.*, p. 378). O sujeito cognoscente sempre se depara com o objeto cognoscível a partir de um ponto de vista, com uma visão já formada sobre o mundo, a partir de suas concepções e posicionamentos. Esses aspectos, de

certa forma, determinam a avaliação e ao mesmo tempo, há uma reciprocidade pela qual esses aspectos também se modificam na compreensão. Somente o sujeito dogmático permanece no mesmo estágio de conhecimento, para esse sujeito a compreensão nunca pode ser efetiva, pois não tem um sentido vivencial. “O sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já prontos. No ato da compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento” (*id.* 2003, p. 378). O conhecimento dialógico, portanto, realiza-se como um encontro de duas consciências, tem índole de acontecimento e a avaliação como momento indispensável.

Vemos, então, que a compreensão plena só é possível no nível do enunciado pleno, mas aí também é preciso expandir as dimensões espaço-temporais da configuração do contexto para se abarcar o significado criador cognitivo, pois “o enunciado em sua plenitude é informado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro” (*id. ibid.*, p. 313). Essa penetração dialógica pelos elementos extralinguísticos tem sua determinação sobre a esfera do sentido, mas, sobretudo, no nível global do enunciado, diferentemente do signo tomado em seu valor abstrato. Por isso Bakhtin diz que

O sentido é potencialmente infinito, mas pode atualizar-se somente em contato com outro sentido (do outro), ainda que seja com uma pergunta do discurso interior do sujeito da compreensão. Ele deve sempre contactar com outro sentido para revelar os novos elementos da sua perenidade (como a palavra revela os seus significados somente no contexto). Um sentido atual não pertence a um (só) sentido mas tão-somente a dois sentidos que se encontraram e se contactaram. Não pode haver “sentido em si” – ele só existe para outro sentido, isto é, só existe com ele. Não pode haver um sentido único (um). Por isso não pode haver nem o primeiro nem o último sentido, ele está sempre situado entre os sentidos, é um elo na cadeia dos sentidos, a única que pode existir realmente em sua totalidade. Na vida histórica essa cadeia cresce infinitamente e por isso cada elo seu isolado se renova mais e mais, como que torna a nascer. (*id. ibid.*, p. 382).

Essa concepção do sentido, portanto, implica a observação do contexto em duas instâncias espaço-temporais: uma mais imediata que integra as relações sócio-culturais no plano do código sistematizado e as relações ideológicas vinculadas às condições materiais de produção; e outra mais ampla (ampliação do contexto distante) que procura encontrar as relações de sentidos nos limites da unidade sistemática da cultura que estende sua participação ativa nos diversos momentos da vida cultural, e nas relações ideológicas que tanto ecoam das determinações históricas quanto se vinculam às utopias, aos projetos de futuro. Como conclui Bakhtin:

É impossível dissolver o sentido em conceitos. O papel do comentário. Pode haver uma racionalização relativa do sentido (a análise científica habitual), ou um aprofundamento do sentido com o auxílio de outros sentidos (a interpretação artístico-filosófica). O aprofundamento mediante a ampliação do contexto distante (*id. ibid.*, p. 399).

Em suma, podemos dizer que a compreensão ativamente responsiva (BAKHTIN, 2003, p. 271) é sempre um dizer apreciativo, seja na sua forma como discurso interior, mais próxima dos níveis inferiores da *ideologia do cotidiano* (consideramos isso logo abaixo) e, portanto, um dizer mais matizado pela expressividade individual; ou na forma exteriorizada, falada ou escrita, mais próxima dos níveis superiores da ideologia do cotidiano e até mesmo dos estratos oficiais da ideologia (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 118-121) e, portanto, um dizer mais matizado pela expressividade típica de gênero do discurso e da esfera de comunicação correspondente (BAKHTIN, 2003, p. 291-293). Podemos dizer que a *compreensão responsiva ativa* consiste em assumir a alternância dos sujeitos do enunciado a qual circunscreve os limites dos projetos de dizer apreciativos suscitados como respostas. Para o pesquisador, essa participação no diálogo se dá, em determinado momento, do ponto de vista de um terceiro, de forma não imediata, a qual permite objetivar a relação eu/tu. Mas essa participação também busca perceber as relações dialógicas na grande temporalidade, no grande diálogo da comunicação viva da unidade cultural, criando novos elos nessa comunicação (SOUZA, 2002).

2.2. O signo ideológico

A concepção de signo no pensamento bakhtiniano está diretamente vinculada à questão da ideologia. Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, obra do Círculo de Bakhtin em que encontramos essa questão melhor desenvolvida, a definição do signo parte da consideração dos problemas da criação ideológica.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 31, grifos do autor).

O signo é visto na Filosofia da Linguagem bakhtiniana a partir de fundamentos marxistas e, portanto, de ordem sociológica, material e histórica, de modo que sua abordagem não toma por princípio nem relações somente psíquicas por um lado, nem relações sistêmicas por outro, mas, sim, as relações ideológicas vinculadas a bases materiais nas formas concretas da comunicação social organizada (*id.* 2004, p. 44). Aliás, essa mesma força é responsável pelo surgimento do signo, pois somente aquilo que adquire valor e importância no horizonte social de um determinado grupo, isto é, que esteja vinculado às condições socioeconômicas, às bases materiais da existência de determinado grupo é capaz de gerar formas semióticas, pois necessita entrar na corrente de comunicação social (*id. ibid.*). Disso decorre que as formas sígnicas também são determinadas pelas formas de interação social. Em suma, a existência do signo é a materialização da comunicação social. Além dessa materialidade sócio-histórica, todo signo também tem uma realidade objetiva. “Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (*id. ibid.*, p. 33).

Assim o signo conforma duas realidades, isto é, o signo ao mesmo tempo se apresenta como fragmento da realidade natural e como material do mundo ideológico. Por esse motivo o signo ao mesmo tempo reflete e refrata a realidade, isto é, o signo sempre está sujeito a critérios de avaliação ideológica. Por isso, como esclarece Ponzio (2008, p. 109), na definição do signo, além da materialidade física e da materialidade sócio-histórica constitutivas, existe um terceiro fator, o ponto de vista valorativo, de modo que o signo, ao mesmo tempo que se coloca no lugar de algo e que o representa, também expressa uma tomada de posição, num determinado contexto segundo uma perspectiva na práxis. Conforme Bakhtin/Volochínov, todo campo da criatividade ideológica tem um modo próprio de orientação para a realidade, sendo a realidade ao mesmo tempo ideologicamente refletida e refratada no signo.

Até aqui apontamos que o signo é uma encarnação material da ideologia, mas parece que tratamos da mesma de forma um tanto abstrata. Conforme Miotello (2006, p.171) podemos caracterizar a ideologia em termos bakhtinianos como a “expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens”. Como “o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados” (*id. ibid.*, p. 176). Miotello também chama a atenção para se compreender a

ideologia a partir da relação entre ideologia do cotidiano e ideologia oficial conforme apresentam Bakhtin/Volochínov (2004, p. 119).

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, conservam um elo orgânico com a ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma enorme influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a ideia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica, que é a razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano.

A ideologia do cotidiano ainda se distingue, conforme Bakhtin/Volochínov, em estratos inferiores e superiores. Os níveis inferiores correspondem às relações fortuitas que não adquirem força e ação duráveis no plano social. Trata-se da expressão que se vincula à totalidade da atividade mental orientada sobre a vida cotidiana imediata, expressão determinada por fatores biográficos, biológicos e fisiológicos e que acompanha os atos, os gestos e os estados de consciência de cada pessoa. Já os níveis superiores da ideologia do cotidiano apresentam um grau mais estabilizado de modelagem ideológica e correspondem às relações sociais de grupos organizados. Nesse nível as forças sociais provocam a recíproca influência entre a ideologia do cotidiano e a oficial, refletindo as mudanças históricas.

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura socioeconômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados (*id. ibid.*, p. 120-1).

Das propriedades do signo e da ideologia derivam dois fatos que devemos considerar: 1) a natureza do discurso interior, a consciência; 2) o papel privilegiado do signo verbal na comunicação discursiva. Conforme Bakhtin/Volochínov, a própria consciência também é um fato ideológico, pois “adquire forma e existência nos signos criados por um

grupo organizado no curso de suas relações sociais” (*id.*, 2004, p. 35). Disso podemos apreender que se a percepção da realidade é filtrada ou deformada pela apreensão subjetiva, isto é, pelo psiquismo e pela volição emotiva, então este processo é, de antemão, social e ideológico. Conforme Bakhtin/Volochínov (*ibid.*, p. 33), ressaltamos, “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade a sua própria maneira”. Levando em conta que o sujeito nas suas atividades, na sua interação com o mundo, nunca se situa fora de um campo de criatividade ideológica, pode-se afirmar que a sua percepção subjetiva da realidade também é socialmente refratada e refratante. E isso mesmo nas atividades mais fortuitas e cotidianas, pois como mostram Bakhtin/Volochínov, há uma relação de recíproca constitutividade entre estratos da ideologia do cotidiano e da ideologia oficial (*id. ibid.*, p. 118-121). O sujeito se constitui num processo de alteridade e a complexidade de sua atividade mental é proporcional à firmeza e à estabilidade do grupo de suas relações sociais e ao grau de sua orientação social. Seja qual for a forma inflexiva da experiência, toda atividade mental, o discurso interior, somente pode realizar-se a partir de uma orientação social, isto é, tendo em vista um interlocutor em potencial ou imediato.

Conforme Bakhtin/Volochínov, a atividade mental orientada socialmente oscila entre dois pólos: *atividade mental do eu* e *atividade mental do nós*. São dois limites dentro dos quais se realiza a elaboração ideológica: os distintos graus na consciência, na clareza e na diferenciação da orientação social. A atividade mental do eu tende para a auto-eliminação, ela se constitui no nível inferior da ideologia do cotidiano, e quanto mais próxima de seu limite, mais distante fica de uma forma acabada, isto é, de uma forma composicional enunciativa e de um respectivo tratamento temático definido. Ou seja, quanto menos dotada de um auditório social, menos a atividade mental será dotada de uma representação semiótica e, portanto, de uma modelagem ideológica. Já a atividade mental do nós, pelo contrário, constitui-se no nível superior da ideologia do cotidiano, está diretamente vinculada à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais próxima de seu limite, mais distinta e definida ideologicamente será essa atividade mental.

Assim, vemos que o discurso interior é todo ideologia, por isso Bakhtin/Volochínov afirmam que a compreensão é sempre uma resposta a um signo por meio de signos. Segundo os autores, esse caráter contínuo da comunicação adquire sua forma mais completa na língua, isto é, por meio do signo verbal. Isso ocorre porque o signo verbal é completamente absorvido na sua função semiótica, ou seja, não tem nenhuma função no

mundo natural, sendo apenas um fenômeno ideológico. Além disso, o papel privilegiado do signo verbal na comunicação discursiva também se dá em razão: a) da palavra ser um signo neutro, podendo preencher qualquer função ideológica nos sistemas estabelecidos como da arte, da religião, da ciência, da política etc.; b) pelo fato de o signo verbal ser o material privilegiado da comunicação cotidiana, esfera na qual surgem as formas da comunicação discursiva; c) pelo fato de o signo verbal ser um material flexível, produzido pelos próprios meios do organismo individual, constituindo, portanto, o material semiótico da consciência; d) derivado desse último aspecto, pelo fato de o signo verbal acompanhar todo ato de compreensão, seja qual for a natureza material do signo apreendido, isto é “a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (*id. ibid.*, p. 37).

2.3. O discurso citado

Como já apontamos mais acima, o discurso citado é uma forma composicional do dialogismo, a qual se caracteriza por apresentar marcas externas de mostrar a voz do outro no enunciado. Esse aspecto do dialogismo não apenas evidencia como o discurso alheio é transmitido mas também como é socialmente apreendido. Conforme Bakhtin/Volochínov (2004, p. 146) a sociedade “escolhe e gramaticaliza [...] apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada”. Uma vez que as tendências dominantes de apreensão e transmissão do discurso alheio se estabilizam em esquemas na língua, assumindo aí uma forma e uma função, passam a exercer “uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas” (*id. ibid.*, p. 147). Nos contextos específicos da comunicação ideológica (obra literária, artigo, dissertação, etc.) essas tendências se refletem na relação complexa e dinâmica entre o discurso citado e aquele que o cita. Bakhtin/Volochínov apontam que a inter-relação dinâmica entre o discurso citado e o contexto de sua transmissão, “por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal”.

Para Bakhtin/Volochínov qualquer investigação que aborde o problema do discurso citado deve levar em conta essa relação complexa. Ao observarem historicamente a

dinâmica da relação entre o discurso citado e o contexto de sua transmissão, Bakhtin/Volochínov apontam que seu desenvolvimento se deu em duas orientações principais. A primeira, por um grau de dogmatismo autoritário ou racionalista, isto é, por um grau de firmeza ideológica, esforça-se por delimitar nítida e precisamente o discurso alheio. Os autores chamam essa primeira orientação de *estilo linear* de citação. No quadro dessa orientação há ainda duas variantes: uma mais dogmática, que se preocupa com o sentido objetivo do discurso alheio, na qual a apreensão e transmissão do discurso alheio é linguisticamente despersonalizada e somente o ‘o quê’ desse discurso pode ser apreendido, em detrimento do ‘como’; e uma variante caracterizada por um dogmatismo racionalista, na qual predominam as formas do discurso indireto analisadoras do conteúdo e formas retóricas do discurso direto. Mas nesta vertente racionalista o ‘como’ do discurso alheio também não é apreciado, permanece uma fraqueza no fator individual do discurso.

A segunda orientação na dinâmica da inter-relação entre o discurso citado e o contexto de sua transmissão, por sua vez, apresenta-se de maneira exatamente oposta. O discurso é bem mais individualizado. Os esquemas da língua permitem ao autor infiltrar suas entonações, suas avaliações no discurso citado. O contexto de transmissão o absorve, desfazendo sua estrutura compacta e fechada. Nessa orientação, não apenas o conteúdo objetivo do discurso alheio é apreendido, mas também o ‘como’ desse discurso, todas as distinções linguísticas da sua concretização verbal. Bakhtin/Volochínov chamam o estilo dessa orientação de *estilo pictórico*, que tem por principal característica enfraquecer as fronteiras que separam o discurso citado do contexto citante. A variedade de tipos que se incluem nessa segunda orientação encerram-se sob as tendências de um *individualismo realista e crítico* e um *individualismo relativista*. No primeiro caso o discurso citado acaba sendo matizado pelas entoações do enunciador, suas avaliações, seus sentimentos. No segundo caso o discurso citado torna-se dominante e dissolve o contexto de sua transmissão, que perde seu autoritarismo ideológico, sua objetividade e se apresenta ao discurso citado igualmente individualizado. Predominam nessa segunda orientação as formas do *discurso indireto livre*, as do *discurso direto disperso*, *predisposto*, *reificado*, *substituído*, e a *variante analítico-verbal do discurso indireto* (id. 2011).

Todas essas tendências apontadas por Bakhtin/Volochínov são analisadas pelos autores no contexto do discurso literário. Todavia, eles observam que a relação entre o discurso citado e o contexto de transmissão adquire especificidades conforme a conjuntura e a esfera específica de sua produção. É o caso do nosso trabalho, que trata do discurso alheio no

contexto da grande imprensa brasileira no momento atual. Para os autores é importante levar em conta a finalidade do discurso e o seu endereçamento, pois a orientação para uma terceira pessoa “reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso” (*id. ibid.*, p. 146). No nosso caso, também parece importante determinar a posição que o discurso citado ocupa na hierarquia social dos valores.

Ressaltamos, aqui, que nossa intenção nesse tópico foi reportar de maneira geral, a partir de Bakhtin/Volochínov, como o problema do discurso citado, a sua apreensão e transmissão corresponde a tendências ideológicas, vinculando-se aos valores sociais de uma comunidade linguística e uma esfera de produção ideológica. Na análise do corpus retomaremos essas observações aprofundando alguns casos conforme a necessidade.

2.4. Os gêneros do discurso

Conforme Bakhtin (2003) todos os campos de atividade humana estão vinculados ao uso da linguagem e elaboram formas específicas desse uso. Essas formas se concretizam em enunciados que relativamente se estabilizam, os quais Bakhtin denomina como *gêneros do discurso*. O processo de relativa estabilização dos enunciados se dá conforme as condições e os fins específicos que adquirem nas relações humanas em cada campo de atividade. Conseqüentemente, há uma diversidade de formas de uso da linguagem concretizadas em enunciados que se estabilizam em gêneros os quais correspondem às especificidades e finalidades de cada campo ou esfera de atividade.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (*id. ibid.*, p. 262).

Essa possibilidade infinita de gêneros distintos impõe, segundo Bakhtin, uma dificuldade de definir a natureza geral do enunciado. Para dar conta do que chama de heterogeneidade funcional dos gêneros do discurso, Bakhtin estabelece uma distinção entre gêneros discursivos primários (simples) e gêneros discursivos secundários (complexos). No que diz respeito à relação entre linguagem e vida, podemos dizer que essa caracterização dos gêneros do discurso está intimamente conectada à caracterização da ideologia oficial e

ideologia do cotidiano. Os gêneros primários são aqueles constituídos em situações de comunicação verbal espontânea, aparecem frequentemente nas formas orais e correspondem ao estrato superior da ideologia do cotidiano. Já os gêneros secundários são aqueles mais complexos, desenvolvidos em situações de uma comunicação cultural relativamente mais evoluída como a artística, a política e a científica. Tais gêneros aparecem principalmente na forma escrita e correspondem aos estratos oficiais da ideologia e aos produtos ideológicos constituídos. Nesse caso, ressalta Bakhtin, não se trata de uma diferença funcional, mas vivencial. Assim, o gênero do discurso pode ser tanto uma simples saudação quanto um romance, uma tese, uma propaganda, uma embalagem de remédio etc. Além dessa distinção, o autor aponta que os gêneros complexos têm por característica o fato de absorverem os gêneros primários como seus componentes, eles integram outros gêneros (primários) e, numa relação de intercruzamento de gêneros, identificam-se como enunciados plenos, como unidades da comunicação discursiva. Ao serem absorvidos pelos gêneros complexos os gêneros primários “se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios” (*id. ibid.*, p. 265), ou seja, passam a participar da vida apenas através do conjunto do gênero complexo que os absorveu. Por exemplo, quando um secretário reporta em uma notícia que o prefeito o convidou para o cargo, o enunciado desse prefeito realizando o convite passa a ser um tema da notícia. Assim, o gênero convite, que por si só reflete uma forma de relação interpessoal e ao mesmo tempo refrata, condiciona as relações entre pessoas, perde seu vínculo com a condição vivencial que constitui ao integrar o gênero complexo notícia e passa a participar da vida de forma representada. O enunciado do prefeito, ao ser reportado, perde o vínculo imediato com a resposta que suscitava no momento, positiva ou negativa, e com outros enunciados que poderiam avaliar esse convite como uma escolha acertada ou não, ou com enunciados que pudessem avaliar o próprio candidato à secretaria. Nesse caso, o enunciado convite, no momento de sua realização, colocou em contato a esfera cotidiana das relações interpessoais e a esfera oficial da política pública. Já a notícia que absorve aquele enunciado participa de outra relação, a de explicitar para o público leitor os motivos que determinam as escolhas dos atuantes na administração política de sua cidade. Assim, o enunciado notícia suscita outras respostas e o enunciado convite que o integra participa como tema de seu objetivo, como um argumento para determinada avaliação, a sua relação com os enunciados avaliativos passa a ser mediada pela notícia, orientada por um novo prisma. Por outro lado, é preciso considerar também que, reciprocamente, o gênero absorvido é capaz de mudar a tonalidade do estilo do

gênero complexo. Por exemplo, quando uma notícia reporta um documento oficial do Ministério da Saúde, o qual prescreve ações sociais, a notícia se preenche de entonações injuntivas, ainda que não tenha nenhum poder de prescrição. Isto é, ao integrar a notícia de modo representado, o documento oficial participa de outra relação, como potência, perde o seu vínculo com a relação primeira, o seu caráter de ato.

Podemos dizer, ademais, que essa relação entre gêneros primários e secundários tem tanta importância para a compreensão do enunciado quanto à relação entre ideologia do cotidiano e ideologia oficial para a compreensão do signo, dos sistemas ideológicos e da linguagem.

A própria relação mútua dos gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica dos últimos lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia) (BAKHTIN, 2003, p. 264).

Para Bakhtin, é de extrema importância compreender a natureza geral do enunciado para se compreender a relação entre a linguagem e a vida: “Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (*id. ibid.*, p. 265).

Além dessa caracterização dos gêneros do discurso pela distinção entre gêneros primários e secundários, Bakhtin ainda aponta que a ligação estreita dos enunciados com a interação de que constituem os elementos revela que os mesmos refletem as condições e finalidades de cada campo de atividade pelo *conteúdo temático*, pelo *estilo de linguagem* e pela *construção composicional*, elementos que são indissolivelmente ligados ao todo que constitui o enunciado. Uma compreensão desses três elementos necessita, certamente, de exemplificações detalhadas, além de considerá-los no todo do gênero. Por isso faremos neste tópico apenas uma apresentação geral desses elementos e os retomaremos com maior detalhe no capítulo 4, quando abordamos o gênero do discurso notícia no contexto da *Folha de S. Paulo*, abordagem que integra o objeto de nosso trabalho.

O *conteúdo temático* se define não pelo assunto que reporta o enunciado, mas por um domínio de sentido de que se ocupa o gênero (FIORIN, 2008, p.62). Assim, cada gênero de discurso agrega um conjunto de temas que são significativos no campo de atividade humana a que corresponde. No caso do gênero notícia, por exemplo, integram seu conjunto temático informações inéditas e relevantes para o contexto social, que se especificam em campos como desastres naturais, casos policiais, política, economia, educação etc. Esses

campos, por sua vez, podem se referir a assuntos diversos como um ato político, um acidente, um problema de desordem social, um caso de corrupção, uma crise financeira etc.

O *estilo de linguagem* se refere aos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais no caso dos enunciados linguísticos, mas também a recursos corporais, cromáticos, sonoros, plásticos, etc. no caso de outras linguagens. A possibilidade de estilos distintos é proporcional a diferenciação dos gêneros, cada gênero do discurso possui um estilo que lhe é próprio. Além disso, há aqueles gêneros, como os artísticos, que integram o estilo individual no plano do enunciado, de modo que ao estilo do gênero são acrescentadas as tonalidades individuais do autor. Contudo, em geral, o estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento, de modo que os falantes, ou locutores, adaptam sua individualidade ao estilo de gênero. No caso da notícia de grande imprensa nos moldes do paradigma da objetividade, por exemplo, o jornalista se adapta a uma linguagem formal, concisa e sem adjetivação. Na maioria dos gêneros o estilo individual aparece como reflexo complementar e não integra, portanto, o objetivo do enunciado. É preciso considerar, no entanto, que conforme os fins específicos que adquire no campo de atividade em que se concretiza, determinado gênero pode sofrer variações e essas se refletem principalmente no estilo: na notícia de jornais de cunho popular, por exemplo, o humor, o escracho, e o ímpeto da individualidade são propriedades teleológicas do enunciado, integram-se ao seu objetivo e se definem como estilo do gênero.

A *construção composicional* se refere à organização do enunciado, ao modo como é estruturado com vista a um acabamento do todo. Cada gênero possui uma forma composicional que junto ao acabamento temático circunscreve a alternância dos sujeitos do discurso, isto é, insere-o na corrente da comunicação discursiva como uma unidade. Assim, quando temos contato com um texto novo que corresponde a determinado gênero por nós conhecido, já pressupomos o seu todo, a maneira como as informações são elencadas, hierarquizadas. Além disso, devido a nossa experiência com os gêneros, ao que se refere a sua construção composicional costumamos fazer projeções quantitativas, como quantas laudas são produzidas em uma dissertação, em um artigo, por exemplo. Do mesmo modo estranharíamos uma pessoa que nos fizesse uma saudação utilizando uma quantidade imensa de palavras que poderiam ser sintetizadas em um simples 'olá'. No caso da notícia, atualmente sua construção composicional é determinada pelas técnicas do *lead* e da pirâmide invertida.

Todos esses três elementos que caracterizam o gênero são determinados, como apontamos, pelas condições específicas da esfera de atividade que o engendra, mas também se

incluem aí as relações do enunciado com outros enunciados na cadeia dos gêneros e a relação do enunciado com o seu autor e com os demais participantes da comunicação discursiva aos quais o enunciado é endereçado, isto é, determinados gêneros pressupõem determinados participantes ou posições sociais que são assumidas pelos sujeitos.

2.5. Uma noção de texto como enunciado pleno

Conforme Sousa (2002), por influência principalmente de um recorte dos estudos barthesianos³⁷, no campo do jornalismo a noção que se tem do texto da notícia se refere ao conjunto de signos verbais, e a fotografia enquanto estrutura imanente (que contém elementos do real) aí não se inclui. Tal concepção, advinda de relações mecânicas entre a fotografia e a realidade, gerou, por sua vez, o mesmo tipo de relação entre o componente verbal e o visual³⁸. Para essa perspectiva, na notícia se estabelece uma relação de ancoragem entre “texto” e fotografia, de modo que o “texto” tem a função de ora denotar (selecionar e delimitar) ora conotar (insuflar) os sentidos da fotografia, mas que em todo caso nela já se encontram inclusos. Essa noção de texto, certamente, não corresponde ao nosso objetivo de perceber formas recíprocas de ação discursiva na interação verbal-fotográfica, pois coloca a imagem da fotografia como elemento à parte e sobredeterminado pelo componente verbal. Por isso, no que segue, faremos algumas considerações sobre a noção de texto que adotaremos, a qual incide diretamente sobre a concepção, aqui adotada, a respeito da imagem da fotografia.

Conforme Bakhtin (2003), compreendemos o texto como um conjunto de signos coerentes que se realizam no encontro de duas consciências, ou seja, que sua base de constituição se dá na interação social dialógica de interlocutores. Essa concepção de texto que implica sua realização na interlocução permite percebê-lo no tempo dessa realização como *enunciado pleno* configurado por elementos de *conclusibilidade* que o caracterizam como unidade da comunicação discursiva, e que se formaliza em determinado gênero do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261- 306).

³⁷ É preciso ressaltar aqui, no entanto, que Barthes apresenta em diversos trabalhos, como em *O prazer do texto*, uma concepção muito mais ampla de texto do que somente restrito ao verbal.

³⁸ Visto ser nosso objeto de estudo a imagem fotográfica na notícia, sempre que falarmos de enunciado visual neste trabalho estaremos nos referindo à imagem da fotografia. Cf. cap. 3.

Bakhtin (*ibid.*), ao refletir sobre o problema da pouca clareza dos estudos linguísticos a despeito da oração ser unidade da língua ou da comunicação, colocou em definitivo o enunciado como única possibilidade de real unidade concreta da comunicação discursiva; a oração, em sua perspectiva, seria uma unidade da língua, cabendo-lhe o papel de unidade da comunicação somente quando essa se prestasse a valer como enunciado. Ao empreender tal reflexão Bakhtin elucidou ainda os aspectos do enunciado que o delimitam como unidade da comunicação discursiva, sempre configurado na relação de interação. Para o autor, o enunciado comporta sempre um *projeto de dizer* ou *vontade discursiva* do falante – tanto se trate de uma réplica do diálogo cotidiano ou de uma obra complexa – que determina a exauribilidade³⁹ semântico-objetal do enunciado – o seu acabamento (mesmo que relativo) na relação com os enunciados antecedentes na corrente de comunicação na qual o enunciado se concretiza; essa “vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero de discurso” (*id. ibid.*, p. 282). Esses elementos: a vontade discursiva, a exauribilidade e a escolha da forma do gênero determinam a conclusibilidade do enunciado, a qual suscita uma ação responsiva, isto é, a *alternância dos sujeitos do discurso*. Essas conclusibilidade e alternância dos sujeitos do discurso determinam, por sua vez, os limites precisos do enunciado como unidade da comunicação discursiva. A partir disso é possível dizer que o enunciado comporta certo limite do projeto de dizer, e que este só pode ser apreendido na interação responsiva do enunciado, não lhe sendo possível ser tomado como uma unidade sistêmica idêntica a si mesma em qualquer interação (como se faz com a oração enquanto unidade convencional da língua), pois se o próprio falante retomasse seu enunciado como que para reafirmar seu projeto de dizer, tal retomada já seria um novo enunciado com aspectos delimitadores de sua unidade totalmente diferentes. Por isso, não é possível isolar um projeto de dizer e compreendê-lo separadamente dos demais elementos da conclusibilidade do enunciado, tal forma de proceder seria abstrata. Conforme Bakhtin (*ibid.*, p. 281), os três elementos que constituem o enunciado como unidade da comunicação discursiva: a vontade discursiva, a exauribilidade semântico-objetal e a escolha da forma do gênero estão “intimamente ligados no todo orgânico do enunciado”.

Dentre os três elementos que configuram o enunciado pleno, talvez o fato de que este se formalize sempre em um gênero seja o mais importante para compreendermos a

³⁹ “Nos campos da criação (particularmente no científico, evidentemente), [...], só é possível uma única exauribilidade semântico-objetal muito relativa; aqui só se pode falar de um mínimo de acabamento, que permite ocupar uma posição responsiva” (BAKHTIN, *ibid.*, p. 281).

relação de um enunciado com outros, pois na forma do gênero uma unidade enunciativa é capaz de integrar outros enunciados em uma nova unidade comunicativa concreta, e isso devido a características próprias dos gêneros do discurso.

Essas considerações ampliam nossa maneira de conceber o texto e, principalmente, do texto noticioso no qual encontramos a relação verbal-fotográfica. Considerar o texto como unidade semiótica não limitada ao signo verbal e levar em conta sua natureza dialógica – tanto nas suas relações com outros textos quanto na sua dialogicidade interior (cf. MIOTELLO, 2007, p. 280) –, e considerar o fato de que a forma de comunicação social na qual o texto se manifesta é condicionada pelo campo de atividade humana em que se dá sua materialidade, permite perceber na notícia, como um todo, características estilísticas e composicionais relativamente estáveis que foram se firmando historicamente na inter-orientação social do texto. Ao considerarmos o texto da notícia nas dimensões de gênero do discurso eliminamos a distinção imagem e texto. Assim, a notícia como um todo acabado se define como gênero do discurso secundário o qual integra na sua constituição outros gêneros primários, no que se incluem as entrevistas de fonte e a fotografia na qualidade de enunciado.

A partir dessa noção de texto aqui considerada podemos dizer que a imagem fotográfica, ao invés de estabelecer com o componente verbal uma relação de ancoragem, estabelece uma relação dialógica com o mesmo no interior do gênero notícia, isto é, no interior de uma *unidade enunciativa concreta* (SOUZA, 2002). Isso difere bastante da noção de ancoragem, pois ao invés de se perceber uma relação de determinação unilateral, o que se percebe é uma relação de recíproca constitutividade. Nessa perspectiva, a imagem da fotografia se apresenta como uma réplica no interior de uma unidade enunciativa, exercendo função análoga a dos parágrafos ou a de um gênero primário. Ao integrar o gênero notícia na qualidade de secundário ou complexo, a imagem fotográfica deixa de ser uma estrutura completamente imanente, enquanto elemento sobredeterminado no todo, para formar uma unidade concreta cujos elementos têm suas características reciprocamente redimensionadas. “A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (BAKHTIN, 2003, p. 268).

CAPÍTULO TERCEIRO: A MENSAGEM FOTOGRÁFICA E A INTERAÇÃO VERBAL-FOTOGRÁFICA NA UNIDADE DO GÊNERO NOTÍCIA

A atividade jornalística materializa seu produto, a notícia, em diversos suportes e em diferentes códigos de linguagem. Mesmo diante das evoluções tecnológicas que produziram novos suportes como o rádio, a televisão e as mídias digitais com respectivas materialidades, o jornalismo de imprensa, suporte de que tratamos neste trabalho, ainda continua tendo papel relevante na sociedade contemporânea. Na história da imprensa, no percurso das evoluções tecnológicas, a adoção da fotografia nas reportagens foi um fato bastante significativo. Desde então, a fotografia passou a ser elemento visual de peso informativo e, em muitos aspectos, condicionou representações sociais a despeito da notícia na sua relação com a realidade, determinando práticas de leitura da informação. Isso serviu em diversos momentos da história da imprensa como argumento ideológico em defesas identitárias, éticas e deontológicas, ressignificando o papel social da atividade jornalística.

Embora os estudos discursivos e semióticos já tenham avançado bastante na abordagem da relação verbo-visual (BRAIT, 2006), ainda é possível perceber que nas práticas de consumo da informação, a fotografia da notícia ainda é vista como registro automático da realidade (SOUSA, 2002), como se o leitor, ao olhar para fotografia, abrisse uma janela pela qual pudesse presenciar a realidade do fato noticiado. Em nossas relações cotidianas, quando compartilhamos o interesse por uma determinada notícia, não é raro ouvirmos de alguém que a nos exponha, na maioria das vezes de uma forma indireta, que seu interesse pelo texto jornalístico em questão tenha se dado primeiramente pela imagem que o compõe. Esse é um fato tão comum que basta considerar o papel de destaque que a tradição desse campo da comunicação social legou à imagem: muitas vezes uma imagem ocupa a maior parte do espaço na totalidade do texto; e muito raro é encontrar uma página – ou uma boa quantidade de páginas – de um veículo informativo privada de signos imagéticos ou quaisquer signos pictóricos. Esse destaque se dá, principalmente, pelo teor interpelativo da imagem. Basta que nos observemos durante a leitura de um jornal ou uma revista informativa e percebamos por qual caminho tomamos o primeiro contato com os textos ali presentes: mesmo que não nos detenhamos nos detalhes da imagem, nossos olhos, irrefreavelmente, já passaram pela mesma e a leitura que se segue do componente verbal, a sua compreensão, bem como a compreensão global do texto não pode recusar aos sentidos do signo visual.

O uso interpelativo da imagem parece ser imprescindível para a divulgação ou recepção do texto jornalístico e, além disso, a perspectiva geral que se tem da mesma no texto informativo ora com o sentido de mera ilustração ora como registro do real, fortalece determinados ideais defendidos pelos meios noticiosos como imparcialidade, neutralidade, objetividade, entre outros. Todavia, a imagem percebida como enunciado, o que implica considerá-la como signo ideológico, evidencia uma realização argumentativa ou valorativa. Isso se dá porque a imagem, por si mesma, estabelece inúmeras relações dialógicas, as quais podem complementar a unidade textual com sentidos advindos de outros textos, de outras situações, de acontecimentos históricos, de experiências individuais, de valores culturais, de motivos ideológicos, enfim de toda a imensa corrente da comunicação social; e, além disso, pode também estabelecer relações dialógicas específicas no interior do texto, provocando, assim, deslocamentos na valoração do signo, colocando a palavra a duas vozes (PONZIO, 2008, p. 107). Observar a imagem a partir desse viés permite perceber variadas formas de ação discursiva que o signo fotográfico pode exercer na unidade do texto da notícia.

Neste capítulo, portanto, pretendemos apontar alguns aspectos do fotojornalismo, algumas características específicas do *enunciado visual* e da relação verbal-fotográfica. Visto ser o termo *visual* bastante abrangente, podendo referir-se a uma grande quantidade de materialidades sógnicas distintas como, por exemplo, o desenho e a fotografia, uma figura plástico-formal, um código cromático e mesmo uma palavra grafada, e visto ser nosso objeto a imagem fotográfica na notícia, sempre que falarmos de enunciado visual neste trabalho, estaremos nos referindo, portanto, à imagem da fotografia.

Primeiramente, visitaremos algumas bases teóricas que se destacam como referência para a abordagem da imagem fotográfica como Barthes, Kossoy e Machado. Não vagaremos além dessa referência, pois acreditamos que a profundidade e extensão das obras desses estudiosos são capazes de fornecer material consistente para um conhecimento global da imagem fotográfica nos sentidos técnico, filosófico, estético, psicológico, sociológico e, por fim, semiótico, que vem a ser o que mais nos interessa. E porque nosso interesse é, sobretudo, discursivo, não nos deteremos em todos os detalhes das especificidades técnicas, tecnológicas e estéticas da fotografia nem na dimensão mais ampla da história do uso. Buscaremos nesses autores apenas aqueles elementos históricos, estéticos e técnicos que contribuem para uma compreensão discursiva da imagem fotográfica e, especificamente, no que se refere ao uso jornalístico. Após isso faremos algumas considerações sobre o fotojornalismo, baseando-nos principalmente em Sousa, estudioso português que criticamente

deslindou, em vários aspectos, o fotojornalismo ocidental. Depois tentaremos considerar a interação verbal-fotográfica na unidade do enunciado concreto, levando em conta o caso específico do gênero notícia de imprensa.

3.1. Algumas notas sobre a mensagem fotográfica

Boris Kossoy, estudioso brasileiro, desde 1970 tem desenvolvido suas pesquisas acerca das especificidades da fotografia e de sua propriedade enquanto fonte historiográfica. Dentre muitos trabalhos, três livros que condensam sua obra: *Fotografia e História* (1989, 2001), *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica* (1999, 2002) e *Os Tempos da Fotografia: O efêmero e o Perpétuo* (2007) são praticamente referência obrigatória no âmbito brasileiro e latino-americano para quem se dedica ao estudo da imagem fotográfica. Por isso começamos nossa incursão pela imagem por via desse autor e buscaremos em sua obra, especificamente nos três livros acima citados aquilo que contribui para a compreensão que pretendemos acerca da fotografia de imprensa.

Em sua obra, além de considerar aspectos técnicos e teóricos, metodológicos e didáticos para o estudo da imagem fotográfica e mais tardiamente com reflexões mais filosóficas, temos uma abordagem essencialmente sociocultural da fotografia. Na compreensão do impacto histórico que teve o seu advento, o autor expõe que a partir do século XIX o mundo tornou-se “familiar”, pois a fotografia permitiu a reprodução da informação visível sobre o mundo, disponibilizando o conhecimento de realidades distantes que eram, até então, transmitidas unicamente na tradição verbal, oral e escrita, ou pictórica. Porém, se o conhecimento de outras realidades passou a ser, a partir daí, mais preciso e amplo, não deixou de ser em contra-partida um conhecimento de detalhe, pois a fotografia seria sempre um fragmento visual. Em todo caso o mundo sofreu singular transformação com o advento da fotografia, pois pessoas de diferentes estratos sociais passaram a ter acesso à informação visual de hábitos, fatos e condições vivenciais de pessoas de outras posições sociais, de outros povos e microaspectos do mundo. “O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por uma *imagem fotográfica*. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado* (KOSSOY, 2001, p. 27, grifos do autor).

Dentre as formas de uso da fotografia e seus gêneros, como o retrato, a recordação pessoal e familiar, o registro de viagem, as inúmeras experimentações artísticas,

Kossoy aponta que o uso documental (e seus diversos gêneros) causou revolução na transmissão da informação. Pelo fato de ser um registro preciso da realidade aparente, e devido a sua condição técnica, a fotografia foi concebida, a princípio, como expressão da verdade, garantida na mecânica imparcialidade da objetiva.

Embora os gêneros documentais ou estritamente informativos comportem ainda hoje o teor de registro do real, é preciso dizer que na cultura filosófica sobre a produção fotográfica já não há ingenuidades. E mesmo no âmbito profissional, já sabiam os fotógrafos no século XX sobre a duplicidade da imagem fotográfica documental, pois sendo a fotografia uma expressão plástica, tendo como princípio formal o enquadramento, nunca pôde prescindir de sua dimensão estética e autoral. Enquanto registro de uma determinada cena, é também o registro de um ponto de vista sobre a mesma. Todavia, na cultura de consumo, a fotografia ainda carrega consigo a herança do ambiente positivista em que nasceu (SOUSA, 2004), de modo que a informação visual representada nos gêneros fotográficos profissionais quase sempre é aceita sem contestação. Apesar de que o advento das mídias digitais e a ampliação do acesso popular aos meios de produção fotográfica têm levado maiores conhecimentos ao não especialista e deste modo provocado mudanças na cultura de consumo, ainda assim, a fidedignidade da imagem fotográfica “é em geral aceita *a priori* (KOSSOY, 200, p. 108).

Kossoy alerta para o perigo do corolário de que tudo que a objetiva registra é verdadeiro. Aponta que a fidelidade do registro fotográfico deve ser tomada num sentido iconográfico. Nessa dimensão, pode-se admitir a possibilidade de que o que está representado em uma fotografia coincida na qualidade de informação visual com o objeto concreto. Porém, numa dimensão *iconológica* a objetividade técnica e a coincidência não se fundamentam. A imagem da fotografia “apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e *organizado* estética e ideologicamente (KOSSOY, *ibid.*, p. 120, grifo do autor). Ademais, esses não são elementos imanentes da expressão fotográfica, mas correspondem a um contexto situacional específico num determinado momento histórico. Considerando o valor de documentação iconográfica da fotografia, o autor insiste na compreensão do seu papel cultural; vê a fotografia como instrumento ambíguo que registrando microaspectos individuais e sociais fixa a memória histórica ao mesmo tempo em que se presta ao uso ideológico. Na sua relação com o real, a imagem é construída correspondendo sempre a um sistema de representação visual, constituída de códigos e determinada por um processo de criação.

Se, por um instante, durante a gravação da imagem, houve uma conexão com o fato real, no instante seguinte, e para sempre, o que se tem é o assunto representado; o fato se dilui no instante em que é registrado: o fato é efêmero, sua memória, contudo, permanece – pela fotografia (KOSSOY, 2007, p. 42).

Nesse sentido, Kossoy afirma ser o acesso ao real através da imagem da fotografia sempre o acesso a uma segunda realidade, sendo a aparência a base da evidência fotográfica. Essa concepção sobre a imagem da fotografia contribui bastante para o nosso trabalho à medida que se aproxima da compreensão do signo ideológico nos estudos bakhtinianos, base teórica fundamental deste trabalho. Compreendendo a ambiguidade da imagem fotográfica, de ser ao mesmo tempo registro e criação, Kossoy aponta que ela incorpora na sua produção e recepção um complexo processo de construção de realidades, do que decorre sua possibilidade ficcional.

O ficcional se nutre sempre da credibilidade que se tem da fotografia enquanto uma pretensa transcrição neutra, isenta, automática do real, portanto, enquanto uma evidência documental (herança positivista) (id. *ibid.*, p. 54).

Desde o nascimento da fotografia, devido a sua especificidade científica e tecnológica, a tradição sempre agregou valores como veracidade e autenticidade às imagens que representam realidades factuais, como se essas imagens fossem um duplo mimético da realidade concreta frente à objetiva. Por isso Kossoy afirma que compreender a construção social das representações codificadas fomenta conceitualmente as reflexões centradas na interpretação *iconológica*, a qual parte da interpretação iconográfica, isto é, da análise do materialmente visível para se desenvolver na esfera das mentalidades. Assim se pode compreender as manipulações, nos níveis de produção e recepção das imagens, subjacentes à superfície iconográfica. Kossoy busca essa noção de interpretação iconológica no crítico e historiador da arte Erwin Panofsky, para o qual a compreensão de uma obra pictórica se desenvolve em três níveis, sendo que no primário se percebe o conteúdo básico retratado, no secundário se percebe aquilo que é comum na tradição cultural a respeito do tema retratado e no terceiro, o nível intrínseco, pode-se compreender as representações simbólicas a partir da abordagem da obra vinculada ao contexto cultural, técnico e pessoal de produção condicionado pelo momento histórico. Panofsky por sua vez remonta a Ernst Cassirer na sua obra *Filosofia das formas simbólicas*.

Para a interpretação da fotografia, Kossoy reapropria as noções de iconologia e iconografia, mas ainda mantém um sentido muito próximo daquele proposto por Panofsky,

sendo o nível iconográfico o da descrição do conteúdo e o iconológico o da interpretação do significado mais profundo.

O fragmento fotográfico adquire significado quando se percebem as múltiplas teias que o enlaçam ao contexto histórico e à vida social em que se insere e, ao mesmo tempo, documenta. Trata-se de desvendar seus elementos mais profundos, sua trama histórica e social, sua dimensão cultural e ideológica, seu significado intrínseco, o oculto da representação, seus muitos porquês, sua realidade interior (interpretação iconológica) (Kossoy, 2007, p. 52).

Derivada dessa categoria, Kossoy desenvolve outra noção que nos parece muito produtiva para compreender a imagem fotográfica na sua relação com a realidade que representa. Baseando-se no conceito de índice buscado em Carlo Ginzburg e reapropriado como produto da construção da representação fotográfica, isto é, como materialização da evidência fotográfica ou seu aspecto documental, Kossoy formula a ideia de *verdade iconográfica*, sendo esta o produto de uma construção técnica, estética, cultural e ideológica.

Para demonstrar o funcionamento da verdade iconográfica, Kossoy cita como exemplo, numa dimensão mais ampla, o uso da fotografia no século XIX pela antropologia emergente. Calcada na objetividade técnica, a fotografia serviu para tornar real a mentalidade científica daquele contexto. As fotografias dos tipos humanos baseadas no paradigma de classificação das ciências naturais foi instrumento para veicular uma visão eurocêntrica e colonialista e para afirmação de uma superioridade racial branca. Toda a documentação imagética construída sob a égide dessa ideologia criou uma verdade iconográfica, pois se acreditava no caráter isento do dispositivo mecânico de obtenção da imagem fotográfica. Vale reafirmar que, por diversos motivos, ainda hoje essa crença permanece na cultura de produção e recepção da fotografia. Uma outra verdade iconográfica em nível mais amplo, por exemplo, já mais próxima de nosso contexto foi a verdade do progresso criada no Estado Novo e disseminada nos veículos de imprensa. Esses são apenas casos emblemáticos, contudo as diversas esferas de atividade que se usam da imagem, principalmente os meios midiáticos, criam cotidianamente inúmeras verdades iconográficas, ora mais amplas ora mais restritas. O fundamental, diz Kossoy, é que “se perceba o papel da imagem fotográfica enquanto elemento de fixação da memória, instrumento de propaganda e suporte de processos de criação/construção de realidades e ficções, seja em sua produção seja em sua recepção” (2007, p. 60).

Essas são as principais contribuições que encontramos na obra de Kossoy para formular nossa compreensão da imagem fotográfica. De sua obra pudemos depreender categorias que nos parecem muito produtivas e certamente essas ideias embasam toda nossa compreensão sobre a fotografia, bem como nossas análises.

Dos trabalhos de Roland Barthes, embora sejam inúmeros os escritos onde podemos encontrar material para uma compreensão da imagem fotográfica, consideramos apenas duas obras, as quais, conforme vemos em Sousa (2002), exercem muita influência nos estudos do fotojornalismo e na produção de manuais: *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia* (1984) e o conjunto de ensaios *O óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III* (1990). Dada a amplitude dessas obras, não cabe aqui uma leitura em caráter de resenha, apenas destacaremos alguns pontos que julgamos importantes para a compreensão da imagem fotográfica conforme os objetivos de nosso trabalho. Quanto à segunda obra, especificamente, consideraremos apenas os dois ensaios *A mensagem fotográfica* e *A retórica da imagem*.

Em *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia* Barthes se diz tomado por uma vontade de escrever sobre a fotografia, mas que ao abordar a literatura específica ora encontrava uma visão muito técnica ora uma outra demasiadamente sociológica, sem que com isso pudessem dar conta do que buscava. Viu-se, assim, cientificamente sozinho e desarmado. Assim, de início o autor se propõe como mediador, por princípio heurístico, na busca do traço universal da fotografia a partir da experiência pessoal. Para sua observação, Barthes identifica três práticas que definem uma foto: fazer, suportar, olhar. A primeira prática é a do fotógrafo (*Operator*), a segunda é a do referente ou do objeto representado (*Spectrum*) e a terceira é a de todos que apreciam a fotografia (*Spectador*). De sua experiência, a primeira prática lhe é inacessível, então Barthes considera a fotografia a partir do posicionamento de quem olha, como espectador, e de quem é olhado, isto é, da sua experiência de ser fotografado. Desta o autor compreende a metamorfose corporal que se processa diante da objetiva, sente que a fotografia cria seu corpo ou o mortifica e percebe que não pode coincidir com sua imagem fotografada, obstinada e imóvel. Em suas palavras: “a Fotografia é o advento de mim mesmo como outro: uma dissociação astuciosa da consciência de identidade” (BARTHES, 1984, p. 25). Diante da objetiva imita-se a si mesmo, não é sujeito nem objeto mas um sujeito que sente tornar-se objeto. Essa reflexão filosófica sobre a experiência de ser fotografado, principalmente a questão da metamorfose corporal, parece ser um aspecto interessante para se considerar o retrato fotojornalístico. O sujeito fotografado, quando ciente de que é

fotografado, enuncia-se corporalmente e tenta dar a esse enunciado um acabamento, ele projeta-se não como um outro que olha para si de forma imediata, mas de forma mediada, como um outro que olha para a fotografia de si. Simultaneamente, o fotógrafo absorve esse enunciado corporal na escritura fotográfica, dando-lhe novo acabamento. Mesmo nas fotografias obrigatórias podemos considerar essa tentativa de acabamento, nas fotografias para documento vemos sempre uma expressão sóbria, e é pouco provável que encontremos em fotografias de fichamento policial uma expressão de sarcasmo ou de pura agressividade, mas pode ser comum certa expressão de arrependimento ou hermetismo.

Na reflexão sobre a experiência de espectador Barthes formula dois conceitos muito interessantes para uma compreensão filosófica da imagem: *studium* e *punctum*. O primeiro refere-se ao que é compartilhado culturalmente, um investimento do espectador para participar do representado.

Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discutil-as em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores (*id. ibid.*, p. 48)

Já o *punctum* é um detalhe que pode mudar a leitura, algo não intencional na produção da imagem, um acaso que punge e que parte da cena representada sem a necessidade de se buscá-lo. Barthes ainda define o *punctum* também em relação à intensidade sobre o tempo e a ênfase do *noema isso-foi* agindo sobre o representado (*id. ibid.*, p. 141). No que diz respeito à fotografia da notícia, dado o fato de que no processo editorial toda fotografia é criteriosamente selecionada, poderíamos pensar que essa ideia de *punctum* seja irrelevante. No entanto, podemos supor que, por um lado, o editor, tendo esta percepção, possa intencionalmente publicar imagens com o potencial de efeitos inusitados e que, por outro, esse detalhe pode constituir-se na eventicidade da leitura, mediante os signos de que o leitor dispõe na interação.

No ensaio *A mensagem fotográfica*, Barthes (1990), ao abordar a fotografia jornalística, colocando no centro a comunicação, concebe o que chama de paradoxo fotográfico. Mantendo a ideia de que a imagem da fotografia coloca em cena o literalmente real, Barthes define na imagem uma mensagem sem código: o *anologon*. Assim, a imagem fotográfica comporta uma mensagem denotada que se apresenta contínua, isto é, a ausência de códigos projeta o sentido do referente, semelhante perfeito do real, por inteiro e de uma só

vez, como um sintagma indivisível. Por esse motivo, diz o autor, a fotografia jornalística se apresenta como uma estrutura autônoma que demanda uma análise imanente, isto é, anterior à análise da emissão e recepção da mensagem, que seria de ordem sociológica. Outras estruturas da informação iconográfica ou formas de reprodução analógica da realidade como o desenho, a pintura, o teatro, por exemplo, além da mensagem denotada, desenvolvem de forma imediata e evidente uma mensagem suplementar, conotada. Esta é a maneira como a sociedade concebe culturalmente a sua forma de pensar, seus conteúdos estéticos e ideológicos fixados no estilo, no tratamento da imagem sob a ação de seu criador. Em contraposição a essas formas, a fotografia jornalística, não sendo artística, e devido a sua origem técnica, comportaria exclusivamente a mensagem denotada.

A fotografia, considerando-se como análogo mecânico do real, traz uma mensagem primeira que, de certo modo, preenche plenamente sua substância e não deixa lugar ao desenvolvimento de uma mensagem segunda. Em suma, de todas as estruturas de informação, a fotografia seria a única a ser exclusivamente constituída por uma mensagem denotada que esgotaria totalmente seu ser; [...] (BARTHES, 1990, p. 13).

Todavia, Barthes coloca sua desconfiança sobre o estatuto puramente denotante da fotografia, interrogando sua mensagem, procurando a conotação. Afirma que diferentemente das outras estruturas iconográficas, a conotação na fotografia não se dá de forma imediata, mas que se pode, de início, concebê-la ao nível da produção e recepção da mensagem.

[...] por um lado, uma fotografia jornalística é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que são outros tantos fatores de conotação; por outro lado, essa mesma fotografia não é apenas percebida e recebida, é *lida*, vinculada, mais ou menos conscientemente, pelo público que a consome, a uma reserva tradicional de signos; ora, todo signo pressupõe um código, e é esse código (de conotação) que se deveria tentar estabelecer. O paradoxo consistiria, então, na coexistência de duas mensagens: uma sem código (seria o análogo fotográfico) e a outra codificada (o que seria a “arte” ou o tratamento, ou a “escritura”, ou a retórica da fotografia) (*id. ibid.*, p. 14).

Conforme nossa base teórica, podemos prescindir desse paradoxo colocado por Barthes, pois nosso intuito é compreender a imagem da fotografia jornalística integrada em gêneros do discurso secundários, a notícia, o jornal. Como vimos no capítulo 2, o gênero primário quando integra um gênero secundário perde seu vínculo imediato com a situação vivida. Assim, o que a imagem traz de sua relação com a realidade, que Barthes chama de denotação não entra no foco de nosso interesse enquanto demanda de uma análise imanente

da estrutura fotográfica. Por isso, nos é mais viável considerar a fotografia jornalística, conforme Kossoy (2007), como construção ambígua de realidades e ficções. Em todo caso, as reflexões de Barthes em torno da conotação se mostram bastante produtivas para nossa compreensão da imagem e para embasar as nossas análises. O autor define os procedimentos ou técnicas de conotação como a imposição de um sentido segundo à mensagem fotográfica, no entanto, ao considerarmos a imagem fotográfica como gênero do discurso, esses procedimentos não são da ordem de um sentido segundo mas do sentido global do enunciado materializado na imagem.

Barthes define por procedimentos de conotação: *trucagem*, *pose*, *objetos*, *fotogenia*, *estetismo*, *sintaxe* e a relação com o elemento verbal. A *trucagem* consiste em intervir no interior do plano de denotação, isto é, trata-se de introduzir, modificar ou suprimir elementos de uma fotografia. Para o autor, esse procedimento é o que mais se utiliza da credibilidade que a fotografia tem por conta da objetividade. Conforme Sousa (2002, p. 98) as trucagens mais comuns em fotografias jornalísticas “consiste na supressão de objectos: o carro que se apaga por estar à frente da pessoa ou do monumento, a lata de Coca-Cola que poderia funcionar como publicidade gratuita, etc.”. Atualmente, com os processos digitais de edição, tornou-se bastante difícil detectar determinadas intervenções de trucagem quando a fotografia tem por objetivo certo realismo.

A *pose* se refere à expressão corporal da personagem representada na imagem e sua significação se dá em razão da existência de um conjunto de atitudes estereotipadas que constituem elementos cristalizados de significação numa determinada cultura. Para Barthes (1990, p. 17), “uma “gramática histórica” da conotação iconográfica deveria, pois, procurar seu material na pintura, no teatro, nas associações de idéias, nas metáforas usuais, etc.”

Os *objetos* presentes em uma imagem podem funcionar como indutores de associações entre ideias ou como símbolos. Para o autor os objetos constituem excelentes elementos de significação e devem ser considerados com importância especial. Por um lado, os objetos são completos em si mesmos, isto é, têm um sentido que os vincula a situações imediatas da vida. Por outro lado, podem remeter a outros significantes e como elementos de um léxico, como unidades significantes, podem estabelecer uma sintaxe no interior da imagem, construindo um sentido global.

A *fotogenia* se refere ao embelezamento de determinado elemento na imagem, o que pode gerar determinados efeitos estéticos e influir no sentido conotado. Também pode ocorrer de a própria fotografia como um todo ser embelezada, tanto pelas antigas técnicas de

iluminação, impressão e tiragem, quanto pelos procedimentos digitais de tratamento da imagem que hoje a informática proporciona.

O *estetismo* consiste em aproximar a fotografia da pintura através da semelhança estética, da exploração de elementos de código, figuras de retórica, símbolos de época. Segundo Barthes, o estetismo tem por intuito que a fotografia seja ela própria significada como arte ou a imposição de um sentido mais sutil e complexo do que se pode conseguir com os demais procedimentos de conotação; este último é o mais comum no fotojornalismo.

A *sintaxe* consiste na relação entre objetos-signos no interior da imagem e na relação entre imagens dispostas em um encadeamento.

Há ainda como último elemento de conotação a relação com o componente verbal, que Barthes chama de texto em distinção à imagem. Vimos em nossa definição de texto que este se compõe de materialidades diversas e não exclusivamente da materialidade verbal, no entanto, aqui neste tópico específico, ao reportar Barthes usaremos a sua terminologia. Segundo o autor, o texto é uma mensagem parasita que insufla significados na imagem. O autor observa que se trata de uma inversão histórica, que a princípio a relação era inversa e que a imagem servia para ilustrar o texto e reduzi-lo a uma denotação. Na atualidade ocorre que “o texto torna a imagem mais pesada, impõe-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação” (*id. ibid.*, p. 20). Essa inversão de papel na relação entre o verbal e o iconográfico na notícia é aspecto importante a se considerar enquanto elemento constitutivo de práticas de construção de sentidos. Pode ocorrer também, e comumente ocorre, de o texto delimitar significados na imagem ou produzir um significado novo, inteiramente diferente do que se esperaria da imagem. Essa ação do texto sobre a imagem pode variar conforme a proximidade e distância.

O efeito de conotação é provavelmente diferente conforme o modo de apresentação da palavra; quanto mais próxima está a palavra da imagem, menos parece conotá-la; devorada, de uma certa forma, pela mensagem iconográfica, a mensagem verbal parece participar de sua objetividade: a conotação da linguagem “purifica-se” através da denotação da fotografia; é bem verdade que nunca se dá uma incorporação verdadeira, pois que as substâncias das duas estruturas (aqui gráfica, lá icônica) são irredutíveis; mas, provavelmente, haverá uma gradação na amálgama; a legenda tem, provavelmente, um efeito de conotação menos evidente do que a manchete ou o artigo; título e artigo separam-se sensivelmente da imagem, o título por seu destaque, o artigo por sua distância; o primeiro porque rompe com o conteúdo da imagem, o segundo porque o afasta; a legenda, ao contrário, pela sua própria disposição, pela sua medida intermediária de leitura, parece duplicar a imagem, isto é, participar de sua denotação (*id. ibid.*, p. 20).

Embora não compartilhemos inteiramente das concepções de denotação e objetividade de Barthes, consideramos essa ideia de proximidade e distância entre o verbal e o iconográfico bastante produtiva para a compreensão da imagem da notícia, e a retomaremos em nossas análises. A objetividade e a denotação só nos interessam enquanto determinantes das práticas de produção e consumo da notícia, pois como vimos, esse gênero do discurso se encontra determinado na sua constituição histórica pelo paradigma da objetividade; nesse contexto, a pretensa realidade mecânica da fotografia veio a calhar na configuração do gênero. O que Barthes chama de mensagem denotada consideraremos apenas como uma identificação possível da cena representada durante o processo de leitura da imagem. O fato é que essa identificação, e aqui é também Barthes quem nos diz, “naturaliza a mensagem simbólica, inocenta o artifício semântico” (*id. ibid.*, p. 37). Ademais, ele próprio coloca em dúvida a categoria de denotação ao considerar a hipótese de que a percepção da imagem seja acompanhada sempre de sua verbalização.

Nessa perspectiva, a imagem, captada imediatamente por uma linguagem interior, que é a língua, não conheceria, realmente, nenhum estado denotado; só existiria socialmente, se imersa, pelo menos, em sua primeira conotação, a conotação das categorias da língua; e sabemos que toda língua impõe-se às coisas, conota o real, ainda que mais não fosse para recortá-lo; as conotações da fotografia coincidiriam, pois, *grosso modo*, com os grandes planos de conotação da linguagem (*id. ibid.*, p. 22).

Uma última contribuição que buscamos em Barthes neste momento, pois retornaremos a ele em nossa abordagem do corpus de pesquisa sempre que necessário, é o que nos diz como constatação sobre a mensagem da fotografia jornalística sendo constituída também pelo canal de transmissão, ou seja, o jornal. *O nome do jornal constitui um saber que exerce influência sobre a leitura da imagem fotográfica, pois nesse nome se concentra toda uma história política, econômica, ideológica.*

3.2. Uma cultura de produção e consumo do fotojornalismo ocidental

Neste tópico pretendemos traçar alguns apontamentos sobre o fotojornalismo ocidental. Em primeiro lugar é preciso considerar que fotojornalismo ocidental se refere a um

modelo mais amplo que determina as práticas de produção informativa, no qual se inscreve o fotojornalismo brasileiro. A caracterização fundante está em que esse modelo originou-se no início do século XX nos Estados Unidos e passou a ser adotado pela imprensa de diversos outros países, tanto pela influência imperialista dos Estados Unidos, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quanto pelas condições específicas desse modelo em relação ao regime governamental. Isto é, o modelo ocidental de fotojornalismo é caracterizado principalmente por ser praticado em sistemas de governo republicanos ou democráticos.

Em nossos apontamentos não abordaremos todos os elementos característicos do fotojornalismo ocidental nem de sua história, apenas tentaremos articular aqueles que consideramos mais fundamentais para compreendermos a prática fotojornalística na dimensão da linguagem e que determinam as práticas profissionais e práticas leitoras como uma cultura de produção e consumo.

Segundo Sousa (2002), quando a fotografia foi adotada pela imprensa, a ela era atribuído um papel de registro visual da verdade (retomaremos esse tema nos tópicos abaixo). Pela primeira década do século XX, no meio jornalístico, o conteúdo imagético passou a ter tanta importância quanto o verbal, correspondendo a repercussões econômicas. Devido a essa crescente importância e a restrições tecnológicas como a portatibilidade da câmera e o uso do flash de magnésio, originou-se a doutrina do *scoop*: havia uma grande competição no fotojornalismo pela cobertura do fato baseada em uma única fotografia exclusiva e em primeira mão; ainda, privilegiava-se por essa época a nitidez e a qualidade reprodutível da imagem, o que também propiciava uma predileção para imagens mais “limpas”, porém abrangentes, que funcionassem como signos condensados. De certa maneira, embora as condições tecnológicas tenham evoluído bastante e a qualidade reprodutível como critério de seleção tenha sido substituída pelo valor informativo, em determinado aspecto essa doutrina ainda mantém seus resquícios, pois a linguagem com a qual o fotojornalista trabalha ainda permanece a mesma. Trata-se da “linguagem do instante” (SOUSA, 2002, p. 10). Frente ao acontecimento, o fotojornalista procura condensar sua “essência” ou o todo do significado narrativo em um instante “congelado” do tempo, o que garante a efetividade informacional da imagem. Decorre desse fato, vale reiterar, que a imagem fotojornalística é sempre produzida em vista de funcionar como um signo condensado. Esse é um aspecto importante para nosso trabalho na medida em que buscamos compreender a textualização da imagem fotojornalística.

Outro fato da história do fotojornalismo que nos chama a atenção e que também pode ser considerado no âmbito brasileiro é o de que, a princípio, a fotografia era considerada como um elemento decorativo no artigo ou na notícia (como Barthes demonstrou). Em tese, os editores não consideravam o conteúdo informativo da imagem no mesmo grau de seriedade que a cultura jornalística dominante demandava. Segundo Kossoy (2007), ainda na década de 1930, a fotografia era tomada na imprensa brasileira, principalmente nas revistas ilustradas, nos mesmos padrões de sua inserção, de forma estática, e o caráter informativo ou documental era atenuado pela concepção ilustrativa. Esse é um fato importante, pois ainda hoje certos sentidos de ilustração associados a uma pretensa objetividade da imagem fotojornalística são evocados na própria forma, ou na textualização da imagem quando o intuito é velar o caráter argumentativo da mesma (cf. cap. 4).

A concepção de ilustração da fotografia jornalística começou a declinar entre os anos de 1920 e 30 com o desenvolvimento do fotojornalismo moderno na Alemanha e sua influência, a qual se acentuou quando Hitler assumiu o poder e inúmeros fotojornalistas e editores alemães contrários ao regime nazista fugiram, exportando suas concepções profissionais para diversos países, inclusive o Brasil⁴⁰.

Sousa (2002, p. 17-8) destaca cinco fatores do fotojornalismo alemão que contribuíram para dar forma às práticas modernas que até hoje ainda são significativas.

1. Aparição de novos flashes e comercialização das câmaras de 35mm, sobretudo da Leica e da Ermanox, equipadas com lentes mais luminosas e filmes mais sensíveis. Segundo Hicks (1952), a facilidade de manuseamento das câmaras de pequeno formato encorajou a prática do foto-ensaio e a obtenção de seqüências;
2. Emergência de uma geração de foto-repórteres bem formados, expeditos e, nalguns casos, com nível social elevado, o que lhes franqueava muitas portas;
3. Atitude experimental e de colaboração intensa entre fotojornalistas, editores e proprietários das revistas ilustradas, promovendo o aparecimento e difusão da *candid photography* (a fotografia não posada e não protocolar) e do foto-ensaio. As revistas ofereciam um bom produto a preço módico;
4. Inspiração no interesse humano. Floresce a ideia de que ao público não interessam somente as actividades e os acontecimentos em que estão envolvidas figuras-públicas, mas também a vida das pessoas comuns. As revistas alemãs começam, assim, a integrar reportagens da vida quotidiana, com as quais se identificava uma larga faixa do público, ansioso por imagens;
5. Ambiente cultural e suporte económico.

A partir de então a imagem passou a ganhar força informativa, a autoria tornou-se referência obrigatória e a relação com componente verbal modificou-se surgindo as

⁴⁰ Sobre a influência exercida no fotojornalismo brasileiro por fotojornalistas que fugiram da Alemanha nazista ver o caso de Hildegard Rosenthal em Kossoy, 2007, p. 81-102.

pequenas legendas. Em face do industrialismo crescente que vivia a imprensa, o fotojornalismo continuou evoluindo, principalmente nos Estados Unidos, onde passou a integrar os jornais diários, competindo com as revistas ilustradas, e a ser um modelo de exportação. Retomando Nerone e Barnhurst (1995), Sousa (*ibid.*, p.20-21) aponta alguns fatores de desenvolvimento do fotojornalismo norte-americano que se relacionam às mudanças da imprensa que viria a ser um modelo ocidental.

- a) Poder de atracção e popularidade das fotografias, suportados por uma cultura visual que se desenvolvia com o cinema;
- b) Práticas documentais, como as dos tempos da Depressão (lembre-se o *Farm Security Administration*) e as dos fotógrafos do compromisso social. Essas práticas provaram que o documentalismo tinha força e que as fotos podem ser usadas para fins sociais através da imprensa;
- c) Entendimento das imagens como factor de legibilidade e de acessibilidade aos textos, por parte do público e dos editores;
- d) Práticas de fotojornalismo de autor, em alguns casos nos próprios jornais diários;
- e) Mutações notórias no design dos jornais norte-americanos, entre 1920 e 1940, em inter-relação com a proliferação de fotografias e com o melhor aproveitamento destas (por exemplo, as fotos aumentam de tamanho nos jornais);
- f) Modificações na edição fotográfica, privilegiando-se a foto de acção e única;
- g) Percepções inovadoras do jornalismo, devido à introdução da telefoto, em 1935;
- h) Aumento (lento) do interesse dos fotógrafos pelo fotojornalismo; em 1945, os fotojornalistas americanos associam-se numa organização profissional, ganhando força, influência, poder de intervenção e status;
- i) Elevação definitiva do fotojornalismo à condição de subcampo da imprensa, devido à cobertura fotojornalística da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial;
- j) Introdução de tecnologias inovadoras, como (1) câmaras menores, (2) teleobjectivas, (3) filme rápido e (4) flashes electrónicos.

Esses fatores vieram a solidificar a prática fotojornalística e inseri-la como fundamental na cultura de consumo da informação. Economicamente, isso repercutiu na criação de agências fotográficas, industrialização da imagem e sua reprodução em massa, provocando a transnacionalização da *foto-press*. Fundada sua base, embora a sua evolução seja um contínuo, até o final do século XX o modelo ocidental de fotojornalismo passaria três períodos de grande transformações.

O primeiro se deu pelos anos de 1950: por um lado a rotinização e a convencionalização banalizaram o produto fotojornalístico, originando a produção em série de fotos de *fait-divers*⁴¹. Por outro lado, a tentativa de ultrapassar as rotinas e convenções levou à evolução estética da fotografia de imprensa e em muitos casos os fotógrafos conseguiram

⁴¹ *Fait-divers* ou *features* são fatos inusitados ou pitorescos que remetem a temas considerados curiosos ou de interesse corriqueiro e geral que não exercem grande força noticiosa.

formas mais profundas de expressão, associando informação e arte⁴². Além disso, pelos fins dos anos de 1950, a imprensa passou a dividir o espaço publicitário e consumidor com a televisão e isso desencadeou uma intensa competição entre as agências na cobertura dos assuntos e no nível tecnológico. Apesar do advento da televisão, a fotografia ainda manteve seu status, servindo como documento de diversas polêmicas durante a guerra fria. As novas condições de produção da fotografia também favoreceram a ampliação do seu uso na imprensa *cor-de-rosa*, na imprensa de escândalo, nas revistas eróticas e nas revistas especializadas em moda, decoração, fotografia, etc. Por consequência houve a:

- a) A disseminação e a banalização da foto-ilustração (sobretudo a nível do *glamour* e do *star system*, entendido de forma alargada, isto é, incluindo os políticos e o institucional), que veio a contaminar os jornais e revistas “de qualidade”;
- b) O fomento do uso da teleobjectiva (que permite ao fotojornalista um maior afastamento da acção);
- c) O recurso a técnicas de estúdio no fotojornalismo (SOUSA, 2002, p. 23).

O segundo momento de grande transformação do fotojornalismo se deu a partir dos anos de 1960. Dentre os traços mais relevantes dessa transformação, Sousa (*ibid.*, p. 24-7) aponta que muitas revistas ilustradas desapareceram devido à perda do mercado publicitário para a televisão, direcionando o produto das agências fotográficas para os jornais e para revistas de informação geral, e a influência da televisão sobre a fotografia ter se acentuado, forçando a impressão em cores. Dentre os demais aspectos, Sousa (*ibid.*) aponta que surgiram na Europa inúmeras agências, principalmente na França, para se contrapor ao domínio norte-americano no fotojornalismo; o impacto da cobertura da Guerra do Vietnã provocou uma atratividade para a profissão, surgindo nos Estados Unidos cerca de 20 mil novos fotojornalistas; as ações militares passaram a levar em conta o impacto negativo das fotomaterias na opinião pública e restringiram a atividade; pelo início dos anos 80 as práticas de restrição ao fotojornalismo também derivaram para o campo político com procedimentos de limitação temática, controle de equipamento e estilo fotográfico, agendamento de sessões de fotografia e autenticação do profissional. Também até os anos 80 aumentou o interesse pelo estudo teórico da fotografia, ocorrendo a criação de cursos no ensino superior; a influência da fotografia provocou mudanças no design gráfico da imprensa; a produção fotojornalística adquiriu feições industriais, acentuando a rotinização e a convencionalização

⁴² No Brasil é de se observar essas transformações no fotojornalismo principalmente na revista *O Cruzeiro*, que acabou fundando uma “escola” da linguagem visual, ao introduzir a fotorreportagem, e tinha em seu plantel fotógrafos como José Medeiros.

do fotojornalismo, desenvolvendo uma certa retórica e estereotipando os temas como o esquerdista, o político, o manifestante, o herói, a vítima etc.; e, finalmente, a partir dos anos 80 a comoção passou a ser o fator dominante da imagem em detrimento da percepção, modificando os critérios de noticiabilidade.

O terceiro momento de grande transformação do fotojornalismo se deu a partir dos anos 90 em consequência dos avanços da informática. A manipulação e geração computacional da imagem têm provocado mudanças fundamentais na cultura de produção e consumo da fotografia jornalística. A principal delas age sobre o antigo mito da objetividade fotográfica, pois evidencia na cultura de consumo o caráter textual da imagem. No âmbito de produção, tem diminuído a especificidade do fotojornalista, que tem perdido espaço para um profissional jornalista mais flexível e polivalente, capaz de atuar em diversas áreas da informação. Além disso, a industrialização da produção rotineira e a velocidade de transmissão global de arquivos digitais têm forçado uma produção centrada no imediatismo, inclusive privando o fotojornalista de tempo para planejamento ou pré-visualização do acontecimento a ser noticiado, o que aos poucos vai modificando a retórica visual. A saturação de imagens na imprensa tem por efeito manter a atratividade do leitor na competição com os multimeios. “As novas tendências gráficas seguidas por grande parte dos jornais consagram condições de legibilidade e apelo à leitura, pelo que muitas das fotografias inseridas tendem a assumir essencialmente um carácter ilustrativo” (SOUSA, *ibid.* p. 29). No todo do gênero notícia, por exemplo, esse aspecto acentua uma ambiguidade da imagem fotográfica que sendo informativa e interpelativa, tem seu poder de refração ideológica velado por uma pseudo inofensividade da foto-notícia banalizada.

Embora alguns estudiosos já tenham, desde os anos 90⁴³, anunciado a queda definitiva do mito da objetividade fotográfica por consequência das novas mídias digitais e popularização dos programas de edição de imagens como o photoshop, parece que a fotografia de imprensa, protegida por códigos deontológicos e pela autopropaganda ética das empresas jornalísticas, tem sua relação com a verdade ainda pouco modificada. E isso se materializa nas formas, temas e estilos que mais do que resistência ao mundo digital, pode revelar uma estratégia discursiva-informacional agarrando-se à esteira da era analógica.

O que não pode ser desconsiderado é que, na cultura visual, na relação histórica que a imagem estabelece com o *real*, a influência do fotojornalismo permanece de

⁴³ Ver Arlindo Machado. *Fotografia em mutação*. www.uel.br/pos/fotografia/wp.../downs-uteis-fotografia-em-mutacao.pdf. Consultado em 04/2011.

grande importância, pois, “embora as notícias representem determinados aspectos da realidade cotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes” (SOUSA, 1999, s/p.).

3.3. A imagem fotográfica como signo ideológico e a interação verbal-fotográfica na unidade do gênero notícia

Em sua obra *A ilusão especular: introdução à fotografia*, Arlindo Machado (1984) remonta ao conceito de signo desenvolvido por Bakhtin/Volochínov (2004) para considerar na imagem fotográfica, enquanto enunciado visual, as dimensões de refração e reflexo da realidade. O autor desmonta a ideia mítica da objetividade fotográfica expondo inclusive que sua ideologia fundante encontra-se no Renascimento, quando surgiu e se desenvolveu a *perspectiva linear*. “Para o homem do Renascimento, a *perspectiva artificialis* significou o descobrimento de um sistema de representação “objetivo”, “científico” e, portanto, absolutamente “fiel” ao espaço real visto pelo homem” (MACHADO, *ibid.*, p. 64). Essa concepção dominou a necessidade de representação visual do homem nas expressões plásticas até o advento da fotografia. Todavia, se a química possibilitou o surgimento dessa nova forma expressiva, em verdade, no campo da óptica a imagem fotográfica já estava determinada pelo fenômeno da *câmera obscura*, de modo que a fotografia nasce com a herança da ideologia da representação realista, sendo compreendida no âmbito de uma ciência natural. Por isso, como vimos nos tópicos acima, a concepção de registro da realidade dominou a percepção da fotografia desde o seu nascimento e, pelo menos entre não especialistas, vigora ainda hoje.

Com base no conceito de signo de Bakhtin/Volochínov, seguindo os passos de Machado, pretendemos aqui formular nosso entendimento da imagem fotográfica como signo ideológico, e enquanto manifestação discursiva, isto é, como enunciado visual, pretendemos compreendê-la na dimensão de gênero do discurso.

Como vimos em Barthes nos tópicos acima, o autor coloca em cheque a noção de denotação da imagem fotográfica e sua objetividade mecânica ao apresentar a hipótese de que a percepção da imagem seja sempre acompanhada de sua verbalização. O que Barthes toma por hipótese, dada nossa base teórica, devemos tomar por pressuposto. Em

Bakhtin/Volochínov (2004, p. 38, grifos do autor) vemos que “*toda refração ideológica do ser em processo de formação*, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante”. Ou seja, a consciência aborda verbalmente todo signo ideológico, de modo que a compreensão ativa é sempre verbal. Isso se dá porque a própria consciência se constitui pelo conteúdo semiótico ideológico, refletindo a sua lógica e suas leis, e, principalmente, porque

Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material semiótico da vida interior*, da *consciência* (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa (*id. ibid.*, p. 37, grifos do autor).

Tais aspectos da consciência e da compreensão implicam que a apreensão de todo signo ideológico seja acompanhada de uma apreensão verbal. Portanto, todo signo cultural tem seus sentidos vinculados à unidade da comunicação verbal e isso tem consequências até mesmo sobre sua produção. Quanto à fotografia que compõe uma notícia, por exemplo, tanto há o fato de que o fotojornalista utiliza-se da sua experiência profissional e do conjunto de técnicas desenvolvidas (como um princípio de codificação) para produzir toda e qualquer fotografia, como também, há um planejamento (como a pauta de redação), isto é, um projeto de dizer discursivo, que determina, a partir dos sentidos desejados, a coesão dos elementos que compõem a imagem. Além disso, essa é apenas uma etapa possível em que se dá a modelagem ideológica da fotografia de notícia. Nos processos de editoração, a imagem pode ser selecionada, retocada, re-enquadrada, enfim, pode passar por inúmeros processos que visam à construção de um sentido no todo da notícia (SOUSA, 1999). Ademais, a existência de qualquer signo consiste em ser a materialização da comunicação social, e no caso da fotografia jornalística, essa função é acentuada por princípio, determinada pelo campo de atividade publicística que integra. Essa mesma propriedade acentua a natureza da imagem fotojornalística como signo ideológico. A imagem fotojornalística, enquanto fragmento semiótico de uma unidade da comunicação discursiva, como qualquer outro signo, está sujeita aos critérios de avaliação ideológica.

Como qualquer outro signo ideológico, a imagem fotojornalística configura um espaço-tempo onde se confrontam índices sociais de valor contraditórios, presumindo-se não

apenas uma divisão da sociedade entre classe dominante e dominada, mas entre grupos distintos, onde cada um, em determinado momento e aspecto, tenta tornar o signo monovalente, a expressar uma única verdade; nas relações em que há um grupo dominante, o signo é levado a condições de intangibilidade, impondo-se acima das diferenças das orientações sociais.

Certamente, é preciso considerar que esse problema tem sentido especial se colocado nas condições de gênero do discurso. O gênero notícia no contexto da grande imprensa, e mais especificamente, que trata dos temas cotidianos ou cidades, leva em conta aspectos composicionais e estilísticos que almejam certo distanciamento do autor em relação ao fato noticiado. Esse distanciamento é expresso no conteúdo temático e na forma da fotografia, e a imagem fotográfica ganha sentidos de registro da realidade ou de documento, refletindo, portanto, uma verdade que almeja ser única.

O papel atribuído à fotografia e adotado pela imprensa desde o início do século XX aos dias atuais já passou pela crítica científica de diversos campos de estudo como a semiótica, a sociologia, a antropologia da comunicação etc. No campo teórico do jornalismo, diferentemente de quando foi adotada pela imprensa na condição de registro da verdade, a noção que se tem hoje da fotografia é de que ela “pode representar e indiciar a realidade, mas não registrá-la nem ser o seu espelho fiel (SOUSA, 2002, p. 13). No entanto, sob o paradigma da objetividade, a imagem fotojornalística permanece, ainda, em certa medida na cultura profissional, a ser vista como espelho do real (*id.*, 1999, p. 03-14). Na dinâmica entre a ideologia da objetividade e a fotografia da notícia parece haver uma relação retroativa de sustentação: enquanto a defesa do princípio de objetividade concebe para a fotografia uma aura de registro da realidade, a fotografia devolve em retorno para a notícia um efeito de veracidade e exatidão (teor documental), valores caros ao paradigma da objetividade.

A considerar a notícia na unidade de gênero, podemos dizer que a imagem integra sua forma composicional não apenas como materialidade distinta do componente verbal, mas, sobretudo, como unidade mais definível da *alternância de sujeitos do discurso* no interior de um mesmo enunciado enquanto *totalidade semântica*⁴⁴, unidade enunciativa concreta (refletimos sobre isso no capítulo 2). A imagem pode estabelecer relações dialógicas no interior do texto, colocando o enunciado a *duas vozes*; pode propiciar reacentuações

⁴⁴ Conferir Bakhtin/Volochinov, *Estrutura do enunciado*, 1930.

valorativas; pode causar deslocamentos apreciativos e por consequência, mudanças no tom do estilo noticioso. E, além disso, e aqui retomamos Barthes, a imagem fotojornalística é capaz de colocar em presença toda uma gama de sentidos próprios de um outro sistema cultural, dotado em muitos aspectos de certa autonomia estrutural e de temas, no conjunto da cultura, específicos da tradição visual.

Em suma, o que podemos dizer da imagem fotográfica na notícia é que sua relação com o demais do texto (o componente verbal) não é apenas contextual (num sentido restrito, sistêmico) nem linear (mecânico). Sua relação é quase orgânica, é dialógica e vivencial. Em um momento da compreensão do texto a relação pode ser semântica dialética (sistêmica) (momento em que as estruturas são imanentes), mas esse ainda é um momento abstrato, sinalético. Portanto, o que se pode dizer do signo fotográfico, assim como Bakhtin diz da língua, é que a sua realidade é a interação social. Deste modo, a sua compreensão se realiza no acontecimento de interação mediado pelo texto. Sua compreensão se dá na unidade do texto como enunciado pleno, dialogicamente, na resposta de um signo a outro signo inscrita na relação entre gêneros do discurso.

3.4. O tempo e a responsabilidade na mensagem fotográfica de imprensa

Como vimos nos tópicos acima com Kossoy, a imagem fotográfica é constituída por uma ambiguidade que a torna capaz de apresentar um registro determinado da realidade aparente e ao mesmo tempo criar uma realidade; por ser uma expressão plástica, tendo como princípio formal o enquadramento, não pode prescindir de sua dimensão estética e autoral, e enquanto registro de uma determinada cena, é também o registro de um ponto de vista sobre a mesma. Outro aspecto importante é que a ambiguidade também se dá em razão de que a fotografia, ao registrar microaspectos individuais e sociais, fixa a memória histórica ao mesmo tempo em que se presta ao uso ideológico

A perpetuação da memória é, de uma forma geral, o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem. Uma única fotografia e dois tempos: o tempo da criação, o da primeira realidade, instante único da tomada do registro no passado, num determinado lugar e época, quando ocorre a gênese da fotografia; e o tempo da representação, o da segunda realidade, onde o elo imagético, codificado formal e culturalmente, persiste em sua trajetória na longa duração. O efêmero e o perpétuo, portanto (KOSSOY, 2007, p. 133).

No que se refere à relação temporal, para Barthes a fotografia representa uma revolução antropológica na história do homem, pois determina um outro tipo de consciência em relação ao real:

[...] a fotografia instaura, na verdade, não uma consciência do *estar aqui* do objeto (o que qualquer cópia poderia fazer), mas a consciência do *ter estado aqui*. Trata-se, pois, de uma nova categoria do espaço-tempo: local-imediata e temporal-anterior; na fotografia há uma conjunção ilógica entre o *aqui* e o *antigamente*. É, pois, ao nível dessa mensagem denotada, ou mensagem sem código, que se pode compreender plenamente a *irrealidade real* da fotografia; sua irrealidade é a irrealidade do *aqui*, pois a fotografia nunca é vivida como uma ilusão, não é absolutamente uma *presença*, e é necessário aceitar o caráter mágico da imagem fotográfica; sua realidade é a de ter estado *aqui*, pois há, em toda fotografia, a evidência sempre estupefaciente de *isto aconteceu assim*: temos, então, precioso milagre, uma realidade da qual estamos protegidos (BARTHES, 1990, p. 36, grifos do autor).

A fotografia jornalística não escapa a isso, torna o fato passado, uma memória – tempo da representação. Contudo, essas características da imagem fotográfica ganham outros matizes no campo de atividade do jornalismo, e principalmente no que tange à notícia, devido a uma outra determinante temporal que atravessa a imagem e a constitui, trata-se do fato de que a notícia se pauta no hoje, no acontecimento inédito. Cotidianamente ou dia após dia, a notícia não só informa mas faz esquecer. Considerando a circulação da notícia, é preciso que o fato de ontem dê lugar ao de hoje. Da mesma forma, a imagem de ontem, a memória registrada, precisa ceder espaço à de hoje. Se há uma memória que se perpetua na interação do campo do jornalismo é a de que os fatos são substituíveis e num tempo muito efêmero.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que a foto-notícia num só tempo satura a emoção sobre o acontecimento e absolve o espectador, o leitor da notícia. Que se pode fazer quanto ao passado?, “nem adianta chorar o leite derramado” diria a sabedoria popular. Assim, mais que qualquer outro signo cultural, a imagem fotográfica permite o consumo duplamente hedonista da informação factual. Ao passo que revela uma parcela do mundo, desvincula-a da responsabilidade pelo tempo presente, e o futuro, nesse esquema, torna-se apenas uma peça de reposição. O presente se torna um efêmero que se dissolve na instantaneidade com que se substitui uma imagem.

Contudo, mesmo permitindo um consumo isento da informação factual, a fotografia de imprensa não chegou ao ponto de poder prescindir da verdade enquanto valor de mercado. Se as evoluções tecnológicas digitais têm permitido a textualização da imagem no

cotidiano, a grande imprensa, no bojo dos valores de que se serve e defende há muito tempo, ainda apresenta uma aura analógica da fotografia. Essa aura é reforçada tanto pela materialidade do suporte quanto pelos códigos deontológicos e pelo poder da escritura (como apontamos no capítulo 1) circunscrito na cultura de imprensa. O papel, enquanto suporte milenar do documento, da chancela, ainda parece manter a sombra da autenticação. Depois do ataque terrorista do *11 de setembro* no Estados Unidos inúmeros leitores guardaram os jornais como forma de arquivar as imagens publicadas, embora todas estivessem disponíveis no meios digitais (SOUSA, 2002). A credibilidade da imagem é chancelada pelo nome do jornal, pela sua tradição e identificação de seu público (BARTHES, 1990). A deontologia é determinada pela interação com o leitor, as empresas jornalísticas mantêm frequentes pesquisas de opinião. Assim, a ética da informação verbal e visual é construída na cultura de consumo que se afunila entre determinado jornal e seu público mais amplo e constante, o qual não apenas é informado, mas relativamente interfere na construção de sentidos sobre a representação dos fatos enquanto comunidade semiótica e ideológica. Quanto à fotografia de imprensa é possível dizer que o tipo de consciência de que fala Barthes, no que se refere a uma realidade da qual se está protegido, parece ainda longe de se transformar definitivamente. A *fotoliteracia* (SOUSA, 2002) do leitor de imprensa ainda visa a representação da verdade quando a efetividade informacional da imagem não extrapola a esfera dos valores compartilhados socialmente. A verdade como direito universal, mas somente enquanto verdade própria ou como opção no limite da *atividade mental do nós* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004), ou seja, segundo uma firme orientação ideológica sobre a base de uma distinção de grupo ou classe social. Além do mais, a expectativa pela representação implica um vivenciamento empático do acontecimento, porém no limite da contemplação. O vivenciamento participativo não precisa ser, necessariamente, efetivo. A empatia aqui não implica o ato responsável (BAKHTIN, 2010), a assunção de uma resposta, mas somente o consumo volitivo emocional ou uma simples *estesia*. Pode-se virar as costas ao fato quando se confronta a realidade mediada, assim como no cinema uma emoção é capaz de viver apenas o tempo diegético. Aqui uma ambiguidade própria da fotografia de imprensa: necessita representar a realidade como verdade, mas uma verdade da qual o leitor pode prescindir.

CAPÍTULO QUARTO: APREENSÃO E TRANSMISSÃO DO DISCURSO ALHEIO NO GÊNERO NOTÍCIA – CARACTERÍSTICAS GERAIS

Neste capítulo, realizamos uma descrição geral do gênero do discurso notícia no contexto da *Folha de S. Paulo*, bem como análises e abordagens do corpus de pesquisa.

Quanto à descrição do gênero, procuramos relacionar suas características com elementos de padronização indicados no Projeto Editorial e no Manual da Redação do jornal. Essa descrição fundamenta nosso pressuposto da determinação do gênero pelo paradigma da objetividade e oferece informações relevantes para compreendermos a inter-relação dinâmica de apreensão e transmissão do discurso alheio.

Quanto às análises, procuramos nos orientar tanto pelas questões e pelos objetivos colocados de início, quanto embasados nos fundamentos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores, dos quais retomamos e especificamos alguns pontos conforme necessário. Dividimos a abordagem do corpus em duas etapas, na primeira realizamos uma observação geral das formas verbais, buscando relacionar determinadas regularidades que indicam as tendências mais gerais de apreensão e transmissão do discurso alheio na notícia. Na segunda etapa, abordamos as relações do discurso alheio com a interação verbal-fotográfica, procurando também as tendências mais gerais nessa relação. Conforme os procedimentos metodológicos da *compreensão responsiva ativa*, como apontamos no capítulo 2, e fundamentos teóricos acerca da fotografia, como apresentamos no capítulo 3, procuramos descrever alguns exemplos compreendendo a relação das tendências gerais de apreensão e transmissão do discurso alheio com o paradigma da objetividade.

4.1. O gênero do discurso notícia no contexto da *Folha de S. Paulo*

No tópico 1.2 deste trabalho apontamos algumas características composicionais e estilísticas que foram inseridas no gênero notícia sob a determinação do paradigma da objetividade durante a fase da modernização da imprensa brasileira nos anos de 1950. Também nesse tópico e nos anteriores fizemos alguns apontamentos sobre os conjuntos

temáticos tratados na notícia. Agora apontaremos de forma geral as características do gênero do discurso notícia conforme este se apresenta na atualidade, no contexto de grande imprensa, mais especificamente, do jornal *Folha de S. Paulo*. Podemos de antemão apontar que muitas das características inseridas no gênero notícia nos anos 50 ainda permanecem e que, salvo mudanças estilísticas que acompanham a evolução social da linguagem e da tecnologia gráfica e mudanças de tratamento temático que acompanham os interesses de época, o gênero pouco se modificou, principalmente na sua estrutura composicional. Anteriormente a isso, no entanto, o gênero apresentava características bem diferentes. Passemos, então, à descrição dos três elementos que caracterizam os gêneros do discurso: *conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional*, comparando brevemente uma notícia dos anos de 1930 com uma do nosso corpus, as quais tratam de assuntos similares dentro da temática desastres naturais. A primeira notícia se intitula: *Os estragos causados pela enchente na zona Juquiá* (*Folha da Manhã*, 28/02/1934, p. 4). No recorte anexado abaixo, as palavras destacadas se referem ao termo de busca que utilizamos para pesquisar o acervo digital da *Folha*⁴⁵ (anexo 1).

Figura 1



Transcrição:

SANTOS, 27 (Da succursal da "Folha da Manhã") — Segundo notícias que diariamente nos chegam da zona Juquiá, que está sendo assolada por uma formidável enchente, as consequências do desastre serão formidáveis, bastando dizer-se que cerca de 2 milhões de touceiras de bananeiras foram destroçadas, o que representa um prejuízo de 3 a 4 mil contos, devendo ter esse facto grande repercussão no mercado dessa fruta. O tráfego continua interrompido para além de Alecrim e os socorros que estão sendo enviados para os flagellados pela Prefeitura local só chegam aos pontos mais remotos depois de baldeados para canoas que os vão levar a remo, vogando sobre o próprio leito da estrada de ferro Sorocabana que permanece submerso, tendo também rodado com a enchente uma ponte de mais de 60 metros existente em Alecrim. Pelo exposto prevê-se que a normalização do tráfego demorará bastante.

⁴⁵ <http://acervo.folha.com.br>. Acessado em 10/2011.

Como vimos no capítulo 2, os três elementos que caracterizam o gênero são ligados indissolivelmente no todo e não podem ser apreendidos separadamente a não ser por abstração, por isso vamos considerá-los em conjunto. Além disso, é imprescindível considerar o endereçamento do enunciado e sua relação na comunicação discursiva para a compreensão do gênero. Como vimos no primeiro capítulo, no período a que corresponde essa notícia, o jornal *Folha da Manhã* tinha por objetivo explicitado em editoriais a defesa dos interesses de produtores agrícolas, logo esses formavam um interlocutor privilegiado do jornal. Esse contexto ideológico de interlocução interfere no tratamento temático, no estilo e na construção composicional.

Quanto ao conteúdo temático a notícia se inscreve no conjunto temático dos desastres naturais e tem por assunto os prejuízos causados por enchentes numa região específica do Estado de São Paulo. Quanto ao estilo de linguagem, sendo gênero de um campo profissional do uso da linguagem, a notícia sempre corresponde aos padrões normativos da mesma de modo que o uso formal da linguagem integra o estilo da notícia. Também podemos apontar como elementos de gênero nessa notícia: o uso de negrito e fonte maior para o título; o uso de garrafais para a entrada; a presença de adjetivos e advérbios avaliadores: *formidável, grande, próprio, bastante*; o uso de números exatos para enfatizar a informação: *2 milhões*; o uso de certos recursos lexicais que intensificam o fato: *destroçadas, assolada, desastre, flagellados*; e expressões metadiscursivas: *Pelo exposto*. Quanto à *construção composicional*, a notícia apresenta o título agrupando as informações sob um denominador comum; a entrada com destaque das informações; e o corpo de um único parágrafo no qual as informações são hierarquizadas em períodos.

Observando o todo, tem-se que as informações são hierarquizadas visando o endereçamento do texto, por isso, primeiramente, aparece a informação sobre o prejuízo causado na lavoura e em seguida fala-se do tráfego interrompido. A preocupação com as pessoas, *os socorros*, aparece como último elemento informativo, inserido como acessório na informação sobre o tráfego. Mesmo sendo uma notícia curta vemos a ausência da pirâmide invertida, pois o texto é introduzido com uma informação acessória (e imprecisa) sobre a fonte, e uma informação explicativa sobre o lugar do fato (*que está sendo assolada por uma formidável enchente*) em relação causal com a informação principal que inicia em sequência (*as consequências do desastre serão formidáveis*); do mesmo modo, também se tem a

ausência do *lead*. O endereçamento do texto também determina o estilo, por isso são usadas as expressões enfáticas; aqui, a objetividade ainda não impera, pelo contrário, há certa vaguidade de fonte, funcionando como nas orações sem sujeito aparente (dizem que): *Segundo notícias que diariamente nos chegam*, e apreciações sobre a informação: *enchente formidável, as consequências do desastre serão formidáveis, Pelo exposto, prevê-se que a normalização do tráfego demorará bastante*. O estilo e a composição se vinculam ao tratamento temático, por exemplo, quando se informa o lugar do fato usando apenas o topônimo *Juquiá*, sem outras indicações topográficas, essas são presumidas como conhecimento comum do leitor; também reflete esse vínculo a maneira como é dado um acabamento ao tema e o tipo de resposta que prevê e suscita. Aqui parece que é pressuposta uma identificação do leitor à avaliação conclusiva.

Vejamos agora uma notícia do nosso corpus (anexo 2), que nos dá uma imagem do gênero na atualidade. A notícia se intitula: *Família perde doações em nova enchente (Folha de S. Paulo, Cotidiano 30/06/2010)*.

Figura 2

C4 cotidiano ★ ★ ★ QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2010 FOLHA DE SÃO PAULO



Antes
Há uma semana, rua totalmente destruída pela chuva em Barreiros, Pernambuco

Depois
A mesma rua em Barreiros alagada ontem após voltar a chover na cidade na segunda

Família perde doações em nova enchente

Aposentado que havia perdido móveis há 12 dias em Pernambuco viu cheia levar cestas básicas e roupas anteontem

Mais três mortes foram registradas em Alagoas, subindo para 57 o total de vítimas das chuvas nos dois Estados

FÁBIO GUIMBÉ
ENVIADO ESPECIAL À BARREIROS (PE)

Há 12 dias, a família de Cecero dos Santos Alves, 38, perdeu tudo na enchente do rio Una, em Barreiros (PE). Alagados em um abrigo, ele, a mulher e as duas filhas voltaram para casa no último domingo. Levaram cestas básicas e roupas doadas.

Na segunda-feira, o rio voltou a subir. E tudo o que haviam recebido de doação foi arrastado pela água. "Acharia que não ia chover e perdi tudo pela segunda vez", disse Alves. "Voltamos para casa e não encheu de novo."

Ontem, foram registradas mais três mortes causadas por novas cheias em Alagoas, informou a Defesa Ci-

vil. Com isso, são ao menos 57 os mortos no Estado (37) e em Pernambuco (20) em decorrência dos temporais das últimas duas semanas.

A Defesa Civil não registrava mortes desde a sexta.

Em Barreiros, o aposentado Alves, além da cesta básica de família, perdeu na chuva outras três, doadas para os irmãos e que ele também havia levado para casa.

"Quisdei no andar de cima, junto com as roupas, mas a água subiu e levou."

Alves já havia perdido os móveis de casa na cheia do dia 18. Um dia antes, pegara a última das dez prestações de R\$ 180,15 da compra de mesa, geladeira e armário.

"A água subiu até o primeiro andar e tivemos de sair pelo telhado, sem levar nada", disse. "No sábado bateu um solzinho e resolvemos ir para casa no dia seguinte."

FILHA DOENTE

Na segunda enchente, as paredes do sobrado que o

comida e roupas", disse Cláudia Maria da Silva, 67, que ficou há dias no acatamento com seis pessoas de três famílias desabrigadas.

MORTES

As três mortes confirmadas ontem em Alagoas ocorreram em União dos Palmares (91 km de Maceió), onde houve outros seis casos.

O Estado tem mais de 79 mil pessoas fora de suas casas e 69 desaparecidos—suída não localizados. Há dez suspeitas de leptospirose.

Das 28 cidades atingidas, 15 estão em estado de calamidade pública; 4, em situação de emergência. Ontem, foi montado um hospital de campanha em Muriç. Anteontem, outro havia sido instalado em Bragançinha.

Em Pernambuco, mais de 82.600 pessoas saíram de casa. São 27 municípios em situação de emergência e 12 em calamidade pública.

ENCHENTES NO NORDESTE
Em Pernambuco e Alagoas, 27 cidades decretaram estado de calamidade pública



57 mortes nos dois Estados. Em AL, 181 mil, e 83 mil em PE

Fonte: Governo de Pernambuco e Sistema Nacional de Defesa Civil

Transcrição dos primeiros parágrafos:

Há 12 dias, a família de Cícero dos Santos Alves, 38, perdeu tudo na enchente do rio Una, em Barreiros (PE). Alojados em um abrigo, ele, a mulher e as duas filhas voltaram para casa no último domingo. Levaram cestas básicas e roupas doadas.

Na segunda-feira, o rio voltou a subir. E tudo o que haviam recebido de doação foi arrastado pela água. "Achava que não ia chover e perdi tudo pela segunda vez", disse Alves. "Voltamos para casa e o rio encheu de novo."

Ontem, foram registradas mais três mortes causadas por novas cheias em Alagoas, informou a Defesa Civil. Com isso, são ao menos 57 os mortos no Estado (37) e em Pernambuco (20) em decorrência dos temporais das últimas duas semanas.

A Defesa Civil não registrava mortes desde a sexta.

Em Barreiros, o aposentado Alves, além da cesta básica da família, perdeu na chuva outras três, doadas para os irmãos e que ele também havia levado para casa.

"Guardei no andar de cima, junto com as roupas, mas a água subiu e levou."

Alves já havia perdido os móveis de casa na cheia do dia 18. Um dia antes, pagara a última das dez prestações de R\$ 180,15 da compra de mesa, geladeira e armário.

"A água subiu até o primeiro andar e tivemos de sair pelo telhado, sem levar nada", disse. "No sábado bateu um solzinho e resolvemos ir para casa no dia seguinte."

Inscrevendo-se no mesmo conjunto temático dos desastres naturais, essa notícia reflete outro contexto ideológico de interlocução. O endereçamento do enunciado se dá sob a perspectiva do interesse humano. Assim, o tratamento temático visa primeiramente as pessoas envolvidas no fato, hierarquizando as informações conforme interesses específicos e gerais.

A construção composicional, além de integrar imagens fotográficas e quadro infográfico, apresenta o título e linha fina em extensão, entrada e corpo da notícia em colunas, e corpo da notícia organizado em parágrafos e tópicos; as informações, por sua vez, são organizadas com vista à objetividade, apresentadas conforme as técnicas da pirâmide invertida e do *lead*. A informação base da notícia é apresentada de forma concisa nos dois primeiros parágrafos, trata-se do caso específico do fato reportado, a perda das doações por conta de novas enchentes. Em seguida se tem uma informação mais geral, os números de mortes no Estado, e somente depois a informação base passa a ser desenvolvida com detalhes acessórios. Quanto ao *lead* podemos responder: *Quem?* A família de Cícero dos Santos Alves; *Onde?* Barreiros (PE); *Quando?* Última segunda-feira em relação à data de publicação; *O quê?* A família perder doações; *Como?* Houve novas enchentes; *Por quê?* Estavam em um abrigo, acharam que não choveria mais e voltaram para casa.

O estilo de linguagem, por sua vez, vincula-se à construção composicional (tamanhos distintos de fonte, tamanho da imagem, do quadro, cores, traços, espaçamento entre colunas, etc.), propiciando um acabamento estético do todo; e vincula-se ao tratamento temático, pela ausência de adjetivos, advérbios e expressões avaliadoras, pelo uso de sintaxe

direta, simples e econômica (o mesmo tipo de sintaxe é estabelecida entre as duas imagens), períodos concisos, domínio de vocabulário comum, e o uso de citações precisamente identificadas. Tudo isso tem em vista a clareza, isenção e precisão, qualidades previstas pelo paradigma da objetividade.

Essas características do gênero exemplificadas nesta notícia correspondem de forma geral à tendência ideológica do paradigma da objetividade, mas também correspondem ao estilo adotado intencionalmente pelo jornal. Ou seja, determinadas características extrapolam as intenções de linha editorial porque são pré-determinadas pela evolução da esfera de atividade na qual se inscreve o jornal, mas uma vez que o jornal assume essas características gerais e as formaliza, elas ganham uma coloração estilística específica. É o caso de dizer que o gênero notícia sob o paradigma da objetividade tem um estilo e que a este são adicionados outros tons conforme o jornal que o formalize. No caso da *Folha de S. Paulo*, esse estilo editorial já tem sido utilizado por quase trinta anos. Somando esse tempo à influência do jornal no campo da comunicação discursiva a que pertence, pode-se encontrar aí condições para uma estabilização específica do gênero, de modo que não seria exagero dizer que há um gênero do discurso notícia da *Folha de S. Paulo*, junto do qual apareceriam, como reflexo acessório e muito enfraquecidas, determinadas características individuais de estilo do jornalista. O Manual da Redação da *Folha* abrange desde dentro a totalidade do gênero. Nele se encontram o *Projeto Editorial* que dita as orientações do jornal; uma lista de *Procedimentos* que descrevem e exemplificam as diversas etapas de produção, de modo a “nortear as aspirações do jornalista” (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 19); uma lista de verbetes para *Padronização e estilo*, na qual se resumem as “recomendações que a *Folha* faz a seus jornalistas para a elaboração de textos de acordo com os critérios de excelência do jornal” (*id. ibid.*, p. 51); uma lista de verbetes que descrevem a estrutura do jornal, o que demarca uma identidade; um extenso *Anexo Gramatical* com exemplificações para padronização da linguagem que compreende os diversos aspectos gramaticais; e outros anexos que descrevem determinados campos de atividade e fornecem listas para padronização de vocabulário e compreensão dos mesmos: *Legislativo, Jurídico, Militar, de Religiões, Médico, Matemático e estatístico, Geográfico, Econômico, Transliterações, Estrangeirismos, Siglas*. Pode-se ver que o jornal *Folha de S. Paulo*, como um todo, tem um estilo bastante consistente, fortemente institucionalizado.

Em relação ao gênero notícia, alguns trechos do Manual valem ser reportados. O primeiro é um trecho do *Projeto Editorial* e indica a orientação do jornal:

É preciso maior originalidade na identificação dos temas a ser objeto de apuração, bem como uma focalização mais precisa de sua abordagem. Pesquisas de opinião possibilitam conhecer um pouco melhor as necessidades do público e aproximar a pauta do jornal e a vivência concreta do leitor. Mas não substituem o discernimento necessário para detectar a ocasião jornalística nos fatos que reúnam o geral e o específico, em que um processo relevante ou emergente apareça entrelaçado com sua manifestação mais sintomática e humana. Essa preocupação deveria nortear a elaboração do jornal, da pauta à edição (*id. ibid.*, p. 15).

O segundo é um verbete dos *Procedimentos* e indica um modo prático de seguir essa orientação, que nos mostra características da finalidade de gênero e elementos do endereçamento enunciativo:

importância da notícia - Critérios elementares para definir a importância de uma notícia:

- 1) Ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada);
- 2) Improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada);
- 3) Interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é);
- 4) Apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é);
- 5) Empatia (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é).
- 6) Proximidade (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é).

Ao levar em consideração esses critérios, não se esqueça de que as reportagens da **Folha** devem atender às necessidades de informação de seus leitores, que formam um grupo particular dentro da sociedade. Esses interesses mudam e o jornal participa de modo ativo desse processo (*id. ibid.*, p. 44).

O terceiro trecho é um verbete do capítulo *Folha – Estrutura do jornal e do Grupo Folha* e se refere ao endereçamento enunciativo, indica que o leitor é integrado a essa estrutura:

perfil do leitor - Ampla pesquisa, realizada a cada dois anos pelo DataFolha, que caracteriza em detalhes os diversos tipos de leitores da **Folha** e apresenta as avaliações dos leitores sobre o jornal. Contém informações sobre posição social, renda familiar e preferências políticas e culturais dos leitores, além da avaliação que fazem do jornal como um todo e de suas editorias, suas seções e seus columnistas (*id. ibid.*, p. 117).

O trecho seguinte, do capítulo *Procedimentos*, também se refere ao endereçamento enunciativo e indica o princípio do didatismo na estruturação do enunciado:

leitor – É quem sustenta, em última análise, o jornal. Leitor primário é aquele que o compra. Leitor secundário é aquele que tem acesso ao jornal, embora não tenha o hábito de comprá-lo.

A **Folha** procura manter relação transparente com seus leitores. Isso se expressa na instituição do ombudsman, no reconhecimento de seus erros e omissões e na disposição para corrigi-los. Expressa-se também na divulgação de seus documentos internos, como este manual.

Faz parte da filosofia editorial da **Folha** poupar trabalho a seu leitor. Quanto mais trabalho tiver o jornalista para elaborar as reportagens, menos trabalho terá o leitor para entender o que o jornalista pretende comunicar.

O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato, em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografias e mapas, em vez de supor que o leitor recorde ou pesquise por conta própria. Deve explicar cada aspecto da notícia, em vez de julgar que o leitor já esteja familiarizado com eles. Deve organizar os temas de modo que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou lê-los (*id. ibid.*, p. 46).

Como último trecho, aqui, do Manual da Redação da *Folha*, reportamos o verbete *objetividade*, o qual indica que o jornal, embora mantenha certa reserva em relação ao mito da objetividade, não deixa de colocá-la como princípio almejado.

objetividade - Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível (*id. ibid.*, p. 46).

4.2. Tendências gerais de apreensão e transmissão do discurso alheio nas formas verbais

Como apontamos no capítulo 2, uma compreensão da inter-relação dinâmica entre o discurso citado e o contexto de transmissão necessita levar em conta a finalidade do enunciado do gênero e o endereçamento para um terceiro, pois essa orientação reflete e reforça a influência das forças sociais que determinam os modos de apreensão do discurso alheio. Neste caso, também é importante considerar a posição que o discurso alheio ocupa na hierarquia social dos valores. Cremos já ter explicitado no tópico anterior, com base nas características do gênero e na exposição de princípios da linha editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, as determinantes do endereçamento enunciativo e a finalidade do gênero notícia no contexto que abordamos, isto é, sob o paradigma da objetividade. Quanto à relação de uma

determinada hierarquia de valores com o discurso alheio, além de compreendê-la nos diversos casos que analisamos a seguir, também podemos encontrar informações relevantes no Manual da Redação do jornal, em um verbete do capítulo *Procedimentos*:

classificação de fontes - Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística. Cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e o uso a fazer das informações que lhe passam.

Esse bom senso também deve ser aplicado em relação à internet: há sites de grande confiabilidade, como o do IBGE, e outros cujas informações exigem cruzamento com uma ou mais fontes.

A **Folha** distingue quatro tipos de fonte. As informações obtidas de cada uma delas exigem procedimentos diferentes antes da preparação do texto final. São elas:

1) Fonte tipo zero - Escrita e com tradição de exatidão, ou gravada sem deixar margem a dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade, videoteipes. Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação.

2) Fonte tipo um - É a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade - as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informação seja sempre recomendável, a **Folha** admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte.

3) Fonte tipo dois - Tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou dois), antes de publicada.

4) Fonte tipo três - A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na **Folha**, há dois caminhos para a informação de fonte tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não confirmada.

A classificação de uma fonte varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista, a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa.

Mesmo uma boa fonte zero pode conter erro de informação: a edição de 1989 da "Enciclopédia Britânica", por exemplo, cita o escritor argentino Adolfo Bioy Casares como brasileiro (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 38).

Isso posto, podemos analisar de que maneira essa orientação hierárquica se reflete nas formas de transmissão do discurso alheio. No plano da língua, as formas mais fixas utilizadas comumente no gênero notícia, para marcar a transmissão do discurso alheio, são o *discurso direto* e o *discurso indireto* com suas variedades específicas de construção e estilo. Nos textos que formam o corpus da pesquisa, pudemos identificar duas formas mais frequentes, com determinadas variações, que refletem relativamente a orientação hierárquica apontada acima. Há uma tendência maior para o uso do discurso indireto quando o discurso alheio é apreendido como objetivo, crível ou preciso. Quando do contrário, se o discurso

alheio apresenta certo grau de subjetividade, com expressões que indicam atitudes emotivo-volitivas ou avaliativas, costuma ser adotado o discurso direto, principalmente a forma do *direto predisposto*, em que o discurso alheio é preparado pelo contexto do autor (analisamos essa forma nos exemplos abaixo). Conseqüentemente, o discurso das fontes *tipo zero* e *tipo um* podem aparecer mais nas formas do discurso indireto, e o discurso das fontes *tipo dois* e *tipo três* nas formas do discurso direto⁴⁶.

Vejamos alguns exemplos.

Exemplo 1 – anexo 3.

Vacinação contra a gripe suína é prorrogada

Imunização de grávidas, doentes crônicos e crianças de seis meses a 2 anos, que deveria terminar hoje, será feita até dia 23

Governo inicia na próxima segunda-feira a terceira etapa da campanha, que pretende imunizar jovens saudáveis de 20 a 29 anos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

DA FOLHA ONLINE

O Ministério da Saúde prorrogou até o dia 23 de abril a segunda etapa da campanha nacional de vacinação da gripe H1N1, conhecida como gripe suína, destinada a grávidas, doentes crônicos e crianças de seis meses a dois anos de idade - a ação deveria terminar hoje.

O ministério decidiu adiar o seu fim por conta do feriado de Páscoa. A prorrogação coincidirá com o início da terceira etapa da campanha, na próxima segunda-feira. Essa fase tem por objetivo imunizar os jovens saudáveis entre 20 e 29 anos. Caberá aos Estados e municípios definir e divulgar os locais e horários de vacinação.

Segundo nota do Ministério da Saúde, a meta da terceira fase é vacinar pelo menos 80% do público alvo, formado por 35,1 milhões de pessoas. Foi essa faixa etária, de acordo com os dados oficiais, que teve o maior número proporcional de casos de doença respiratória causada pelo H1N1 no país (24% dos 44,5 mil casos registrados).

Os idosos, mesmo com doenças crônicas, devem aguardar a quarta fase. Eles começarão a ser imunizados no dia 24 de abril, e receberão a vacina para a gripe comum -exceto quem tem doença crônica, que terá vacina contra o vírus H1N1. A última etapa da campanha será para pessoas de 30 a 39 anos.

Em etapas

A campanha de imunização contra a gripe foi dividida em cinco etapas. *Segundo o Ministério da Saúde, os grupos prioritários são aqueles que têm o maior risco de desenvolver formas graves da doença e de morrer.* A primeira fase -vacinação de profissionais da saúde e de indígenas- já foi concluída.

A vacinação de grupos prioritários segue parâmetros da OMS (*Organização Mundial da Saúde*), que recomenda a imunização de trabalhadores de serviços de saúde, indígenas, além de gestantes e pessoas com doenças crônicas. O ministério ainda não informou quando a vacina estará disponível para o restante da população.

⁴⁶ Ressaltamos, todavia, que essa tendência não encerra uma homogeneidade e que a determinação da posição hierárquica da fonte é relativamente contextual, como aponta o verbete *classificação de fontes*. Nos diversos textos observados, identificamos casos em que, numa mesma notícia, uma fonte possivelmente tipo 1 apresenta ao mesmo tempo enunciados objetivos e subjetivos, representados pelo discurso direto e pelo indireto.

A vacinação ocorre antes do inverno, período em que as gripes aparecem de forma mais acentuada. A medida já ocorreu em boa parte dos países do hemisfério norte e agora começa no hemisfério sul. [...]. (anexo 1)

Exemplo 2 – anexo 4.

Justiça adia limitação de voos em Congonhas

Infraero consegue liminar que a autoriza a manter pousos e decolagens após as 22h e antes das 7h, de segunda a sábado

Prazo para restringir horário de funcionamento acabava hoje; prefeitura não pode aplicar pena até o dia 10, quando caso será julgado

RICARDO GALLO
DA REPORTAGEM LOCAL

[...]

As restrições a Congonhas foram uma das cem condições para a Infraero obter o licenciamento ambiental do aeroporto, em dezembro. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente determinou que o aeroporto funcione das 7h às 22h de segunda a sábado e das 9h às 22h aos domingos e feriados. Hoje, os pousos e decolagens ocorrem entre as 6h e às 23h.

O primeiro prazo foi fixado até 1º de março, mas a estatal não o cumpriu. A secretaria, então, advertiu a Infraero e definiu uma nova data - hoje.

A estatal entende que o funcionamento do aeroporto é regido pela legislação aeronáutica, federal. Já o município diz se tratar de questão de uso e ordenação do solo, sobre a qual tem poder para impor regras.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente não comentou a decisão. Anteontem, havia dito que só na segunda-feira anunciaria o que iria fazer. (Anexo 2)

Exemplo 3 – anexo 5.

Anac tenta barrar veto a voos em Congonhas

Agência e Infraero dizem que Prefeitura de SP não tem competência legal para restringir pousos e decolagens no aeroporto

Vence amanhã último prazo dado pela gestão Kassab para reduzir voos, mas Infraero não deve cumpri-lo; prefeitura anuncia na 2ª o que vai fazer

RICARDO GALLO
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo federal quer barrar a tentativa da Prefeitura de São Paulo de limitar as operações no aeroporto de Congonhas (zona sul), o segundo mais movimentado do país. O aeroporto é alvo constante de queixas de ruído pela vizinhança.

O último prazo dado pela gestão Gilberto Kassab (DEM) à Infraero vence amanhã, mas não deve ser cumprido. Na segunda, a prefeitura divulgará o que fazer - entre as possibilidades disponíveis estão a aplicação de multa e até a interdição de Congonhas.

Tanto a Infraero quanto a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) sustentam que a prefeitura não tem competência legal para reduzir o horário de Congonhas - por tratar-se de situação regida pela legislação aeronáutica, o tema cabe ao governo federal, argumentam.

Para a prefeitura, a questão é de uso e ordenação do solo, sobre a qual o município tem poder para estabelecer regras. O objetivo, diz a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, é "mitigar transtornos e perigos causados pelo aeroporto, adequando as atividades aeroportuárias às necessidades" de SP.

Atualmente, o horário de Congonhas é das 6h às 23h, todos os dias. A secretaria determinou que a Infraero diminua em duas horas o horário de Congonhas de

segunda a sábado -o novo horário será das 7h às 22h; aos domingos e feriados, a redução terá de ser de quatro horas (9h às 22h) em relação ao praticado hoje. A medida faria Congonhas perder 62 operações de pouso e decolagem por dia - quase 12% do movimento.[...].

Exemplo 4 – anexo 6.

Viagem pelo novo Rodoanel custa mais

Comparação foi entre viagens feitas ao mesmo tempo da rodovia dos Bandeirantes à Imigrantes; duração foi praticamente igual

Pelo Rodoanel, foram 66 km em 45 minutos, a R\$ 15,44; no outro trajeto, pela cidade de SP, foram 47 km em 43 minutos, por R\$ 10,07

DA REPORTAGEM LOCAL

Ir pelo Rodoanel é um caminho com custo maior e mais distante do que seguir pela rota convencional. O tempo de viagem é praticamente o mesmo.

A **Folha** fez, no início da tarde, o trajeto em dois carros em direção à rodovia dos Imigrantes, a partir do entroncamento da rodovia dos Bandeirantes com o Rodoanel. A rota escolhida é um dos caminhos mais usados por quem viaja do interior para o litoral. Os limites de velocidade foram respeitados.

Pelo Rodoanel, foram 66 km em 45 minutos; no outro trajeto, 47 km em 43 minutos. O caminho convencional é feito pela rodovia dos Bandeirantes, marginal Pinheiros, avenida dos Bandeirantes e, por fim, rodovia dos Imigrantes.

Seguir pela nova estrada custa 53% mais: são R\$ 15,44 contra R\$ 10,07. Pelo Rodoanel, está embutido R\$ 1,30 correspondente a um pedágio.

O cálculo foi feito baseado em um consumo de 7 km por litro de álcool. O preço estimado do litro foi R\$ 1,50.

*Segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, o resultado constatado pela **Folha** mostra que o "Rodoanel já está surtindo efeito positivo no trânsito da capital no primeiro dia". "O tempo médio anteriormente pelo caminho antigo era de 1 hora e 20 minutos."*

A nota continua: "Além do mais, o Rodoanel permitiu que a reportagem andasse mais quilômetros em menos tempo". Na realidade, seguir pelo caminho antigo foi dois minutos mais rápido. [...].

Ao invés de apenas recortarmos os excertos grifados, optamos por um recorte maior que inclui o título, a linha fina, a entrada e partes do corpo das notícias, de modo a contextualizar melhor os exemplos. O exemplo 1 apresenta o caso mais comum de uso do discurso indireto⁴⁷ conforme a orientação para a posição hierárquica de fonte. Nesse caso, tem-se um sujeito institucional, o *Ministério da Saúde* e a *OMS*, e um discurso oficial que prescreve ações políticas. Discursos como esse, que têm o estilo em câmbio entre o político e o científico são geralmente absorvidos como portadores de uma objetividade imanente, o que os coloca como fonte zero ou um, pois são considerados isentos de interesses particulares e de

⁴⁷ Esse tipo de construção na qual o discurso alheio é introduzido por preposições ou locuções que expressam conformidade (segundo, conforme, de acordo com, consoante), é mais comumente caracterizada na literatura linguística como *modalização em segundo discurso*, conforme define Maingueneau (2002), e o discurso indireto é restrito à forma que apresenta oração subordinada substantiva. No entanto, para permanecermos na esfera teórica da Filosofia da Linguagem bakhtiniana, consideraremos essa construção como uma forma do discurso indireto no limite da *réplica* e *comentário* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2011, p. 88-95) do autor do contexto reportante.

avaliações subjetivas. Essa observação poderia ser contradita em casos como no exemplo 2, pois ali os enunciados alheios explicitam interesses políticos e econômicos. Porém, os enunciados são desprovidos de marcas de avaliação subjetiva, pelo contrário, apresentam argumentos constitucionais. O cruzamento de fonte nesse caso, mais reporta o conflito político entre a empresa e a prefeitura que uma orientação da verdade para seus respectivos discursos, isto é, o tema em si não exige uma verdade, mas uma disputa jurídica. Ou seja, os dois discursos se apresentam formalmente verdadeiros e objetivos e a contraposição é o próprio tema da notícia. Quanto a isso se poderia argumentar que o discurso reportante, por seu turno, não se apresenta objetivo; poderia ser apontado que o jornalista utilizou a técnica de contrastação de fonte, um princípio do paradigma da objetividade, mas que justamente aí se revelaria uma orientação do discurso jornalístico para o tema da notícia, quando contrapõe *entender* e *dizer* como verbos dicendi ou declarativos⁴⁸. Nessa contraposição o *diz* poderia assumir função constativa e o *entende* ganhar um tom de equívoco. A tomada de posição do discurso jornalístico sobre o conflito reportado, marcada semanticamente na escolha lexical, implicaria uma descredibilização do discurso da *estatal*, segundo a fórmula: o *município* diz X, mas a *estatal* entende Y. Contudo, composicionalmente, a relação é invertida: a *estatal* entende X, mas o *município* diz Y. Deste modo, a tomada de posição poderia ser exatamente oposta e implicaria a descredibilização do discurso do município. Além disso, ressaltamos, nesse caso não houve exatamente um cruzamento de fontes com o intuito de construir uma narrativa verídica, pois o próprio conflito entre as partes integra o tema da notícia. Todavia, casos como o do exemplo 2 (em que um conflito se torna tema) são mais raros e o mais comum é o que ocorre no exemplo 1. Utilizamos esse exemplo, no entanto, com a intenção de verificar dialeticamente a efetividade da nossa observação sobre a tendência do uso do discurso indireto para reportar discursos mais objetivos, de maior credibilidade ou precisos. Acrescentamos ainda que esse caso pode agregar mais compreensão ativa se inserido num contexto dialógico. A notícia do exemplo 3, do mesmo jornalista e sobre o mesmo tema, foi publicada no dia anterior. Nessa notícia também há um cruzamento de fontes, e, dessa vez, o discurso que se opõe à decisão da *Prefeitura de SP* é *sustentado* também pela *ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil)*, órgão do Governo Federal responsável pela regulamentação e fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária (<http://www.anac.gov.br>). Neste caso, fica evidente a posição hierárquica superior do discurso

⁴⁸ Sobre a função dos verbos declarativos no gênero do discurso notícia, Grillo (2004) realiza excelente análise.

atribuído à *ANAC*; o discurso atribuído à *prefeitura*, termo usado em relação de hiperonímia, ainda é transmitido na forma do indireto, mas o discurso da *Secretaria do Verde e do Meio Ambiente* aparece reportado na forma do discurso direto.

Outro contra-argumento possível para a tendência que apresentamos seria, ao observarmos o exemplo 1 e 2, de que se tratam de sujeitos institucionais e que isso dificulta a transmissão do discurso na forma do direto, como acontece com sujeito coletivo (por exemplo: as pessoas envolvidas no caso disseram que), mas os exemplos 3 e 4 mostram o contrário. Trata-se de um sujeito institucional cujo discurso é reportado na forma do discurso direto. No caso do exemplo 3 isso ocorre devido à relação hierárquica entre os órgãos político-administrativos. Já no caso do exemplo 4, o discurso de fonte se mostrou impreciso ante a constatação empírica da equipe de reportagem. Isso demonstra a relatividade circunstancial de determinação hierárquica da fonte como apontado no próprio Manual do jornal (no verbete *classificação de fontes*); e também reforça nossa observação de que o discurso considerado mais objetivo ou crível seja tendencialmente absorvido e transmitido nas formas do discurso indireto. Essa tendência poderia ser óbvia se fosse considerada como intencional, isto é, se refletisse diretamente, por exemplo, apenas a prescrição do Manual do jornal, como no verbete *declaração textual*: “[...] reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia. Reproduza apenas as frases mais importantes, expressivas e espontâneas. [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 39). O exemplo 4 também desmonta essa ideia, pois ali o discurso citado na forma do direto nada tem de espontâneo, há pouca expressividade (marcada apenas em: *além do mais*) e sua importância é mais retórica que vivencial (a imprecisão da declaração serve como argumento para a objetividade jornalística).

Esses casos analisados, como vemos, apontam que a relação entre o discurso alheio e o contexto de transmissão reflete a hierarquização de fonte prevista no Manual da Redação. Mas, além disso, essa relação também revela que distintos enunciados de uma mesma fonte também podem ser hierarquizados conforme critérios de confiabilidade, objetividade ou precisão. A relatividade na classificação de fonte (prevista no Manual da Redação) se mostra no plano do enunciado pela caracterização do discurso alheio. É por conta dessa caracterização que podemos perceber uma tendência maior para o uso do discurso indireto quando o discurso alheio é apreendido como objetivo, crível ou preciso; e para o uso do discurso direto *predisposto* quando o discurso alheio indica atitudes emotivo-volitivas ou avaliativas.

Essa tendência, por seu turno, não encontra sua razão em escolhas subjetivas ou abstratas, mas depende dos instrumentos que a própria “língua põe à disposição para representar a palavra alheia” (PONZIO, 2008, p. 104). Ou seja, as formas do discurso direto e indireto e suas variantes têm características específicas que determinam seu uso. No caso do discurso indireto, por exemplo, Bakhtin/Volochínov (2011) demonstram que essa forma de reportar o discurso tem por característica fundamental e distintiva ser uma forma analítica de transmissão do discurso alheio. Ainda, segundo os autores, correspondendo às duas tendências, *linear* e *pictórica*, de orientação para o discurso alheio (como tratamos no capítulo 2), o discurso indireto apresenta duas variantes principais: uma *variante analítico-objetal* e uma *variante analítico-verbal* (*id. ibid.*, p.93). A primeira analisa o discurso alheio apenas no plano do sentido do conteúdo e serve a uma distinção clara entre o discurso citante e citado, os elementos emotivos e expressivos do discurso alheio são tematizados em palavras que os reportam. A segunda variante analisa o discurso alheio no plano estilístico-verbal, as mesmas palavras do discurso alheio que expressam os tons emotivos-volitivos são incorporadas no discurso citado (às vezes entre aspas), de modo que indicam também a individualidade do falante, suas especificidades; esta variante pictórica tende a enfraquecer os contornos que separam o discurso citado do contexto citante.

Como apontamos no capítulo 2, Bakhtin/Volochínov analisam essas duas formas do discurso indireto no plano do discurso literário, mas podemos observar que em relação ao gênero notícia, as mesmas apresentam poucas diferenças. No caso da variante analítico-objetal, a característica analítica do discurso indireto obrigaria o discurso jornalístico a se preencher de marcas avaliativas que configurassem o contexto emotivo-volitivo do discurso alheio, com comentários que retratam a forma como o falante se expressa, por isso a identificação com este discurso se dá sempre determinada pelos princípios do paradigma da objetividade. Ou seja, quanto menos o discurso alheio apresente marcas emotivo-volitivas na sua composição, mais ele se identifica ao estilo do discurso jornalístico e mais fácil se torna sua reprodução na forma do discurso indireto analítico-objetal, como ocorre no exemplo 1 que analisamos.

Quanto à variante analítico-verbal, é preciso considerar que o aspecto gráfico adquiriu tamanha importância na história do texto jornalístico que o estilo, mais do que a orientação temática, passou a cristalizar a separação entre o discurso alheio e o contexto de sua transmissão. Por isso o uso das aspas passou a ser a principal marca de distinção entre o

discurso reportado e o contexto reportante. Isso fica mais facilmente compreensível nas palavras do próprio Manual da Redação no verbete *declaração textual*:

Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe?, entende?, viu? Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito - desde que respeitado o conteúdo.

A **Folha** não usa em textos noticiosos o travessão para substituir ou reforçar aspas. A declaração deve estar entre aspas, ainda que se trate de diálogo.

Na necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração, admite-se o uso da expressão latina *sic* (assim mesmo) entre parênteses. Restrinja o uso desse recurso. Ao introduzir informações em declarações textuais, use colchetes para deixar claro que se trata de inclusão da Redação [...].

Cuidado com os sujeitos e os verbos ao reproduzir declarações textuais. Não escreva A testemunha declarou que "vi com meus próprios olhos" nem A testemunha declarou que "viu com seus próprios olhos". Use: "Vi com meus próprios olhos", disse a testemunha; ou A testemunha disse ter visto com seus "próprios olhos"; ou ainda a testemunha disse: "Vi com meus próprios olhos" (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 40).

Neste excerto se pode perceber que na orientação para o discurso alheio, apenas o conteúdo parece ser intocável, o comentário pela expressão *sic* é permitido em casos de estranhamento mas seu uso deve ser restrito. No plano da composição, é permitido ao discurso jornalístico re-configurar o discurso alheio com vista à compreensão de um terceiro, o leitor. No plano do estilo se pode limpar todas as marcas emotivo-volitivas, e as aspas e os colchetes distinguem o discurso alheio e o discurso da Redação (este último seria alheio no plano do enunciado, mas próprio na dimensão institucional). Portanto, seja na forma do discurso indireto ou na do direto, o discurso alheio é sempre possivelmente re-estilizado. Esse excerto mostra como o discurso jornalístico se orienta para o discurso alheio mas também reflete a cultura desse campo da comunicação discursiva como um todo, pois essa orientação é sócio-ideológica e determinada por três participantes: aqueles de quem são apreendidas as palavras, aqueles que as reportam e aqueles que novamente as apreendem. Essa cultura, como apontamos no capítulo 1, está vinculada a uma concepção de linguagem padrão abstrata e funcional, por isso a crença de que, mesmo mudando-se a composição e o estilo, o conteúdo permanece integral, *respeitado*.

Como vemos então, sendo as aspas o principal recurso de distinção do discurso alheio no texto noticioso, a variante analítico-objetiva do discurso indireto é utilizada quando o discurso alheio se identifica aos princípios do paradigma da objetividade no plano composicional e a variante analítico-verbal, como no exemplo do Manual da Redação (A testemunha disse ter visto com seus "próprios olhos"), é utilizada quando, no plano do estilo,

o discurso alheio apresenta marcas emotivo-volitivas. Em todo caso, é preciso considerar que a especificidade do discurso indireto no gênero notícia procede somente no que se refere ao plano superficial dos aspectos formais da relação. Já no plano do sentido do enunciado da notícia como um todo, essas duas variantes do discurso indireto se apresentam de modo similar ao que Bakhtin/Volochínov (2011) identificaram no discurso literário. No que se refere à variante analítico-objetal:

A individualidade do falante é dada apenas no caso de ele assumir uma posição especial a respeito do conteúdo-sentido (gnosiológica, ética, existencial, comportamental), ao passo que, além desta posição, transmitida de uma forma rigidamente objetal, é como se a individualidade do falante não existisse de jeito algum para aquele que reporta a palavra outra (*id. ibid.*, p. 97)

É principalmente essa característica que determina, no gênero notícia, a variante analítico-objetal na apreensão de discursos mais objetivos, que exigem menos caracterização por parte do discurso jornalístico.

Já em relação à variante analítico-verbal, a subjetividade do falante acaba sendo caracterizada pelo discurso jornalístico e por isso é mais absorvida no contexto de transmissão. “A individualidade do falante é dada como *modalidade* subjetiva (singular e tipológica), como modo de pensar e de falar, e implica também a sua avaliação por parte do autor” (*id. ibid.*, p. 98). Vejamos um exemplo pequeno, mas bastante significativo:

Exemplo 5 – anexo 7.

De volta ao terremoto

Moradores retirados de área onde houve tremor voltam para local condenado por não se adaptarem à vida urbana em conjunto habitacional construído para eles

[...]

O morador do conjunto habitacional construído em Itacarambi José Raimundo Conceição, 43, diz que o "terremoto parou" e que pretende voltar a viver no vilarejo, onde quer construir "um barraco".

Nesse exemplo a variante analítico-verbal apresenta atitudes distintas por parte do autor jornalista. No primeiro caso, “o terremoto parou”, o autor enfatiza o equívoco do personagem, pois a notícia apresenta informações que indicam a possibilidade de novos tremores. Já no segundo caso, há mais de uma possibilidade avaliativa: ao colocar “um barraco” entre aspas para evidenciar a propriedade da palavra, o autor jornalista antecipa avaliações éticas sobre seu próprio discurso, mas além disso, nesse caso também é possível

ouvir certa ironia que critica o personagem pelo fato de que pretende trocar uma casa no conjunto habitacional por um barraco. Esse caso é bastante significativo e mostra como há uma recíproca interferência entre as palavras do personagem e as do jornalista.

Todavia, ressaltamos que o uso da variante analítico-verbal se mostrou, em nosso corpus, pouco comum em comparação com o uso do discurso direto, e que a individualidade do personagem ou da fonte jornalística, as marcas expressivas e avaliativas, são frequentemente reproduzidas na forma deste último.

Quanto às formas do discurso direto, também pudemos identificar no corpus duas variantes principais que se apresentam no gênero notícia e que correspondem respectivamente às tendências *linear* e *pictórica* analisadas por Bakhtin/Volochínov (2004). Na primeira variante o discurso direto é apresentado como uma réplica autônoma, geralmente compreende um parágrafo inteiro no texto e no plano do conteúdo apresenta poucas ou nenhuma marca subjetiva ou emotivo-volitiva. Essa forma do discurso direto é bem menos frequente, pois como vimos, há uma tendência maior para o uso da variante analítico-objetiva do discurso indireto quando o discurso alheio é mais objetivo. Já a segunda variante do discurso direto, que observamos no corpus, corresponde à tendência pictórica de relação com o discurso alheio, e no plano do conteúdo-sentido os enunciados são mais individualizados. O discurso alheio é reproduzido de forma fragmentada, geralmente compõe um período, às vezes uma oração, e raramente compreende um parágrafo inteiro. Essa variante aparece sempre preparada pelo contexto de transmissão ou por outros discursos alheios. Notadamente, é a forma mais utilizada quando o discurso alheio apresenta determinada avaliação sobre o tema ou expressão subjetiva. Os casos mais comuns dessa variante do discurso direto se apresentam como nos exemplo 6, 7, 8 e 9 abaixo.

Exemplo 6 – anexo 8.

Livrarias são inundadas por esgoto no centro do Rio

BRUNA FANTTI
DO RIO

[...]

No Berinjela, a preocupação dos clientes deixa os telefones constantemente ocupados. "*Recebemos várias ligações de pessoas querendo saber notícias e isso nos anima*", disse Chomski.

A Cedaie informou, por meio de sua assessoria, que o esgoto vazou de uma tubulação do interior do prédio e que na saída da rede de esgoto do condomínio restos de estopa entupiam o cano.

Exemplo 7 – anexo 9.**Casa em reforma balança e desmorona no Jardim Europa**

TALITA BEDINELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Um imóvel de luxo de 600 m2, construído em 1967 e avaliado pela prefeitura em R\$ 1,3 milhão desabou inteiro ontem no Jardim Europa, bairro de classe alta na zona oeste de São Paulo.

[...]

"Ela balançou pra cá, balançou pra lá e veio abaixo. Foi tudo muito rápido, levamos um susto enorme", conta Walter Toledo, 62, que trabalha numa loja vizinha.

[...]

No momento do acidente, por volta de 9h30, Walter foi atirado no chão pelo empresário Sérgio Lopes, 41. Ambos estavam ao lado do carro de Lopes, um Fiorino 1997.

O carro, que no começo do mês passado havia sido furtado, uma semana depois localizado e que circulava pela primeira vez desde então foi soterrado pelos escombros. *"Perda total", avaliou Lopes.* O veículo não tinha seguro.

[...]

Exemplo 8 – anexo 10.***"Parecia uma enchente", diz segurança***

Na região do rompimento da rede da Sabesp, moradores e trabalhadores dizem que se assustaram com a água jorrando a até 10 metros

Prefeitura retirou dez caminhões de lama e brita que foram lançadas pelo rompimento da tubulação na estrada do M'Boi Mirim

DO "AGORA"

"Não passava nada. Parecia que tinha chovido muito e dado uma enchente daquelas", dizia o segurança Paulo do Nascimento, 43, que trabalha perto do local onde rompeu o cano da Sabesp, na estrada do M'Boi Mirim (zona sul).

[...]

Pamela Aparecida de Lima, 17, estava no local na hora do rompimento. "Parecia fumaça e a gente pensou que alguma coisa tinha pegado fogo", diz.

[...]

O incidente não poupou nem mesmo o subprefeito de M'Boi Mirim, Beto Mendes. *Ele diz que não conseguiu se aproximar do local do rompimento com carro e teve de pegar uma carona com um motoqueiro que passava pela região.*

"Peguei o capacete reserva dele e vim. Foi o jeito", diz.

Exemplo 9 – anexo 11.**Bope confunde furadeira com arma e mata homem no Rio**

Segundo o grupo, responsável pelo disparo gritou para que vítima não se mexesse; morador chegou morto a hospital

Vítima instalava toldo na laje e, ao fazer movimento com furadeira, foi alvejada no tórax; Bope afirma que "lamentavelmente"

JOÃO PAULO GONDIM
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Um morador do morro do Andaraí (zona norte do Rio) foi morto ontem pelo Bope (Batalhão de Operações Especiais) da PM fluminense quando a furadeira que ele segurava foi confundida com uma arma.

[...]

O capitão Ivan Blaz, porta-voz do Bope, disse que a tropa foi à comunidade checar informações de que bandidos do morro do Borel fugiram para o Andaraí e aterrorizavam o local. "Lamentamos drasticamente o que ocorreu. Foi uma extrema infelicidade. Somos solidários com a dor incomensurável da família", afirmou.

O Borel, na Tijuca (zona norte), está em processo de ocupação para receber uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). O morro do Andaraí também deverá receber uma UPP.

O PM que fez o disparo - há dez anos no Bope e 12 na corporação - apresentou-se à delegacia que investiga o caso, em Vila Isabel, na zona norte do Rio, e responderá a processo. Seu destino poderá ser o BEP (Batalhão Especial Prisional), a casa de detenção policial, em Benfica, na zona norte do Rio.

"Ele está arrasado com o que fez. Sabe que comprometeu toda sua excelente carreira", afirmou o capitão Blaz. [...].

Em todos esses exemplos podemos ver que o discurso direto é utilizado para reportar enunciados que apresentam marcas emotivo-volitivas. Nos exemplos 8 e 9 podemos ver ainda a diferença de orientação para o discurso alheio. No primeiro, o discurso do *prefeito* é introduzido pelo discurso indireto quando relata a dificuldade do prefeito para chegar ao local do acontecimento e logo em seguida é re-absorvido na forma do discurso direto quando o enunciado expressa uma avaliação condicional do *prefeito* sobre seu próprio ato. No segundo exemplo, o caso é similar, o discurso do *capitão* é reportado na forma do indireto quando relata objetivamente a operação e re-absorvido na forma do discurso direto quando expressa a atitude emocional da corporação que representa, de modo bastante enfático, ante a consequência do erro da operação. Nos dois exemplos podemos perceber um caso bastante típico de orientação para o discurso alheio, trata-se do discurso direto preparado pelo indireto. Segundo Bakhtin/Volochínov (2011, p. 96), “quando um discurso que tinha começado como indireto procede como direto, o caráter subjetivo do discurso ressalta com mais evidência e no sentido que convém ao autor”. Isso ocorre porque através do discurso indireto o autor pode analisar previamente o discurso alheio, determinando-lhe uma orientação entonativa.

No exemplo 9, ainda podemos ver um caso interessante em que o mesmo enunciado alheio é reportado duas vezes de modos distintos, trata-se da entrada do texto, onde é utilizada a variante analítico-verbal do discurso indireto: *Bope afirma que "lamenta drasticamente"*. Como apontamos acima a esse respeito, as aspas distinguem formalmente o discurso alheio, pois este apresenta uma atitude emotiva. No entanto, no plano do sentido há uma afetação recíproca, o discurso jornalístico, ao dar ênfase a essas palavras, posiciona-se diante delas, expressa uma atitude avaliativa caracterizadora do personagem cujo discurso é reportado. Certamente essa caracterização seria muito diferente com enunciados como: *Bope*

afirma que é solidário à dor incomensurável da família ou *Bope afirma que é solidário à dor “incomensurável” da família, Bope afirma que foi uma extrema infelicidade* ou *Bope afirma que foi uma “extrema infelicidade”*. O que fica determinante na caracterização da notícia é que o *Bope* apenas lamenta drasticamente.

Além desses casos há também aqueles em que o discurso direto é utilizado quando o discurso reportado se mostra impreciso diante da contrastação de fonte, como no exemplo abaixo:

Exemplo 10 – anexo 12.

Impasse mantém invasão da reitoria da USP

Alunos e direção da universidade não negociam desocupação do prédio no segundo dia

TALITA BEDINELLI
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

[...]

Durante todo o dia de ontem, os grevistas não procuraram a reitoria, que também não os procurou. *“Eles sabem como nos encontrar”, disse à **Folha** ontem o reitor, João Grandino Rodas, que, questionado, não revelou de onde está trabalhando.*

O Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), por sua vez, diz que não sabe onde localizar Rodas.

Os funcionários dizem só deixar o prédio quando os salários forem depositados. O reitor, no entanto, afirma que, com a reitoria invadida, não conseguirá efetuar o pagamento, porque a parte administrativa fica no prédio.

[...]

Para o jurista Dalmo Dallari, professor emérito da USP, é necessário conhecer o fundamento que levou ao corte de salários. “Lembraria que o reitor é um eminente jurista.”

[...].

Nesse exemplo, o enunciado *“Eles sabem onde nos encontrar”* é contra-argumentado pela informação de que o reitor não revelou à reportagem *de onde está trabalhando* e pela afirmação do *Sintusp* de que não sabe onde localizá-lo. O discurso do reitor, neste caso, mostra-se impreciso ante o discurso jornalístico, similar ao que ocorre no exemplo 4. O discurso do *Sintusp*, portanto, nessa relação, apresenta-se mais preciso e aparece na forma do indireto. Logo abaixo, no entanto, quando o reitor justifica sua afirmação, seu discurso é reportado também na forma do indireto.

Nesse mesmo recorte, ainda aparece um caso de discurso direto preparado pelo indireto: *Para o jurista Dalmo Dallari, professor emérito da USP, é necessário conhecer o fundamento que levou ao corte de salários. “Lembraria que o reitor é um eminente jurista.”*. Lembrando o que dissemos acima a respeito dessa variante, de que o discurso do autor pode

determinar a orientação entonativa do discurso alheio, podemos dizer que nesse caso a avaliação, *eminente jurista*, é dada como ponto de vista pessoal.

Todas essas formas do discurso direto que apresentamos têm uma característica comum, elas são preparadas pelo contexto reportante, os seus temas são antecipados e tingidos ideologicamente (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2011, p. 100), são re-orientados pelo discurso jornalístico. Este último exemplo, no qual o discurso direto emerge do indireto, é o caso mais evidente da predisposição do discurso direto pelo contexto reportante. Mas vejamos também outro caso, o discurso do reitor no exemplo 10: "*Eles sabem como nos encontrar*". Este discurso é preparado pelo discurso jornalístico no enunciado: *Durante todo o dia de ontem, os grevistas não procuraram a reitoria, que também não os procurou*. Vejamos: a localização temporal, *durante todo o dia de ontem*, é uma peça comum do *lead*, mas aqui há algo mais que uma simples localização: a preposição *durante* exprime um decurso, neste caso a passagem cronológica do tempo, não obstante, o sentido da preposição ainda é, em reciprocidade, especificado pelo adjetivo *todo* na sua determinação do substantivo *dia*; em todo esse sintagma, somente a locução *de ontem* parece executar a simples tarefa de localizar o fato no tempo. Todas as demais palavras, na sua relação e na relação com o fato implicam um sentido moral, isto é, criam um contexto moral para o ato, um dever, o de que, tendo toda a extensão do dia, pelo menos em algum momento as parte deveriam ter se procurado. O ato é, portanto, enunciado na forma de sua renúncia: as partes não se procuraram para um acordo. Esse contexto moral interpela as duas partes, mas somente o enunciado do reitor lhe é dado como resposta recusante, de modo que este enunciado é tingido por um tom de soberba, de alguém que se considera isento da obrigação moral, que a arroga somente ao outro. Re-orientado pelo contexto reportante, é como se o discurso "*Eles sabem como nos encontrar*", enunciasse que o outro e somente este outro é quem está obrigado pelo contexto moral, inclusive porque a este outro foram dados os meios para o cumprimento do dever, "eles sabem *como*", diz o enunciado.

Em toda notícia, são criados contextos de ordens diversas, gnosiológica, moral, existencial, comportamental, que preparam o discurso alheio na sua representação pelo discurso direto, re-orientando-o ideologicamente. Pode haver coincidências na finalidade do sentido, há casos em que as avaliações do discurso alheio e as do contexto reportante coincidem totalmente, mas também podem ocorrer re-acentuações ideológicas as mais distintas. Bakhtin/Volochínov (2011) também analisaram essa variante do discurso direto na esfera do discurso literário, denominando-a de *discurso direto predisposto*. Os autores

demonstram que ali essa variante adquire uma especificidade importante: “a profunda infiltração das entonações do autor no discurso direto vai quase sempre passo a passo com o enfraquecimento também da objetividade do próprio contexto do autor” (*id. ibid.*, p. 100). Se analisarmos o enunciado da notícia no plano dos sentidos, como fizemos acima, vemos que algo muito parecido também ocorre na esfera do discurso jornalístico.

Esses são os casos mais comuns em que o discurso direto é utilizado quando o discurso alheio apresenta marcas emotivo-volitivas e avaliações. Contudo, além de casos como esses, no corpus da pesquisa também encontramos alguns exemplos onde o discurso direto predisposto é reificado, e é utilizado, sobretudo, quando o discurso de fonte apresenta determinado conteúdo ou orientação temática distinta daquela do discurso jornalístico. Vejamos um caso no exemplo abaixo.

Exemplo 11 – anexo 13.

Motorista dirige isolado pelo Rodoanel

Apesar de pista boa, curvas suaves e tráfego fluente, quem pegou trecho sul na estreia encontrou falta de retornos, de sinalização e de orelhões

O condutor pode ter problemas em caso de emergência, já que não há postos de combustível e bases policiais no trecho

EDUARDO GERAQUE
DA REPORTAGEM LOCAL

Com muitos prós, como boa pista, curvas suaves e tráfego fluente, ainda assim o trecho sul do Rodoanel, inaugurado ontem, teve uma série de contras para motoristas que o elegeram como opção.

Todas as falhas contribuem para a mesma consequência: com pouca sinalização, falta de retornos, de telefones de emergência, de postos de gasolina, de base policial e até de sinal de telefone celular em um trecho curto (cerca de 3 km), o condutor segue isolado pela pista, sem ter a quem recorrer em caso de emergência.

Os poucos retornos que existem nos dois sentidos entre a Régis Bittencourt e a Anchieta -ontem, eles estavam sem sinalização adequada- podem fazer com que um veículo de socorro tenha que percorrer dezenas de quilômetros para chegar ao carro danificado.

Após perguntar para um funcionário da Dersa sobre onde retornar, a reportagem encontrou um retorno operacional (voltado a bombeiros, por exemplo) a 13 quilômetros do local em que estava.

Apesar de o anel viário ter sido projetado para não ter postos de gasolina nem retornos, a longa distância que existe entre a Régis Bittencourt e o sistema Anchieta-Imigrantes, mais de 50 km, é um complicador para o motorista. O trecho oeste também tem as mesmas características, mas a distância entre as saídas é menor.

Os motoristas que estrearam o anel viário paulistano ontem viram um cenário de obra inacabada. Sinalizações horizontais e verticais ainda não existem em várias partes. Querer saber qual o quilômetro exato de alguns pontos, por exemplo, é difícil. Funcionários ainda trabalhavam no acostamento.

Não existem bases da polícia nem postos de combustíveis nos 54 quilômetros que separam a Régis Bittencourt da Anchieta. Ontem, porém, a polícia fiscalizava as novas vias.

Elogios

A maioria dos que usavam o Rodoanel na hora do almoço, no sentido do litoral, tinha placa do interior. No sentido oposto, da Imigrantes para a Régis, os caminhoneiros elogiaram a via. Um dos motoristas vinha de Santos para Minas Gerais.

"Foi show de bola. Sai da Volks [em São Bernardo do Campo] às 5h [17h]. Agora são 5h35 [17h35]. Vou usar sempre", dizia Edilson Ferreira.

O tráfego esteve intenso em várias partes do dia, mas sem lentidões. Das 6h40 às 17h, 29 mil veículos usaram a via. Desse total, 65% eram carros de passeio e 35% caminhões. A estimativa do governo é que 72 mil veículos passem todos os dias pelo trecho sul.

Ontem, a novidade não era apenas para os motoristas. Dezenas de crianças e adultos estavam parados sobre os barrancos nas regiões de Embu-Guaçu e Itapecerica da Serra para ver os carros passarem.

A notícia, em seu todo, encaminha a compreensão para uma avaliação negativa do *Rodoanel*. A começar pelo título, com uma afirmação negativa para as condições de viagem. A linha fina apresenta características positivas, mas estas são introduzidas por uma locução prepositiva de sentido concessivo adverso, *apesar de*; também é preciso considerar nesse período a relação sintática estabelecida, os termos concedidos e seus respectivos significados positivos antecedem a afirmação principal do enunciado que o conclui. Dado esse caráter conclusivo e definido como condição regente estabelecida pela locução concessiva, a ênfase da afirmação principal é acentuada e os aspectos negativos asseverados. Faria alguma diferença no sentido global do enunciado se os sentidos concedidos, isto é, positivos, concluíssem o mesmo. Por outro lado, faria mais diferença se os sentidos positivos, ao invés de iniciarem o enunciado em relação de concessão, abrissem o mesmo a partir de uma relação de condição: *Com pista boa, curvas suaves e tráfego fluente, quem pegou trecho sul na estreia encontrou falta de retornos, de sinalização e de orelhões*. Neste caso os sentidos negativos seriam inesperados, mas na relação de concessão, os sentidos positivos é que aparecem inesperados. De todo modo, é preciso considerar também que seria muito pouca a diferença, pois no encadeamento textual, o título e a entrada da notícia emolduram a linha fina reforçando os aspectos negativos do objeto temático, ao passo que os aspectos positivos são atenuados. Esse contexto dialógico ainda deve ser ampliado ao considerarmos o conjunto de títulos, do mesmo caderno, relacionados tematicamente e uma foto-manchete sobre o *Rodoanel*, apresentada na primeira página, que integram a edição desse dia (*Folha de S. Paulo*, 02/04/2010): ***Viagem pelo novo Rodoanel custa mais, Retorno precário leva guincho a andar 40 km para socorrer usuário, Tráfego na estrada deve ser pior de manhã***.

Figura 3



» **OBRA INACABADA**
Com sinalização falha e pedestres no acostamento, o trecho sul do Rodoanel foi inaugurado com falta de retorno; obra melhorou trânsito nos acessos ao litoral Pág. 41

Todos esses enunciados, suas respectivas notícias, bem como a que analisamos ainda devem ser pensados na sua relação de endereçamento. A sua publicação se deu no dia 02 de abril, dia em que ocorreu o feriado nacional, *Sexta-Feira Santa*, que antecede o *Domingo de Páscoa*. É tradicional que nesses dias grande parte dos moradores da cidade de São Paulo viagem para o interior ou para o litoral, aumentando enormemente o fluxo nas estradas que se ligam à cidade. Portanto, esses viajantes constituem o interlocutor principal das notícias.

Quanto a estes enunciados que apontamos, não consideramos necessário procedermos a sua análise, como fizemos na linha fina acima, pois os argumentos negativos que apresentam se mostram evidentes. Basta considerarmos que todo esse conjunto de enunciados forma uma cadeia discursiva onde cada enunciado das diferentes notícias se encontra em inter-relação dialógica, sendo determinado por sentidos exteriores. Para o caso da notícia que estamos analisando, essa cadeia discursiva cria um contexto avaliativo que a determina de dentro nas relações com o discurso alheio.

Quanto ao corpo da notícia, pode-se supor que o autor tenha tentado corrigir a objetividade no *lead*, optando por apresentar prós e contras, mas ali se configura o mesmo tipo de relação (concessão adversa) que analisamos na linha fina. Além disso, todo o restante do primeiro tópico da notícia serve a uma descrição dos aspectos negativos. Todos esses elementos: o título, a relação concessiva na linha fina e no *lead*, a entrada, a descrição negativa no primeiro tópico da notícia, considerados na sua relação com a cadeia discursiva que apontamos e o endereçamento das notícias, criam um contexto fortemente caracterizador para o discurso alheio, o qual é apresentado no segundo tópico. Essa separação em tópicos deixa bastante claro que se trata de apresentar uma orientação, para o tema, bem distinta da que estava sendo construída. Vejamos:

Elogios

A maioria dos que usavam o Rodoanel na hora do almoço, no sentido do litoral, tinha placa do interior. No sentido oposto, da Imigrantes para a Régis, os caminhoneiros elogiaram a via. Um dos motoristas vinha de Santos para Minas Gerais.

"Foi show de bola. Sai da Volks [em São Bernardo do Campo] às 5h [17h]. Agora são 5h35 [17h35]. Vou usar sempre", dizia Edilson Ferreira.

Aqui o discurso alheio é preparado pelo contexto de transmissão, mas de forma diferente do que ocorre nas outras variações do *discurso direto predisposto* que apresentamos acima, pois é determinado antes pelo contexto caracterizador da cadeia discursiva e pelo endereçamento. No primeiro período se apresenta a informação de que no sentido do litoral a maioria dos usuários se compunha de pessoas vindas do interior. Em sequência há a informação de que no sentido oposto os caminhoneiros elogiaram a via. Aqui há um problema sintático com implicações discursivas no sentido global do anunciado, pois parece que *caminhoneiros* funciona como predicativo de *A maioria*. O primeiro período é iniciado pelo sujeito da ação, *A maioria*, e o segundo período é iniciado por uma expressão apositiva, *No sentido oposto*, que se contrapõe a uma expressão de mesma função sintática no período anterior, *no sentido do litoral*. É muito comum encontrarmos no gênero notícia construções frasais em que determinados elementos explicativos ficam subtendidos por conta de aparecerem em enunciados imediatamente anteriores, como ocorre no encadeamento textual entre o título, a linha fina e a entrada da mesma notícia que analisamos. Esse estilo do gênero e o modo como foi construída a progressão temática nos dois primeiros períodos condicionam a compreensão para se subentender que os caminhoneiros compunham a maioria dos usuários no sentido oposto, para o interior. Esse sentido ainda é reforçado semanticamente pelo período seguinte: *Um dos motoristas vinha de Santos para Minas Gerais*, pois forma-se uma relação inter cruzada de hiperonímia entre *interior e Minas Gerais* e *motoristas e caminhoneiros*. Tudo isso tem sua importância no sentido de que cria um *contexto de existência*, pois é comum para quem viaja de carro, devido às condições específicas das estradas brasileiras e do comportamento cultural no trânsito, considerar um grande transtorno o fluxo de caminhões. A isso se soma o endereçamento, os motoristas de São Paulo podem encontrar as estradas sobrecarregadas por motoristas do interior, além dos caminhões. A isso também se pode somar certos *subentendidos*⁴⁹ avaliadores como as ideias de que motoristas

⁴⁹ [...] uma enunciação da vida real, enquanto um todo pleno de sentido, se compõe de duas partes: 1) de uma parte realizada verbalmente e 2) do subentendido. [...] aquele horizonte único no qual se apóia a enunciação pode ampliar-se tanto no espaço como no tempo: *existe o "subentendido" da família, da tribo, da nação, da classe social, dos dias, dos anos inteiros e inclusive de épocas totais*. À medida que se amplia o horizonte geral e do

do interior têm dificuldades em acompanhar o ritmo do trânsito metropolitano, de que determinados caminhoneiros costumam dirigir sobre efeito de estimulantes, de que é grande o número de acidentes nas estradas envolvendo caminhões, etc., ideias tais que costumam ser temas de notícias que tratam de trânsito e estradas. Tudo isso que analisamos desde o título da notícia constitui um contexto fortemente caracterizador do discurso alheio, mas também do falante. Caminhoneiro, nesse contexto, adquire um aspecto bastante negativo. Assim, o discurso alheio é representado já sobre-determinado por características negativas. Essa mesma caracterização negativa também se reflete na materialidade verbal do discurso alheio. Vejamos:

"Foi show de bola. Sai da Volks [em São Bernardo do Campo] às 5h [17h]. Agora são 5h35 [17h35]. Vou usar sempre", dizia Edilson Ferreira.

Como observa Grillo (2005, p. 77-86), em estudo no qual aborda a oralidade no jornalismo impresso, analisando o estilo e as regras de representação para o discurso alheio,

a imprensa opera na reprodução do senso comum de que existe uma língua homogênea à disposição de todos, adquirida em função das condições sociais e das capacidades individuais diversas; [...], as regras de tradução dos discursos das fontes evidenciam que o discurso indireto é a forma real de discurso relatado na produção do texto jornalístico, embora, do ponto de vista do leitor, as citações entre aspas produzam um efeito de fidelidade estilística e temática aos discursos alheios; [...], as variações linguísticas são neutralizadas nos discursos diretos presentes em reportagens das rubricas de política, economia e cidades/cotidiano nos jornais, em benefício de um padrão culto escrito;

Além dessa atitude da imprensa em geral sobre a língua e sobre a apreensão do discurso alheio analisada por Grillo, como apontamos anteriormente, o próprio Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* prescreve aos jornalistas que realizem adequações estilísticas nas declarações textuais. Contudo, neste caso que analisamos, o discurso alheio é reportado com expressões e estilo da linguagem coloquial oral. Não bastasse isso, essa coloquialidade é acentuada nas intervenções corretivas do autor-jornalista. As intervenções, pode-se argumentar, foram necessárias para dar precisão espaço-temporal ao fato. No entanto, se foi necessário precisar a origem do trajeto, também deveria ser precisado o local onde estava a equipe de reportagem no momento da entrevista, que poderia ser qualquer lugar da via, ou seja, mesmo com a intervenção do jornalista, a informação permaneceu vaga. Quanto à grafia

grupo social que lhe corresponde, os aspectos subentendidos se tornam cada vez mais *constantes* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2011, p. 157-8).

do horário, nada impediria que fosse feita *diretamente* a adequação ao modo padrão, já que o próprio Manual da Redação do jornal o permite; o que a intervenção corretiva faz neste caso é deixar implícito o desconhecimento do falante quanto ao modo “correto” (do ponto de vista normativo) de enunciar a hora. Além disso, o “mesmo” conteúdo (do ponto de vista do Manual, no verbete *declaração textual*), poderia ser representado de outras formas, inclusive pela variante analítico-verbal do discurso indireto. Somando-se a isso, metáforas clichê como *show de bola* são raras nos discursos reportados, mesmo nas formas do direto. Provavelmente estão entre aquelas expressões que são eliminadas na adequação estilística, porém neste caso aparece como frontispício do discurso reportado.

Em tudo nesse exemplo que analisamos houve uma concorrência para a caracterização de uma variedade linguística que identifica o falante. Ora, aqui podemos recorrer a mais um subentendido: o leitor de jornal, principalmente de um jornal mais tradicional como é a *Folha de S. Paulo*, integra uma parcela da sociedade caracterizada pela cultura letrada. Essa cultura, como vimos no capítulo 1, reflete as distinções entre escrita x oralidade; erudito x popular; culto x não-culto; alfabetizado x analfabeto; letrado x alfabetizado (GERALDI, 1996) que penetram as relações sociais e estabelecem um sistema de hierarquias que constitui o modo como as pessoas vivem e significam suas vidas. Disso podemos pressupor que um enunciado como este de que estamos tratando, em geral, é apreendido esteticamente de forma muito negativa pelo leitor do jornal. O que por sua vez tem outra consequência: na história das formas estéticas há uma relação muito próxima entre o belo e o bom que têm por antíteses o feio e o mau. Ou seja, a caracterização também é moral.

Como vimos, esse discurso, identificado a uma variedade da língua não prestigiada na cultura letrada e sendo de um caminhoneiro, que no contexto é caracterizado negativamente, tem por função elogiar o *Rodoanel* e, portanto, contrapor-se ao enorme contexto negativo que o prepara. A consequência é que essa contraposição funciona retoricamente no discurso jornalístico, isto é, o discurso alheio, tendo um projeto de dizer contrário ao acabamento temático do discurso jornalístico, é reificado. O modo como esse discurso é caracterizado o descredibiliza em seu intuito de uma avaliação positiva do *Rodoanel*. Portanto, o próprio elogio acaba sendo tingido de um tom negativo.

Para finalizar essa análise, devemos incluir em nossa observação que, provavelmente, esse enunciado reportado não foi a única coisa dita pelo caminhoneiro, e também fica difícil pensar que esse caminhoneiro foi o único entrevistado. Isso posto,

poderíamos pensar que a escolha desse enunciado e a forma de sua apresentação foi totalmente intencional e individual. Contudo, como demonstram Bakhtin/Volochínov (2004), a valoração individual é apenas um sobretom das avaliações sociais. Podemos considerar, portanto, que a escolha desse enunciado para representar o discurso alheio, bem como sua caracterização, seguiu uma tendência ideológica dessa representação.

Essas são as formas mais frequentes de orientação para o discurso alheio e sua representação nas formas verbais – que refletem uma implicação direta com o paradigma da objetividade – as quais pudemos identificar nos textos do corpus da pesquisa. Em relação ao discurso indireto pudemos verificar que há uma tendência maior para o uso da forma analítico-objetal quando o discurso alheio se apresenta mais objetivo, crível ou preciso e que a forma analítico-verbal, embora seja bem menos comum, também pode ocorrer quando o discurso alheio apresenta marcas emotivo-volitivas ou avaliativas. Embora não tenhamos demonstrado em análises, também verificamos na abordagem do corpus que a variante analítico-objetal também ocorre quando o discurso alheio se apresenta menos objetivo, inclusive com a tematização das atitudes emotivo-volitivas do personagem, como por exemplo: *satisfeito, disse que; em tom de deboche afirmou que*, etc. Todavia, essa forma é bem menos frequente e mesmo a tematização de atitudes emotivo-volitivas no plano de comentário do discurso jornalístico costuma ocorrer junto do discurso direto. Quanto às formas mais comuns do discurso direto pudemos verificar uma tendência maior para o uso de variações do discurso direto predisposto quando o discurso alheio apresenta marcas avaliativas ou emotivo-volitivas; e, com uma frequência menor, o uso do discurso direto linear como réplica autônoma quando o discurso alheio se apresenta mais objetivo ou crível, ainda que contenha marcas avaliativas. Quanto às variações do discurso direto predisposto, as formas mais frequentes são aquelas em que o discurso alheio apresenta avaliações ou marcas emotivo-volitivas, mas também podem ocorrer quando o discurso alheio apresenta uma orientação temática distinta daquela do discurso jornalístico ou se mostra impreciso diante de constatações evidentes.

Além dessas formas mais frequentes de orientação para o discurso alheio e sua representação, também pudemos identificar no corpus uma série de casos específicos de ocorrência mais restrita. Embora a compreensão desses casos não se inclua em nossos objetivos, fazemos, no que segue, uma enumeração dos mesmos, pois a consideramos importante para uma visão global da relação entre o discurso alheio e o contexto de sua

transmissão no gênero notícia. No entanto, justamente por não se incluir em nossos objetivos a sua compreensão, apresentamos esses casos sem a demonstração com exemplos e análises. Na abordagem geral do corpus pudemos, portanto, identificar: casos em que o discurso alheio apresenta marcas emotivo-volitivas ou avaliativas na forma do indireto analítico-objetal preparado pelo discurso direto; casos em que o discurso alheio apresenta marcas emotivo-volitivas ou avaliativas na forma do discurso direto preparado pelo contexto como comentário (como variações do discurso alheio reificado); casos em que o discurso alheio reportado na forma do discurso direto reporta outro discurso na forma do indireto; casos em que o discurso alheio reportado na forma do direto reporta outro discurso também na forma do direto; casos em que o discurso alheio reportado na forma do discurso direto é introduzido na forma do indireto analítico-objetal (esse caso se parece com a variante analítico-verbal mas tem uma orientação avaliativa diferente); casos em que ocorre a análise verbal dentro do discurso direto (como ocorre na variante analítico-verbal do discurso indireto. Nesses casos são usadas as aspas simples); casos em que o discurso alheio se torna o tema do discurso jornalístico; casos em que o discurso alheio aparece avaliado por outro personagem ou fonte da notícia; casos em que o discurso direto aparece disseminado (algumas palavras aparecem entre aspas pelo texto); e, por fim, casos de *discurso direto substituído*, similar às formas analisadas por Bakhtin/Volochínov (2011, p. 106-110). Esta última forma do discurso direto é bastante significativa, às vezes ocorrem casos em que parágrafos inteiros aparecem como réplicas autônomas ao parágrafo anterior e com as marcas avaliativas do personagem ou fonte, mas sem aspas e sem verbos declarativos ou expressões que indiquem essa função. O discurso direto substituído também costuma ocorrer quando as perguntas de entrevista permanecem no texto da notícia e a réplica vem em sequência como discurso do próprio jornalista.

Na abordagem geral desses casos enumerados pudemos perceber uma questão interessante em nosso corpus. Esses casos diversos e menos frequentes apareceram mais em notícias das sucursais, principalmente as do Rio de Janeiro e de Curitiba. Disso podemos extrair a hipótese de que devido à autonomia das sucursais, o estilo individual do jornalista aparece mais integrado ao gênero e menos como reflexo acessório, epifenômeno. Esse é um dado relevante para ser verificado, mas exige um trabalho específico e um corpus muito maior do que o da nossa pesquisa para se chegar a conclusões pertinentes. O mesmo podemos dizer desses casos que enumeramos acima para concluirmos se são característicos do gênero notícia, bem enraizados e estabilizados embora de pouca frequência, ou se são casos acidentais ou de estilo individual.

Ressaltamos, aqui, que devido aos nossos objetivos – de construir uma compreensão das formas mais gerais da inter-relação dinâmica entre o discurso alheio e o contexto de sua transmissão – e devido à metodologia adotada – da compreensão responsiva – optamos por realizar, a partir das análises de alguns exemplos, uma abordagem qualitativa do corpus. Julgamos, contudo, que as mesmas tendências por nós apresentadas podem ser verificadas por uma abordagem quantitativa, porém com a exigência, também, de um corpus mais amplo. Dado os nossos objetivos, deixamos de considerar os casos menos frequentes, mas cremos que, com os exemplos apresentados, fomos capazes de formar uma imagem pelo menos relevante do problema que abordamos.

Acrescentamos ainda que em nossas análises procuramos apenas descrever a dinâmica das formas de inter-relação entre o discurso alheio e o contexto de sua transmissão na notícia, sob a determinação ideológica do paradigma da objetividade, levando em conta o endereçamento e a finalidade do gênero e a posição do discurso alheio na hierarquia social dos valores. Não tivemos, portanto, o intuito de medir o sucesso ou o insucesso da objetividade jornalística, nem de analisar como a realidade sobre os fatos, sobre o conteúdo-sentido da notícia, é construída. Também não fizemos uma consideração sistemática do sentido configurado pelos verbos declarativos sobre o discurso alheio. Esses temas aqui não considerados, todavia, têm sido abordados por inúmeros trabalhos de qualidade, e destacamos, por exemplo, dois trabalhos nos quais nos apoiamos em nossa pesquisa: o trabalho de Grillo (2004), *A produção do real em gêneros do jornal impresso*; e de Sousa (1999), *As Notícias e os Seus Efeitos. As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*.

Isso posto, passaremos, no que segue, a abordar a orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica.

4.3. Tendências gerais de orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica

Neste tópico, como apresentamos no início do capítulo, abordamos as relações do discurso alheio com a interação verbal-fotográfica, procurando também as tendências mais gerais nessa relação. Orientando-nos pelas questões de pesquisa, cremos que nas considerações feitas no capítulo 2 e capítulo 3 conseguimos demonstrar o papel da imagem fotográfica na composição da unidade do texto e como determinados elementos formais e convencionais garantem essa unidade no gênero do discurso notícia. No capítulo 3,

especialmente, também consideramos questões do endereçamento do enunciado fotojornalístico e sua finalidade de gênero. Semelhante ao que fizemos no tópico anterior, procuramos agora identificar na relação verbal-fotográfica possíveis formas mais frequentes na dinâmica da inter-relação entre o discurso alheio e o contexto de sua transmissão.

Como apontamos no capítulo 3, consideramos a imagem fotográfica como uma réplica que implica a alternância dos sujeitos do discurso, similar a um parágrafo verbal que integra a forma composicional do texto da notícia, este compreendido como uma totalidade semântica. A partir dessa concepção, vimos, com Barthes, a importância de considerar a relação entre os elementos verbal e fotográfico, que embora integrando uma totalidade semântica, constituem materialidades distintas e estruturas irreduzíveis. No plano dos sentidos, contudo, é preciso considerar que enquanto na materialidade verbal o acabamento temático é construído progressivamente na linearidade sintático-semântica, determinada pela função unicamente sígnica da palavra, a imagem fotográfica, por seu turno, é marcada por uma isocronia narrativa delineada na simultaneidade dos elementos significantes, determinada, ainda, pela função estética e sensorial da qual a fotografia não pode prescindir, e por uma ideologia que vê na fotografia uma função instrumental naturalizada, como sendo a fotografia ao mesmo tempo um signo e um objeto do mundo natural. São a partir dessas condições que se configuram as relações entre as duas linguagens, verbal e fotográfica, no todo do texto noticioso.

Todavia, é preciso considerar também que, postas em relação, as duas linguagens não podem ser compreendidas de forma imanente. No todo do texto, como totalidade semântica, devemos compreender uma totalidade composicional: a imagem se integra na linearidade da progressão temática verbal e esta, por seu turno, obriga-se a um todo provisório. Compreender dessa maneira a construção do sentido global do texto noticioso com fotografia nos permite distinguir as relações específicas entre o verbal e o fotográfico sem nos deixarmos levar pela ideia de uma sobredeterminação de uma linguagem a outra. Desse modo, podemos perceber que existem diferenças graduais de determinação recíproca nas formas específicas dessa relação. Isso faz toda uma diferença na compreensão dos processos intra e extra dialógicos que configuram a arquetônica que rege tanto a orientação temática do discurso jornalístico quanto o jogo de vozes que se presentificam nas *formas composicionais* e nas *formas constitutivas* do discurso alheio (ver cap. 2).

Portanto, para compreendermos a orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica, devemos considerar primeiro as formas específicas dessa relação, as quais se caracterizam, como vimos em Barthes (cap. 3), por referência de proximidade e distância. Gomes (2008) realiza um estudo aprofundado dessas formas e as define em dois planos, do conteúdo e da expressão. No plano do conteúdo a autora compreende variadas formas que se dão entre dois pólos, da *redundância* à *oposição*. A autora ressalta, no entanto, que nem a redundância nem a oposição podem ser consideradas absolutas. Em relação à redundância, a própria diferença material entre as linguagens e, conseqüentemente, os modos distintos de apreensão da narrativa que isso implica, impõe detalhes que escapam a um ou outro componente na unidade do texto. Em relação à oposição, a autora demonstra que a articulação das duas linguagens cria enunciados antitéticos ou paradoxais encadeados numa unidade coerente. “Postos em oposição, os enunciados verbais e visuais veiculam vozes polêmicas, inscrevendo, no discurso, valores ideológicos contrastantes” (*id. ibid.*, p. 76). Essa relação pode gerar sentidos de ironia, ambigüidades (com o deslocamento da responsabilidade, do jornalista para o leitor, sobre a orientação temática) e tons humorísticos. Além dessas duas formas a autora também aponta o *redimensionamento de conteúdos* e a *ressignificação*. O redimensionamento de conteúdo pode se dar por complementação ou por restrição.

Na complementação, há um dizer a mais, ou seja, uma linguagem acrescenta sentidos ao que diz a outra, o verbal, tanto quanto o visual, pode preencher silêncios, omissões, reticências, de modo que uma linguagem concretize aquilo que está pressuposto, sugerido ou imaginado na outra. Pode agregar valores, criar efeitos passionais, produzir uma intensificação do poder de atratividade ou repulsividade dos objetos de valor inscritos no texto. Determinados tratamentos na imagem, especialmente, podem fazer o enunciatário vivenciar, experimentar diferentemente o que está dito no enunciado verbal, comover-se (*id. ibid.*, p. 77).

Quanto à restrição, em geral, o componente verbal reduz as possibilidades de leitura da imagem. Como vimos com Barthes, houve em certo momento uma inversão histórica nessa relação; a princípio a imagem ilustrava e denotava o componente verbal, na atualidade, no entanto, este é que impõe uma cultura, uma moral, uma imaginação à imagem.

A relação de ressignificação, por seu turno, trata-se, conforme Gomes, de “um dizer transformado” (*id. ibid.*, p. 78). No processo de reiteração do encadeamento textual, um ou outro componente, verbal ou fotográfico, reelabora o conteúdo através de uma fala metafórica ou metonímica. Em seus estudos, a partir da análise de inúmeros textos noticiosos, Gomes constatou que em geral, enquanto “no caso da restrição, é o verbal que,

predominantemente, reduz as possibilidades de sentido abertas pelo visual, no caso da recriação (ou ressignificação), é a imagem que mais radicalmente promove a produção de uma fala mais metafórica” (*id. ibid.*, p. 78).

Além dessas formas de relação entre o verbal e o fotográfico no plano do conteúdo, Gomes aponta também que no plano da expressão o arranjo entre os elementos plásticos pode gerar efeitos diversos que implicam na significação. Assim é preciso considerar os aspectos de diagramação do jornal, os estilos gráficos e sua correlação com os elementos significantes da imagem que se orientam para os significados, como qualidades visuais que se integram na construção dos sentidos. No plano da expressão, que se refere especificamente à fotografia, podemos incluir os processos de conotação delineados por Barthes, como a trucagem, a pose, a relação entre objetos, a fotogenia e o estetismo (ver cap. 3). Os diversos elementos técnicos de produção que agenciam os aspectos substanciais da materialidade visual configuram uma retórica a qual tem por finalidade a construção de um sentido, de um dizer.

Feitas essas considerações, ressaltamos, no entanto, que Gomes, com base no quadro teórico da semiótica tensiva e da semiótica plástica, faz sua exposição de forma muito mais abrangente e complexa do que aqui reportamos, inclusive com a análise de exemplos em textos noticiosos. Contudo, recortamos apenas o que consideramos mais essencial para compreendermos, a partir dos pressupostos metodológicos da compreensão responsiva, a orientação para o discurso alheio. Assim, recorreremos a essas formas sistematizadas por Gomes como princípio norteador, mas é de nosso interesse também considerar as nuances que essas formas podem adquirir na eventicidade do enunciado na especificidade da relação verbal-fotográfica que abordamos, isto é, a orientação para o discurso alheio enquanto discurso citado. A partir dessas formas acima elencadas, portanto, pretendemos compreender essa orientação, porém, em nosso estudo, não analisamos separadamente os planos do conteúdo e da expressão, pois tentamos considerar os elementos expressivos da forma material já inscritos no projeto de dizer do enunciado.

Além disso, consideramos também, dado a base teórica de nosso trabalho, a relação entre gêneros do discurso. Pautados na classificação apresentada por Gomes, pudemos observar no corpus de nossa pesquisa que a grande maioria dos textos apresenta uma gradação maior de redundância objetual na relação verbal-fotográfica, delineada no processo de reiteração no encadeamento textual. Ou seja, tomando o componente verbal e o fotográfico como unidades enunciativas distintas que delimitam a alternância dos sujeitos do discurso e

que integram uma totalidade semântica, podemos perceber nesse caso que tanto uma quanto outra unidade visam um mesmo projeto de dizer valendo-se de *idênticos* elementos apreciativos sobre o conteúdo informativo, operando convergência de sentido. Nesse tipo de relação verbal-fotográfica na notícia os acentos valorativos das unidades distintas tendem para uma homogeneidade apreciativa. Podemos dizer que nesses casos há um grau maior de monologia na relação verbal-fotográfica, de onde se pode deprender índices de determinação verbal sobre o sentido do todo do enunciado.

Por outro lado também encontramos um conjunto de textos em que as unidades verbal e fotográfica apresentam elementos *apreciativos* não convergentes. Como no primeiro caso, aqui também há uma gradação sempre para mais ou para menos. Nesses casos a unidade fotográfica não se orienta apenas para o objeto de discurso do texto, convergindo ou identificando-se à entonação verbal; nesses casos a imagem fotográfica, considerada sempre na unidade concreta do texto da notícia como enunciado pleno, apresenta maior orientação para outros discursos, colocando esse enunciado pleno como *palavra a duas vozes* (PONZIO, 2008), onde as relações dialógicas também se dão no interior do enunciado. Podemos dizer com Ponzio (*ibid.*, p. 107) que nesses casos a relação verbal-fotográfica se apresenta como uma forma *polilógica* de enunciação. Esse segundo caso ainda ganha novos aspectos a serem considerados se tomarmos o enunciado na dimensão de gênero do discurso, pois principalmente nessa forma polilógica as relações dialógicas apontam para a influência intergenérica de constituição do todo arquitetônico. Levando em conta a influência intergenérica de composição, estilo e tema estabelecida nas relações dialógicas e a finalidade comunicativa da imagem fotográfica na unidade do texto podemos considerar os aspectos pelos quais a imagem se caracteriza como gênero primário em relação ao gênero complexo notícia.

Para compreendermos essa relação devemos considerar que, na tradição do campo de atividade do fotojornalismo, certas formas composicionais foram se estabilizando, tornando-se referência e modelo nos manuais de aprendizagem, constituindo, desse modo, gêneros fotojornalísticos. Segundo Sousa (2002, p. 109), no campo teórico do fotojornalismo os gêneros são classificados como *notícias* (o qual integra os subgêneros *spot news* e *notícias em geral*), “*features, retrato, ilustrações fotográficas, paisagem e histórias em fotografias* ou *picture stories* (que engloba os subgêneros das *foto-reportagens* e dos *foto-ensaios*, podendo misturar fotografias de várias das categorias anteriores)”.

O gênero *notícias*, conforme Sousa (*ibid.*, p. 109-127), é subdividido em *spot news* e *general news*. A *spot news*, comumente, é produzida no calor do acontecimento, o que priva o fotojornalista de tempo para planejar a imagem pretendida. Já a fotografia de *notícia geral* permite maior planejamento ao fotojornalista, o que abre espaço para um rol maior de significações projetadas, intencionadas pelo autor na composição da imagem. Contudo, tanto em um ou outro subgênero, a imagem fotojornalística sempre passa pelos processos de editoração e por isso sempre serve a determinado projeto de dizer, e nas formas polilógicas apresenta ainda determinada orientação para outros discursos na relação com outros gêneros.

Sousa adverte que esses gêneros não são estanques e que embora alguns possam ser mais acentuados como o das *spot news*, há muitas fotografias que não se enquadram somente num gênero específico. Diz o autor que em geral:

A identificação de um gênero fotojornalístico passa, por vezes, pela intenção jornalística e pelo contexto de inserção da(s) foto(s) numa peça. O conteúdo e forma do texto são, assim, essenciais para explicitar o gênero fotojornalístico (não se pode esquecer que o fotojornalismo integra texto e fotografia). Por exemplo, uma fotografia de notícias, se for individualmente considerada, poderá ser (ou parecer) um retrato ou uma *feature photo*. Mas, devidamente contextualizada, será sempre uma fotografia de notícias em geral (*id. ibid.*, p. 109).

Há ainda que considerar a intenção pela qual a fotografia é realizada, o que inscreve diversos gêneros como fotografia da vida selvagem, fotografia de paisagens, fotografia de personalidades, etc. Essa classificação pautada na atividade e na sua função comunicativa é análoga à maneira como compreendemos os gêneros do discurso a partir da teoria bakhtiniana. Parece-nos muito importante considerar o caráter não estanque dos gêneros fotojornalísticos e o fato de que a fotografia do gênero *notícias* tomada individualmente possa apresentar elementos de outros gêneros, pois em analogia ao conceito bakhtiniano, podemos pensar aí em uma relação entre gêneros primários e secundários, ou uma relação intergenérica. Embora nosso foco seja o gênero *notícias*, pressupomos que os gêneros fotojornalísticos, por serem distintos, também possuem formas distintas de orientação para o discurso alheio e que isso se reflete na notícia devido à relação entre gêneros. Por isso consideramos importante pautarmo-nos nessa classificação.

Na abordagem das formas verbais, no tópico acima, partimos da observação dos esquemas sintáticos que a própria língua oferece para marcar o discurso alheio e analisamos sua finalidade no gênero conforme uma hierarquia de valores. No caso da

linguagem fotográfica, no entanto, não há esquemas próprios para marcar o discurso alheio, ou se houver, esses esquemas ainda não foram sistematizados, por isso, para analisarmos a apreensão e transmissão do discurso alheio no enunciado fotográfico, partiremos da observação das caracterizações intergenéricas nas fotografias, levando em conta as formas distintas da relação verbal fotográfica.

Partindo desses pressupostos, a forma mais frequente de relação entre o enunciado fotográfico e o discurso alheio que pudemos identificar na análise do corpus consiste na preparação contextual deste discurso. Ou seja, semelhante ao que ocorre na forma do discurso direto predisposto, a imagem fotográfica pode criar contextos de ordens gnosiológica, moral, existencial, comportamental, etc. que orientam ideologicamente o discurso alheio. Nesses casos, geralmente, a relação verbal fotográfica se dá por complementação ou por oposição irônica. A imagem acrescenta informações que, à primeira vista, parecem não ter nenhuma relação com o discurso alheio, pois não possuem equivalentes semânticos que identificam os conteúdos. No entanto, a simples presença dessas imagens reorienta o discurso alheio, de modo que podemos afirmar que é quase impossível encontrar nos textos noticiosos complexos, construídos a partir de discursos de fonte, imagens que não estabeleçam algum tipo de relação com esses discursos. Vejamos:

Exemplo 12 – anexo 14.

Figura 4

Hospitais privados ampliam rede em SP

Número de leitos nas quase 20 instituições vai subir de 3.000 para cerca de 5.300; gastos são em torno de R\$ 3,4 bilhões

Obras na capital paulista também darão incremento em unidades de centros cirúrgicos, centrais de exames e consultórios

RICARDO WESTEN
DA REPORTAGEM LOCAL

Os grandes hospitais privados de São Paulo se transformaram em canteiros de obras. Num movimento sem precedentes, praticamente todos os complexos hospitalares estão ganhando novas torres.

Na Bela Vista, um flat está em reforma para abrigar o centro de especialidades do hospital Nove de Julho. No Paraíso, está se erguendo um arranha-céus de 24 andares, a nova torre do hospital Oswaldo Cruz.

No total, quase duas dezenas de hospitais estão ou recentemente estiveram em obras. Quando tudo estiver pronto — até 2012 —, seus 3.000 leitos de internação terão saltado para aproximadamente 5.300.

As obras darão a São Paulo um considerável incremento



Novo prédio em Perdizes do hospital Albert Einstein, um dos cerca de 20 que estão ampliando suas instalações em São Paulo

Reunião explica obras a vizinhos

DA REPORTAGEM LOCAL

Os hospitais não querem a vizinhança reclamando de caminhões, guindastes, britadeiras ou pedreiros. Para isso, antes que as construções comecem, têm convidado moradores da região para reuniões em que explicam como serão as obras.

O Oswaldo Cruz organizou um café da manhã no próprio canteiro de obras. Os vizinhos foram apresentados aos trabalhadores da construtora e ficaram sabendo que nenhum caminhão sairá dali sem ter as rodas lavadas — a rua não ficará suja de terra.

O Samaritano tranquilizou os vizinhos avisando que o terreno seria escavado com uma técnica que

ro ao nascer era de 67 anos. Em 2006, da 2ª e 3ª

bém contribui. Exemplo: um aparelho de tomografia com...

dos óculos", diz Claudio Lotenber de Albert Einstein

rio Pinheiros, em Perdizes. Para garantir que o pro...

Transcrição:

Os grandes hospitais privados de São Paulo se transformaram em canteiros de obras. Num movimento sem precedentes, praticamente todos os complexos hospitalares estão ganhando novas torres.

Na Bela Vista, um flat está em reforma para abrigar o centro de especialidades do hospital Nove de Julho. No Paraíso, está se erguendo um arranha-céus de 24 andares, a nova torre do hospital Oswaldo Cruz.

No total, quase duas dezenas de hospitais estão ou recentemente estiveram em obras. Quando tudo estiver pronto -até 2012-, seus 3.000 leitos de internação terão saltado para aproximadamente 5.300.

[...]

O avanço da tecnologia também contribui. Exemplo: um aparelho de tomografia computadorizada, além de não eliminar o velho raio-X, ocupa uma sala inteira. É preciso buscar novos espaços. Por outro lado, esses novos equipamentos acabam atraindo pessoas que de outra maneira não iriam ao hospital. *"Antes, o paciente com câncer ia para o hospital porque ia morrer. Hoje vai para se prevenir, fazer detecção precoce e se tratar. Há 25 anos, o paciente procurava o oftalmologista para mudar de óculos. Hoje também vai para se livrar dos óculos"*, diz Claudio Lottenberg, do Albert Einstein.

Outra razão para a expansão é o crescimento da cidade. *"A pessoa não quer cruzar a cidade, atravessar a marginal nem ficar no trânsito. Na lógica do mercado, o hospital precisa ficar mais próximo do consumidor"*, explica Ana Maria Malik, coordenadora do GV Saúde, da Fundação Getúlio Vargas.

É por isso que o Sírio-Libanês, na Bela Vista, inaugurará neste ano filial no Itaim Bibi. E o Albert Einstein, no Morumbi, uma unidade no outro lado do rio Pinheiros, em Perdizes.

Para especialistas, esse crescimento impacta positivamente também a rede pública. Segundo José Manoel de Camargo Teixeira, superintendente do HC, há pessoas que, mesmo pagando planos privados, utilizam o SUS. *"Na medida em que a rede privada ajusta suas instalações e incorpora tecnologia para atender à exigência do mercado que se abre, os leitos públicos de hospitais como o Hospital das Clínicas se tornam praticamente exclusivos dos pacientes do SUS."*

Para melhor contextualizar, além dos trechos que reportam discursos alheios, neste exemplo transcrevemos também o *lead*. A fotografia utilizada para compor a matéria, aparentemente, tem apenas a função de ilustrar o fato relatado, como exemplificação ou simples conteúdo visual. No entanto, por relação de complementação essa imagem enfatiza os argumentos dos discursos alheios de contraposição ao passado, de demanda logística e de ampliação de serviços, criando para os mesmos um contexto existencial tecnológico e comportamental que os prepara. Dentre os hospitais que estariam ampliando suas instalações, conforme relata a notícia, o projeto arquitetônico do hospital Albert Einstein se apresenta bastante distinto da estética tradicionalmente asséptica dos hospitais, com elementos futuristas na forma e combinação de cores, em tudo, certamente, uma nova tecnologia visual. Além disso, a forma arrojada de ocupação do espaço urbano ou acomodação ao mesmo (com uma

passarela que transpõe a via pública e funciona como um grande portal) intensifica os argumentos de atratividade e acolhimento. No plano expressivo da imagem, o enquadramento, a composição e a perspectiva também contribuem para isso⁵⁰. O enquadramento do tema preenchendo todo o campo visual e inclusive vazando para o extra-campo acentua as dimensões do prédio, referindo a abrangência de serviços. Ao mesmo tempo a distância de tomada da imagem atenua os vestígios de construção que ainda permanecem na torre da esquerda; o ângulo e a posição de tomada, por seu turno, propiciam, pelo aproveitamento das formas, a convergência de linhas oblíquas no centro geométrico, ampliando o efeito de abrangência e acolhimento da estética visual do edifício; a isso podemos acrescentar a *fotogenia* da imagem, pois o aproveitamento da luminosidade e os reflexos criam uma resplandecência capaz de gerar emoções salutares. Esses efeitos expressivos também se associam ao discurso dos hospitais na segunda notícia que se integra à matéria:

Reunião explica obras a vizinhos

Os hospitais não querem a vizinhança reclamando de caminhões, guindastes, britadeiras ou pedreiros. Para isso, antes que as construções comecem, têm convidado moradores da região para reuniões em que explicam como serão as obras.

O Oswaldo Cruz organizou um café da manhã no próprio canteiro de obras. Os vizinhos foram apresentados aos trabalhadores da construtora e ficaram sabendo que nenhum caminhão sairá dali sem ter as rodas lavadas -a rua não ficará suja de terra.

O Samaritano tranquilizou os vizinhos avisando que o terreno seria escavado com uma técnica que dispensa o bate-estaca -é mais demorada, mas menos barulhenta.

Como podemos compreender, dado que a fotografia é tomada como mera apresentação da realidade, essa imagem parece ter uma função neutra no texto. No entanto, como réplica, dado sua disposição no corpo da notícia, seguindo a linha vertical imediata de leitura do título e da linha fina, a imagem antecipa os discursos alheios, complementando-os, predispondo-os como contexto que os prepara.

Essa mesma forma de complementação ocorre na maioria das notícias que apresentam retratos dos personagens envolvidos nos fatos relatados ou mesmo quando o próprio personagem é o tema da notícia.

⁵⁰ Todos os elementos técnicos e formal-expressivos de produção da imagem são abordados com profundidade em Aumont (1993).

Exemplo 13 – anexo 15.

Figura 5



transcrição:

"Deixar a engenharia foi a decisão mais importante da minha vida", afirma Oliveira, que era de Ribeirão Preto. Pudera. O padrão de vida do empresário dificilmente seria o mesmo hoje se ele tivesse escolhido trabalhar para empresas.

"Não tenho do que reclamar. Tenho minha casa [em um bairro nobre de Bauru], viajo duas vezes por ano para o exterior. E o mais importante de tudo é que a gente trabalha em benefício próprio", diz.

O economista Alexandre Cortez Sabino, 26, segue caminho parecido. Dono da Alive, Sabino realiza, em parceria com a Atlética da FEA-RP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto), uma das maiores festas universitárias de São Paulo, a Entorta Bixo. A festa reuniu cerca de 40 mil pessoas em dois dias de evento.

"Quando entrei na faculdade, eu não imaginava que trabalharia com eventos, mas eu já queria ser empreendedor", afirma.

Do tipo discreto, ele fala pouco sobre quanto já ganhou fazendo festas, embora tenha independência financeira e viva com o dinheiro dos eventos que realiza. "Eu invisto o dinheiro na empresa. Festas como o Entorta precisam de um capital de giro alto", afirma Sabino.

Em São José do Rio Preto, Fred Tonelli, 25, também trocou um curso universitário pela carreira de empresário de eventos, mas não morou em repúblicas. [...]

Dono da Alianza, ele comanda o weekend mais badalado do interior do Estado, o La Locomotive, que acontece sempre em maio, durante três dias, em Rio Preto. "Tudo o que você faz na vida é uma questão de perfil. Tenho amigos que gostam de trabalhar atrás de uma mesa de escritório, que sabem receber e repassar ordens. Eu não tenho esse perfil. Hoje, eu posso ganhar muito mais do que eles, mas meu negócio é volúvel, envolve muito mais risco. Amanhã, eles é que podem estar ganhando mais do que eu", diz.

Nessa notícia são apresentados três personagens cujos discursos são reportados e embora a imagem retrate apenas um deles, como réplica refere cataforicamente os três, estabelecendo sentidos lógicos. Nessa imagem se destacam os elementos de pose e composição: a organização do conteúdo é muito significativa não apenas porque coloca o

personagem em primeiro plano, mas porque coloca em segundo plano o artista Nando Reis, uma celebridade importante. Essa relação sobrevaloriza o personagem. Quanto aos elementos de pose, pode-se considerar o gesto despojado, à vontade, o sorriso, a vestimenta informal, bem como o cenário integrante (os instrumentos musicais, a lata de refrigerante), elementos que configuram uma relação de trabalho mais *autocrática* do que autônoma, isto é, os aspectos subjetivos, pessoais determinam as condições do trabalho, além de dar relevo à jovialidade e à satisfação ou realização profissional do personagem. Em tudo, a imagem complementa enfaticamente as valorações positivas dos discursos reportados, antecipando-os e preparando-os em um contexto existencial, tanto social como subjetivo.

Ainda considerando o retrato em relação de complementação, podemos encontrar casos interessantes em que a criatividade fotográfica cria sentidos mais metafóricos-emotivos do que os sentidos lógicos que vimos no exemplo acima.

Exemplo 14 – anexo 16.

Figura 6

C2 cotidiano ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2010

FOLHA DE S.PAULO

FOCO



Samira e Suzana, que dividem a mesma vaga em escola, com a mãe, Vanessa, ao fundo

Mãe faz rodízio de filhas gêmeas em sala de aula

FERNANDA BARBOSA DO "AGORA"

Suzana Boeno Said, 5, teve aula na escola municipal José de Alencar, na Vila Curuçá (zona leste), na segunda-feira e ontem.

Na terça-feira, porém, ela deu lugar à sua irmã gêmea, Samira Boeno Said.

"As duas gostam muito de estudar, mas só a matrícula de uma delas foi aceita", conta a mãe das meninas, Vanessa Boeno Said, 29, que trabalha como confeiteira.

Segundo a mãe, esta é a segunda vez em que o problema acontece.

Em 2008, as irmãs foram cadastradas juntas na rede municipal de ensino. No final de 2009, relata a mãe, o cadastro de Suzana havia desaparecido.

O problema acabou sendo resolvido em janeiro deste ano, quando as duas crianças conseguiram vagas em uma escola do Jaçanã (zona norte de São Paulo).

Mas, em maio, a família se mudou para a zona leste. E o erro do cadastro foi inverso: foi Samira que não conseguiu a vaga na escola José de Alencar.

"Decidi revezar as meninas como uma forma de pro-

testo", disse Vanessa.

OUTRO LADO

Procurada, a Secretaria Municipal da Educação divulgou que houve erro no cadastramento da aluna Samira Boeno Said e afirma que uma solução para esse problema já foi encontrada.

De acordo com a pasta, o funcionário que atendeu a mãe na zona leste não resgatou o cadastro anterior e fez um novo registro.

"Com a identificação da falha, os dados já existentes no sistema serão restaurados e a aluna, repositada na fila, o que lhe garantirá a matrícula nos próximos dias", informou a secretaria.

PASQUALE CIPRO NETO

No Mundial, a coluna será publicada no caderno Copa 2010

Nessa imagem, as linhas de força visual que se projetam no contorno, desde as mãos dadas, seguindo obliquamente pelos braços, circundando as cabeças das meninas até o rosto da mãe, cria o desenho de um coração que une as duas meninas. A figura da mãe preenchendo esse coração se coloca, portanto, como a essência da união. Aqui se poderia dizer que as cores não ajudam na metáfora, pois a mãe usa um cinza (ausência de sentimento)

que como sobretom da parede a integra ao cenário e que isso se reforça pelo fato de estar em segundo plano. No entanto, dizemos essência no sentido daquilo que está por trás do imediatamente visível, de modo que os elementos de cor e profundidade de campo reforçam a metáfora. O mais importante é considerar que essa imagem, como réplica, cria um contexto moral para o discurso da mãe:

“Decidi revezar as meninas como uma forma de protesto” disse Vanessa.

A atitude da mãe, expressa nesse enunciado, poderia imediatamente ser considerada como irresponsável e apenas isso, pois com o revezamento estaria prejudicando as duas meninas ao mesmo tempo, se tal enunciado não viesse preparado moralmente pela imagem. No contexto avaliativo que se forma, a união das meninas ganha mais relevância do que a regularidade na vida escolar, a atitude da mãe se torna um gesto de coragem, pois se amalgama ao amor materno. Isso pode implicar em uma identificação empática que evoca avaliações negativas sobre a escola, como por exemplo, falta de sensibilidade para considerar as crianças algo mais que indivíduos sem história.

Vemos, portanto, que a imagem fotojornalística do retrato, por mais simples e isenta que pareça, estabelece relações ideológicas importantes com o discurso alheio. Na grande maioria das notícias que integram o corpus de nosso trabalho, as imagens que apresentam retrato de personagens estabelecem relações de complementação tanto nas orientações temáticas positivas quanto negativas dos discursos reportados. Considerando o plano macro da expressão e sua importância na significação, como vimos com Gomes acima, essas imagens frequentemente são dispostas acima ou centralizadas no texto, quando o conjunto verbal se estende na horizontalidade da página, e acima ou à esquerda, quando o conjunto verbal compreende uma única coluna vertical. Há, portanto, uma relação lógica no encadeamento textual estabelecido. Quando as imagens são dispostas à direita em textos horizontais ou abaixo em textos verticais, as relações de complementação são menos frequentes, mas quando ocorrem, a imagem, como anáfora, cria contextos que concluem ou asseveram os discursos alheios. No processo anafórico, contudo, as imagens geralmente ressignificam os discursos reportados ou estabelecem oposições. No corpus da pesquisa, encontramos uma quantidade bastante expressiva de casos nessas condições. No entanto, embora muito menos frequentes, também há casos em que a imagem, mesmo predispondo o discurso alheio, estabelece relações de oposição. Nesses casos, geralmente, revela-se uma forte orientação temática no discurso jornalístico, isto é, uma tomada de posição ideológica

valorativa mais evidente. Demonstraremos esse caso de oposição no exemplo 16 logo à frente, porém, para compreendermos tal caso, consideraremos, antes, no exemplo 15, uma notícia que integra a mesma matéria da notícia no exemplo 16 e a determina, pois a antecede na sequência das páginas. Esta notícia do exemplo 15 apresenta um caso em que a complementação se dá por anáfora numa fotografia de paisagem urbana.

Exemplo 15 – anexo 17.

Figura 7

Moradores querem proibir doar comida para sem-teto

Campanha para expulsar pedintes da Santa Cecília pressiona restaurantes

Estratégia do conselho de segurança do bairro é ameaçar quem doa alimento com visita da Vigilância Sanitária

AFONSO RENITES
DE SÃO PAULO

Moradores e comerciantes de Santa Cecília (centro de São Paulo) traçaram uma estratégia para expulsar os moradores de rua do bairro: farão uma ofensiva para que ONGs e restaurantes parem de doar comida a pedintes.

Segundo o último censo de sem-teto da cidade, divulgado ontem, há 1.334 moradores de rua e frequentadores de albergues nesse distrito.

Quem vive na região diz que esse número aumenta a cada dia devido à repressão ao tráfico na área da cracolândia, na mesma região.

A restrição de doações aos sem-teto foi planejada em reunião do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) na última semana, que foi acompanhada pela Folha.

Entre os participantes da reunião, estavam representantes de moradores, comerciantes, polícia, Subprefeitura da Sé, Guarda Civil e hospital Santa Casa.

Ninguém se manifestou contra a proposta. Um comerciante disse que jogava desinfetante nos moradores de rua que dormiam na porta de sua loja pela manhã. Houve quem afirmasse que passaria a fazer o mesmo.

“Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene”, diz o presidente do Conseg, Jorge Rodrigues.

Para o representante da

“Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene

Jorge Rodrigues
presidente do Conseg

Santa Casa, Edison Ferreira da Silva, outro problema das doações é que os sem-teto acabam jogando restos de comida e de roupas na rua, o que colabora para entupir os bueiros do bairro.

ABORDAGEM

O conselho iniciará sua estratégia mapeando ONGs, lanchonetes e restaurantes que doam comida.

O segundo passo será procurar os responsáveis de cada lugar para convencê-los a suspender a doação. O conselho avisará, por fim, que, ao constatar que algum local continua alimentando os moradores de rua, a

Vigilância Sanitária será chamada para que interdite estabelecimentos irregulares.

Procurada, a Vigilância adianta que não há problema em doar comida, desde que a refeição seja servida com higiene. O órgão costuma orientar restaurantes sobre como fazer a doação.

Um sem-teto de 19 anos ouvido pela reportagem diz que o plano do Conseg não funcionará. “Se não nos derem comida, vamos começar a roubar”, ameaça.

A pós-doutora em saúde pública e em educação pela USP Aparécia Magali Alvarez, que desde 1993 pesquisa moradores de rua, critica o plano de expulsão. “A sociedade deveria se unir para ajudá-los”, afirma.

Já o frentista Marcos Magella, que há dez anos trabalha na região, vê a presença dos sem-teto como problema, mas discorda da escolha do Conseg. “O problema mesmo é a droga. Se impedirem o tráfico, os mendigos vão embora”, declarou.

» LEIA MAIS na pág. C3



Homem dorme em frente à igreja do largo de Santa Cecília

Transcrição:

Moradores e comerciantes de Santa Cecília (centro de São Paulo) traçaram uma estratégia para expulsar os moradores de rua do bairro: farão uma ofensiva para que ONGs e restaurantes parem de doar comida a pedintes.

Segundo o último censo de sem-teto da cidade, divulgado ontem, há 1.334 moradores de rua e frequentadores de albergues nesse distrito.

Quem vive na região diz que esse número aumenta a cada dia devido à repressão ao tráfico na área da cracolândia, na mesma região.

A restrição de doações aos sem-teto foi planejada em reunião do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) na última semana, que foi acompanhada pela Folha.

Entre os participantes da reunião, estavam representantes de moradores, comerciantes, polícia, Subprefeitura da Sé, Guarda Civil e hospital Santa Casa.

Ninguém se manifestou contra a proposta. Uma comerciante disse que jogava desinfetante nos moradores de rua que dormiam na porta de sua loja pela manhã. Houve quem afirmasse que passaria a fazer o mesmo.

"Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene", diz o presidente do Conseg, Jorge Rodrigues.

Para o representante da Santa Casa, Edison Ferreira da Silva, outro problema das doações é que os sem-teto acabam jogando restos de comida e de roupas na rua, o que colabora para entupir os bueiros do bairro.

ABORDAGEM

O conselho iniciará sua estratégia mapeando ONGs, lanchonetes e restaurantes que doam comida.

O segundo passo será procurar os responsáveis de cada lugar para convencê-los a suspender a doação.

O conselho avisará, por fim, que, ao constatar que algum local continua alimentando os moradores de rua, a Vigilância Sanitária será chamada para que interdite estabelecimentos irregulares.

Procurada, a Vigilância adianta que não há problema nenhum em doar comida, desde que a refeição seja servida com higiene. O órgão costuma orientar restaurantes sobre como fazer a doação.

Um sem-teto de 19 anos ouvido pela reportagem diz que o plano do Conseg não funcionará. "Se não nos derem comida, vamos começar a roubar", ameaça.

A pós-doutora em saúde pública e em educação pela USP Aparecida Magali Alvarez, que desde 1993 pesquisa moradores de rua, critica o plano de expulsão. "A sociedade deveria se unir para ajudá-los", afirma.

Já o frentista Marcos Magella, que há dez anos trabalha na região, vê a presença dos sem-teto como problema, mas discorda da escolha do Conseg. "O problema mesmo é a droga. Se impedirem o tráfico, os mendigos vão embora", declarou.

Embora verificar o sucesso ou insucesso da objetividade jornalística não seja propriamente nosso foco, nessa notícia a sua análise é necessária, pois a orientação temática do discurso jornalístico implica diretamente na apreensão do discurso alheio e na sua relação com a imagem. O primeiro aspecto a ser considerado é o dos elementos do plano expressivo composicional do todo textual: sendo uma notícia de primeira página do caderno, o título, funcionando como manchete e ressaltando a oposição semântica *morador/sem-teto* que valora

identidades e lugar de pertencimento; o destaque visual dado como *frase*⁵¹ a dois enunciados que reportam entrevistas de fonte; e a disposição dessas caixas (de frase) que criam uma linha horizontal de continuidade temática com a fotografia. O conteúdo temático, portanto, a princípio, aparece condicionado pela forma composicional do texto, ocorrendo uma determinação do verbal sobre o fotográfico que atribui valores significativamente negativos ao morador de rua que é representado na imagem.

Na linha fina a designação *pedinte* é dada como sinônimo de *sem-teto*, estabelecendo mais um atributo por silogismo na relação de pertencimento: todo sem-teto é pedinte. E dessa premissa se extrai os sentidos ideológicos do merecimento.

No primeiro tópico do conjunto verbal, todos os discursos alheios reportados caracterizam negativamente o morador de rua, relacionando o uso de drogas, a contaminação do ambiente, a falta de saúde e higiene pública; os mesmo sentidos destacados nas caixas de frase. No segundo tópico, após o relato do modo de operação da campanha são apresentados dois discursos a partir da técnica de contrastação de fonte, como ilusão de objetividade. Porém, esses discursos apenas acentuam mais a orientação temática do discurso jornalístico: o discurso da Vigilância Sanitária, ao ser reportado com a condicional *desde que a refeição seja servida com higiene*, não se contrapõe ao discurso da campanha, pois esta argumenta justamente a falta de higiene; e o discurso da pesquisadora que se opõe à campanha, dado seu conteúdo temático, é preparado por outro discurso alheio que lhe cria um contexto moral que se contrapõe a sua validade científica. Vejamos: dentre inúmeras possibilidades de material a ser reportado, o jornalista seleciona exatamente este: "*Se não nos derem comida, vamos começar a roubar*", *ameaça*, no que se inclui o verbo declarativo como comentário. Esse discurso alheio e o verbo comentário precedem o contexto gnosiológico que prepara o discurso da pesquisadora: *A pós-doutora em saúde pública e em educação pela USP Aparecida Magali Alvarez, que desde 1993 pesquisa moradores de rua, critica o plano de expulsão*. E na sequência, relatado na forma do direto predisposto, o discurso da pesquisadora: "*A sociedade deveria se unir para ajudá-los*". Ora, dentre inúmeros possíveis enunciados do discurso da pesquisadora, foi selecionado justamente um que reflete um humanismo piegas de caráter subjetivo. Nesse encadeamento textual, na manipulação do discurso alheio, o contexto moral criado pelo discurso do morador de rua e a banalidade do discurso da pesquisadora praticamente pulveriza o contexto gnosiológico e a validade do

⁵¹ Frase é um termo técnico dado ao Box inserido no texto para reproduzir com destaque alguma declaração de entrevistado.

discurso científico sobre o tema. Não obstante, na sequência ainda é apresentado mais um discurso alheio, e dessa vez preparado por um contexto existencial ([...] *que há dez anos trabalha na região, vê a presença* [...]), o que lhe dá uma validade pragmática. Esse discurso se opõe tanto à pesquisadora quanto à campanha, como um terceiro, mas também apresenta uma avaliação extremamente negativa sobre os moradores de rua.

Nessa notícia, portanto, a forte orientação ideológica do discurso jornalístico promove tal manipulação do discurso alheio que este, sendo reportado nas formas verbais, determina sentidos na imagem da fotografia, dado que esta se encontra textualmente como réplica anafórica. Vejamos:

No plano expressivo, levando em conta a forma de gênero, não consideramos essa imagem como um retrato de personagem, como indicado na legenda, pois este aparece como um elemento que integra o conteúdo. A distância de perspectiva e a abrangência panorâmica, embora recortada pelo enquadramento vertical, compõem um plano de conjunto, que, tradicionalmente, nas técnicas de fotografia (SOUSA, 2002), tematiza uma atividade ou um aspecto de paisagem. Assim consideramos essa imagem como um retrato de paisagem onde a própria localidade personifica uma personagem.

No aspecto temático a imagem apresenta um morador de rua dormindo em frente à igreja do bairro Santa Cecília, onde os *proprietários* decidiram promover uma campanha contra a presença dos moradores de rua; apresenta também a frente da igreja abrangendo a estátua em homenagem ao Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Ora, a escolha dessa imagem para representar o morador de rua também se revela ser determinada pela orientação do discurso jornalístico. Poderia ser utilizada, por exemplo, a imagem de um morador de rua dormindo na porta de alguma loja, o que seria mais coeso com o conjunto verbal, dado que isso é reportado ali. No entanto, essa imagem é mais coerente à avaliação ideológica da notícia. Acrescentemos mais alguns elementos de conteúdo temático: o homem se encontra dormindo do lado de fora do pátio da igreja, separado pela mureta com grade; e a estátua se encontra repleta de pombos. Desses elementos, três coisas, então, devemos considerar: o símbolo do pertencimento e dialeticamente do proscrito, dado a religiosidade que a igreja imbui na imagem; o subentendido de que os pombos são uma praga urbana; e a relação desses dois signos iconográficos. Para uma compreensão responsiva parece óbvio o sentido que daí se pode depreender: o morador de rua é uma praga urbana que invade ou quer invadir o espaço que não lhe pertence. Não há nenhum sentido de misericórdia nessa relação provocada na imagem, pois a estátua do Arcebispo não é suficiente como símbolo universal

para representar compaixão como representaria uma imagem de Cristo, ou de Nossa Senhora, ou de São Francisco. Essa estátua representa antes um poder – um poder que as pragas urbanas debilitam. Todos esses sentidos são possíveis, considerando a orientação ideológica do discurso jornalístico. A esses sentidos podemos acrescentar a relação com o discurso alheio nas formas verbais, ou mais propriamente, com a sua representação: "*Se não nos derem comida, vamos começar a roubar*", *ameaça*. Aqui podemos considerar que, no sentido construído no encadeamento textual (que inclui a relação verbal-fotográfica), os frequentadores regulares da igreja ficam a mercê da potência criminal dos moradores de rua e a palavra roubar na boca do morador de rua se torna o signo total da notícia.

Vemos, portanto, nessa análise, que a manipulação do discurso alheio determina sentidos na imagem e que esta, ao mesmo tempo, complementa esses discursos com outros elementos morais e existenciais que se coadunam no sentido global do texto.

Aqui, ressaltamos, diferimos um pouco a nossa compreensão da de Barthes e de Gomes, pois nas inúmeras notícias que compõem o corpus de nossa pesquisa, nas quais analisamos a determinação do conjunto verbal sobre a fotografia, depreendemos também essa recíproca afetação de sentidos na observação sistemática da relação com o discurso alheio. Isto é, a determinação do sentido pelo conjunto verbal, como demonstram Barthes e Gomes é totalmente incontestável considerando apenas a relação entre os componentes verbal-fotográfico no plano do discurso jornalístico, enquanto contexto unicamente narrativo ou discurso do narrador, mas considerando também os discursos de personagem, a relação se torna polilógica (Ponzio, 2008), de modo que o discurso jornalístico obrigatoriamente se abre a outros pontos de vista e as relações dialógicas que se dão na unidade da vida cultural se presentificam no interior de um mesmo enunciado. Por isso, na relação verbal fotográfica com o discurso alheio encontramos apenas relações de recíproca complementaridade e nenhum caso propriamente de restrição do verbal sobre o fotográfico.

Como adiantamos acima, analisaremos agora um caso em que a imagem de retrato predispõe o discurso alheio a partir de uma relação de oposição.

Exemplo 16 – anexo 18.

Figura 8

FOLHA DE S.PAULO

TERÇA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2010 ★ ★ ★ cotidiano C3



Moradores de rua em Santa Cecília, centro de SP

Maioria dos moradores de rua trabalha

Censo encomendado pela prefeitura mostra também que sem-teto de SP recebem, em média, R\$ 19,30 por dia

Menos de 30% dizem pedir esmolas; de acordo com a pesquisa, 66,7% afirmam já ter sofrido violência

EVANDRO SPINELLI
DE SÃO PAULO

POPULAÇÃO NAS RUAS
Prefeitura divulga levantamento sobre moradores de rua em São Paulo

Total de pessoas em situação de rua

13.666

13.666

7.079

PERFIL EM 2009/10 (%)
90,5% sabem ler e escrever

Sexo

79,7

Masculino

RANKING 2009/10
Soma de moradores de rua e acolhidos por distrito

● Distritos com abrigo

● República	1.770
● Santa Cecília	1.354
● Sé	1.334
● Mooca	1.280

Nessa notícia, a imagem fotográfica, abrangendo toda a horizontalidade da página, antecipa inclusive o título, funcionando como contexto antecipador de todo o conjunto de textos – os quais se constituem também de gráficos e tabelas; uma Análise de um antropólogo (*Problema é complexo e exige reflexão, não alarmismo*); e uma Entrevista com a mesma pesquisadora reportada na notícia anterior (*É preciso dar a mão aos sem-teto, afirma psicóloga*) – que integram a matéria da página, a qual, por seu turno, completa a matéria total iniciada com a notícia na primeira página do caderno, que analisamos no exemplo anterior. Portanto, é preciso considerar que os textos da página 3, com exceção da imagem fotográfica, embora apresentem aspectos positivos dos moradores de rua ou reflexões justas sobre sua condição, encontram-se discursivamente preparados pelas avaliações significativamente negativas construídas na notícia anterior. O signo total, *roubar*, da notícia anterior se contrapõe ao signo *trabalho* desta notícia. Esse processo é mediado pela imagem que reitera os sentidos negativos, pois não retrata nenhum morador de rua trabalhando, pelo contrário, retrata-os em ócio e dormindo. Como aspecto expressivo, vale considerar o uso de

teleobjetiva, o que permite ao fotojornalista produzir a fotografia a uma grande distância dos personagens. Essa técnica geralmente é usada em foto-flagrantes e isso certamente provoca algum sentido nesta imagem, pois o leitor a lê a partir de uma *fotoliteracia*, de uma experiência de gênero: se o enunciado verbal diz uma coisa, o flagrante do *real* diz outra. Como réplica, essa imagem tanto cria um contexto existencial para a notícia que vem a dizer que os moradores de rua trabalham, negando-a, como recupera o contexto moral anterior de que o morador de rua é uma potência criminal.

Além dessas relações de oposição ao signo trabalho há ainda mais uma que merece atenção. No final do primeiro tópico do conjunto verbal é reportada a prioridade do governo no que diz respeito às condições dos moradores de rua:

A prioridade do governo, diz a vice-prefeita e secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Alda Marco Antonio, é retirar os idosos das ruas. "Em dois anos e meio nós vamos dar conta de colocar todos os idosos em moradias provisórias."

A imagem, ao retratar pessoas jovens, com a pretensa função de espelho do real (determinada pelo paradigma da objetividade), silencia a existência de idosos, de modo que, recuperando os contextos pragmático, existencial e moral negativos, atribui sentidos positivos ao discurso da vice-prefeita, como prioridade equivocada ou desvio do foco do problema social que os moradores de rua representam. Vemos, portanto, que essa imagem complementa os discursos alheios com sentidos opostos, mas sem ressignificá-los, sem fazer com que digam outra coisa, pois a ação da imagem não se dá sobre a elaboração do seu conteúdo, mas sobre a validade do que dizem esses discursos. Os sentidos opostos permanecem numa dimensão de comentário avaliador, similar à função de verbos declarativos.

Quanto à disposição textual, reiteramos, nas relações de oposição, geralmente as fotografias ocorrem como réplicas anafóricas. Casos como esse acima em que a fotografia antecipa todo o contexto são bem incomuns, mas podemos deduzir que isso se deu em razão da disposição macro da forma composicional a qual abrange toda a matéria e que organiza o encadeamento dos diversos textos que a integram conforme a forte orientação do discurso jornalístico. Ou seja, podemos ver nessa matéria, pela presença de textos divergentes, que o princípio do pluralismo (valor prescrito no Projeto Editorial da *Folha*) foi devidamente seguido, mas precisamente condicionado por uma orientação temática.

Além desse tipo de oposição analisada acima, na qual os discursos permanecem integrais, há também casos, embora também pouco frequentes, em que a imagem (dado o aspecto criativo) pode ressignificar o discurso alheio. Vejamos:

Exemplo 17 – anexo 19.

Figura 9

ESPECIAL C2 cotidiano

QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2010

FOLHA DE S. PAULO

PM diz se preocupar com letalidade das ações

Segundo seu comandante —que não foi localizado ontem—, a corporação investe na formação dos policiais para evitar mortes

Em entrevista anterior, o coronel disse que o “evento morte não é interessante para a polícia”; secretário também não falou ontem

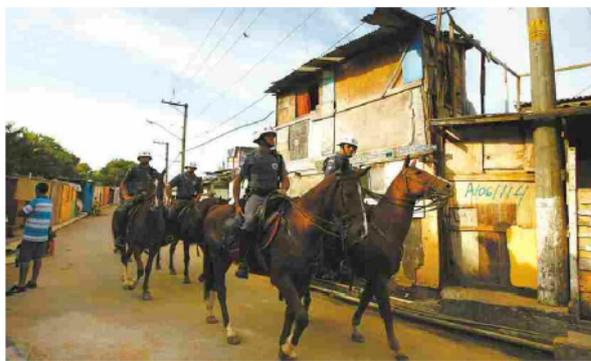
DA REPORTAGEM LOCAL

O comandante da PM paulista, coronel Álvaro Batista Camilo, tem dito que uma de suas preocupações é o índice de letalidade das ações e que há investimento na formação dos policiais para evitar mortes.

Ontem, a assessoria de imprensa da PM informou que não conseguiu localizar Camilo para que ele comentasse o aumento do número de mortes em confronto com policiais.

A Secretaria da Segurança Pública afirmou, entretanto, que havia conseguido contato com o policial, mas que ele estava em “deslocamento” para o Comando-Geral, onde iria consultar números e dados para poder falar com a **Folha**.

Em entrevista anterior, o coronel disse que o “evento morte não é interessante para a polícia”. Para ele, o ideal é o policial prender o infrator e colocá-lo atrás das grades.



PMs do Batalhão de Choque em patrulhamento na favela Tiquatira, na zona leste de São Paulo

ANÁLISE

Modernização precisa continuar

RENATO SÉRGIO DE LIMA
ESPECIAL PARA A FOLHA

São Paulo vive um grande pa-

sintomático. A atitude do comandante-geral da PM ao desculpar pela morte é ato de coragem em repudiar a violên-

tegrar a gestão das ações policiais, independentemente do atrasado debate sobre reformas legislativas na área.

SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar de SP mata mais em 2010

Mortos em confronto com a PM



Mortos em confronto, por gestão



Na análise dessa notícia devemos considerar, primeiramente, que a mesma integra a matéria iniciada na primeira página do caderno e que, portanto, seu conteúdo temático já está inscrito numa construção de sentidos. Vejamos a notícia que precede:

Cresce o número de pessoas mortas pela PM

Aumento foi de 40% no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo período do ano passado (de 104 para 146 mortos)

No 1º ano da gestão do secretário Ferreira Pinto, total de mortos por PMs subiu 54%; para coronel da reserva, dado é alarmante

[...]

Cresceu o número de pessoas mortas em confronto com policiais militares de SP. A alta foi de 40% nos três primeiros meses deste ano em comparação ao mesmo período de 2009: subiu de 104 para 146 mortos.

Já o total de PMs mortos em situação de confronto passou de três para cinco.

O aumento dos chamados casos de "resistência seguida de morte" coincide com o início da gestão do secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, que assumiu o cargo em março do ano passado.

Nos últimos 12 meses, de abril de 2009 a março deste ano, o número de mortes provocadas por PMs em serviço foi 54% maior do que nos 12 meses anteriores, na gestão de Ronaldo Marzagão.

Ao assumir, Ferreira Pinto, chamado de "linha dura", defendeu uma atuação mais intensiva da PM e da Rota.

Ao participar da cerimônia de troca de comando da Rota, fez elogios ao batalhão de elite da PM e disse que a unidade voltaria às ruas. "E o enfrentamento? Ora, o enfrentamento é uma opção do criminoso. Só dele!", discursou o secretário.

E completou: "Em matéria de segurança, o politicamente correto beira à hipocrisia".

Ao mesmo tempo, o novo secretário iniciou rigorosa investigação de crimes envolvendo policiais civis - o que lhe rendeu elogios e inimigos.

[...]

Esta notícia avalia o primeiro ano da gestão do secretário de Segurança Pública, apresentando em números o aumento da letalidade em confrontos policiais e reportando do discurso do secretário enunciados que justificam e enfatizam esse aumento, como: *"E o enfrentamento? Ora, o enfrentamento é uma opção do criminoso. Só dele!", discursou o secretário.*

A partir desses sentidos podemos compreender melhor a ressignificação que a imagem opera sobre os enunciados reportados no título: *PM diz se preocupar com letalidade das ações*; e na linha fina: *Segundo seu comandante -que não foi localizado ontem-, a corporação investe na formação dos policiais para evitar mortes*. A imagem, em si, não apresenta por conteúdo nem elementos que indiquem a preocupação da PM com a letalidade nem elementos que indiquem o investimento na formação de policiais. Num plano de conjunto, a imagem retrata a atividade de patrulhamento pelo Batalhão de Choque numa favela, como explica a legenda. A não ser que consideremos o patrulhamento uma atividade preventiva que evita crimes e por consequência o enfrentamento entre bandidos e policiais, podemos dizer que a imagem aparentemente nada tem a ver semanticamente com o tema noticiado. No entanto, se considerarmos os sentidos construídos na notícia da página anterior podemos perceber que a imagem, a partir do potencial metafórico que concentra, apresenta coerência com determinada orientação temática no discurso jornalístico. O plano de conjunto da imagem enfatiza a ação, o que torna a imagem mais narrativa; a saturação de amarelo e ocre, o estreitamento da rua pelo efeito de perspectiva, a ausência de calçada, os aspectos de pobreza dos casebres, que implicam uma anacronia urbana em relação aos padrões médios das cidades contemporâneas, remetem o leitor para uma cena cinematográfica de *far west*, o que no contexto brasileiro ganha acento específico com a história da jagunçagem. Aqui

poderíamos considerar, portanto, a enorme influência intergenérica que o cinema estabelece sobre a produção fotojornalística. Esses sentidos metafóricos associados à personalidade do secretário de Segurança Pública, como caracterizada na notícia anterior, faz com que a imagem aja sobre o valor de verdade dos discursos reportados no título e na linha fina. Ao opor-se a esses discursos implicando na sua verdade, a imagem os faz significar algo diferente. O sintagma de abrangência genérica *evitar mortes* se restringe (mortes de quem?) e o sintagma *formação dos policiais* pode ganhar um sentido de poder paralelo. Esses sentidos, obviamente, são possibilidades metafóricas, ambiguidades geradas pela própria ambiguidade da imagem fotográfica que, e aqui lembramos Kossoy, constrói a realidade.

Até aqui consideramos a orientação da imagem fotográfica para o discurso alheio analisando as relações de complementação, oposição e ressignificação no gênero *notícia geral*. No entanto, podemos dizer que, com diferenças mínimas, as mesmas relações ocorrem de forma análoga no gênero *spot news*. Enquanto réplica, a imagem funciona da mesma maneira, criando contextos gnosiológicos, morais, existenciais, etc. que podem enfatizar ou atenuar as avaliações do discurso alheio, modificar o seu valor de verdade, fortalecê-lo ou enfraquecê-lo na hierarquia social dos valores, justificá-lo ou condená-lo moralmente, cientificamente, pragmaticamente, etc. A diferença mais relevante está no fato de que a imagem de *spot news*, devido à importância social do acontecimento que retrata, pode concentrar diversos contextos que ao mesmo tempo preparam ou concluem o discurso alheio. Geralmente, nas imagens de acidentes traumáticos ou tragédias, sempre se produzem conjuntamente contextos existenciais e morais. Outra diferença, mas de pouca importância, está no fato de que no gênero notícia geral as imagens são produzidas e dispostas no texto, em sua maioria, com vista a ampliar a atratividade do tema, já no caso do gênero *spot news* isso é desnecessário, pois o próprio tema, sendo de grande comoção pública, concentra toda atratividade.

No exemplo 18, a seguir, podemos ver como uma imagem de tragédia, a qual é publicada dentre uma sequência de outras imagens *chocantes*, é utilizada para enfatizar a avaliação do discurso alheio.

Exemplo 18 – anexo 20.

Figura 10

Ação em encosta é falha, dizem especialistas

Para pesquisadores, mapeamento das áreas de risco é benfeito, mas falta de monitoramento de campo dá margem a tragédias

Equipes técnicas precisam visitar preventivamente os morros para saber a real situação de seus moradores, de acordo com geólogo

EDUARDO GERAQUE
DA REPORTAGEM LOCAL

O mapeamento geológico das áreas de risco do Rio de Janeiro é bem feito, segundo especialistas. Mesmo assim, tragédias como a de ontem ocorrem por que falta um monitoramento de campo mais efetivo, dizem eles. Equipes técnicas precisam ir preventivamente aos morros para saber a real situação de seus moradores, afirmam.

“O mapa geotécnico (documento que mostra onde o solo pode ser mais frágil e, por isso, sofrer com escorregamentos, por exemplo) do Rio de Janeiro é muito bom”, avalia o geólogo Cássio Roberto, especialista em planejamento territorial.

Mesmo com ferramentas técnicas e sistemas de alertas eficientes, a queda no orçamento do setor ajuda a explicar o monitoramento falho nos morros do Rio de Janeiro.

No início do ano, um relatório do Tribunal de Contas do Município do Rio mostrou que os recursos gastos pela Geo-Rio, instituição estatal responsável pelo sistema de monitoramento das encostas da cidade, caíram em 2009.



Casas soterradas no morro dos Prazeres, em Santa Teresa (centro), onde ocorreram deslizamentos; equipes de socorro e moradores fazem os resgates

Nessa notícia, a imagem, pelo contexto vivencial que representa, chancela o discurso dos pesquisadores no título e na linha fina. No corpo do componente verbal, a notícia apresenta a informação de que houve corte no orçamento destinado ao serviço de monitoramento das encostas. O que é preciso considerar nessa notícia é o uso não aleatório da imagem e o contexto da vida que se presentifica e ampara o tema. Isto é, essa notícia analisa as ações e os gastos públicos no trabalho de prevenção de deslizamentos, tema que poderia ser noticiado também antes de qualquer tragédia. Contudo, sem uma tragédia para *ampará-la*, seria uma notícia *irrelevante*.

Todos esses casos que analisamos, com exceção da disposição catafórica da imagem no exemplo 16, são os mais comuns que pudemos encontrar no corpus da pesquisa. Isto é, essas formas de relações entre o discurso alheio reportado e a imagem fotográfica são

mais frequentes e podem ser identificadas em inúmeros textos, com variações apenas do tipo de contexto que a imagem cria, o que é determinado pelo tema.

Todavia, além desses casos mais comuns, há aqueles mais específicos que geralmente decorrem de uma estetização acentuada da imagem. Vejamos um exemplo:

Exemplo 19 – anexo 21.

Figura 11



Rua no Jardim Pantanal volta a alagar

Após prefeitura retirar a bomba d'água que drenava o local, rua-símbolo das inundações do verão sofre nova enchente

Segundo o subprefeito da [...] que fosse feita manutenção". [...] ro, viam-se pais e crianças em [...] mente na área alagada da rua [...] da rua Capachós tinha uma [...] guel Persoli, "a empresa que [...]

A fotografia dessa notícia recupera no plano expressivo, através do ângulo de tomada da imagem, um signo clássico da arte pictórica e da fotografia artística de paisagem, trata-se do espelhamento na água. Aqui podemos compreender claramente o procedimento de *estetismo*, definido por Barthes, como intuito de provocar um sentido mais sutil na mensagem fotográfica. Em seu conteúdo, a imagem retrata uma rua com signos da pobreza, como a estética do inacabado, as vestimentas, os calçados; e pessoas em situação natural, no estilo fotografia cãndida. Aqui certamente vemos a intergenericidade com o gênero *feature de interesse humano*. Neste gênero, as imagens apresentam um sentido completo em si mesmas, como nas fotografias de paisagens, nos retratos de uma cultura, etc. (SOUSA, 2002). A

imagem dessa notícia, antecipando o título, oferece, deste modo, uma primeira leitura completa em si: a estetização da pobreza, um olhar para o belo da vida humilde, configurado no tratamento formal expressivo do conteúdo.

A imagem cria, portanto, um contexto estético-existencial, mas na sequência se informa que se trata de um alagamento e mais ainda, da rua Capachós, que, antes de ali ser instalada uma bomba de drenagem, já havia permanecido intermitentemente alagada com água de chuva misturada a esgoto por quase dois meses. Aqui podemos compreender uma figura de linguagem comum da estética romântica dos temas grotescos e sociais, o oxímoro. Essa figuração gera efeitos diversos conforme o discurso alheio. Consideremos esses discursos na sua sequência textual. A primeira relação se dá com o discurso do subprefeito, a quem é atribuída a responsabilidade por cuidar do problema, ou negligenciá-lo:

Na quarta-feira passada, antes do feriado de Páscoa, caminhão e bomba foram retirados. Segundo o subprefeito de São Miguel Paulista, Milton Persoli, responsável pela área, "para que fosse feita manutenção".

O oxímoro do contexto estético-existencial na imagem funciona como uma ironia que avalia negativamente o argumento do subprefeito. Aqui devemos considerar, inclusive, ter sido utilizada a variante analítico-verbal do discurso indireto, o que tingem o discurso reportado com a mesma tonalidade irônica da imagem. Vemos nesse caso uma sintonia muito coesa também no plano expressivo do discurso jornalístico entre o componente verbal e fotográfico, essa coesão geralmente ocorre somente em relação ao conteúdo.

A segunda relação se dá com o discurso de uma moradora da região, que sofre as consequências do problema:

Vicentina de Arruda, 38, uma mão segurando o guarda-chuva, a outra apertada em torno do pulso do sobrinho Pedro, 9, reclamou encolhida sobre uma pedra na calçada: "Isto aqui é água com cocô. A gente paga à Sabesp para ter água e esgoto, mas o esgoto está totalmente entupido."

A imagem, em recíproca afetação, promove um sentido pitoresco para a fala da personagem, o que é reiterado no tom caricatural que pode assumir o vocabulário dessa fala. Mas, ao mesmo tempo, o contexto verbal que prepara esse discurso também agrega certo sentido de compaixão na caracterização *reclamou encolhida sobre uma pedra*. Esse sentido de compaixão retorna para a imagem no signo dialético: como pode haver beleza na tristeza da vida?

Na sequência há outro enunciado do subprefeito, seguido imediatamente do discurso do prefeito de São Paulo:

Segundo o subprefeito Miguel Persoli, "a empresa que fornece a bomba d'água garantiu que ainda nesta semana voltará a fazer a dragagem da rua".

Ontem, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) ofereceu ajuda ao Rio de Janeiro. Segundo Kassab, o auxílio poderá ser em mantimentos, equipamentos e até em funcionários da Defesa Civil. "A nossa equipe está bastante experiente", disse.

Para este enunciado do subprefeito a ironia se torna mais mordaz, pois passa a implicar também um sentido moral que avalia a garantia afirmada como um contrassenso que banaliza a precariedade em que estão as pessoas da rua alagada. E a mesma relação também se dá com o discurso do prefeito, tanto no sentido de um descaso, pois oferece ajuda a outra cidade sem cuidar dos problemas de sua própria, como no sentido de que a afirmação da experiência dos funcionários da Defesa Civil (com as consequências do discurso direto preparado pelo indireto) significa a constante de medidas paliativas na solução dos problemas da cidade.

Vemos que nessa notícia a coesão expressiva verbal-fotográfica no discurso jornalístico foi capaz de ressignificar o discurso alheio, mesmo estando a imagem em condição catafórica no texto. Como dissemos acima, esse tipo de relação não é muito frequente, e certamente é um caso que merece uma pesquisa específica, pois aponta possibilidades de transformação do gênero notícia.

Além desses casos em que a imagem funciona como réplica na sua relação com o discurso alheio, há, também, aqueles, embora mais incomuns, em que a imagem, sendo extremamente elaborada, integra esse discurso num plano narrativo. Todavia é preciso apontar aí uma distinção: enquanto no enunciado verbal o discurso jornalístico absorve o discurso alheio através dos esquemas sintáticos que a língua oferece, no enunciado fotográfico o discurso jornalístico, desprovido de esquemas sintáticos específicos para tanto, integra o discurso alheio em equivalências semânticas.

Exemplo 20 – anexo 22.

Figura 12

Pai tem que pagar para ver parto do filho

Maternidades particulares de São Paulo cobram entre R\$ 113 e R\$ 147 para acompanhante poder entrar no centro obstétrico

Anvisa, ANS e Procon dizem que a cobrança é ilegal; pesquisa mostra que acompanhante ajuda na diminuição da dor pós-parto

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO
DA REPORTAGEM LOCAL

A administradora de recursos humanos Roberta Meza, 41, não sabia. A secretária-executiva Patrícia Fernandes Lopes Felipe, 32, também não. Antes de ter filhos há alguns meses, as duas percorreram maternidades particulares de São Paulo para conhecer os serviços antes de decidir onde fariam o parto.

Por desconhecer a resolução que garante a presença de um acompanhante de livre escolha da mulher, pagaram R\$ 147 para que os maridos assistissem ao nascimento dos bebês.

Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Procon dizem em uníssono que a cobrança é abusiva e claramente ilegal.

Pesquisa da USP mostra que diversos indicadores melhoraram com a presença do acompanhante no parto, como diminuição da dor e índices meno-



A secretária-executiva Patrícia Fernandes Lopes Felipe e sua filha; família teve de pagar R\$ 147 para marido de Patrícia acompanhar parto

ram entre R\$ 113 e R\$ 147 para presença do pai na hora do parto, o que chamam de "taxa de nupcialização" para cobrir os

emitida pela maternidade Pro Matre. "Não sabia que tinha de pagar a roupa", diz. "O hospital não pode cobrar

rim, técnica da Anvisa. Segundo a agência, denúncias sobre esse cobrança podem ser feitas à vigilância sani-

viços do pacote oferecido às mães e um indicativo do negócio que se firmou em torno do parto na rede particular

rência deve ser estimulada.

Com medo de que o marido desmaiasse na hora do parto e perdesse as fotos, Patrícia, mãe de Estela, de um ano e três meses, pagou R\$ 1.000 a um fotógrafo indicado pelo São Luiz.

"Se eu levasse um fotógrafo próprio, só deixariam fazer as imagens do berçário do lado de fora, pela vidraça. Mas o fotógrafo deles entrou e tirou fotos do primeiro banho. Aceitei e fiquei rendida. Naquele momento tinha outras prioridades, já estava numa fase de muito cansaço", diz Patrícia.

As maternidades também oferecem extensões do teste do pezinho, cuja detecção básica de cinco doenças, por lei, é gratuita. Para o exame de mais cinco são cobrados R\$ 118 e, para 41 deficiências, R\$ 428.

Gratuitas na rede pública e que devem ser aplicadas nos primeiros dias de vida, as vacinas como BCG e contra a hepatite B são cobradas em alguns hospitais, R\$ 95 a dose de cada uma, como no São Luiz, e gratuitas em outras, como no Santa Catarina.

Considerado inócuo por hematologistas e geneticistas, o congelamento do sangue do cordão umbilical, rico em células

Essa notícia denuncia a cobrança ilegal feita por hospitais para permitir a presença do pai durante o parto. Inclui ainda informações sobre práticas corporativistas que impedem a livre concorrência de serviços de terceiros e sobre cobranças abusivas por benefícios reais e prometidos. Todo esse conteúdo se presentifica na imagem de forma indireta, através da integração do discurso alheio. Para compreendermos essa relação é preciso considerar, primeiramente, os aspectos técnicos de produção da imagem, os elementos expressivos que agem diretamente na significação.

O aspecto principal dessa imagem é que a perspectiva é construída em primeira pessoa. Inúmeras fotografias costumam apresentar essa perspectiva como que incluindo o leitor na trama imagética. Esse tipo de técnica é bem mais comum no gênero *notícia geral*, pois este permite o contato entre a personagem e o fotógrafo, o planejamento de ambiente, a pose, etc. e, quase sempre, é utilizada para ampliar o efeito dramático da cena, sobrevalorando algum elemento de conteúdo. Além da perspectiva, todos os demais elementos técnicos, como a composição, o ângulo de tomada da imagem e a iluminação, também são planejados com a vista a uma construção narrativa. Esse tipo de imagem na qual se constrói uma narrativa também é bastante comum no fotojornalismo e muitas vezes é

mesmo uma necessidade. No entanto, a imagem dessa notícia se distingue do comum na sua relação com o discurso alheio. Ao invés de funcionar apenas como réplica ou como uma redundância da narrativa verbal, essa imagem integra o discurso alheio no seu conteúdo.

Vejamos:

[...]

Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Procon dizem em uníssono que a cobrança é abusiva e claramente ilegal.

Pesquisa da USP mostra que diversos indicadores melhoram com a presença do acompanhante no parto, como diminuição da dor e índices menores de depressão pós-parto, por exemplo.

[...]

"A presença do acompanhante na hora do parto é um direito e é de livre escolha da mulher", diz Andrezza Amorim, técnica da Anvisa.

[...]

"É uma prática abusiva. Qualquer cobrança é considerada um obstáculo à garantia desse direito em lei", diz Robson Campos, diretor do Procon.

Essa taxa é mais um dos serviços do pacote oferecido às mães e um indicativo do negócio que se firmou em torno do parto na rede particular.

Para gravar ou fotografar o nascimento, todas as maternidades exigem que o serviço seja feito por uma única empresa indicada, que cobra R\$ 1.298.

Para o Procon, a restrição deve ser previamente justificada e informada às mães e a concorrência deve ser estimulada.

Com medo de que o marido desmaiasse na hora do parto e perdesse as fotos, Patrícia, mãe de Estela, de um ano e três meses, pagou R\$ 1.000 a um fotógrafo indicado pelo Hospital São Luiz.

"Se eu levasse um fotógrafo próprio, só deixariam fazer as imagens do berçário do lado de fora, pela vidraça. Mas o fotógrafo deles entrou e tirou fotos do primeiro banho. Aceitei e fiquei rendida. Naquele momento tinha outras prioridades, já estava numa fase de muito cansaço", diz Patrícia.

[...]

Todos esses enunciados são integrados à imagem em equivalências semânticas produzidas pelos elementos formais expressivos de *iluminação, perspectiva, enquadramento e composição* que se relacionam diretamente a termos como *prática abusiva, ilegal, dor, depressão pós-parto, direito, fiquei rendida*.

O enquadramento em *plano médio* ou *próximo* associado ao ângulo de tomada em *plano picado*, isto é, de cima para baixo, enfatiza o rosto da personagem em primeiro plano, isso ao mesmo tempo amplifica a expressividade da personagem e aproxima a perspectiva, subjetivando-a. O ângulo de tomada em *plano picado* na tradição fotojornalística tem por função apresentar emoções negativas ou fragilizar a personagem representada, diminuindo-a ou desvalorizando-a diante do espectador (SOUSA, p. 80). A iluminação lateral no rosto da mãe salienta efeitos emocionais-expressivos pelo contraste e a luz fria nesse contexto semântico sugere emoções negativas; a luz quente iluminando o bebê realça o

contraste: cria um aspecto mágico na cena, a descoberta, a fantasia, a inocência, um ponto de esperança em contraposição ao medo e à coação de que somente a mãe é consciente. Aqui, tem-se, portanto, a relação semântica direta com o sintagma *depressão pós-parto*. Além disso, a expressividade negativa integra dialeticamente o discurso da pesquisa pelo seu contrário, isto é, a imagem, neste caso, representa justamente a ausência do acompanhante, acentuando o argumento da *dor*. Esses elementos expressivos, na sua relação com os discursos alheios, pela integração na imagem, desenvolvem uma cena narrativa.

A criança entre as pernas da mãe e esta como quem está de prontidão para proteger, como quem está em perigo iminente, a mãe parece acuada. Aqui se integram os sentidos de *prática abusiva e obstáculo à garantia de direito*, pela sua interdição *ilegal*. Mãe e filha se encontram sozinhas, sem o pai. A perspectiva do observador também não indica a presença do pai, pelo contrário, a mãe olha como se fosse para um estranho. O plano médio saturado pela perspectiva subjetiva faz um efeito de enclausuramento das personagens. Aqui se associa o sentido de *fiquei rendida*. Mãe e filha se encontram à mercê de um estranho, como alguém que vigia, alguém que mantém um cativo. Por último podemos considerar a pose, e se recorrermos, como ensina Barthes, a outros campos de produção simbólica, não é difícil encontrar no cinema diversas cenas de composição semelhante que representam vítimas em narrativas de sequestro.

Essa imagem, portanto, na sua relação com o contexto narrativo no componente verbal, com a denúncia do corporativismo de determinados hospitais e da ilegalidade de suas ações, e na relação com os discursos alheios, integrando-os semanticamente, cria uma metáfora existencial que coloca a família que recorre a esses hospitais à mercê de uma atividade comum de organizações mafiosas: cobrar pelo direito ao direito. Deste modo, a imagem apresenta forte orientação temática que ao mesmo tempo denuncia e avalia o fato denunciado.

Essa imagem, todavia, ainda provoca um outro tipo de relação. A perspectiva em primeira pessoa insere o espectador na trama imagética, isto é, determina o leitor como um personagem que observa. A imagem, portanto, apela ao leitor, acusa-lhe, inquire seu posicionamento valorativo diante do fato. A empatia, contudo, é dada pela visão do agressor, aquele que coage emocionalmente, psicossocialmente, de modo que a imagem também impinge a culpa e a responsabilidade a este que observa. Esses sentidos, no entanto, é preciso considerar, são apenas uma consequência metafórica inscrita num contexto moral possível que desenvolvemos a partir da compreensão responsiva.

De todo modo, para o interesse de nosso estudo, o que parece ser importante a se considerar nessa relação é o fato de que essa imagem não apenas se orienta para o tema, para o discurso alheio e para um terceiro, o interlocutor, como é próprio da estrutura do enunciado pleno; essa imagem também integra o interlocutor, caracteriza-lhe como objeto do discurso, torna-lhe um outro de si mesmo. Esse tipo de relação, certamente, também demanda um estudo aprofundado, pois pode apresentar dados históricos relevantes sobre o processo de formalização, na linguagem, de determinadas tendências ideológicas no campo de atividade da imprensa.

Conforme adiantamos no início deste tópico, a nossa intenção aqui foi compreender as formas mais gerais de orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica. Isso nos privou, portanto, de considerar sistematicamente uma única forma. Deste modo, em nossas análises procuramos compreender essas formas também nos seus aspectos mais gerais, mesmo considerando os detalhes e os sentidos arquitetônicos dos enunciados analisados. Vimos com Barthes e Gomes que determinadas formas de relação verbal-fotográfica na notícia já adquiram certa estabilidade, assim partimos da consideração dessas formas estabilizadas para compreendermos a relação com o discurso alheio. Do mesmo modo, também abordamos essa relação pautados na caracterização, conforme Sousa, dos gêneros fotorrealísticos. Além disso, em diversos pontos das análises, também reiteramos os aspectos teóricos sobre a fotografia apresentados no capítulo 3.

Como no tópico anterior, nessa abordagem geral esperamos pelo menos ter dado conta de configurar, com os exemplos apresentados, uma imagem relevante do problema abordado.

Por fim, ressaltamos que cada uma das formas que abordamos demanda pesquisas aprofundadas, pois como apontamos na introdução do nosso trabalho, a relação da fotografia com o discurso alheio tem sido ainda pouco pesquisada, mesmo num tempo em que a imagem, fixa ou em movimento, devido às formas de interação midiáticas virtuais, já tem disputado espaço com a palavra no papel privilegiado como signo na comunicação da vida cotidiana. Esfera esta que, como nos ensinam Bakhtin/Volochínov, é extremamente rica e importante na constituição das ideologias especializadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos em como tecer considerações finais para este nosso trabalho, a primeira coisa que nos interpelou como necessidade de dizer é que acreditamos ter respondido às questões de pesquisa que nos colocamos de início, alcançando um esgotamento temático provisório e necessário à conclusibilidade de nosso estudo.

Procuramos compreender nas formas verbais e nas formas de relação verba-fotográfica quais os esquemas sintáticos, semânticos, estilísticos e composicionais de apreensão e transmissão do discurso alheio constitutivos do gênero do discurso notícia, ou seja, procuramos identificar aqueles elementos mais estabilizados nas formas da linguagem. A essa questão respondemos, principalmente, com a análise de exemplos no capítulo 4, no entanto, todo o nosso trabalho, desde a configuração do contexto histórico em que se deu a introdução do paradigma da objetividade na imprensa brasileira, foi construído com vista a responder também como determinadas tendências ideológicas se refratam nesses esquemas sintáticos, semânticos, estilísticos e composicionais do gênero notícia.

Além dessa questão geral que nos motivou, procuramos responder também, por necessidades que o próprio problema de pesquisa adicionou, qual o papel da imagem fotográfica na composição da unidade do texto noticioso, quais os elementos formais e convencionais que garantem essa unidade e quais efeitos discursivos possíveis que a imagem pode provocar. Procuramos responder a essas questões a partir dos trabalhos de Kossoy, Barthes e Sousa e demos corpo a essa resposta principalmente no capítulo 3. Por fim procuramos compreender quais as relações possíveis da imagem com o discurso alheio enquanto discurso citado na notícia e quais as formas, próprias da imagem, de orientação para esse discurso. Essa última indagação também fazia parte da nossa questão geral, e a ela respondemos, da mesma forma, em todo este trabalho, ainda que a resposta tenha ganhado ênfase na análise de exemplos.

Procurando compreender as refrações ideológicas do paradigma da objetividade na dinâmica da inter-relação com o discurso alheio, observamos que nas formas verbais os esquemas sintáticos do discurso indireto e do discurso direto, bem como suas variações, refletem determinadas tendências de uso que correspondem a um posicionamento do discurso alheio em uma hierarquia que compreende valores como objetividade, precisão e credibilidade. Vimos, contudo, que esse posicionamento tanto pode ser determinado pelo

modo de sua apreensão no discurso jornalístico no que diz respeito ao conjunto social dos valores, as crenças culturais, etc., como, também, pode ser determinado por uma orientação temática específica e pela tomada de posição ideológica no discurso jornalístico, de modo que este discurso também é capaz de recharacterizar o discurso alheio e seu falante.

Quanto às formas de orientação para o discurso alheio na relação verbal-fotográfica, pudemos perceber também que determinadas tendências de configuração dessa relação implicam na caracterização desse discurso mediante a construção de contextos de ordens diversas: gnosiológicas, morais, existenciais, pragmáticas, econômicas etc. Além disso, vimos que a fotografia por si mesma, dado sua dimensão estética e o fato de que pode integrar, na sua relação intergenérica, toda uma gama de sentidos de outros sistemas culturais da tradição visual, é capaz de provocar sentidos únicos no gênero notícia.

Em relação específica ao paradigma da objetividade, uma consequência comum nos chamou a atenção durante as análises das formas de relação verbal-fotográfica. Como apontamos em vários momentos de nosso trabalho, quando a fotografia foi introduzida definitivamente na imprensa e ganhou o devido peso informativo, foram recuperadas as concepções positivistas do contexto de seu surgimento, de modo que a fotografia foi dada como portadora de uma objetividade mecânica e, portanto, como um registro fiel da realidade; Vimos, a partir de Sousa, que mesmo com as transformações históricas e os avanços na sua compreensão científico-filosófica, sob a determinação do paradigma da objetividade a fotografia, na cultura de produção e consumo da imprensa, permanece até hoje imbuída de certa objetividade imanente. Em todas nossas análises, no entanto, pudemos perceber que a imagem fotográfica, observada a partir da sua relação com o discurso alheio, demonstra ser em todo o texto noticioso o ponto mais franqueado de uma orientação temática e uma tomada de posição ideológica. Ou seja, demonstramos em nossas análises, que na relação com o discurso alheio, o enunciado fotográfico é ainda menos objetivo do que o enunciado verbal.

Para findar nosso trabalho, ainda sentimos a necessidade de dizer brevemente uma palavra sobre a *compreensão responsiva*. Para nós, a compreensão como encontro pode ser representada pela metáfora da escaramuça, no sentido do encontro com o detalhe que subverte a compreensão comum, um *encontro de palavras* que pode guinar os sentidos identitários. Fiados nessa concepção, realizamos análises que podem parecer demasiadamente singulares para um contexto científico, porém, afirmamos, se essas análises assim se caracterizam, então tivemos sucesso em nosso objetivo. Nesse sentido, reafirmamos nossa

posição no pensamento bakhtiniano, que propõe uma abordagem heterocientífica do saber e a compreensão como uma penetração na insondabilidade dos sentidos por meio de outros sentidos, sempre uma recusa da coisificação do objeto e sua exatidão, porque o objeto na sua totalidade é sempre interpessoal.

Ao adotarmos a compreensão responsiva como procedimento metodológico de análise, procuramos antes de qualquer outra coisa, compreender as relações dialógicas possíveis entre enunciados desde a unidade cultural na sua totalidade possível, única fronteira para os *contextos distantes* do sentido ideológico (BAKHTIN, 2003). Ou seja, o sentido ideológico vive em dimensões quase infinitas e somente por um grau muito forte de monologia é que podemos restringi-lo a uma única realidade, mesmo considerando as condições infraestruturais de sua produção, pois mesmo essas têm sua história na dimensão histórica humana inteira. O que vale para nós é o projeto de dizer do enunciado, o *ser em processo de formação* na sua refração ideológica (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004) e não uma identidade que aprisiona o signo (PONZIO, 2010). Por isso *compreendemos* a compreensão responsiva como o diálogo que estabelecemos entre os diálogos: uma relação dialógica.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. (Org.). **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **A modernização da imprensa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AUMONT, J. **A imagem**. Tradução: Estela dos Santos Abreu e Claudio C. Santoro - Campinas-SP: Papirus, 1993.

BAHIA, B. J. **Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira**. Volume 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **O freudismo: um esboço crítico**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2011.

BARBOSA, H. H. A. L. **Uma proposta de leitura da linguagem verbo-visual:** relações dialógicas em uma capa e reportagem da Revista Veja. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté-SP, 2010.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, D. L. P.; FIORIN, José L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin.** São Paulo: Edusp, 1994.

BARTHES, R. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Mitologias.** Tradução de Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

_____. **O óbvio e o obtuso:** ensaios críticos III. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAZIN, A. **O cinema:** ensaios. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Ontologia da imagem fotográfica (Traduzido de André Bazin, Qu'est-ce que le cinéma? v. 1, Paris, Editions du Cerf, 1958). In: XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema:** antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, p. 121-128, 1983.

BRAIT, B. A palavra mandioca: do verbal ao verbo-visual. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 1, p. 142-160, 2009.

_____. (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** 2. ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2005.

_____. (Org.). **Bakhtin e o Círculo.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. Contribuições bakhtinianas para a análise do verbo-visual. In: BASTOS, Neusa M. B. (Org.). **Língua Portuguesa: luofonia, memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008. p. 257-269.

_____. Polifonia arquitetada pela citação visual e verbo-visual. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do discurso**, v. 5, p. 183-196, 2011.

BRITO, L. P. L. **Contra o Consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003.

BUITONI, D. S. Fotografia e jornalismo: da prata ao pixel – discussões sobre o real. **Líbero (FACASPER)**, São Paulo, nº 20, p.103-111, dez. 2007.

_____. **Fotografia e jornalismo: A informação pela imagem**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAVALCANTI, J. R. **No “mundo dos jornalistas”**: interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

CRISTÓVÃO, A. **Fazendo gênero em jornalismo: os projetos editoriais da Folha de S. Paulo e perspectiva dialógica**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara-SP, 2011.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FLORES, V. N. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: contexto, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual Geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

_____. **Manual da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

FREIRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Ancoragens – Estudos bakhtinianos**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação.** Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

GOMES, R. S. **Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal.** Niterói: EdUFF, 2008.

GREGOLIN, M. R. V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. (Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003, p. 95-110.

GRILLO, S. V. de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

_____. A oralidade no jornalismo impresso: Estilo e regras de representação para o discurso relatado. **Linha D'Água.** São Paulo, v. 17, p. 77-86, 2005.

_____. Manuais de redação e estilo: gêneros do discurso, linguagem e objetividade na imprensa. **The specialist,** São Paulo, v. 24, p. 85-110, 2003.

_____. Polifonia e transmissão do discurso alheio no gênero reportagem. **Estudos Linguísticos.** Campinas, v. XXXIV, p. 1164-1169, 2005.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KOSSOY, B. **Fotografia e história.** 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LAGE, N. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Ática, 2006.

LAURENZA, A. M. A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 179-205.

- MACHADO, A. **A Ilusão Especular**: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. A questão espaço-temporal em Bakhtin: Cronotopia e exotopia. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. B. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2010.
- MAGALHÃES, A. S. A questão verbo-visual em reportagens de um jornal carioca: uma perspectiva dialógica dos processos de subjetivação. **Intercâmbio**, São Paulo, v. XX, p. 44-63, 2009.
- MARCHEZAN, R. C. Os gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. B. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2010.
- MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MIOTELLO, V. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas**: O discurso neoliberal e seus confrontos. Tese de doutorado. Campinas-SP: UNICAMP, 2001.
- _____. A questão da relação dos discursos fundadores com os discursos formadores. In: MIOTELLO, V. et al. **Triboluminescência**: Gegelianos e Bakhtin – Ainda à sombra. São Carlos: GEGE, 2005, p. 271-281.
- _____. **Discurso da ética e a ética do discurso**. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2011.
- _____. Estudo da língua em Bakhtin – objeto e metodologia. In: GATTOLIN, S. R. B.; SIGNORI, M. B. D.; MIOTELLO, V. (Orgs.) **Década – Dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 275-286.

_____. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 167-176.

_____; ORLANDINI, R. A. A questão da fotografia na página de política: o fotógrafo como atirador e formador. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (Orgs.). **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 247-265.

_____; TURATI, C. A. Para uma leitura do texto materialmente heterogêneo. **Versão Beta**, São Carlos, v. 55, p. 5-25, 2010.

MOURA, R. L. José Medeiros e o fotojornalismo na Revista O Cruzeiro. In: Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Metodista, 2009. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/trabalhos.htm>. Acesso em: 09 mai. 2011.

ORLANDINI, R. A. **Jornalismo criativo e os gêneros do discurso jornalístico: As contribuições do Jornalismo Informativo e Literário na constituição do gênero Jornalismo do século 21 e a influência dos suportes na busca da criatividade textual**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PASSOS, M. Y. R. S. **A ciência que não vemos: o jornalismo literário como meio de desvelamento de ideologias e polifonia na comunicação pública da ciência**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PANOFSKY, E. **Estudos de Iconologia: Temas Humanísticos na Arte do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 1990.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea**. Tradução de Valdemir Miotello et al.. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Encontros de palavras.** Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Procurando uma palavra outra.** Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

RAMA, A. **A cidade das letras.** Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, A. P. G. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. In: COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_712.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____; SACRAMENTO, I. **Mikhail Bakhtin:** Linguagem, cultura e Mídia. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2010.

ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (Orgs.). **Discurso midiático:** sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

SARGENTINI, V. M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Linguísticos.** Campinas, v. XXXV, p. 181-190, 2006.

SILVA, C. E. L. **O adiantado da Hora:** a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SOBRAL, A. U. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. Ético e estético - Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin:** Conceitos-Chave. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 103-121.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 22. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

SOUSA, J. P. **As Notícias e os Seus Efeitos. As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos.** Coimbra: Minerva Editora, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>.

Acesso em 10 abr. 2011.

_____. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto: BOCC, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>.

Acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Fotojornalismo. Introdução à História, às Técnicas e à Linguagem da Fotografia na Imprensa.** Porto: BOCC, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2011.

_____. **Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental.** Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC, 2000.

SOUZA, G. T. **Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin-Volochinov-Medvedev.** São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP, 2002.

STRICKLAND, C. **Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

TOKARSKI, F. M. B. **Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos de 1950.** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2011.

ANEXOS

Vacinação contra a gripe suína é prorrogada

Imunização de grávidas, doentes crônicos e crianças de seis meses a 2 anos, que deveria terminar hoje, será feita até dia 23

Governo inicia na próxima segunda-feira a terceira etapa da campanha, que pretende imunizar jovens saudáveis de 20 a 29 anos

DA SU CURSAL DE BRASÍLIA
DA FOLHA ONLINE

O Ministério da Saúde prorrogou até o dia 23 de abril a segunda etapa da campanha nacional de vacinação da gripe H1N1, conhecida como gripe suína, destinada a grávidas, doentes crônicos e crianças de seis meses a dois anos de idade —ação deveria terminar hoje.

O ministério decidiu adiar o seu fim por conta do feriado de Páscoa. A prorrogação coincidirá com o início da terceira etapa da campanha, na próxima segunda-feira. Essa fase tem por objetivo imunizar os jovens saudáveis entre 20 e 29 anos. Caberá aos Estados e municípios definir e divulgar os locais e horários de vacinação.

Segundo nota do Ministério da Saúde, a meta da terceira fase é vacinar pelo menos 80% do público alvo, formado por 35,1 milhões de pessoas. Foi essa faixa etária, de acordo com os dados oficiais, que teve o maior número proporcional de casos de doença respiratória causada pelo H1N1 no país (24% dos 44,5 mil casos registrados).

Os idosos, mesmo com doenças crônicas, devem aguardar a quarta fase. Eles começarão a ser imunizados no dia 24 de abril, e receberão a vacina para a gripe comum —exceto quem tem doença crônica, que terá vacina contra o vírus H1N1. A última etapa da campanha será

para pessoas de 30 a 39 anos.

Em etapas

A campanha de imunização contra a gripe foi dividida em cinco etapas. Segundo o Ministério da Saúde, os grupos prioritários são aqueles que têm o maior risco de desenvolver formas graves da doença e de morrer. A primeira fase —vacinação de profissionais da saúde e de indígenas— já foi concluída.

A vacinação de grupos prioritários segue parâmetros da OMS (Organização Mundial da Saúde), que recomenda a imunização de trabalhadores de serviços de saúde, indígenas, além de gestantes e pessoas com doenças crônicas. O ministério ainda não informou quando a vacina estará disponível para o restante da população.

A vacinação ocorre antes do inverno, período em que as gripes aparecem de forma mais acentuada. A medida já ocorreu em boa parte dos países do hemisfério norte e agora começa no hemisfério sul. No mundo, ao menos 16 mil pessoas já morreram devido à doença. No Brasil foram cerca de 1.700.

Grávidas

A gripe A já matou pelo menos 16 grávidas desde o início deste ano em seis Estados. O número representa mais de 1/3 dos mortos pela doença em 2010 (46). No ano passado, 189 gestantes morreram vítimas da doença —menos de 10% das 2.051 mortes naquele ano.

Além das grávidas e das crianças menores de dois anos e com mais de seis meses, devem procurar os postos de vacinação até o dia 23 pessoas com menos de 60 anos que têm problemas sérios de coração, pulmão, rins, fígado, diabéticos, pacientes em tratamento contra a Aids e câncer e obesos.



Mulheres aguardam atendimento em posto de vacinação em SP; imunização de grávidas, doentes crônicos e bebês vai até dia 23

CALENDÁRIO DA VACINAÇÃO

Imunização de gestantes, crianças e doentes crônicos foi estendida

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE SUÍNA

até
23
de abril

» **GESTANTES** (mulheres que engravidarem a pós esse período poderão ser vacinadas nas demais etapas da campanha)

» **DOENTES CRÔNICOS** (idosos com doenças crônicas serão vacinados durante a campanha de vacinação contra a gripe comum)

» **CRIANÇAS** de 6 meses a 2 anos

5 a 23
de abril

» População de **20 A 29 ANOS**



CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO DO IDOSO

24 a 7
de abril de maio

» Pessoas com **MAIS DE 60 ANOS** vacinam-se contra a gripe comum. Aquelas com doenças crônicas também serão vacinadas contra a gripe suína

10 a 21
de maio

» População de **30 A 39 ANOS**



ANEXO 5

FOLHA DE SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2010 cotidiano C3

Anac tenta barrar veto a voos em Congonhas

Agência e Infraero dizem que Prefeitura de SP não tem competência legal para restringir pousos e decolagens no aeroporto

Vence amanhã último prazo dado pelo gestor Kassab para reduzir voos, mas Infraero não deve cumprir se prefeitura avançar na 2ª que vai fazer

RICARDO FAGUNDEA

O governo federal quer barrar a tentativa da Prefeitura de São Paulo de limitar as operações no aeroporto de Congonhas (zona sul), o segundo mais movimentado do país. O aeroporto é alvo constante de questionamentos pela vizinhança.

O último prazo dado pela gestão Gilberto Kassab (DEM) à Infraero venceu amanhã, mas não deve ser cumprido. Na segunda, a prefeitura divulgará o que fazer —entre as possibilidades disponíveis estão a aplicação de multa e até o cancelamento de voos.

Para a prefeitura, a questão é de uso e restrição do solo, sobre a qual o município tem poder para estabelecer regras. O objetivo, diz a Secretaria de Verde e do Meio Ambiente, é "restringir transito e perigo causados pelo aeroporto, ade-

quando as atividades aeroportuárias se tornarem "essenciais" do SP. Atualmente, o horário de Congonhas é das 0h às 23h, todos os dias. A secretaria determina que a Infraero diminua em duas horas o horário de Congonhas da segunda a sábado.

—o novo horário será das 7h às 23h aos domingos e feriados, a redução terá de ser de quatro horas (9h às 23h) em regime de emergência.

A medida fará Congonhas perder 60 operações de pouso e decolagem por dia —quase 12% do movimento.

NA JUSTIÇA, ENTIDADE PEDE QUE INFRAERO OBTENHA ALVARÁ PARA O AEROPORTO

A Abrepar, que representa parentes de vítimas de acidentes aéreos, pediu na Justiça que a Infraero cumpra medidas previstas no licenciamento ambiental de Congonhas, como obter alvará de funcionamento e até de visita dos beiradões. A Infraero informou que analisará as medidas cobradas.

Restringir o horário foi uma das condições para a prefeitura conceder à Infraero o licenciamento ambiental de Congonhas. O primeiro prazo para a Infraero se ajustar às regras venceu em 1º de março, mas foi prorrogado por 30 dias. Com a Infraero foi notificado no dia 3.

Contrária à medida, as companhias aéreas dizem não caber a restrição. A FALTA proibiu empresas a operar no aeroporto. Outros, ambas, vendiam passagens com saída em chegada em horários alto de voos.

CONEXO (INFORMAÇÕES)

País quer criar força-tarefa contra crime organizado

Base no Rio teria membros de órgãos internacionais

DE SUZANA DI MANGIA

O Brasil pretende criar uma força-tarefa internacional para combater os crimes organizados no âmbito do Atlântico Sul. Representantes e equipamentos de todos os órgãos civis e militares do país que auxiliarão nas operações serão enviados para atuar em um único local. Membros de órgãos internacionais que também trabalhariam no assunto seriam convidados a participar.

A ideia surgiu na Polícia Federal como complemento à Operação Sentinela, que pretende aumentar o controle das fronteiras. Em janeiro, houve uma reunião entre a PF e a Marinha, que aceitou compartilhar uma de suas bases para abrigar a força. A sede do novo organismo deverá ser no Rio.

A base seguiria o modelo das de Key West (EUA) e Lisboa, que são consideradas pelas polícias-estaduais e costam com profissionais de todo o mundo.

O Brasil já tem representação na base americana e terá um novo na europeia. O trabalho inclui o monitoramento de fluxos de tráfico aéreo, marítimo e fluvial entre os continentes para descobrir qual é o ponto de partida dos diversos tipos de crimes (drogas, tráfico etc). Para isso, utiliza informações de órgãos como Receita, Marinha e controle aduaneiro do país.

O diretor-geral da PF, Lázaro Fernando Costa, disse que já conversou com o comandante da Base de Key West, o tenente Daniel Lloyd, e com o tenente-tenente-tenente Douglas Friesen, chefe do Comando Sul das EDA, órgão da Secretaria de Defesa americana responsável pela América Latina, para adquirir experiência para a implantação do projeto.

ILUSTRADA

Mãe do cantor Roberto Carlos é internada no Rio

DA FOLHA DE SÃO PAULO

A mãe do cantor Roberto Carlos, Laura Braga, 94, conhecida como Lady Laura, foi internada por volta das 23h da madrugada de ontem, no Hospital Capa D'Or, em Copacabana, aos 94 anos.

Ela está internada na UTI do hospital com diagnóstico de infecção pulmonar. "Laura" encostou-se em um ventilador mecânico e tratamentos com antibióticos. Estável nas 90 horas 12 horas, de acordo com médicos.

Segundo a família, o cantor acompanhava a mãe na uruballaria. Laura foi imortalizada em "Lady Laura", parceria com Erasmo Carlos, de 1976.



ANEXO 6

C4 cotidiano

SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2010

FOLHA DE S. PAULO

Viagem pelo novo Rodoanel custa mais

Comparação foi entre viagens feitas ao mesmo tempo da rodovia dos Bandeirantes à Imigrantes; duração foi praticamente igual

Pelo Rodoanel, foram 66 km em 45 minutos, a R\$ 15,44; no outro trajeto, pela cidade de SP, foram 47 km em 43 minutos, por R\$ 10,07

DA REPORTAGEM LOCAL

Ir pelo Rodoanel é um caminho com custo maior e mais distante do que seguir pela rota convencional. O tempo de viagem é praticamente o mesmo.

A **Folha** fez, no início da tarde, o trajeto em dois carros em direção à rodovia dos Imigrantes, a partir do entroncamento da rodovia dos Bandeirantes com o Rodoanel. A rota escolhida é um dos caminhos mais usados por quem viaja do interior para o litoral. Os limites de velocidade foram respeitados.

Pelo Rodoanel, foram 66 km em 45 minutos; no outro trajeto, 47 km em 43 minutos. O caminho convencional é feito pela rodovia dos Bandeirantes, marginal Pinheiros, avenida dos Bandeirantes e, por fim, rodovia dos Imigrantes.

Seguir pela nova estrada custa 33% mais: são R\$ 15,44 contra R\$ 10,07. Pelo Rodoanel, está embutido R\$ 1,30 correspondente a um pedágio.

O cálculo foi feito baseado em um consumo de 7 km por litro de álcool. O preço estimado do litro foi R\$ 1,50.

Segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, o resultado constatado pela **Folha**



Motoristas aguardam abertura de acesso da rodovia do Imigrantes ao Rodoanel-Sul, em São Bernardo do Campo; pista foi liberada ao tráfego às 7h30 de ontem

mostra que o "Rodoanel já está surtindo efeito positivo no trânsito da capital no primeiro dia". "O tempo médio anteriormente pelo caminho antigo era de 1 hora e 20 minutos."

A nota continua: "Além do mais, o Rodoanel permitiu que a reportagem andasse mais quilômetros em menos tempo". Na realidade, seguir pelo

caminho antigo foi dois minutos mais rápido.

Pedágio

O pedágio, justamente, pode tornar a viagem mais pesada para o motorista.

O discurso oficial de que no trecho sul não existe cobrança de tarifas não é totalmente verdadeiro. Quem pega o Rodoanel a partir da Bandeirantes,

Anhuaguera, Castello Branco e Raposo Tavares vai pagar obrigatoriamente R\$ 1,30 antes de passar sobre a Régis Bittencourt e entrar no trecho sul.

Outra cobrança, de R\$ 4, existe na alça do Rodoanel na Imigrantes, para quem estiver em Diadema, por exemplo, e quiser acessar o trecho sul no

sentido do interior. Ou para quem for para Barueri ou Cotia, na Grande São Paulo.

Segurança

A direção da Transporte Mestradas do Sol, de Araraquara, decidiu que seus caminhões que vão quase diariamente para o porto de Santos só irão cortar caminho pelo trecho sul do Ro-

doanel depois que a segurança da pista estiver garantida. A empresa atribuiu a decisão à falta de guard-rails e sinalização em trechos da pista.

A empresa é uma das responsáveis pelo escoamento de suco de laranja da região. **OSWALDO GARRAQUE RICARDO GALLO**

Colaboração: Fátima Ribeiro

VIAGEM RUMO AO LITORAL

Folha percorreu dois caminhos, um pelo Rodoanel e outro por vias da capital, como a marginal e a av. dos Bandeirantes

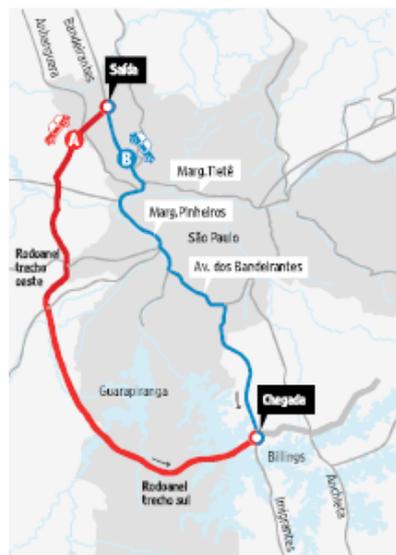
Trajeto	Percurso	Tempo gasto
A Parte do trecho oeste do Rodoanel e todo o trecho sul	66 km	45 min
B Marg. Tietê, marg. Pinheiros, av. dos Bandeirantes e Imigrantes	47 km	43 min

Problemas encontrados no Rodoanel-Sul

- » Falta de retornos
- » Ausência de sinal de celular em trecho de 3 km
- » Falta de telefones de emergência
- » Sem telefones públicos
- » Não há base da Polícia Militar Rodoviária
- » Sem postos de combustíveis
- » Sem lojas de conveniência
- » Trechos sem sinalização

Pontos favoráveis

- » O dia ontem teve bom volume de tráfego, mas sem congestionamento
- » Asfalto e concreto de boa qualidade
- » Segurança: não há curvas acentuadas
- » Beleza cênica nos trechos das represas Guarapiranga e Billings



SIM

» Trecho sul é boa opção para quem está próximo de municípios da Grande São Paulo como Osasco

» Rota também tende a ser mais rápida para moradores das zonas oeste e norte de São Paulo e parte da zona sul (como Campo Limpo)

» Para quem vem do interior, por rodovias como Anhuaguera, Bandeirantes, Raposo Tavares, Castello Branco ou Régis Bittencourt, a nova alça do Rodoanel é a melhor alternativa

NÃO

» Para quem está em boa parte das regiões leste e central, a nova rota aumenta muito a distância e não tende a ser uma alternativa mais rápida, assim como a parte da zona sul mais próxima do ABC (como Ipiranga)

Retorno precário leva guincho a andar 40 km para socorrer usuário

DA REPORTAGEM LOCAL

Os três guinchos à disposição dos motoristas no Rodoanel pensaram ocioso. Por causa da precariedade dos retornos, percorriam até 40 km para chegar ao usuário que pedisse ajuda — por celular, pois telefone para chamar socorro não havia.

A demora para o guincho chegar era de ao menos meia hora, disse um funcionário à **Folha**. Às 16h30, ele mediava o atendimento de cinco carros ou caminhões quebrados simultaneamente. Desde as 6h, disse ele, haviam sido cerca de 30 — índice que considerou alto. Foram 27, segundo a Secretaria de Estadados Transportes.

A disposição dele, apenas um radiocomunicador e uma única linha para atender às ligações de socorro, sempre ocupada. A reportagem tentou 15 vezes e conseguiu falar apenas em duas ocasiões, à tarde.

O número (0)xx/11/4667-1682 não constava nem da página na internet do governo de SP, da Secretaria dos Transportes, da DER ou do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), todos com alguma responsabilidade sobre a via. Segundo o funcionário, o te-

lefone era provisório. Como descobri-lo? O usuário com problemas nos 61,5 km do Rodoanel tinha de ligar para o DER (0800-0555510, informado em placas na via) e ouvir um recado. Mas isso exigia paciência: o sinal de ocupado era constante. Para ser atendido, era mais fácil e autônomo com problemas ser visto por algum guincho do que depender do telefone para pedir ajuda.

No início da noite, mudou-se o procedimento — e o 0800, enfim, passou a ser usado. A situação ocorreu após a **Folha** avisar a secretaria. De acordo com a pasta, o 0800-0555510 é o número correto.

A reportagem perguntou à secretaria sobre os problemas que viu no Rodoanel. Sobre a ausência de retornos, ouviu que "o trecho sul é igual ao norte, uma estrada classe zero sem posto de gasolina e sem retorno" e que a via está perfeitamente sinalizada. A pasta disse que são cinco guinchos — três para carros e dois para caminhões; a **Folha** viu três, mesmo número informado pelo funcionário. Há ainda duas ambulâncias, 19 veículos de manutenção e 113 agentes de apoio, afirma a pasta. **666**

ANEXO 7

C4 cotidiano

DOMINGO, 4 DE ABRIL DE 2010

FOLHA DE S. PAULO



Regiane Mota e sua família ela insiste em viver em área condenada pela Prefeitura de Itacarambi (MG)

HELIPERBACHTOLD
DA AGÊNCIA FOLHA
EMMANUEL PINHEIRO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
ITACARAMBI (MG)

Por medo, a família de Marcília Lima, 49, costuma colocar colchões no quintal de casa à noite e dormir ao ar livre.

Moradores da vila de Caraíbas (norte de MG), eles sofreram os efeitos do primeiro terremoto a provocar uma morte no país. Em dezembro de 2007, um tremor de 4,9 graus na escala Richter matou uma criança de seis anos, feriu outras seis pessoas e destruiu casas da localidade, que fica sobre uma falha geológica.

O trauma da tragédia ficou. O receio da família é que a estrutura da casa desabe enquanto dormem com algum novo tremor. Assim como outras 75 famílias, eles foram obrigados a abandonar a área, considerada condenada pela prefeitura e pelo Estado. Mas agora antigos moradores estão retornando clandestinamente ao local.

A justificativa é uma só: a necessidade de trabalhar no campo. As casas construídas para as vítimas do terremoto, que têm piso e cobertura especiais anti-tremores, foram erigidas pelo Estado em uma área urbana de Itacarambi (662 km de Belo Horizonte), a 20 km da vila.

Acostumados ao campo, muitos moradores não se adaptaram à vida no centro do município nem arrumaram emprego lá. Pelo menos seis famílias já retornaram a Caraíbas e muitos vão diariamente ao vilarejo para trabalhar nas plantações e criar gado.

Saúde
Benigno Pereira de Aguiar, 43, e seus parentes preferem morar em uma casa cheia de rachaduras a sair de Caraíbas.

O morador do conjunto habitacional construído em Itacarambi José Raimundo Conceição, 43, diz que o "terremoto parou" e que pretende voltar a viver no vilarejo, onde quer construir "um barracão". Hoje,

De volta ao terremoto

Moradores retirados de área onde houve tremor voltam para local condenado por não se adaptarem à vida urbana em conjunto habitacional construído para eles

TREMOR EM CARAÍBAS

Incidente em povoado mineiro ocorreu em 2007

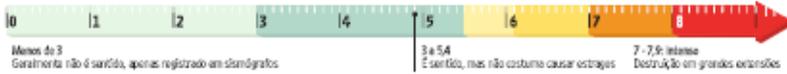
O TERREMOTO

Em dezembro de 2007, um tremor de 4,9 pontos da escala Richter atingiu o vilarejo de Caraíbas, na cidade de Itacarambi (662 km de BH), o terremoto durou cerca de 15 segundos

1 criança morta
6 feridos em estado grave
76 casas danificadas
6 casas destruídas



A ESCALA RICHTER



conta, vai e volta para a região rural. "Dá saudades", diz.

Mesmo longe de áreas sujeitas a fortes terremotos, como os que ocorreram no Haiti e no Chile neste ano, o Brasil tem regiões onde há tremores com alguma frequência.

O Observatório Sismológico da Universidade de Brasília instalou equipamentos em Itacarambi. O último tremor anota-

do ocorreu em outubro, com uma intensidade de 2,5 graus. A unidade mais próxima do Cen-

tro de Bombeiros fica a mais de 200 km dali, em Montes Claros. O município diz que vai providenciar a retirada dos moradores — eles prometem resistir, no entanto.

Segundo técnicos do Observatório Sismológico, a área apresenta riscos, mas é possível construir casas seguras em regiões que ficam próximas a falhas geológicas.

Por ser uma comunidade rural de baixa renda, as casas erigidas no vilarejo mineiro ti-

tem estrutura rudimentar, o que colaborou para a tragédia ocorrida em 2007. As novas moradas, de acordo com o município, também não suportariam tremores mais intensos em Caraíbas.

Para o chefe da Defesa Civil municipal, Arnaldo Oliveira, as famílias deveriam ter sido instaladas em um local onde "tivessem condições de sobreviver". "Eles até admitem que estão sentindo alguns tremores. O que eles alegam é que não

têm como sustentar suas famílias aqui na cidade. Eles sobrevivem da agricultura familiar. E, aqui onde eles foram instalados, eles não têm condições."

A Colômb (Companhia de Habitação do Estado) diz que o local para a construção das casas foi escolhido pelo próprio município. Procurado pela reportagem, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais informou que a expansão das unidades depende de solicitação das cidades e de negociações com elas.

Estudo revela 48 falhas geológicas

DA AGÊNCIA FOLHA

Um estudo elaborado na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) identificou pelo menos 48 grandes falhas geológicas no país — uma delas passa em Itacarambi.

As falhas descritas na pesquisa, concluída em 2002, são descontinuidades na rocha, uma espécie de "fratura". Elas podem estar inativas e ocorrerem apesar de o país estar no meio de uma placa tectônica, o que evita que seja afetado por tremores de maiores proporções.

Alguns sismos menores são comuns no Brasil. O município de Alagoinha (PE) foi atingido por uma série de tremores em março. Em três dias, foram cerca de 50 — o de maior intensidade foi de 3,2 graus na escala Richter.

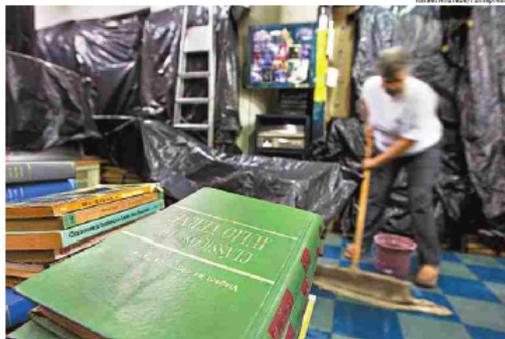
O geólogo Cristiano Chimplingmond, que faz doutorado na Unifil, diz que "a história de registros sísmicos no Brasil é muito curta". "Pode ser que amanhã ocorram terremotos de magnitude 5 em São Paulo ou Brasília. A gente não sabe."

O Brasil, afirma, pode ter outras falhas geológicas que ainda não foram identificadas. Segundo ele, regiões onde já houve abalos mais significativos, como Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Mato Grosso, deveriam ter construções reforçadas.

"Tem uma máxima em sismologia que diz que onde tremou uma vez é quase certeza que vai acontecer de novo. Mas a gente não sabe quando."

ANEXO 8

FOCO



Funcionária do sebo Berinjela limpa estrago causado por vazamento de rede de esgoto

Livrarias são inundadas por esgoto no centro do Rio

BRUNA FANTTI
DO RIO

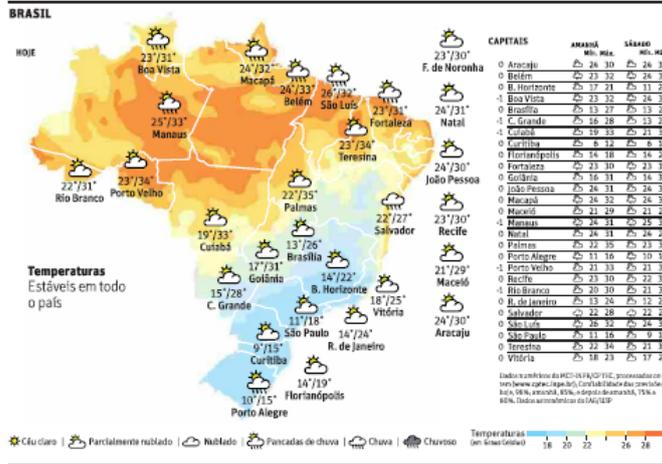
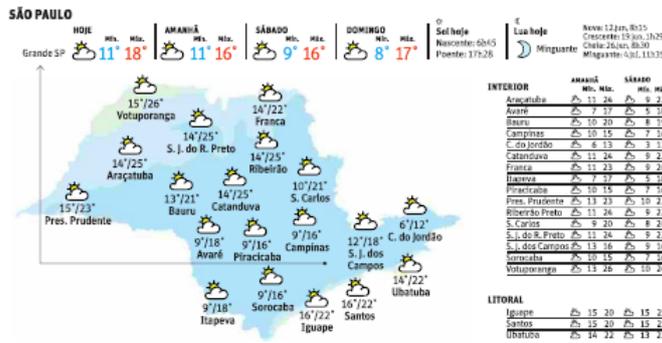
Com vários vasos de flores amarelas e frascos de detergente, Milena Duchiede tentava dissipar o mau cheiro do esgoto que tomou conta da tradicional Livraria Da Vinci, no centro do Rio, da qual ela é uma das sócias. Na véspera, as cinco salas da livraria que abrigam mais de 100 mil volumes haviam sido atingidas por um vazamento da rede de esgoto que passa sobre as instalações, no subsolo de um prédio da avenida Rio Branco, uma das mais importantes da região.

Ao lado da Da Vinci, os donos do sebo Berinjela, os irmãos Sylvia e Daniel Chomski, também contabilizavam seus prejuízos enquanto atendiam clientes do lado de fora da loja. Na terça-feira, um vazamento na tubulação jorrou por dez horas dentro da livraria, do sebo e de outras lojas vizinhas. "Houve um refluxo do esgoto da rua, tanto que outros prédios foram atingidos", disse o gerente do edifício, Elídio Moreira. Os prejuízos ainda não foram contabilizados. No Berinjela, um dos principais sebos da cidade, cerca de 10 mil

títulos foram atingidos. Os donos estimam levar no mínimo uma semana para conseguir limpar tudo. Na Da Vinci, livraria à qual gerações de cartistas já recorreram, o maior dano foi na parte elétrica. No Berinjela, a preocupação dos clientes deixa os telefonos constantemente ocupados. "Recebemos várias ligações de pessoas querendo saber notícias e isso nos anima", disse Chomski. A Cedeae informou, por meio de sua assessoria, que o esgoto vazou de uma tubulação do interior do prédio e que na saída da rede de esgoto do condomínio restos de estopa entupiam o canal.

PASQUALE CIPRO NETO
Excepcionalmente, a coluna não é publicada hoje

ATMOSFERA



TRÂNSITO

Veja o trânsito em tempo real em www.oi.com.br/tempo



SP Fashion Week complica entorno do parque Ibirapuera

DE SÃO PAULO - A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) monitora desde ontem o trânsito na região do parque Ibirapuera, das 10h às 0h, para a SP Fashion Week. O evento acaba na segunda. Durante a semana de moda, as vagas de Zona Azul nos bolsões do MAM e do portão 4 ficarão desativadas para ampliação do serviço de taxa. A CET recomenda que os motoristas evitem a região, apesar de não haver alterações viárias. Quem for ao evento deve dar preferência ao transporte público, pois há poucas vagas de estacionamento.



- Santana: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Centro: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Vila Guilherme: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Santo Amaro: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Ipiranga: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Vila Guilherme 2: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Moema: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Zona Norte: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Zona Leste: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.
Brás: Acesso à pista local da rod. Presidente Dutra, após a ponte da Vila Maria.

HÁ 50 ANOS 10 Jun. 1960



Adolf Eichmann fica em Israel, apesar de pedido da Argentina

DO BANCO DE DADOS - Fontes israelenses disseram ontem que o ex-oficial nazista Adolf Eichmann não será devolvido à Argentina. A exigência consta da nota entregue ao embaixador de Israel em Buenos Aires. O documento pede, além da devolução do criminoso nazista, que sejam castigados os "voluntários judeus" responsáveis pela sua retirada do país. A Argentina chamou seu embaixador em Israel e advertiu que levará o caso às Nações Unidas se o seu ultimato não for cumprido. Já Israel deve responder à nota de forma moderada.

Estradas para o litoral ainda têm problemas

Na rodovia dos Tamoios, um dos principais acessos ao litoral norte de São Paulo, sinalização é ruim e há risco de deslizamento

Cerca de 1,5 mil de veículos devem deixar a capital do Estado no feriado da Páscoa; previsão aponta chuvas no sábado e no domingo

MÁRCIO PINHO
INVIADO ESPECIAL ADULTADOR, NORTE

Pegar a estrada para aproveitar a Páscoa requer um bom nível de atenção e paciência. Nas rodovias de São Paulo para o litoral há buracos, pontos de risco de desabamento e interdições. A Folha percorreu as vias antecipadamente e constatou que as fortes chuvas do começo do ano ainda provocam reflexos.

A rodovia dos Tamoios, acesso ao litoral norte — liga São José dos Campos a Caraguatatuba —, é a que está em pior estado. O asfalto possui trinças e buracos em diversos pontos.

Os desvios para obras começaram no planalto. Entre os quilômetros 18 e 28, há estreitamento de pista onde são construídas duas pistas, e os acostamentos no km 89. Na Osvaldo Cruz, que liga Taubaté a Ubatuba, há diversas obras de contenção de barreiras, mas a estrada recebeu melhorias e já não se parece com aquela que chegou a ser interditada em razão das fortes chuvas em São Luiz do Paraitinga, em janeiro.

Neste feriado, as chuvas poderão ser uma ameaça apertada na volta para a capital. Segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), nas tardes de sábado e domingo devem ocorrer pancadas.

A Companhia de Engenharia de Tráfego prevê que 1,5 milhão de veículos deixem a capital — a frota supera 6 milhões. Quem pretende ir para Bolo Horizonte ainda tem de usar a Anhanguera ou a Dutra e depois pegar a D. Pedro I para acessar a Fértil Dias. Obras são feitas na região de Mairiporã, onde os pilares foram afetados pela movimentação de uma encosta. No sentido capital, não há interdição.

O pior horário para viajar é o período da tarde, segundo concessionárias de estradas.

Investimentos
Segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, estão sendo investidos R\$ 9,9 milhões na Tamoios e a previsão é tapar todos os buracos. As intervenções não prejudicam o tráfego, segundo a secretaria.

SITUAÇÃO DAS ESTRADAS

Motorista deve ficar atento às interdições nas rodovias

- Interdições parciais
- Risco de deslizamento
- Lombadas e radares
- Praças de pedágio



- 1 Presidente Dutra**
Trecho no km 197 (Anúá) está em obras. A rodovia opera em esquema 2x2, e não há acostamentos
- 2 Ayrton Senna/Carvalho Pinto**
Pavimento das pistas não apresenta buracos, mas para quem vai de São Paulo a Taubaté, o trajeto é 5 km maior do que se seguisse pela via Dutra
- 3 Mogi-Bertioga**
Muro de arrimo ainda obstrui acostamento no km 89,1. Local passa por obras, mas não oferece grandes obstáculos ao tráfego
- 4 Tamoios**
Asfalto tem rachaduras e há três trechos com obras que provocam desvios. Nas km 16 e 49, há risco de queda de barreira. Há interdições parciais dos km 18 a 28 e no km 78
- 5 Osvaldo Cruz**
Estrada tem obras de contenção de barreiras. Maior dificuldade é o trecho de serra, bastante íngreme e com curvas fechadas, que devem ser feitas a 20 km/h
- 6 Rio-Santos**
Lombadas e radares atrapalham o trânsito entre os centros de Ubatuba e Caraguá, e entre São Sebastião e Bertioga
- 7 Anhanguera-Bandeirantes**
Trecho entre os km 13 e 17 costuma ter congestionamento. Na Anhanguera, entre os km 92 e 98, no sentido interior, pista está sem acostamento em razão de obras
- 8 Régis Bittencourt**
Na pista sentido Curitiba, km 508 (Cajati) está interditado parcialmente. No km 381 (Sentido Curitiba), houve um afundamento no asfalto devido às chuvas
- 9 Castello Branco/Raposo Tavares**
Obras serão suspensas hoje às 12h e não serão realizadas em horários de pico até segunda-feira
- 10 Fértil Dias**
Via está completamente interditada no km 79 (Mairiporã), somente no sentido SP-BH. A alternativa é pegar Anhanguera ou Dutra, depois D. Pedro I e alcançar a Fértil Dias após a interdição
- 11 Anchieta-Imigrantes**
Rodovias estão em bom estado e sem interdições. Em caso de tráfego lento na Imigrantes, a dica é acessar a Anchieta pela interdição

PIORES HORÁRIOS PARA VIAJAR

	HOJE	AMANHÃ	DOMINGO
Anchieta e Imigrantes (sentido interior)	das 14h às 24h	das 7h às 19h	das 9h às 24h
Anhanguera e Bandeirantes (sentido interior)	das 16h às 22h	das 9h às 13h	das 15h às 23h
Fértil Dias (sentido interior)	das 16h às 23h	das 6h às 19h	das 15h às 23h
Régis Bittencourt (sentido interior)	das 17h às 22h	das 6h às 14h	das 16h às 22h
Castello Branco e Raposo Tavares (sentido interior)	das 16h às 23h	das 7h às 14h	das 15h às 23h
Ayrton Senna e Carvalho Pinto (sentido interior)	o dia todo	o dia todo	o dia todo
Presidente Dutra (sentido interior)	das 16h às 20h	das 8h às 12h	das 16h às 20h
Tamoios e Mogi-Bertioga (sentido interior)	das 16h às 23h	das 7h às 16h	das 12h às 23h

Fonte: concessionárias, Polícia Rodoviária Federal e Estadual

VALE A PENA IR AO LITORAL SUL PELA NOVA RODOANEL?



SIM
Trecho sul é boa opção para quem está próximo de municípios da Grande São Paulo como Osasco
Para quem vem de interior, por rodovias como Anhanguera, Bandeirantes, Raposo Tavares, Castello Branco ou Régis Bittencourt, a nova via do Rodoanel é a melhor alternativa

NÃO
Para quem está em boa parte das regiões leste e central, a nova rota aumenta muito a distância e não tende a ser uma alternativa mais rápida, assim como a parte da zona sul mais próxima do ABC (como Pirajuba)

acompanhe a situação das estradas: www.folha.com.br/cotidiano

Governo corre para tirar areia do Rodoanel-Sul

EDUARDO GIBRQUI
DA REPORTAGEM LOCAL

O trecho sul do Rodoanel, com os seus 61,4 quilômetros, passa a funcionar a partir das 6h de hoje.

Motoristas que optarem por trocar a marginal Pinheiros e a avenida dos Bandeirantes pela nova via — segundo cálculos do governo a viagem da Bandeirantes até a Anchieta será 40% mais rápida — terão de estar atentos.

As faixas no entroncamento do novo trecho com a rodovia dos Imigrantes, por exemplo, ainda estavam com bastante areia ontem à tarde. A promessa da Secretaria de Transportes é fazer a entrega com tudo limpo, sem sujeira.

Os funcionários trabalhavam em ritmo frenético entre as rodovias Imigrantes e Anchieta. Faltavar para uma boa quantidade de grama nos cantos das novas pistas.

O trecho sul do Rodoanel só cobrirá pedágio a partir de 2011. Mas, a depender do caminho escolhido, alguns motoristas que tentarem acessar o anel viário não ficarão livres da cobrança.

Existe uma praça no acesso ao Rodoanel pelo bairro Batistini (São Bernardo do Campo), na altura do km 26 da Imigrantes. Quem estiver na região e quiser ir para Alphaville pelo anel viário, por exemplo, terá de pagar R\$ 4.

Apesar de existir apenas para quem sai da Imigrantes no sentido litoral, no sentido oposto, para quem vem da Ilha de São Sebastião, ainda não há cobrança.

O grande reflexo do trecho sul no trânsito da capital, segundo espera o governo, poderá ocorrer na avenida dos Bandeirantes e na marginal Pinheiros.

As estimativas oficiais indicam que o trânsito de caminhões nessas duas vias paulistanas poderá cair, em média, 40%.

O trecho sul tem três faixas de rodagem em cada um dos sentidos da Régis Bittencourt até a Imigrantes. Daquele ponto até a rodovia Anchieta serão quatro pistas. O Rodoanel continental tem mais 4,4 km para frente, até Mauá.

A estimativa diária de tráfego na nova via, que custa R\$ 8 bilhões, é de 55,5 mil veículos de passeio e 16,5 mil caminhões.

O QUE ABRE E O QUE FECHA NO FERIADO

	AMANHÃ	DOMINGO
SHOPPINGS	das 14h às 23h ¹	das 14h às 23h ²
MASP	fecha	abre
PINACOTECA	abre	abre
MUSEU DA LÍNGUA PORT.	abre	abre
MUSEU DO FUTEBOL	abre	abre
PARQUES MUNICIPAIS	abrem	abrem
RODIZIO	suspense	fecha
BANCOS	fecham	fecham
POUPATEMPOS	fecham	fecham
MERCADOS	horário diferenciado	fecham ^{3,4}
SACOLÕES	horário diferenciado	abrem
CORREIOS	fecham ⁵	fecham ⁶
METRÔ	como num domingo	normal
ÔNIBUS	como num domingo	normal

¹A abertura de lojas e bancos e o começo de operação acontece das 13h às 23h.
²Aufício de trabalho de Guarulhos até das 7h às 23h.
³Vão para Pinheiros, São Paulo, São João, São José e São Miguel.

PREFEITURA DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELAZE
A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) convoca a população no 300 de 31032010 ou através do E-MAIL 101042510 e convocação de inscrição online no endereço: www.smads.sp.gov.br.
Fóruns: 101042510; Das 10h00h às 10h00h, na Av. Sébastião D'Ángelo, 2065 - Itaquera - São Paulo.

SUSTO



Imóvel caiu ontem e sotou carro, mas ninguém se feriu

Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A - PROGUAHU
Empresa de Economia Mista - Cnpj nº 07.370.978/0001-87

ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Comissão de Licitação do Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A, torna pública que realizará a licitação de compra de 198 - Via Progresso - Guarulhos - SP - Pregão Presencial nº 01190910 - Contratação de empresa para fornecimento e distribuição de siso secos - Rescisão de contrato nº 198/2010 de 10.000 unidades. Processo Administrativo nº 1012010. Taxa de Emplacamento: R\$ 5,00 (cinco reais). Edital completo e quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico: www.compras.sp.gov.br, ou 0 20 34 11 201 e 0 20 34 11 202. Hora: das 9h às 16h, de segunda a quinta-feira, de acordo com a data da abertura. Guarulhos, 31 de março de 2010.
Juliana Aparecida Pizzato - Diretora, Comissão de Licitação

Casa em reforma balança e desmorona no Jardim Europa

TALITA BREDIMELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Um imóvel de luxo de 600 m², construído em 1967 e avaliado pela prefeitura em R\$ 1,3 milhão desabou inteiro no Jardim Europa, bairro de classe alta na zona oeste de São Paulo.

A casa, que já serviu como show-room de automóveis, estava desocupada e passava por reforma. Três pedreiros que trabalhavam no imóvel escaparam sem ferimentos.

"Zis balançou pra cá, balançou pra lá e veio abaixo. Foi tudo muito rápido, levamos um susto enorme", conta Walter Toledo, 62, que trabalha numa loja vizinha.

Com o susto provocado pelo barulho, uma funcionária da mesma loja tropeçou em uma escada e teve que ser levada para o hospital após machucar um dos pés.

No momento do acidente, por volta de 9h30, Walter foi

atirado no chão pelo empresário Sérgio Lopes, 41. Ambos estavam no lado do carro de Lopes, um Fiorino 1997.

O carro, que no começo do mês passado havia sido furtado, uma semana depois foi colado e que circulou pela primeira vez desde então foi soterrado pelos escombros.

"Perdi total", avaliou Lopes. O veículo não tinha seguro.

Funcionários de casas vizinhas dizem que pouco antes do desabamento os pedreiros quebravam colunas da casa para aumentar a sala.

A Subprefeitura de Pinheiros afirma que o local tinha autorização de obra para regularizar a área construída.

A casa tinha 996 m², mas só poderia ter 400 m² — os 196 m² que ultrapassavam a área aprovada precisavam ser demolidos. A placa com o nome do responsável pela reforma foi arrancada após o acidente. Um imóvel vizinho precisou ser interditado.

ANEXO 10

FOLHA DE S.PAULO

QUINTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2010 cotidiano C3

‘Parecia uma enchente’, diz segurança

Na região do rompimento da rede da Sabesp, moradores e trabalhadores dizem que se assustaram com a água jorrando a até 10 metros

Prefeitura retirou dez caminhões de lama e brita que foram lançadas pelo rompimento da tubulação na estrada do M'Boi Mirim

DO 'AGORA'

“Não passava nada. Parecia que tinha chovido muito e dado uma enchente daquelas”, dizia o segurança Paulo do Nascimento, 43, que trabalha perto do local onde rompeu o cano da Sabesp, na estrada do M'Boi Mirim (zona sul).

O jato d'água de dez metros de altura assustou moradores e pessoas que trabalham nas proximidades do acidente. A pressão foi tanta que arremessou pedras e pedaços de asfalto contra o toldo de lojas próximas ao baraco.

A comerciante Zeni Matias, 47, foi informada do rompimento quando estava em casa. “Ligaram para falar que parecia que a loja tinha explodido, mas quando cheguei vi que o problema era na rua”, disse.

Pamela Aparecida de Lima, 17, estava no local na hora do rompimento. “Parecia fumaça e a gente pensou que alguma coisa tinha pegado fogo”, diz.

O rompimento parou o trânsito. Uma gigantesca fila de ônibus se formou ao longo de ambos os sentidos da via.

Veículos e passageiros ficaram parados em frente às duas “margens” do rio de lama, sem conseguir atravessar. Até mesmo os carros da Sabesp encontraram dificuldade para se aproximar do local.

A água só deixou de jorrar às 7h40, uma hora depois de a companhia ter sido acionada para resolver o problema.

Durante a limpeza, a Subprefeitura de M'Boi Mirim retirou dez caminhões de lama e brita que foram lançados na avenida pelo rompimento do cano.

A sujeira se acumulou principalmente na parte baixa da via, que teve de passar também por uma lavagem.

O incidente não poupou nem mesmo o subprefeito de M'Boi Mirim, Beto Mendes. Ele diz que não conseguiu se aproximar do local do rompimento com carro e teve de pegar uma carona com um motoqueiro que passava pela região.

“Peguei o capacete reserva dele e vim. Foi o jeito”, diz.

VAZAMENTO DE ÁGUA

Rede de distribuição da Sabesp se rompe, deixando 50 mil pessoas sem água ontem



Após rompimento, Sabesp realiza manutenção em rede de distribuição de água na zona sul de São Paulo

O QUE OCORREU

Segundo a Sabesp, uma peça dentro da tubulação da rede de distribuição parou de funcionar



FATORES QUE PODEM LEVAR A RÔMPIMENTO

- Qualidade e idade do material
- Aumento da pressão da água
- Peso de caminhões
- Deslocamento do solo



OUTROS RÔMPIMENTOS NESTE ANO

Local	Mooca	Ferraz de Vasconcelos	Zona sul	Região da Raposo Tavares
Data	9.mai	2.mai	7.fev	6.jan
População atingida	20 mil	170 mil	750 mil	8 mil

VEJA GALERIA DE IMAGENS NA FOLHA ONLINE
www.folha.com.br/1013214



É HORA DA VIRADA!

A Folha traz para você a programação completa da 6ª Virada Cultural, que reunirá mais de mil atrações. Entre os destaques musicais, estão Céu, Malu Magalhães, Living Colour, cover da banda ABBA, Titãs, Pitty e CPM22.

NÃO PERCA AMANHÃ COM A FOLHA

Controladora da PUC diz a reitor que desfaça negócio

Fundação reprova participação na compra de prédio do Umberto Primo

Temor é que instalação da PUC no prédio do antigo hospital da Bela Vista possa encobrir negócios ilegais

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

A Fundação São Paulo, mantenedora da PUC (Pontifícia Universidade Católica) recomendou ontem que o reitor Dirceu de Mello desfaça o negócio em que a universidade ocuparia o prédio do Hospital Umberto Primo, na imediações da avenida Paulista. A interpretação da fundação é que o reitor colocou a PUC-SP num negócio que pode virar negociata, já que os compradores do imóvel são desconhecidos.

Ontem, a **Folha** revelou que o reitor assinou um pro-

coloco de intenções com um grupo completamente desconhecido no Brasil, o WWI (World Wide Investments).

Pelo protocolo assinado com o WWI, a PUC pagaria um aluguel mensal de cerca de R\$ 700 mil para ocupar uma fração do imóvel.

Outra parte seria usada para a construção de uma torre comercial e de um hotel superluxe. Inicialmente, o reitor anunciou que a PUC havia comprado o prédio.

O WWI não é o dono do imóvel, que pertence ao Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. A PUC faria parte de uma operação triangular: o WWI compra o prédio do Previ por cerca de R\$ 120 milhões, constrói as novas instalações e aluga a parte antiga para a universidade.

Um dos temores da fundação, segundo a **Folha** apurou, é que a PUC sirva de

biombo para uma operação de lavagem de dinheiro.

Uma das versões que circula é que a WWI representaria investidores dos Emirados Árabes. A WWI não diz quem representa, não confirma nem nega o documento assinado com o reitor.

Na reunião de ontem, a Fundação São Paulo foi representada pelo seu secretário-executivo, José Rodolpho Perazzolo.

AUTONOMIA

Pelo estatuto da fundação, o reitor da PUC não tem autonomia para realizar negócios. A própria universidade não tem personalidade jurídica —ela é descrita como uma das atividades da fundação. Se esse interpretação prevalecer, o documento que o reitor assinou com a WWI não tem validade jurídica.

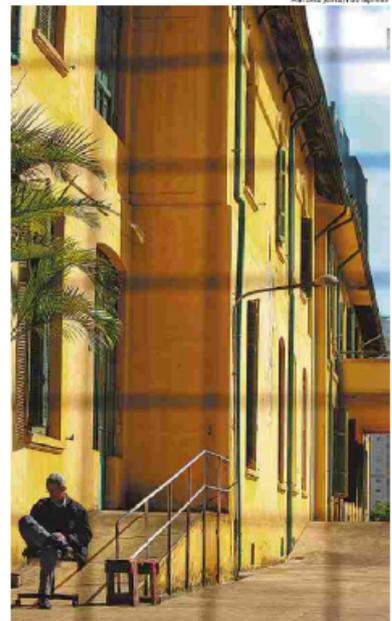
O arcebispo de São Paulo,

d. Odilo Pedro Scherer, que é grão-chanceler da PUC, está em Roma, mas por meio de uma nota mostrou sua contrariedade com o negócio feito pelo reitor.

O Ministério Público abriu um inquérito civil para apurar a licitude do negócio, um indicio de que considera a operação suspeita.

O prédio do Hospital Umberto Primo e da Maternidade de Matarazzo são tombados pelo patrimônio histórico. O Previ comprou-o por cerca de R\$ 183 milhões, em valores atualizados.

Por causa do tombamento, o conjunto virou um péssimo investimento para o fundo, já que a área para novas edificações é restrita. O reitor confirma que teve uma reunião com o secretário da fundação, mas disse que a questão do imóvel não foi discutida. A Previ não se pronunciou.



Fachada do complexo do Umberto Primo, na Bela Vista

Impasse mantém invasão da reitoria da USP

Alunos e direção da universidade não negociam desocupação do prédio no segundo dia

TALITA REDINELLI
ROGÉRIO PAGMAN
DE SÃO PAULO

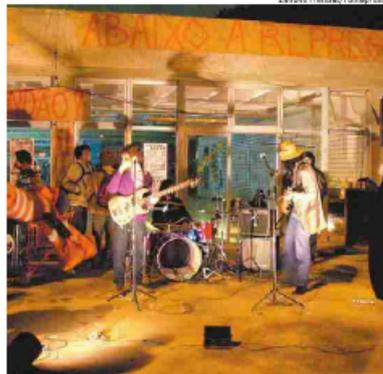
A invasão da reitoria da USP chegou ontem ao segundo dia sem que nenhum dos dois lados se procurassem para uma negociação.

Os grevistas, que tomaram o local anteontem, quebrando portas, passaram a noite em colchões e sofás nos corredores do prédio, após uma festa com shows.

Durante todo o dia de ontem, os grevistas não procuraram a reitoria, que também não os procurou. "Eles sabem como nos encontrar", disse à **Folha** ontem o reitor, João Grandino Rodas, que, questionado, não revelou de onde está trabalhando.

O Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), por sua vez, diz que não sabe onde localizar Rodas.

Os funcionários dizem só deixar o prédio quando os salários forem depositados. O reitor, no entanto, afirma que, com a reitoria invadida, não conseguirá efetuar o pa-



Manifestantes em show na USP, na madrugada de ontem

gamento, porque a parte administrativa fica no prédio.

Rodas diz ainda que já havia se comprometido, na semana passada, a depositar os salários caso os funcionários voltassem a trabalhar.

Mas os servidores afirmam que só acabam com a greve quando ele der o reajuste perdido pela categoria, de 6%. Eles dizem ainda que o corte de salário é inconstitucional.

O reitor diz que não. E o

constitucionalista Ives Gandra da Silva Martins, concorda. Para ele, a greve da USP não existe legalmente.

Para existir, segundo Martins, o Tribunal Regional do Trabalho precisa ser acionado por meio de um processo chamado dissídio coletivo.

"Por meio dele, a Justiça manifesta-se pela legalidade ou não da paralisação."

Para o jurista Dalmo Dallari, professor emérito da USP, é necessário conhecer o fundamento que levou ao corte de salários. "Lembraria que o reitor é um eminente jurista."

Ontem, o dia foi tranquilo na reitoria. No final da manhã, o professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP Francisco de Oliveira deu uma aula aberta dentro da reitoria.

À tarde, um debate com o professor de direito da USP Fábio Konder Comparato lembrou o conflito com a PM na greve de 2009. O reitor diz descartar chamar a PM.

À noite, alunos tentaram fazer uma assembleia, mas desistiram por falta de gente.



Neli Wada na reitoria da USP, ocupada desde anteontem

'Tia da greve' controla quem entra e quem sai da reitoria

DE SÃO PAULO

Chamada por alunos não grevistas de "tia da greve", Neli Wada, 59, é uma das principais protagonistas das últimas greves da USP.

Durante toda a tarde de ontem, ela cuidou da porta da reitoria ocupada, permitindo a entrada apenas de funcionários e estudantes.

Usava uma camiseta vermelha com os dizeres: "Eu invadi a reitoria", em referên-

cia à invasão de 2007.

Durona, integrou a mesa de negociação com a reitoria nas últimas quatro greves. "Sou cruel. Jogo na cara as maldades que eles fazem."

Neli é funcionária da USP há 28 anos e está há 14 na diretoria do sindicato. Ela fez carreira no Hospital de Reabilitação da USP, em Bauru. Recebe R\$ 2.800 por mês.

Mas agora se dedica mais às atividades sindicais, para as quais pode tirar licença.

ANEXO 14

cotidiano

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2010 • C1

Tel: (11) 3224-3132 Fax: (11) 3224-2267
E-mail: cot@folha.com.br
Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800-775 0088
Site: www.folha.com.br
Endereço: Av. Paulista, 1000 - São Paulo, SP

SÃO PAULO
GRUPO FICA DOIS DIAS PERDIDO AO FAZER TRILHA NA SERRA DO MAR
Pág. C7

SABER
OBSERVAÇÃO DE PROFESSORES TOP INSPIRA TÉCNICAS DE ENSINO
Pág. C6

Em Manaus, Polícia Civil investiga relação entre assassinatos e 'pulseira do sexo'

Hospitais privados ampliam rede em SP

Número de leitos nas quase 20 instituições vai subir de 3.000 para cerca de 5.300; gastos são em torno de R\$ 3,4 bilhões

Obras na capital paulista também darão incremento em unidades de centros cirúrgicos, centrais de exames e consultórios

RICARDO WEBER DA REPORTAGEM LOCAL

Os grandes hospitais privados de São Paulo se transformaram em canteiros de obras. Num movimento sem precedentes, praticamente todos os complexos hospitalares estão ganhando novas torres.

Na Bela Vista, um flut estã em reforma para abrigar o centro de especialidades do hospital Nove de Julho. No Paraíso, está se erguendo um arranha-céus de 24 andares, a nova torre do hospital Oswaldo Cruz.

No total, quase duas dezenas de hospitais estão ou recentemente estiveram em obras. Quando tudo estiver pronto — até 2012 —, seus 3.000 leitos de internação terão saltado para aproximadamente 5.300.

As obras darão a São Paulo um considerável incremento em centros cirúrgicos, consultórios e centros de exames. A cidade reforçará sua posição de referência nacional em saúde.

Os hospitais estimam os gastos em algo em torno de R\$ 3,4 bilhões, parte financiada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O aperto do leucos estatal varia de 20% a 80%.

O crescimento tem várias explicações. A população está cada vez mais velha. Em 1991, a expectativa de vida do brasileiro



Novo prédio em Perdizes do hospital Albert Einstein, um dos cerca de 20 que estão ampliando suas instalações em São Paulo

ro ao nascer era de 67 anos. Em 2006, foi 72,3 anos.

Devido ao aumento da procura, os hospitais têm trabalhado no limite de sua capacidade. É difícil encontrar um centro cirúrgico vazio numa dia de semana pela manhã. No auge da epidemia de gripe suína, no ano passado, a espera nos pronto-socorros se arrastava por horas. Os planos de saúde estão crescendo. E isso é particularmente notório na cidade de São Paulo, onde mais de metade dos moradores tem convênio. O avanço da tecnologia tam-

bém contribui. Exemplo: um aparelho de tomografia computadorizada, além de não eliminar o velho raios-X, ocupa uma sala inteira. É preciso buscar novos espaços. Por outro lado, esses novos equipamentos acabam atraído pessoas que de outra maneira não iriam ao hospital. "Antes, o paciente com câncer ia para o hospital porque ia morrer. Hoje vai para se prevenir, fazer detecção precoce e se tratar. Há 25 anos, o paciente procurava o oftalmologista para mudar de óculos. Hoje também vai para se livrar

dos óculos", diz Claudio Lotenberg, de Albert Einstein. Outra razão para a expansão é o crescimento da cidade. "A pessoa não quer cruzar a cidade, atravessar a marginal e ficar no trânsito. Na lógica do mercado, o hospital precisa ficar mais próximo do consumidor", explica Ana Maria Malik, coordenadora do GV Saúde, da Pupação Getúlio Vargas. É por isso que o Sirio-Libanês, na Bela Vista, inaugurará neste ano filial no Itaim Bibi. E o Albert Einstein, no Morumbi, uma unidade no outro lado do

rio Pinheiros, em Perdizes. Para especialistas, esse crescimento impacta positivamente também a rede pública. Segundo José Manoel de Camargo Teixeira, superintendente do HC, há pessoas que, mesmo pagando planos privados, utilizam o SUS. "Na medida em que a rede privada ajusta suas instalações e incorpora tecnologia para atender à exigência do mercado que se abre, os leitos públicos de hospitais como o Hospital das Clínicas se tornam praticamente exclusivos dos pacientes do SUS."

Reunião explica obras a vizinhos

DA REPORTAGEM LOCAL

Os hospitais não querem a vizinhança reclamando de caminhões, guindastes, britadeiras ou pedreiros. Para isso, antes que as construções comecem, têm convidado moradores da região para reuniões em que explicam como serão as obras.

O Oswaldo Cruz organizou um café da manhã no próprio canteiro de obras. Os vizinhos foram apreensivos aos trabalhadores da construtora e ficaram sabendo que nenhum caminhão sairá dali sem ter as rodas lavadas — a rua não ficará sujeia de terra.

O Samaritano tranquilizou os vizinhos avisando que o terreno seria escavado com uma técnica que dispersa o bota-estaca — é mais demorada, mas menos barulhenta.

Cada obra é avaliada pelas autoridades de trânsito. Maiores, os hospitais se transformam em "pólos geradores de tráfego". Entre as exigências da CET está a ampliação dos estacionamentos. Estimava-se que 4.000 vagas naquelas duas dezenas de hospitais chegariam a 12 mil.

CANTEIRO DE OBRAS

Ampliação de hospitais privados de SP deve criar mais 2.000 leitos

CENTRO

LIBERDADE

Hospital Bandeira
Um prédio de seis andares será concluído em 4 meses

BELA VISTA

Hospital Sirio-Libanês
Construção de 4 torres até 2012 para internação, diagnóstico e reabilitação

Hospital Alameda Oswaldo Cruz
Inaugurará em abril o maior unidade de câncer de mama na Pra Matre

Hospital Nove de Julho
Uma torre com 12 andares será concluída em 2012

Maternidade Pro Matre
A construção de leitos extras será concluída no final do ano que vem

Hospital Infantil Sabará
Em junho, irá para a av. Angélica

Hospital Samaritano
Edifício de 19 andares será concluído em 2011, com salas de cirurgia e leitos

SANTA CECÍLIA
Hospital Santa Isabel
Em julho, o hospital será transferido para um prédio de 22 andares

ZONA OESTE
POMPEIA
Hospital São Camilo
Acaba de inaugurar um prédio de oito andares. Outros serão erguidos até 2013

ITAIM BIBI
Hospital Sirio-Libanês
Em seis meses, abrirá unidade com hospital-dia, ambulatório e consultório

PERDIZES
Hospital Albert Einstein
Em julho, será aberta unidade com ambulatório e hospital-dia



ZONA SUL

PARAÍSO

Hospital do Coração
Será inaugurada em 2011 uma torre de 13 andares

Hosp. e Maternidade Santa Joana
A ampliação de leitos acaba em 2011

Hospital Alameda Oswaldo Cruz
Uma torre será concluída em 2011

Hospital Santa Catarina
Um prédio será demolido e dará lugar a torre de dois pisos, neste ano

CAMPO BELO
Hosp. Alameda Oswaldo Cruz
Por volta de junho, inaugurará uma unidade com hospital-dia

MORUMBI
Hospital Albert Einstein
Inaugurará novo lar. Preveem-se outros três prédios até 2012

Hospital Leforte
Abriu em agosto de 2009

JABAQUARA
Hospital N. Sra. de Lourdes
Vai inaugurar quartos, sala de cirurgia e centro de oncologia num prédio novo



ZONA LESTE

ANÁLIA FRANCO

Hospital Vitoria
Recente-inaugurado, tem maternidade, centro de diagnóstico e PS



GRIFE SUÍMA

CALENÁRIO DA VACINAÇÃO

Imunização de pessoas de 20 a 29 anos começa hoje

VACINAÇÃO CONTRA A GRIFE SUÍMA

Até 23 de abril
População de 20 a 29 ANOS começa hoje

GESTANTES (mulheres que engravidarem após esse período poderão ser vacinadas nas demais etapas da campanha)

DOENTES CRÔNICOS (dores com doenças crônicas serão vacinados durante a campanha de vacinação contra a gripe comum)

CRIANÇAS de 6 meses a 2 anos

CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO DO IDOSO

24 a 7 de maio
Pessoas com MAIS DE 60 ANOS vacinam-se contra a gripe comum. Aquelas com doenças crônicas também serão vacinadas contra a gripe suína

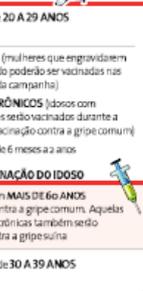
10 a 21 de maio
População de 30 A 39 ANOS

Vacinação de adultos de 20 a 29 anos começa hoje em todo o país

DA REPORTAGEM LOCAL

80% do grupo. Até o dia 23, também podem se vacinar grávidas, doentes crônicos e crianças de seis meses a dois anos — eles fazem parte da segunda etapa de vacinação que terminará na sexta-feira passada, mas foi prorrogada pelo Ministério da Saúde por conta do feriado de Páscoa.

A partir do dia 24, idosos com doenças crônicas podem se vacinar contra a gripe suína. Na data, começa a campanha nacional de vacinação do idoso, e os maiores de 60 anos que não foram portadores de doenças crônicas podem tomar a vacina contra a gripe comum.



ANEXO 16

C2 cotidiano ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2010

FOLHA DE S.PAULO

FOCO



Samira e Suzana, que dividem a mesma vaga em escola, com a mãe, Vanessa, ao fundo

Mãe faz rodízio de filhas gêmeas em sala de aula

FERNANDA BARBOSA DO "AGORA"

Suzana Boeno Said, 5, teve aula na escola municipal José de Alencar, na Vila Curuçá (zona leste), na segunda-feira e ontem.

Na terça-feira, porém, ela deu lugar à sua irmã gêmea, Samira Boeno Said.

"As duas gostam muito de estudar, mas só a matrícula de uma delas foi aceita", conta a mãe das meninas, Vanessa Boeno Said, 29, que trabalha como confeiteira.

Segundo a mãe, esta é a segunda vez em que o problema acontece.

Em 2008, as irmãs foram cadastradas juntas na rede municipal de ensino. No final de 2009, relata a mãe, o cadastro de Suzana havia desaparecido.

O problema acabou sendo resolvido em janeiro deste ano, quando as duas crianças conseguiram vagas em uma escola do Jaconá (zona norte de São Paulo).

Mas, em maio, a família se mudou para a zona leste. E o erro do cadastro foi o inverso: foi Samira que não conseguiu a vaga na escola José de Alencar.

"Decidi revezar as meninas como uma forma de pro-

testo", disse Vanessa.

OUTRO LADO

Procurada, a Secretaria Municipal da Educação divulgou que houve erro no cadastramento da aluna Samira Boeno Said e afirma que uma solução para esse problema já foi encontrada.

De acordo com a pasta, o funcionário que atendeu a mãe na zona leste não resgatou o cadastro anterior e fez um novo registro.

"Com a identificação da filha, os dados já existentes no sistema serão restaurados e a aluna, repositada na fila, o que lhe garantirá a matrícula nos próximos dias", informou a secretaria.

PASQUALE CIPRO NETO No Mundial, a coluna será publicada no caderno Copa 2010

ATMOSFERA

Veja os dados atualizados em www1.folha.uol.com.br/folha/tempo

SÃO PAULO

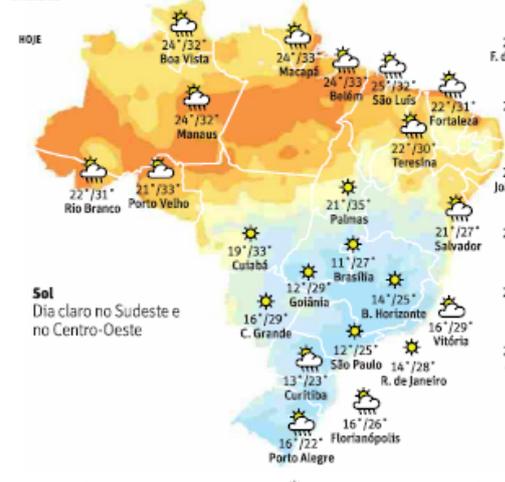
HOJE MÍN. MÁX. 12°/25° AMANHÃ MÍN. MÁX. 13°/26° SÁBADO MÍN. MÁX. 14°/27° DOMINGO MÍN. MÁX. 15°/27°



INTERIOR	AMANHÃ	SÁBADO
	MÍN. MÁX.	MÍN. MÁX.
Araçatuba	15 28	16 30
Assis	10 22	9 28
Beaur	13 25	12 27
Campinas	13 24	11 26
C. do Jordão	5 20	8 19
Catanduva	15 28	16 30
Franca	13 26	12 28
Itapetininga	10 22	9 24
Piracicaba	11 24	11 26
Pres. Prudente	15 27	15 28
Ribeirão Preto	15 28	16 30
S. Carlos	13 26	12 28
S. J. do R. Preto	15 28	16 30
S. J. dos Campos	11 25	10 27
Sorocaba	13 24	11 26
Votuporanga	15 29	17 31

LITORAL	AMANHÃ	SÁBADO
	MÍN. MÁX.	MÍN. MÁX.
Iguape	15 27	15 28
Santos	15 27	15 28
Ubatuba	14 28	13 30

BRASIL



CAPITAIS	AMANHÃ	SÁBADO
	MÍN. MÁX.	MÍN. MÁX.
Araçaju	23 29	23 29
Belém	24 33	26 33
B. Horizonte	15 26	16 27
Boa Vista	24 32	25 33
Brasília	12 26	15 26
C. Grande	15 29	17 28
Curitiba	18 25	20 30
Fortaleza	13 22	15 21
Florianópolis	15 23	16 23
Fortaleza	21 30	25 32
Goiania	13 30	14 32
João Pessoa	22 29	22 28
Macapá	25 34	25 32
Manaus	22 29	25 30
Maceió	25 31	25 32
Natal	23 29	25 30
Palmas	22 35	21 36
Porto Alegre	13 20	16 21
Porto Velho	25 33	25 32
Rio Branco	25 34	25 32
Rio de Janeiro	18 28	16 30
Salvador	25 32	25 28
São Luís	25 32	25 32
São Paulo	13 26	14 27
Terestina	22 31	25 31
Vitória	15 29	16 31

☀️ Céu claro ☁️ Parcialmente nublado ☁️ Nublado ☔️ Pancadas de chuva ☁️ Chuvoso ☔️ Chuvoso

MUNDO

	MÍN. MÁX.		MÍN. MÁX.		MÍN. MÁX.		MÍN. MÁX.
+5 Amsterdã	10 21	+6 Buenos Aires	11 15	+6 Jerusalém	20 33	+6 México	14 24
-3 Assunção	19 24	-1 Caracas	25 33	+5 Johannesburgo	2 11	-3 Miami	26 33
+5 Barcelona	15 24	-2 Chicago	16 29	-1 La Paz	1 15	-2 Montevideo	10 16
+6 Beirute	22 31	+9 Dubai	33 42	-1 Lima	16 20	+1 Montreal	14 22
-5 Berlim	8 20	+5 Frankfurt	13 19	+4 Lisboa	16 26	-7 Moscou	8 15
-2 Bogotá	9 20	+5 Genebra	11 19	-4 Londres	8 23	+2 Nova York	19 27
-1 Boston	17 24	-1 Havana	23 34	-3 Los Angeles	14 27	+5 Paris	12 18
+5 Bruxelas	11 21	+11 Hong Kong	27 37	+5 Madri	4 25	+11 Pequim	20 27
+5 Roma	16 28	+4 S. Francisco	9 20	-1 Santiago	5 15	+2 Seul	21 32
+12 Sydney	17 32	+15 Sydney	17 32	+2 Tóquio	20 28	-1 Toronto	15 24
+1 Washington	21 31						

TRÂNSITO

Veja o trânsito em tempo real em www.nol.com.br/tempo



Festa junina modifica o trânsito na região do Sambódromo

DE SÃO PAULO - O motorista que trafegar nas proximidades do Anhembi neste final de semana deve ficar atento. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) vai monitorar as principais vias de acesso ao sambódromo do parque Anhembi para a realização de festa junina. Estimase a presença de 30 mil pessoas por dia do evento. A rua Professor Milton Rodrigues (sentido Marginal) será interditada das 20h de hoje até às 5h de segunda. O evento acontece amanhã, das 17h às 3h. No sábado e no domingo, será entre as 15h e as 3h.



- Pinheiros**
ONDE Jockey Club
QUANDO Das 12h às 22h (até 13/7)
O QUE Trânsito monitorado para a realização da Casa Cor 2010
- Moema 2**
ONDE Praça Santíssimo Sacramento
QUANDO Sábado, das 16h às 23h
O QUE Interditada para festa junina
- Brás**
ONDE Nas ruas Polignano d'Almare e do Lucas
QUANDO Sábado e domingo, das 10h às 24h
O QUE Festa de São Vito Mártir
- Pinheiros 2**
ONDE Jockey Club
QUANDO Domingo, das 9h às 22h
O QUE Trânsito monitorado para a realização do "Parque da Copa"
- Vila Guilherme**
ONDE Expo Center Norte
QUANDO Sábado, das 11h às 20h
O QUE Trânsito monitorado para evento
- Sapopemba**
ONDE Próximo à avenida dos Serenissimos
QUANDO O dia todo
O QUE Interditada para obras

ANEXO 17


FOLHA DE SÃO PAULO

TERÇA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2010 C1

cotidiano

Moradores querem proibir doar comida para sem-teto

Campanha para expulsar pedintes da Santa Cecília pressiona restaurantes

Estratégia do conselho de segurança do bairro é ameaçar quem doa alimento com visita da Vigilância Sanitária

 AFONSO BENITES
DE SÃO PAULO

Moradores e comerciantes de Santa Cecília (centro de São Paulo) traçaram uma estratégia para expulsar os moradores de rua do bairro: farão uma ofensiva para que ONGs e restaurantes parem de doar comida a pedintes.

Segundo o último censo de sem-teto da cidade, divulgado ontem, há 1.334 moradores de rua e frequentadores de albergues nesse distrito.

Quem vive na região diz que esse número aumenta a cada dia devido à repressão ao tráfico na área da cracolândia, na mesma região.

A restrição de doações aos sem-teto foi planejada em reunião do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) na última semana, que foi acompanhada pela Folha.

Entre os participantes da reunião, estavam representantes de moradores, comerciantes, polícia, Subprefeitura da Sé, Guarda Civil e hospital Santa Casa.

Ninguém se manifestou contra a proposta. Uma comerciante disse que jogava desinfetante nos moradores de rua que dormiam na porta de sua loja pela manhã. Houve quem afirmasse que passaria a fazer o mesmo.

"Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene", diz o presidente do Conseg, Jorge Rodrigues.

Para o representante da

Santa Casa, Edison Ferreira da Silva, outro problema das doações é que os sem-teto acabam jogando restos de comida e de roupas na rua, o que colabora para entupir os bueiros do bairro.

ABORDAGEM

O conselho iniciará sua estratégia mapeando ONGs, lanchonetes e restaurantes que doam comida.

O segundo passo será procurar os responsáveis de cada lugar para convencê-los a suspender a doação.

O conselho avisará, por fim, que, ao constatar que algum local continua alimentando os moradores de rua, a

Vigilância Sanitária será chamada para que interdição estabelecimentos irregulares.

Procurada, a Vigilância adianta que não há problema em doar comida, desde que a refeição seja servida com higiene. O órgão costuma orientar restaurantes sobre como fazer a doação.

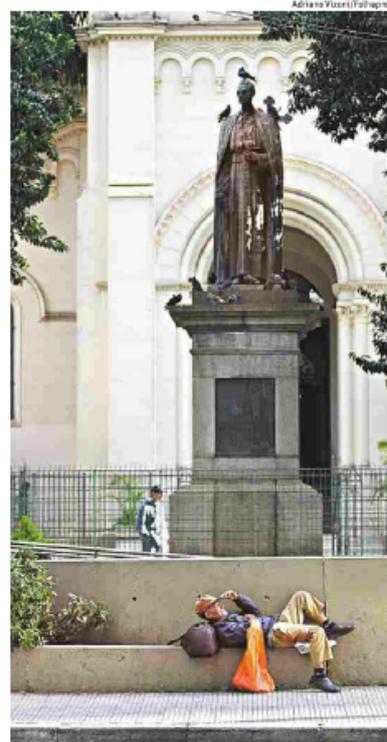
Um sem-teto de 19 anos ouvido pela reportagem diz que o plano do Conseg não funcionará. "Se não nos derem comida, vamos começar a roubar", ameaça.

A pós-doutora em saúde pública e em educação pela USP Aparecida Magali Alvarez, que desde 1993 pesquisa moradores de rua, critica o plano de expulsão. "A sociedade deveria se unir para ajudá-los", afirma.

Já o frentista Marcos Magella, que há dez anos trabalha na região, vê a presença dos sem-teto como problema, mas discorda da escolha do Conseg. "O problema mesmo é a droga. Se impedirem o tráfico, os mendigos vão embora", declarou.

▶ LEIA MAIS na pág. C3

CONGRESSOS
Em eventos médicos, até papel timbrado leva patrocínio
Pág. C5 ▶

FLORIANÓPOLIS
Geólogo afirma que praia da Armação pode desaparecer
Pág. C4 ▶


Homem dorme em frente à igreja do largo de Santa Cecília

“Deveria haver um local que concentrasse todas as instituições que querem doar. Mas não na rua, sem higiene”

 Jorge Rodrigues
presidente do Conseg

“O problema mesmo é a droga. Se impedirem o tráfico, os mendigos vão embora”

 MARCOS MAGELLA
frentista que há dez anos trabalha em Santa Cecília, no região central de São Paulo

ANEXO 19

ESPECIAL C2 cotidiano QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2010

FOLHA DE S. PAULO

PM diz se preocupar com letalidade das ações

Segundo seu comandante —que não foi localizado ontem—, a corporação investe na formação dos policiais para evitar mortes

Em entrevista anterior, o coronel disse que o "evento morte não é interessante para a polícia"; secretário também não falou ontem

DA REPORTAGEM LOCAL

O comandante da PM paulista, coronel Alvaro Batista Camilo, tem dito que uma de suas preocupações é o índice de letalidade das ações e que há investimento na formação dos policiais para evitar mortes.

Ontem, a assessoria de imprensa da PM informou que não conseguiu localizar Camilo para que ele comentasse o aumento do número de mortes em confronto com policiais.

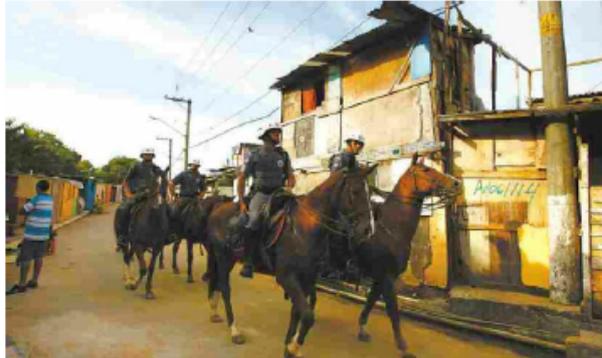
A Secretaria da Segurança Pública afirmou, entretanto, que havia conseguido contato com o policial, mas que ele estava em "deslocamento" para o Comando-Geral, onde iria consultar números e dados para poder falar com a **Folha**.

Em entrevista anterior, o coronel disse que o "evento morte não é interessante para a polícia". Para ele, o ideal é o policial prender o infrator e colocá-lo atrás das grades.

Na semana passada, Camilo mandou uma carta de desculpas à pedagoga Elza Pinheiro dos Santos, 62, cujo filho foi torturado e morto por policiais. Esse caso, porém, não entra na estatística de letalidade —é contabilizado como homicídio.

O secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, também não se manifestou sobre o caso.

Em 2009, ele disse que o combate ao crime não é violência. "Agir com rigor no combate ao crime violento não significa desbordar para o abuso, desambar para o mau combate, implantar a barbérie."



PMs do Batalhão de Choque em patrulhamento na favela Tiquatira, na zona leste de São Paulo

ANÁLISE

Modernização precisa continuar

RENATO SÉRGIO DE LIMA
ESPECIAL PARA A FOLHA

São Paulo vive um grande paradoxo na segurança pública. De um lado, dá exemplo ao eleger o combate à corrupção como prioridade que visa resgatar a credibilidade das polícias.

Por outro lado, no curto prazo, o Estado passa por um delicado momento de inflexão das tendências nas taxas de violência letal. Os homicídios, após uma década, voltaram a subir.

Já o número de pessoas mortas em confronto com a PM totalizou, entre abril de 2009 e março de 2010, 566 casos, alta de 54% em relação a igual período do ano anterior.

O recente caso da morte do motoboy Eduardo dos Santos é

sintomático. A atitude do comandante-geral da PM ao se desculpar pela morte é ato de coragem em repudiar a violência como modus operandi.

Desde o governo Mário Covas, a PM investiu muito em reorientar sua ação para a defesa da cidadania.

Contudo, os números atuais põem à prova tais investimentos e parecem indicar que o ciclo de modernização institucional precisa ser revitalizado.

Maior letalidade policial não significa maior eficácia na repressão da criminalidade e só eleva o medo e a insegurança.

As polícias afetam diretamente a vida da população e não podem ser vistas como inimigas. Muito menos podem brigar entre si. SP inovou ao in-

tegrar a gestão das ações policiais, independentemente do atrasado debate sobre reformas legislativas na área.

O Infocrim, a Comissão de Acompanhamento da Letalidade Policial e a prestação de contas de delegados e oficiais são ações que permitiram reestruturar as polícias e contribuir para a queda das taxas de letalidade criminal e policial.

Por maiores que sejam as outras prioridades, são ações que não podem cair no ritmo burocrático, sob o risco do retrocesso. Faz-se necessária a fixação de metas e mandatos claros de atuação das polícias. Promover ajustes é uma forma de manter-se no rumo certo.

RENATO SÉRGIO DE LIMA é secretário-geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

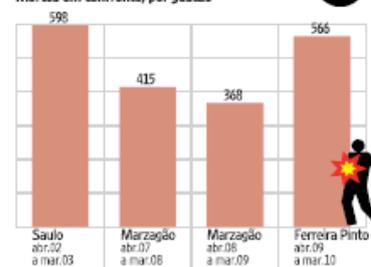
SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar de SP mata mais em 2010

Mortos em confronto com a PM



Mortos em confronto, por gestão



PRESOS EM FLAGRANTE*

Gestão	Presos em flagrante
Saulo (abr.07 a mar.08)	84.767
Marzagão (abr.08 a mar.09)	93.151
Marzagão (abr.09 a mar.10)	93.844
Ferreira Pinto (abr.09 a mar.10)	102.486

TRECHOS DO DISCURSO DE FERREIRA PINTO

Na posse do comandante da Rota, tenente-coronel Paulo Teihada, no dia 25 de maio de 2009

Em matéria de segurança pública, o "politicamente correto" beira à hipocrisia [...]. A Rota se tornou sucateada [...] Esta era a triste constatação que tinha eu como cidadão, cuja sensação de insegurança crescia a olhos vistos

A ousadia, o destemor e a iniciativa se dissiparam e deram lugar ao imobilismo por culpa daqueles que se acomodaram, não querendo nem de longe enfrentar questões decorrentes e inerentes de um agir enérgico

Fonte: SSP. (*) Inclui pessoas presos pela Polícia Civil

CHUVA E MORTE NO RIO

Escutei um barulho assustador. Em um minuto, a casa foi soterrada

ISAÍAS ARAGÃO, morador da Mangueira

Ação em encosta é falha, dizem especialistas

Para pesquisadores, mapeamento das áreas de risco é benéfico, mas falta de monitoramento de campo dá margem a tragédias

Equipes técnicas precisam visitar preventivamente os morros para saber a real situação de seus moradores, de acordo com geólogo

EDUARDO GERAQUE DA REPORTAGEM LOCAL

O mapeamento geológico das áreas de risco do Rio de Janeiro é bem feito, segundo especialistas. Mesmo assim, tragédias como a de ontem ocorrem por que falta um monitoramento de campo mais efetivo, dizem eles. Equipes técnicas precisam ir preventivamente aos morros para saber a real situação de seus moradores, afirmam.

O mapa geotécnico (documento que mostra onde e solo pode ser mais frágil e, por isso, sofrer com escorregamentos, por exemplo) do Rio de Janeiro é muito bom", avalia o geólogo Cláudio Roberto, especialista em planejamento territorial.

Mesmo com ferramentas técnicas e sistemas de alertas eficientes, a queda no orçamento do setor ajuda a explicar o monitoramento falho nos morros do Rio de Janeiro.

No início do ano, um relatório do Tribunal de Contas do Município do Rio mostrou que os recursos gastos pela GeoRio, instituição estatal responsável pelo sistema de monitoramento das encostas da cidade, caíram em 2009.

De acordo com o TCM-RJ, o orçamento do órgão em 2008 foi de R\$ 19 milhões. Arrebatado no ano passado, ele caiu para R\$ 7,6 milhões. Uma redução de 61%.

Essa diminuição de recursos, segundo o relatório, impediu que obras de prevenção fossem feitas. O foco, para o tribunal, ficou apenas nas questões mais emergenciais.

A Prefeitura do Rio afirma que os gastos estão sendo feitos de acordo com a demanda e as tragédias são frutos de chuvas intensas e de morros irregulares, que permanecem nas áreas de risco.

Desordem Para o professor Gilberto Fessacha, geógrafo e consultor, "a desordem observada na ocupação humana no ambiente urbano no Rio de Janeiro" acaba sendo agravada por uma série de causas naturais.

O relevo da cidade, segundo ele, favorece o crescimento das pessoas em áreas perigosas, onde o solo é facilmente desregado pelas chuvas. Como isso ocorre em áreas íngremes, sobre rochas, o deslizamento é praticamente certo.

O processo é idêntico ao registrado em Angra dos Reis em janeiro deste ano e em Santa Catarina em 2008.

"A Defesa Civil municipal e Estadual desempenham o papel de prevenção, alerta e resgate. Há uma série de fatores naturais que promovem a instabilidade das encostas", avalia Fessacha, que também é professor da UFP (Universidade Federal Fluminense). "Este evento não estava previsto".

Prevenção Segundo informaram os especialistas, outra ferramenta importante criada pelo governo do Rio de Janeiro em 2002 ainda não saiu do papel.

O Gepac (Grupo Executivo de Prevenção de Acidentes Naturais e Catástrofes) nasceu com o objetivo de reunir especialistas de várias áreas para cuidar do problema ambiental do Rio de Janeiro.

Depois de quase oito anos e após a tragédia ocorrida em janeiro na cidade de Angra dos Reis, quando 82 morreram em decorrência das chuvas, várias associações se reuniram para cobrar do governo estadual a implantação efetiva do grupo.

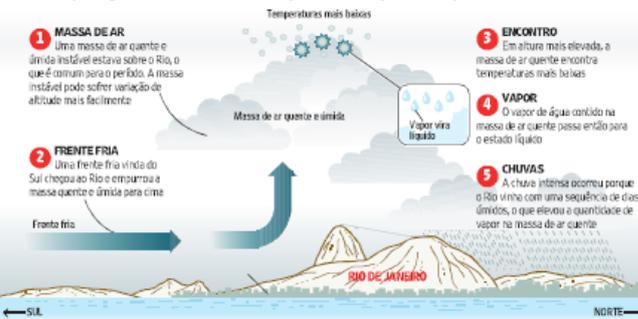
Para esses especialistas, essa seria a possibilidade de se prevenir muitas das ocorrências fatais registradas em todo o Estado nos últimos anos.



Casas soterradas no morro dos Prazeres, em Santa Theresa (centro), onde ocorreram deslizamentos; equipes de socorro e moradores fazem os resgates

POR QUE CHOVEU TANTO?

Frente fria que chegou ao Rio deslocou massa de ar quente e úmida e provocou temporal



FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA QUEDAS DE BARREIRAS

DESAMTAMENTO

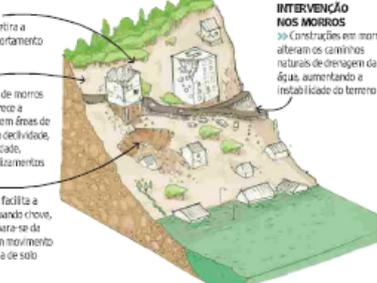
>> A medida que se tira a vegetação local, o comportamento do solo se altera

TOPOGRAFIA

>> O relevo da cidade, de morros muito íngremes, favorece a apropriação de pessoas em áreas de risco. E, quanto maior a declividade, maior a força da gravidade, contribuindo para deslizamentos

SOLO ARENOSO

>> Tipo de solo no Rio facilita a infiltração de água. Quando chove, ele se desmancha, separa-se da rocha e escorrega. É um movimento conhecido como corrida de solo



INTERVENÇÃO NOS MORROS

>> Construções em morros alteram os caminhos naturais de drenagem da água, aumentando a instabilidade do terreno

COMO IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE RISCO

- >> Rachaduras nas paredes
- >> Trincas no solo, principalmente na parte superior do barranco
- >> Quebras de rocha
- >> Água no terreno na base do barranco
- >> Árvores inclinadas
- >> Muros de arrimo trincados

PARA EVITAR ACIDENTES

- >> Não faça cortes no terreno
- >> Evite construir muito perto da borda do barranco
- >> Evite plantar bananeiras nos encostas - prefira gramíneas e pequenas árvores
- >> Não construa próximo do muro de arrimo ou de fios

MULTIMÍDIA

NEW YORK TIMES (EUA)



>> Inundação repetida causa mortes e paralisa o Rio de Janeiro

BBC (REINO UNIDO)



>> Enchente no Rio de Janeiro mata pelo menos 90 pessoas

EL PAÍS (ESPAÑA)



>> Chuvas caem pelo menos 94 mortes e provocam o caos no Rio

LE FIGARO (FRANÇA)



>> Brasil/Chuvas: 50 mortos no Estado do Rio

CLARÍN (ARGENTINA)



>> Mortes por chuvas fortes no Rio de Janeiro já são 77

Chuvas seguem no Rio pelo menos até amanhã, diz Cptec

FÁBIO AMATO DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar a enfrentar tempo molhado e chuvoso pelo menos até amanhã, aponta previsão do Cptec (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climatológicos). A intensidade das chuvas pode diminuir, mas o risco da ocorrência de problemas como deslizamentos permanece, já que o solo nessas regiões está muito encharcado.

Segundo o meteorologista Gustavo Escobar, o encontro de uma frente fria — a principal do sistema — com o ar quente e úmido sobre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo provoca a chuva intensa que cai desde a noite de antontem.

A frente fria funciona como uma rampa que, ao passar sobre a região, eleva o ar quente e úmido que escorrega pela frente. Ao subir, esta unidade dá origem às nuvens carregadas e, na sequência, ocorre a chuva.

"O ar sobre Rio estava muito instável, ou seja, muito quente e carregado de umidade. A frente fria serviu como um gatilho que deu início à chuva", afirmou o meteorologista.

Em alguns pontos do Rio chegou em 24 horas mais do que o esperado para todo o mês de abril. Na região do aeroporto de Galeão, por exemplo, foram 163 mm entre as 9h de antontem e 9h de ontem. A média histórica de chuva para aquela área em abril é de 137 mm.

Segundo Escobar, o Sudeste ainda está na estação chuvosa e, por isso, é normal ocorrerem pancadas fortes. A chuva, no entanto, está acima da média.

Em fevereiro, o Cptec já havia previsto a possibilidade de chuva acima da média em São Paulo no trimestre março, abril e maio. Segundo o centro, o cenário descreve a manutenção das condições atmosféricas e oceânicas verificadas no verão.

O meteorologista informou que desde sábado a previsão já indicava a possibilidade de chuva forte sobre a região e que foram lançados avios meteorológicos à Defesa Civil nacional.

Ainda de acordo com ele, a chuva permanece nos dois Estados até amanhã. O sol só deve aparecer na região no domingo.



Alunos e pais passam por alagamento na rua Capachós, no Jardim Pantanal

Rua no Jardim Pantanal volta a alagar

Após prefeitura retirar a bomba d'água que drenava o local, rua-símbolo das inundações do verão sofre nova enchente

Segundo o subprefeito da área, a bomba foi retirada para manutenção; base da Defesa Civil também não está mais no local

LAURA CAPRIGLIONE
DA REPORTAGEM LOCAL

Ontem, de novo, a rua Capachós, no Jardim Pantanal (zona leste de São Paulo), encheu. Para quem não se lembra, a Capachós foi, durante dois meses, entre o final do ano passado e início deste, a rua-símbolo das inundações causadas pela ocupação desordenada da várzea do rio Tietê. Apareceu em todos os telejornais —intransitável, tomada por um caldo espesso de esgoto misturado a águas de chuva e de rio.

A prefeitura até já tinha conseguido resolver o problema. Instalou um caminhão munido de bomba d'água que sugava o líquido da rua e o lançava no leito do rio, a poucos metros de onde o calçamento termina.

Na quarta-feira passada, antes do feriado de Páscoa, caminhão e bomba foram retirados. Segundo o subprefeito de São Miguel Paulista, Milton Persoli, responsável pela área, "para

que fosse feita manutenção". Bastaram, contudo, 16 mm de chuva (média do Centro de Gerenciamento de Emergências até as 13h de ontem) para que a rua Capachós, de novo sem dragagem, voltasse a ser tomada pelas águas.

O dado novo em relação às cheias da virada do ano é que, agora, os 1.543 alunos do CEU Três Pontes, na mesma rua, não estão mais em férias. As 18h15 de ontem, quando se encerraram as aulas, céu já escu-

ro, viam-se pais e crianças em seus uniformes azuis tentando transportar o aguçado imundo.

A maioria dos alunos ganhou da prefeitura um caminho alternativo: a passarela de metal e madeirite com mais de 300 metros ligando a parte mais alta da rua Capachós à escola, passando pelo conjunto habitacional com prédios novinhos —moradores também usam a passarela para evitar as águas.

O problema é que, entre os alunos, há os que moram exata-

mente na área alagada da rua —para eles, a passarela é inútil. Vicentina de Arruda, 38, uma mãe segurando o guarda-chuva, a outra apertada em torno do pulso do sobrinho Pedro, 9, reclamou encolhida sobre uma pedra na calçada: "Isto aqui é água com cocô. A gente paga à Sabesp para ter água e esgoto, mas o esgoto está totalmente entupido."

No auge do drama das enchentes no Jardim Pantanal, a praça localizada na parte alta

da rua Capachós tinha uma tenda da Defesa Civil, outra da PM e do Corpo de Bombeiros (em que se viam veículos anfíbios), uma barraca da Sabesp distribuindo água potável e até um trailer do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, instalado lá a pretexto de ajudar as pessoas que quisessem sair da várzea do Tietê a encontrar um imóvel para alugar. Desse aparato todo, ontem, só restava a base da PM.

Segundo o subprefeito Mi-

guel Persoli, "a empresa que fornece a bomba d'água garantiu que ainda nesta semana voltará a fazer a dragagem da rua". Ontem, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) ofereceu ajuda ao Rio de Janeiro. Segundo Kassab, o auxílio poderá ser em mantimentos, equipamentos e até em funcionários da Defesa Civil. "A nossa equipe está bastante experiente", disse.

Colaboração MARCIO PINHO, da Reportagem Local

CLIMA

Chuvvas causam destruição no litoral de SP

DO "AGORA"

A chuva causou destruição e provocou deslizamentos na Baixada Santista e no litoral norte entre anteontem e ontem. A cidade mais afetada foi Santos, onde choveu 302,6 mm nos últimos três dias. Não há registro de vítimas.

Anteontem, Santos registrou 189 mm de chuva, próximo da média histórica de abril (200 mm). A Defesa Civil atendeu 63 chamados, sendo 34 de deslizamentos.

Foram registradas ontem cinco ocorrências no Guarujá; 18 pessoas buscaram abrigo na casa de parentes. Em São Vicente, foram 293,8 mm em 72 horas, o equivalente a 20 dias de chuva. A prefeitura informa que tem monitorado áreas de risco.

O litoral norte também foi afetado pelas temporais do início do mês. Em São Sebastião choveu 103,5 mm nos últimos três dias, e a Defesa Civil foi obrigada a atender chamados envolvendo deslizamentos de terra.

Um deslizamento interditiu parcialmente a Rio-Santos na altura do km 115. Funcionários do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) trabalhavam para liberar a via.



UNIBAN BRASIL

EDUCAÇÃO PARA A VIDA

PÓS-GRADUAÇÃO

LATO SENSU

INSTITUTO DESPORTIVO		INSTITUTO POLITÉCNICO		INST. DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	
CURSOS	C. HORÁRIA	CURSOS	C. HORÁRIA	CURSOS	C. HORÁRIA
• Gestão e Metodologia do Treinamento Físico	396h	• Aplicações Eletromagnéticas	396h	• MBA em: Administração de Banco de Dados	440h
• Esporte Escolar	396h	• Design Automotivo	396h	- Administração de Redes	440h
• MBA em Gestão e Mkt. Esportivo	440h	• Design e Novas Tecnologias	440h	- Administração de Serviços com ITIL	440h
		• Geologia do Petróleo	396h	- Desenvolvimento para Mainframe	440h
		• Impactos Ambientais	440h	- Governança da Tecnologia da Informação	440h
		• Química Ambiental	396h	- Modelagem de Sistemas em RUP	440h
		• Arquitetura para Habit. Populares	440h	- Segurança da Informação	440h
		• MBA em: Paisagismo para Grandes Metrópoles	440h		
		- Urbanismo para Grandes Metrópoles	440h		
		- Alvenaria Estrut. em Habit. Pop.	440h		
		- Automação e Controle	440h		
		- Geração de Energia Elétrica	440h		
		- Proj. e Progr. de Equip. Oper. por Controle Numérico	440h		
		- Proteção dos Sist. Eletr. de Potência	440h		
		- Geotecnia e Fundações	440h		

MENSALIDADES A PARTIR DE **RS 298,**

INSCRIÇÕES ABERTAS: WWW.UNIBAN.BR | CONSULTE OUTRAS ÁREAS E CURSOS NO SITE

PARA CURSAR A PÓS-GRADUAÇÃO, É NECESSÁRIO SER PORTADOR DE DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR. AS AULAS SERÃO MINISTRADAS AOS SÁBADOS E EM OUTROS DOIS DIAS DA SEMANA.

Valores das mensalidades para pagamento até o último dia útil de mês anterior ao vencimento, conforme edital de seleção 2010. Consulte mais informações sobre o curso do seu interesse no site.



ANEXO 22

cotidiano

FOLHA DE S. PAULO

DOMINGO, 26 DE ABRIL DE 2010 ★ C1

Tel: 0xx11/3224-3402 Fax: 0xx11/3224-2285

E-mail: cotidiano@folha.com.br

Serviço de atendimento ao assinante: 0800-775-8080

Grande São Paulo 0xx11/3224-3090

Ombudsman: ombudsman@folha.com.br

**PRÊMIO FÁCIL
'CERTIFICADOS' DE
QUALIDADE
PODEM CUSTAR
ATÉ R\$ 7.000**

Pág. C4

**ILHABELA
ACESSO À PRAIA DE
CASTELHANOS
PODERÁ SER
CONTROLADO**

Pág. C8

Pai tem que pagar para ver parto do filho

Maternidades particulares de São Paulo cobram entre R\$ 113 e R\$ 147 para acompanhante poder entrar no centro obstétrico

Anvisa, ANS e Procon dizem que a cobrança é ilegal; pesquisa mostra que acompanhante ajuda na diminuição da dor pós-parto

VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO
DA REPORTAGEM LOCAL

A administradora de recursos humanos Roberta Meza, 41, não sabia. A secretária-executiva Patrícia Fernandes Lopes Felipe, 32, também não. Antes de ter filhos há alguns meses, as duas percorreram maternidades particulares de São Paulo para conhecer os serviços antes de decidir onde fariam o parto.

Por desconhecer a resolução que garante a presença de um acompanhante de livre escolha da mulher, pagaram R\$ 147 para que os maridos assistissem ao nascimento dos bebês.

Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Procon dizem em uníssono que a cobrança é abusiva e claramente ilegal.

Pesquisa da USP mostra que diversos indicadores melhoraram com a presença do acompanhante no parto, como diminuição da dor e índices menores de depressão pós-parto.

Ao longo da semana, a reportagem refez os passos de Roberta e Patrícia e visitou cinco maternidades paulistanas: Einstein, Pro Matre, Santa Catarina, Santa Joana e São Luiz. Todas, menos o Einstein, co-



A secretária-executiva Patrícia Fernandes Lopes Felipe e sua filha; família teve de pagar R\$ 147 para marido de Patrícia acompanhar parto

bram entre R\$ 113 e R\$ 147 para presença do pai na hora do parto, o que chamam de "taxa de paramentação" para cobrir os custos do a avental cirúrgico.

Com o comprovante de pagamento do parto em mãos, Roberta e Patrícia e visitou cinco maternidades paulistanas: Einstein, Pro Matre, Santa Catarina, Santa Joana e São Luiz. Todas, menos o Einstein, co-

emitida pela maternidade Pro Matre. "Não sabia que tinha de pagar a roupa", diz.

"O hospital não pode cobrar pelo acompanhamento do parto, nem mesmo por roupas usadas no centro cirúrgico", afirma a ANS em nota.

"A presença do acompanhante na hora do parto é um direito e é de livre escolha da mulher", diz Andreza Am-

rim, técnica da Anvisa.

Segundo a agência, denúncias sobre esse cobrança podem ser feitas à vigilância sanitária local e podem render multas de R\$ 2.000 a R\$ 1,5 milhão.

"É uma prática abusiva. Qualquer cobrança é considerada um obstáculo à garantia desse direito em lei", diz Robson Campos, diretor do Procon. Essa taxa é mais um dos ser-

viços do pacote oferecido às mães e um indicativo do negócio que se firmou em torno do parto na rede particular.

Para gravar ou fotografar o nascimento, todas as maternidades exigem que o serviço seja feito por uma única empresa indicada, que cobra R\$ 1.298.

Para o Procon, a restrição deve ser previamente justificada e informada às mães e a concor-

rência deve ser estimulada.

Com medo de que o marido desmaiasse na hora do parto e perdesse as fotos, Patrícia, mãe de Estela, de um ano e três meses, pagou R\$ 1.000 a um fotógrafo indicado pelo São Luiz.

"Se eu levasse um fotógrafo próprio, só deixariam fazer as imagens do berçário do lado de fora, pela vidraça. Mas o fotógrafo deles entrou e tirou fotos do primeiro banho. Aceitei e fiquei rendida. Naquele momento tinha outras prioridades, já estava numa fase de muito cansaço", diz Patrícia.

As maternidades também oferecem extensões do teste do pezinho, cuja detecção básica de cinco doenças, por lei, é gratuita. Para o exame de mais cinco são cobrados R\$ 118 e, para 41 deficiências, R\$ 428.

Gratuitas na rede pública e que devem ser aplicadas nos primeiros dias de vida, as vacinas como BCG e contra a hepatite B são cobradas em alguns hospitais, R\$ 95 a dose de cada uma, como no São Luiz, e gratuitas em outras, como no Santa Catarina.

Considerado inócua por hematologistas e geneticistas, o congelamento do sangue do cordão umbilical, rico em células-tronco, é vendido a R\$ 3.500 mais R\$ 570 de manutenção anual como promessa de cura de doenças.

Colaborou EDUARDO SERAQUE

➔ LEIA MAIS C3